



*Santa Casa de Misericórdia
de Porto Alegre*

Histórias Reveladas VII



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO ALEGRE

HISTÓRIAS
REVELADAS VII

Ministério do Turismo e Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre

Provedor

Alfredo Guilherme Englert

Vice-Provedores

Vladimir Giacomuzzi

Vilson Darós

Eduardo José Centeno de Castro

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

Julio Flávio Dornelles de Matos

Diretor Médico e de Ensino e Pesquisa

Antonio Nocchi Kalil

Diretor Técnico

Ricardo Gallicchio Kroef

Diretor Financeiro

Ricardo Englert

Diretor de Operações

Oswaldo Luis Balparda

Diretor Administrativo

Jader Pires

Gerente do Centro Histórico-Cultural Santa Casa

Andrea Schüür Macagnan

REALIZAÇÃO:



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE
CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO ALEGRE

HISTÓRIAS REVELADAS VII

Maria Marta Lobo de Araújo
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadoras

EVANGRAF / ISCMPA
Porto Alegre
2021

© **Copyright:** dos autores

1ª edição: 2021

Direitos reservados desta edição

*Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Alegre*

Revisão linguística

Rosana Maron

Produção gráfica e impressão

Evangraf

Os textos são de responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S231 Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre : histórias reveladas VII / Maria Marta Lobo de Araújo, Véra Lucia Maciel Barroso, organizadoras. – Porto Alegre : Evangraf; ISCMPA, 2021.
280 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5699-116-0

1. Santa Casa de Misericórdia - História - Portugal. 2. Santa Casa de Misericórdia - História - Brasil. 3. Saúde pública. I. Araújo, Maria Marta Lobo de. II. Barroso, Véra Lucia Maciel.

CDU 614(469:81)(091)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

07 PREFÁCIO

Renato Júnio Franco

09 APRESENTAÇÃO

Maria Marta Lobo de Araújo e Véra Lucia Maciel Barroso

**PARTE I – ACERVOS DE MISERICÓRDIAS
E PESQUISADORES DE PORTUGAL**

**15 POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO
DE LIVROS E PAPÉIS NA MISERICÓRDIA DE BRAGA
(SÉCULOS XVI-XVIII)**

Maria Marta Lobo de Araújo

**39 CENTRO INTERPRETATIVO DA MISERICÓRDIA DE
BRAGA: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E CULTURA**

Manuela Machado

**61 PRESERVANDO A MEMÓRIA NUMA MISERICÓRDIA
QUINHENTISTA: O ESPÓLIO DOCUMENTAL DA
MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO (PORTUGAL)**

António Magalhães

**81 UMA PONTE ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A
MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO (PORTUGAL) E
O PROJETO DE CRIAÇÃO DO SEU MUSEU**

José Abílio Coelho

**99 VELHOS MEDOS E NOVOS ANSEIOS: UM BREVE OLHAR
SOBRE EPIDEMIAS QUE MARCARAM PORTUGAL NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Alexandra Esteves

**PARTE II – ACERVOS DE MISERICÓRDIAS
E PESQUISADORES DO BRASIL**

**117 O MUSEU DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA
E SEU ACERVO**

Osvaldina Cezar Mesquita

**135 SANTA CASA NA HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE – MATO
GROSSO DO SUL**

Heitor Rodrigues Freire

**153 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PARA A
CONSTRUÇÃO DO CAMPO SANTO DA IRMANDADE DO
SENHOR JESUS DOS PASSOS EM FLORIANÓPOLIS/SC (1852)**

André Luís da Silva

**165 TRAVASSOS, BITTENCOURT, COELHO JÚNIOR E
FORTINI: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE JOAQUIM
FRANCISCO DO LIVRAMENTO COMO FUNDADOR DA
SANTA CASA DE PORTO ALEGRE**

Pedro von Mengden Meirelles

**189 MONUMENTOS DE GRATIDÃO: UMA COLEÇÃO
ICONOGRÁFICA DO CHC SANTA CASA DE PORTO ALEGRE**

Amanda Mensch Eltz

**205 A CAPELA SENHOR DOS PASSOS E OS BATISMOS DOS
EXPOSTOS DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1838-1861)**

Diego de Leão Pufal

**257 SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE:
DESTINO DAS MENINAS DA RODA DOS EXPOSTOS**

Regina Portella Schneider

PREFÁCIO

No início do século XIX, quando a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi fundada, a história em comum das Misericórdias, já somava mais de 300 anos, dando mostras de que o modelo institucional inaugurado em Lisboa, em agosto de 1498, permanecia como horizonte natural do que se compreendia por caridade com os pobres no império português. Àquela altura, a ocupação sistemática do litoral sul da América do Sul, na faixa que hoje compreende os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, era resultado de um processo relativamente recente, disputado entre castelhanos e portugueses. Porto Alegre, elevada à vila em 1808, mas oficiosamente a sede do poder local desde 1773, vinha em crescente importância regional, sedimentada a partir do estabelecimento da freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre.

Apesar de conservarem o peso institucional atrelado às Misericórdias, as irmandades americanas eram progressivamente mais abertas a novos tipos sociais, distantes, portanto, do rigorismo do século XVII. Na América, as congêneres criadas no século XVIII eram mais abertas aos ricos que, sem grandes referências à tradição familiar, passaram a financiar ações de caridade como forma de se integrarem aos *melhores* (*aristoi*) de cada local. A prodigalidade com os pobres era um preceito entre os cristãos e uma virtude cívica que as novas elites precocemente aprenderam a manejar conforme seus interesses. E a despeito das reformas secularizantes da segunda metade do século XVIII, as Misericórdias mantiveram-se sob o mando dos poderes locais, porque souberam conservar o sentido cívico e religioso de que aos ricos – novos ou velhos – cabia o cuidado dos pobres.

Por isso, a criação formal da Misericórdia de Porto Alegre, em 1803, pode ser compreendida como um momento relevante da construção política que antecedeu à elevação da localidade ao estatuto de vila, em 1808. Administrar uma

Misericórdia persistia como ação desejável, própria de elites beneméritas, parte incontornável do vocabulário político dos portugueses, permanecendo como linguagem cívica fundamental por todo o século XIX. A grande importância política das Misericórdias era tributária ainda da capacidade de, respeitadas as exigências dos doadores, terem uma alta margem de manobra resguardada na seleção do que se entendia por pobreza digna de auxílio.

Ao longo do século XIX, a elite política da capital que se revezava na administração das Misericórdias compartilhava de valores comuns às elites católicas do mundo ocidental, particularmente as portuguesas, razão pela qual o diálogo historiográfico entre os casos lusos e os brasileiros podem ser tão frutíferos. Não apenas pela constatação das semelhanças de um repertório de ações em comum (administrar hospitais, dotar órfãos, educar donzelas, enterrar os mortos, acolher os expostos, fornecer assistência jurídica aos pobres), mas também pelo que as diferenciava. Efetivamente, as apropriações da caridade na América portuguesa mantiveram o crivo seletivo que secundarizava os mestiços, prevendo, de partida, a desigual distribuição de benefícios, hierarquizados conforme o que se compreendia como *qualidade* social em cada época.

A preservação do espólio documental, artístico e arquitetônico, e as políticas de acesso franco aos pesquisadores são dois aspectos essenciais para os estudos sobre as elites do passado. As Misericórdias foram também importantes espaços de recepção do repertório médico, de tal modo que, especialmente a partir do século XIX, muitas vezes a administração dos novos hospitais estava atrelada à expectativa de criação de novas Misericórdias. De fato, instituições comuns a portugueses e a brasileiros, cujas trajetórias provam ser de suma importância para a compreensão da história das identidades morais e políticas em ambos os países.

Renato Franco

Instituto de História

Programa de Pós-Graduação em História

Cia das Índias (CNPq)

Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ - Brasil

APRESENTAÇÃO

Esta é a sétima obra da série *Histórias Reveladas*, publicação que reúne trabalhos de pesquisadores nos acervos do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC). A documentação que ela custodia é um celeiro de possibilidades para a produção de conhecimento. Essa assertiva pode ser comprovada pelas obras anteriormente editadas.

Em outubro de 2020, quando da programação dos 217 anos da mais antiga Misericórdia do Rio Grande do Sul, sediada na sua capital, dois eventos foram conjugados: o VII Encontro de Pesquisadores do CHC e o IV Colóquio Museologia em Pauta, que ganharam os âmbitos nacional e internacional.

Convidados de Santas Casas portuguesas e de Santas Casas brasileiras, juntamente com pesquisadores da Santa Casa de Porto Alegre, apresentaram-se através de lives, acolhidas com excelente repercussão.

Eis que esta obra tem o sentido de ponte, de ligação, que permite a comunicação do Brasil com Portugal. Interação motivada pela pesquisa e pelo significado dos acervos de Santas Casas – de lá e de cá –, preservados como legado de bens identitários e de congraçamento no cumprimento da sua missão histórica: a de promover a Misericórdia.

Unindo esforços e conjugando trabalho em comum, os pesquisadores aqui reunidos, devotados à investigação e ao cuidado de seus patrimônios documentais, nesta obra, promovem um encontro que fortalece seus propósitos em defesa e proteção dos acervos de suas Santas Casas. Inquestionavelmente, as trocas pelo intercâmbio promovido alicerçam a seguridade dos arsenais de fontes que alimentam, no presente, a história de consagradas instituições, dirigidas à sociedade e balizadas pela caridade, e que têm o sentido social de atuarem como bálsamo no seio da população. Esse é o espírito inspirador de suas origens no crepúsculo do século XV.

É oportuno lembrar que as Misericórdias portuguesas foram criadas em 1498, com a fundação da de Lisboa, pela rainha D. Leonor. O apoio de D. Manuel I a essas confrarias foi determinante para que se implantassem e prosseguissem. As novas confrarias, surgidas num contexto de renovação espiritual, disseminaram-se muito rapidamente na Metrópole e no Império, alcançando mesmo territórios fora da soberania portuguesa, como se verificou, por exemplo, em Nagasaki e em Buenos Aires, onde existiam comunidades relevantes de mercadores lusos. A rápida implantação esteve associada não somente à prática das 14 obras de misericórdia, ação muito relevante para a salvação da alma, mas ainda ao fato de disponibilizarem patamares de poder aos seus membros. Os ganhos espirituais e terrenos fizeram aproximar as elites dessas instituições, conduzindo ao alargamento do *numerus clausus*. Instituições masculinas e urbanas, as Misericórdias foram as mais importantes confrarias no território metropolitano português, ao longo da Idade Moderna.

Fundadas pela Coroa, como destacado, obtiveram da Casa Real o Compromisso, enviado a cada uma que se fundava, a seu pedido, mas também muitos privilégios. Com o trespasse do Compromisso da Santa Casa de Lisboa, a Coroa levou essas instituições a atuarem debaixo do mesmo pano de fundo, ou seja, das mesmas regras. Embora pese essa circunstância, várias Misericórdias criaram compromissos próprios, como a do Porto, Vila Viçosa e Braga, ou fizeram alteração apenas em alguns capítulos do Compromisso da congênere da capital, como se registrou em algumas. Quando despachava o Compromisso, o monarca, conhecendo os diferentes contextos, informava que fosse aplicado, dentro do possível, permitindo a sua adequação a cada localidade.

Por conseguinte, nesses instrumentos regulamentares, são buscadas as premissas para a constituição de arquivos próprios, tendo em consideração que os contextos e a realidade de cada instituição interferiram na constituição e conservação da memória escrita. Assim, em Portugal, quer no Compromisso publicado em 1516, quer no de 1619, não existem capítulos específicos destinados à constituição do arquivo, mas são conhecidas referências aos livros que deviam existir, refletindo a preocupação do registro escrito. Estranha-se, no entanto, que no Compromisso reformado de 1577 e publicado em 1600 exista um capítulo destinado ao arquivo e que depois desapareça no de 1619.

O Compromisso de 1516 reflete a necessidade de poucos livros. Tendo em consideração que as Misericórdias estavam dando os primeiros passos, os mencionados teriam sido considerados suficientes. Assim, e a propósito, refere-se que os Irmãos deviam elaborar listas de pobres envergonhados e de presos.

Ordenava-se também a existência de um caderno para registro dos doentes. Aos mordomos, recomendava-se a necessidade de um livro para assento das receitas e das despesas, com capítulos separados, com registro de alguns pagamentos, esmolas e presos assistidos. Haveria mais um livro para assento da roupa dada aos pobres, com menção à identificação dos providos e às peças distribuídas, e ainda outro para registro das pessoas que na Quaresma fizessem amizade, ou seja, estabelecessem as pazes.

Com a instituição em crescimento, o Compromisso de 1600 evidencia preocupações anteriormente inexistentes, desde logo associadas ao funcionamento interno, mas também a algumas obras de misericórdia que estavam em crescimento. Assim, estavam previstos vários livros: um para registro dos Irmãos; outro para assento dos pobres visitados; um para registro das provisões régias, sublinhando-se a importância que lhes era conferida; um para inventário dos regimentos dos mordomos da capela, boticário, hospital de Santa Ana e outras necessidades. É clara a preocupação com os Irmãos, com os pobres envergonhados, com os doentes e ainda com o funcionamento interno da instituição.

Embora o capítulo referente ao arquivo tenha desaparecido no texto regulamentar publicado em 1619, as preocupações de registro permanecem, havendo menções às necessidades de assento, conferindo grande centralidade ao escrivão. Só ele poderia escrever em vários livros, anotando-se livros para dotes, cativos, letras depósito, acordo e segredo. Somente certidões, procurações, cartas e outros documentos não especificados poderiam ser efetuadas por outro Irmão, embora precisassem da confirmação do escrivão. Sempre que este não estivesse presente, outro mesário poderia tomar nota dos assuntos num caderno, mas estava impossibilitado de escrever nos respectivos livros, tarefa só permitida ao escrivão.

Com a expansão das Misericórdias ao longo da Idade Moderna, os seus arquivos aumentaram não somente em número de livros, mas também na sua diversidade. O registro frequente e a diversidade dos assuntos levaram à criação de livros para as reuniões da Mesa e do Definitório, da separação dos legados através de livros próprios, de livros de missas, de cobranças, de dinheiro a juro, de inventário, da botica, de doentes, tombos, enfim, de todos os assuntos. Esse setor ganhou dimensão com a nomeação de cartorários em algumas delas.

Na segunda metade de setecentos, as Santas Casas conhecem mudanças, mas é sobretudo na centúria seguinte que estas caminham a par com as permanências. As alterações produzidas nos Compromissos consagram agora realidades díspares de acordo com a vontade dos Irmãos e com os contextos. No que

se refere aos arquivos, o seu crescimento é enorme, refletindo a necessidade de deixar escrita a atividade de instituições burocratizadas e com uma forte ação no campo da assistência.

São precisamente os arquivos que permitem hoje fazer a história dessas importantes confrarias, devendo, no entanto, a sua informação ser cruzada com a de outros fundos documentais.

Como já destacado, este livro integra dois conjuntos de trabalhos distintos, embora entrelaçados pelo mesmo assunto: um referente às Misericórdias portuguesas e outro referente às congêneres brasileiras.

Na primeira parte, encontram-se os trabalhos de Maria Marta Lobo de Araújo e de Manuela Machado, que incidem sobre a Santa Casa de Braga, na Idade Moderna, destacando o seu arquivo e a importância conferida à história e à cultura. Na mesma linha, encontra-se o texto de António Magalhães acerca da Misericórdia de Viana do Castelo, instituição quinhentista e possuidora de um arquivo muito relevante. Para os séculos XX, os textos de José Abílio Coelho e de Alexandra Esteves apontam para duas realidades distintas, embora conectadas pela relevância conferida aos arquivos das Misericórdias. No primeiro caso, a de Póvoa de Lanhoso, onde se caminha para a construção de um museu e se reforça o papel dessas instituições em termos culturais; e no segundo, a oportunidade de continuarem a ser estudadas no âmbito da assistência à saúde.

A segunda parte reúne textos de pesquisadores de Santas Casas do Brasil. Enquanto os pesquisadores portugueses contemplam, sobretudo, seus acervos patrimoniais, quer arquivísticos, quer museológicos, os autores brasileiros tratam de diferentes temáticas de suas Misericórdias,

Inicialmente, o estado da Bahia está representado pela museóloga Osvaldina Cezar Mesquita, que trata do acervo de sua Misericórdia na cidade de Salvador. Na sequência, traços da trajetória de atuação da Santa Casa de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, são apresentados por seu diretor Heitor Rodrigues Freire. Em direção ao sul, André Luís da Silva apresenta a construção do Campo Santo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, em Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

Já a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre está contemplada com quatro textos, resultado de pesquisas feitas nos acervos do arquivo e museu do seu Centro Histórico-Cultural. Pedro Meirelles apresenta uma revisão historiográfica sobre a fundação da Misericórdia da capital do estado do Rio Grande do Sul. Uma coleção iconográfica do museu da mesma Santa Casa foi objeto de estudo de Amanda Mensch Eltz, na sua pesquisa definida como monumentos de gra-

tidão. Registros de batismos de crianças expostas na Capela Senhor dos Passos, da mesma instituição, entre as décadas de 1830 e 1860, são a contribuição do genealogista Diego de Leão Pufal. E, finalmente, sobre os destinos das meninas enjeitadas na roda da Santa Casa de Porto Alegre, a historiadora Regina Portella Schneider apresenta informações inéditas, sobretudo, acerca dos asilos que as acolheram nos séculos XIX e XX.

Finalmente, registre-se a importância desta obra para a amplitude historiográfica das Misericórdias. Os autores dos textos apresentados, ao alargarem o espectro de estudo, análise e desvendamento das potencialidades de seus acervos, motivarão, sem dúvida, a que jovens pesquisadores venham a dar um mergulho dirigido às Santas Casas. Já que estas têm muito a informar e mostrar sobre o seu papel e sentido nas comunidades onde se fixaram.

Esta publicação, efetivamente, sela a continuidade da parceria entre Misericórdias, de Portugal e do Brasil, através, sobretudo, da atuação das Santas Casas de Misericórdia de Braga/Portugal e de Porto Alegre/RS - Brasil, juntamente com a Universidade do Minho/Braga-Portugal, que vêm promovendo um rico e afinado intercâmbio, potencializando conhecimento e sua difusão, e fortalecendo-as institucionalmente.

Aos autores, a palavra é de agradecimento por suas significativas contribuições.

E a todos, uma boa e proveitosa leitura.

Maria Marta Lobo de Araújo
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadoras



PARTE I – ACERVOS DE MISERICÓRDIAS E PESQUISADORES DE PORTUGAL

Capítulo 1

POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LIVROS E PAPÉIS NA MISERICÓRDIA DE BRAGA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo¹

INTRODUÇÃO

A história das Misericórdias da Idade Moderna é hoje melhor conhecida, fruto de um vastíssimo conjunto de trabalhos, saídos principalmente do meio académico. Pese embora nas universidades se produzir um intenso trabalho científico sobre essas instituições que na atualidade se vê já alargado ao Período Moderno Contemporâneo², também fora delas se assiste a várias publicações, atribuídas em alguns casos a historiadores locais. Esses estudos de natureza científica debruçam-se sobre os variados aspetos dessas instituições, e muitos deles contemplam uma pequena análise dos seus arquivos. Todavia, este é um dos setores que não tem sido aprofundado, nem analisado nas suas várias vertentes.

Mas, se os arquivos das Misericórdias não têm sido suficientemente atrativos enquanto objeto de estudo, o mesmo se verifica nas restantes confr-

¹ Professora do Departamento de História/Universidade do Minho; Membro do Lab2PT; Braga/Portugal.

² Apesar de assistirmos a um maior número de investigadores a interessados pela história contemporânea das Misericórdias, o investimento é muito inferior quando comparado com o feito na Idade Moderna.

rias, realidade presente para os que se encontram em arquivos públicos e com maior intensidade para os que permanecem nas entendidas privadas. Essa realidade constata-se também noutros países europeus (LIVERANI, 2007, p. 44).

Embora este seja o panorama geral em Portugal, foram já publicados alguns trabalhos referentes aos arquivos das Misericórdias (PENTEADO, 2002; ARAÚJO, 2012, p. 128-149; ARAÚJO, 2007, p. 35-77). Sublinha-se que algumas delas dispõem de inventários publicados e arquivos muito bem conservados e abertos ao público.

Aos arquivos está associada uma política de organização e conservação da memória escrita, que, para além da constituição de um património, alia a utilidade diária no que diz respeito aos diversos setores de atividade de cada instituição. No caso das Misericórdias, os vários setores e subsectores existentes exigiram ao longo da Idade Moderna um arquivo operacional, o que obrigou as diferentes Mesas a tomar medidas, definindo linhas orientadoras de organização e preservação da memória escrita e assumindo particular relevo nessas instituições por possibilitar preservar a história, mas também criar identidade (LE GOFF, 2000, p. 44-46).

Aos arquivos está normalmente associado um escritório, equipamentos para guardar e conservar livros e papéis, e um espaço físico, embora no que toca às Santas Casas tenha sido comum o seu património arquivístico ter conhecido diversos locais. O que nem sempre contribuiu para uma boa conservação e preservação. De acordo com a política dos mesários, o arquivo manteve-se ou mudou de local, e nos últimos 40 anos foi em várias Santas Casas objeto de intervenção e preservação.

Embora o compromisso da Misericórdia de Lisboa enviado às Misericórdias a pedido destas criasse uma certa uniformidade, podendo ser adaptado a cada contexto, o facto reflete-se na constituição dos cartórios de cada confraria. Foi, porém, na forma como cada uma lidou com esse setor e com os infortúnios a que este esteve sujeito que hoje em dia conhecemos situações muito díspares. Existem Santas Casas com espólios muito ricos e bem conservados, outras com muitas falhas em várias séries documentais e outras ainda com arquivos muito delapidados. Há também que continuar a dar pouca atenção a esse património, demonstrando menor preocupação com a sua preservação, mantendo-o sem inventariação, em locais pouco apropriados e sem acesso à consulta. Embora o discurso seja contrário em vários casos, na prática este é ainda hoje o estado em que se encontram alguns arquivos.

As linhas mestras seguidas por essas confrarias para a constituição da sua memória escrita sobre as suas atividades encontram-se no compromisso de 1516, ao mencionar-se o número de livros que deviam existir e ao atribuir a um dos mesários a tarefa de registrar por escrito os assuntos diversos em livros próprios. Essa organização por assuntos veio, com o crescimento dessas instituições, a mostrar-se insuficiente. Com a integração de hospitais e de outras instituições de assistência e com a instituição de legados, por exemplo, os livros mencionados em 1516 não estavam adaptados à nova realidade, que se apresentava mais exigente e complexa, pois os existentes não cobriam as várias valências surgidas e em pleno desenvolvimento. As diferentes obras de misericórdia, mas principalmente as corporais, obrigaram à existência de muitos livros para registrar as suas diversas subáreas, das quais se destacam os doentes, os enterros, as missas, as propriedades, o pagamento a assalariados, para somente registarmos algumas delas.

O arquivo foi ainda tema tratado nos vários compromissos que foram reformados ou criados em algumas Santas Casas. Em Braga, o compromisso publicado em 1631 não estabelecia nenhum capítulo para o arquivo, mas mencionava alguns livros: o da cera, um preto das tábuas dos irmãos e ainda outros para benfeitores que instituíssem capelas. Nessa circunstância, eram confeccionados livros individuais (COMPROMISSO, 1631). Mencionava ainda livros para doentes, cativos, depósitos, acórdãos, letras e de segredo.

Também no Compromisso da Misericórdia do Porto de 1643/1646 não existia nenhum capítulo sobre o arquivo, o que estava associado à “complexidade do dia-a-dia, assim como à organização de fluxos de informação precisos entre a Mesa, sobretudo o Provedor e o Escrivão, e os diferentes Mordomos” (AMORIM; SECA; MOREIRA; ALVES, 2018, p. 444).

No final do livro do Compromisso de 1631 da Santa Casa de Braga, integra-se a cópia dos privilégios enviados por D. Manuel I à Misericórdia, em 1514, extraída de um “livro encadernado em taboa e cuberto de couro em que está o compromisso da dita Mizericordia e no fim delle huma carta de El rei D. Manoel que Deos tem” (COMPROMISSO, 1631, doc. apenso).

O ESCRIVÃO

Os Compromissos de 1577 e de 1618 enunciam um conjunto de normas que se refletiram não somente na organização dos arquivos, como também na sua estrutura interna (PEREIRA, 2000, p. 191). Como estabelecido no Compro-

misso da Misericórdia de Lisboa de 1618, o de Braga, de 1631, definia critérios para a escolha do escrivão: devia ser pessoa de 40 ou mais anos, desocupada, e que tivesse “virtude e consciência”. O mesário que ocupasse esse lugar deveria ser desocupado para se poder entregar ao “serviço de Deos & de nossa Senhora” (COMPROMISSO, 1631, p. 11v.). Estava obrigado a deslocar-se diariamente à instituição, de manhã e de tarde, o que conferia grande centralidade a esse setor. Essa exigência equiparava-o aos médicos e aos cirurgiões que também tinham de ir ao hospital duas vezes ao dia. Competia-lhe tomar todas as contas mensais e anuais ao mordomo da casa, bem como devia assistir às entregas que se fizessem, mesmo que não fossem efetuadas pelos irmãos. Todas essas tarefas explicam a sua presença na confraria, duas vezes ao dia. Após o cumprimento do mandato, servia de esmoler no mês de julho, tarefa que os mesários findos, nobre e oficiais, desempenhavam de forma rotativa (COMPROMISSO, 1631, p. 16).

O esmoler tinha a obrigação de ir à confraria nos dias das sessões da Mesa, mas igualmente sempre que fosse necessário. Não podia realizar nenhuma despesa sem ordem do provedor, embora estivesse autorizado a despachar cartas de guia a pobres provenientes de outras Misericórdias após terem sido aceites pelo provedor. Findo o seu mês, prestava contas até ao dia 8 do mês seguinte, ao escrivão, que as lançava nos respetivos livros.

Porém, em 1767, a Santa Casa de Braga procurou obter autorização régia para os escrivães poderem ter idade inferior, talvez por sentir dificuldades em encontrar mesário que aceitasse a tarefa de escrivão já com uma certa idade. O trabalho era muito, e nem todos o viam com bons olhos.

Só os irmãos nobres ou do primeiro foro podiam desempenhar essa tarefa. Esses homens podiam substituir o provedor em caso de impedimento, o que lhes conferia muita autoridade. Em Coimbra, a escrivania da Santa Casa era ocupada por homens muito credenciados socialmente, que circulavam entre os cargos do poder mais importantes na cidade, mas também, por exemplo, no Santo Ofício (LOPES, 2002-2003, p. 218-219).

Em função das tarefas que seu mesário desempenhava e da autoridade de que estava investido, em 1628, a Santa Casa alcançou o privilégio de deixá-lo isento das justiças da cidade, o que significava não ser atingido pelos poderes judiciais da localidade.

Figura 1 – Frontispício do livro de sentenças



Fonte: ADB, Livro nº 704, fl. 14.

Competia a esse mesário proceder a todos os registos, podendo, no entanto, ser substituído em caso de ausência. Nessa altura, o provedor encarregava outro mesário para tomar nota dos assuntos num caderno, os quais, mais tarde, seriam lançados nos livros próprios pelo escrivão. Em situação de ausência prolongada ou morte, o escrivão seria substituído pelo homólogo do ano anterior e, na eventualidade de este não aceitar, seriam contactados os dos anos antecedentes até haver quem aceitasse o cargo. Se não fosse possível encontrar substituto seguindo essa metodologia, os eleitores eram chamados para procederem a nova eleição.

Apesar de o registo nos livros ser monopólio do escrivão, para o aliviar, procurações, cartas e outros documentos podiam ser escritos por outros irmãos, embora necessitassem de ser assinados pelo escrivão.

Como só o escrivão podia lançar nos livros de atas os assuntos, a sua ausência prejudicava a ação governativa, pelo fato de seu substituto não poder escrever nos respetivos livros, não existindo, assim, informação sequencial disponível em tempo útil. Essa circunstância levou a Mesa, em 1795, a solicitar à monarca autorização para o seu provedor poder em tal situação nomear outro irmão do primeiro foro para essa tarefa (ADB, Livro nº 21, fl. 168v-169). Essa autorização

veio possibilitar à Mesa ter a informação mais ordenada nos livros e poder ser disponibilizada sempre que necessário.

No compromisso de 1769³ existiam algumas alterações às funções do escrivão. O cargo deveria ser ocupado por pessoa com “esclarecida nobreza e alta prudencia”, ao que devia aliar “igualdade na alma das suas acções”, assim como de uma “consumada inteligência”. Exigia-se-lhe competências intelectuais e qualidades morais. Acrescentava-se também que seria pessoa das mais distintas da terra pela sua nobreza e ilustríssimo nascimento e virtudes, apontando-se que deveria ter pelo menos 30 anos e reunisse condições e aptidões para o cargo. A menção à idade ia contra o estabelecido no compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, mas que em Braga não se adequava. Competia ao escrivão escrever nos livros correntes, e na ocasião só outros poderiam escrever certidões, cartas, mandados, editais, conhecimentos, cartas de guia, procurações, etc. (ADB, Pasta I, doc. avulso). Era ainda sua atribuição tomar contas de dois em dois meses aos tesoureiros, tanto da Misericórdia como do hospital, e no final do ano proceder ao encerramento dos respetivos livros, bem como assistir à saída de Casa de peças de ouro ou de prata e de dinheiro retiradas pelos irmãos ou por pessoas particulares e muito particularmente pelos tesoureiros e mordomos. Chamado, assim, a uma nova tarefa, que implicava grande responsabilidade, essas movimentações deveriam constar em livros respetivos, que se guardariam no cartório (ADB, Pasta I, doc. avulso).

O escrivão recebia dos tesoureiros os recibos e era ele que os registava nos respetivos livros, devendo tratar esse assunto com diligência, pois, quando lhes fossem entregues no primeiro dia de cada mês, era obrigado a assentar os assuntos até ao dia 15 do mesmo mês. Era também ele que lançava nos respetivos livros as despesas efetuadas com as bandeirinhas dos presos, copiando neles o seu nome e assinando o registo. Devia escrever os contratos em todos os livros respetivos e ter um “vigilantissimo cuidado de recolher no cartório della e seu hospital todos e quaesquer livros que findarem no seu anno, como também todos os mais papeis” respeitantes ao património e aos privilégios da confraria. Os papéis avulsos e separados existentes deveriam ser mandados encadernar para não se perderem, sendo proibida a sua saída para fora do arquivo, sob pena de castigo (ADB, Pasta I, doc. avulso).

Existe, pois, uma maior exigência posta no cargo do escrivão, ao mesmo tempo que se reforçam as medidas de segurança e de preservação do património

3 Não sabemos se chegou a ser publicado, pois conhecemos somente o documento que serviu de rascunho e sobre o qual trabalhamos.

documental. A Santa Casa percebe o valor desse património, procura não o alienar e faz recair mais responsabilidades sobre o escrivão.

Esse mesário tinha as chaves do cartório da Misericórdia e do hospital, como também de algumas gavetas da mesa, onde se guardavam alguns documentos. Ao facultar o acesso aos documentos apenas ao escrivão, a confraria responsabilizava-o em caso de desvio da documentação, pois era muito fácil localizar o depositário da chave.

Mas, se aparentemente o arquivo estava seguro, na prática podia não se encontrar vedado a intrusos. O Dr. Gervásio Magalhães, escrivão da Casa, foi em 1747 acusado de ter entregue a sua chave ao provedor das capelas, onde este fora com o Dr. António de Azevedo e retiraram o livro da Regra do Coro, ou seja, o regulamento do coro. A situação, por ser grave, originou um grande enredo na Mesa e deu lugar a uma devassa e a admoestações, por estar em causa a saída indevida de um livro importante. Esse desaparecimento levou à criação de um novo regulamento para os capelães do coro, estando concluído no ano seguinte. Mais tarde, em 1762, foi trasladado e fornecida uma cópia ao capelão-mor (CASTRO, 2006, p. 434-435).

Para melhor funcionamento do cartório, em 1775, a Santa Casa tinha já um cartorário (ADB, Livro das Provizoens..., não paginado), seguindo, aliás, o que outras congêneres de maior dimensão tinham adotado para o seu arquivo. Bem cedo, em 1667, a Misericórdia do Porto resolveu contratar um cartorário, evidenciando a preocupação da provedoria em dotar esse setor de maior eficácia. Porém, a experiência dos primeiros anos não foi coroada de êxito, provavelmente devido às funções que lhe estavam atribuídas (ADB, Livro das Provizoens..., não paginado).

Para Braga, não sabemos se o cartorário podia escrever os registos nos livros ou se apenas lhe competia a organização do arquivo em conjunção com outras tarefas. A presença assídua desse funcionário contribuía para um maior controlo da documentação, pois impedia a sua saída sem justificação.

A PREOCUPAÇÃO COM A ARRUMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS LIVROS E DOS PAPEÍS

Fundada muito provavelmente em 1513, a Misericórdia de Braga foi construindo o seu arquivo ao longo dos séculos, preocupação visível em muitos momentos por parte dos seus mesários.

Estudar um arquivo de uma Misericórdia na Idade Moderna é abordar a história de uma instituição de caridade (OLIVEIRA, 2018, p. 39) e também

encontrar dados sobre a história local e nacional. Obtendo, por conseguinte, informação muito útil para o estudo das sete obras de misericórdia corporais, e muito pouca informação sobre seis espirituais, já que existe abundante para a referente, a rezar pelos vivos e defuntos. espiritual.

O seu espólio documental manteve-se na instituição, até 1986, data em que uma parte muito significativa dele passou para a custódia do Arquivo Distrital de Braga. Com ele, transitou o armário onde se encontravam alguns livros e papéis, o qual se encontra atualmente no Museu Nogueira da Silva. Esses livros da Misericórdia de Braga são maioritariamente encadernados em pergaminho em carneira e encontram-se bem conservados. O espólio contém ainda maços de documentos avulsos.

A parte mais significativa do hospital de São Marcos, na sua administração desde 1559, e a documentação mais recente da Misericórdia permanecem nas instalações da Santa Casa, estando na atualidade devidamente preservada, mas ainda sem total inventariação. Pese embora essa importante parte do arquivo estar ainda por catalogar, as recentes medidas tomadas procuraram preservar essa relevante documentação, possibilitando já o acesso à sua consulta, muito embora de maneira cautelosa. Esta e outras medidas tomadas pela Santa Casa evidenciam um olhar mais atento e criterioso para esse património, assim como o entendimento que dele se faz, enquanto guardião de memória e de identidade (PENTEADO, 2002, p. 121).

O hospital de São Marcos possuía arquivo próprio, tendo a sua documentação transitado para a confraria apenas em 1719, quando o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) o determinou, obrigando a Câmara Municipal de Braga a enviar toda a documentação que tinha sob a sua posse. A presença da edilidade estava associada ao facto de ter ficado com a administração do hospital, desde a sua fundação, em 1508, até 1559, quando, como já mencionado, passou para a tutela da Misericórdia. Ficando, todavia, os vereadores encarregados da cobrança das rendas, foros e laudémios, precisando, por conseguinte, da documentação existente. E assim se manteve até 1719, quando a Santa Casa passou a realizar essas cobranças, e o respetivo arquivo transitou para a sua tutela.

Porém, em 1726, a Mesa deliberou que a documentação do hospital ficasse no cartório da Santa Casa e que fosse entregue um rol com toda a documentação ao tesoureiro do hospital, podendo solicitá-la quando necessitasse. Na sequência, ordenou a confecção de um livro para nele se inserirem os contratos do hospital (CASTRO, 2008, p. 295). O órgão dirigente tomou uma posição muito forte,

indo em sentido oposto ao que se praticava desde 1719, quando se estabeleceu colocar o arquivo referente ao hospital no próprio edifício onde este funcionava. A sede da Misericórdia ficava situada não muito longe, mas ainda a algumas centenas de metros, o que implicava que o tesoureiro tivesse de se deslocar para aceder à documentação necessária. Com essa decisão, a Mesa procurava preservar a memória da instituição, numa altura em que as portas abertas do hospital criavam problemas graves de várias ordens. Não estavam em causa apenas os aspetos morais, mas também patrimoniais e de imagem pública. Para eliminar o descontrolo em que o hospital se encontrava e zelar pela sua documentação, os mesários optaram pela segurança, apesar de a medida colocar alguns entraves de operacionalidade ao tesoureiro.

A constituição do arquivo da Santa Casa fez-se à medida das necessidades e tomou o rumo que os mesários desenharam e concretizaram para esse setor. Cada subsector tinha livros próprios, tantos quantos necessários. Os irmãos eram assentos num “livro particular, que andarà fechado, & de que sô o Provedor terá chave”. Os assentos dos novos irmãos eram efetuados pelo escrivão e assinados pelo provedor. Nesse livro não estavam somente registados os irmãos, assentavam-se também os candidatos que tinham sido excluídos, segundo o dia e o mês (COMPROMISSO, 1631, p. 3). Tratando-se de uma matéria sensível, apenas o provedor o podia abrir e o escrivão assentar os registos, ficando o conhecimento do seu conteúdo apenas na posse dos dois mesários.

Era preciso manter segredo sobre assuntos que podiam interessar aos inimigos e a outras pessoas. Invocava-se o segredo para colocar alguma informação controlada. Foi por essa razão que, em 1769, invocou-se o “muito segredo pela sua importância, e seria imprudente e reprehensível que esta estivesse exposta a especulação curiosa dos serventes della com notável prejuízo do mesmo segredo” (ADB, Pasta I, doc. avulso) para fechar a três chaves o armário do cartório.

Se, por um lado, a autonomia que a Misericórdia possuía em termos de gestão económica e patrimonial favoreceu o desenvolvimento do arquivo, por outro, tornou-se necessária para o seu funcionamento. Era imperioso passar a escrito, criando memória, as palavras orais, facilitando o quotidiano em termos de cumprimento de regras e de adoção de comportamentos. O arquivo assume relevo em todas as Misericórdias devido à rotatividade anual das Mesas e à existência de regras para se poder ser mesário, facto que nem sempre era respeitado em muitas Misericórdias, que voltavam a eleger alguns irmãos em anos consecutivos, contra o enunciado no compromisso (PEREIRA, 2008).

A ação dos homens, nem sempre atenta ou mesmo desleixada, o impacto das guerras, principalmente nas instituições de fronteira, marítima, fluvial ou terrestre e os desastres naturais são os motivos mais fortes para explicar o desaparecimento de livros e outros papéis ou mesmo de todo o arquivo para um período determinado, ou ainda para vários séculos. Cada arquivo de uma Misericórdia tem a sua história, embora se encontrem em todos traços comuns do seu percurso, decorrentes da sua constituição, que obedecia ao compromisso.

Os conflitos bélicos não apenas perturbavam a vida das populações, como agiam duramente junto de muitas instituições. Na Misericórdia de Braga, decidiu-se, em 1663, período difícil da guerra da Restauração, enviar o seu arquivo para o mosteiro beneditino de Santo Tirso, por considerar estar lá mais seguro. Seguiu o caminho da Sé de Braga, que tomou igual medida.

Mas a colocação menos cuidadosa dos livros e papéis contribuiu igualmente para a danificação desse importante património, e em Braga nem sempre esteve bem acondicionado, sofrendo por vezes os efeitos das intempéries.

Para além das razões enunciadas que tiveram repercussões muito negativas nos arquivos das Misericórdias, a dispersão da documentação por vários espaços e até por móveis dessas confrarias não facilitava a operacionalidade no uso da documentação, nem o seu fluxo entre os mesários que dela necessitavam.

Na Santa Casa de Braga, a documentação encontrava-se até determinada altura dispersa por diferentes locais: numa gaveta do móvel onde havia a imagem de Cristo; no cofre da instituição; na caixa do despacho, etc. Essa dispersão em nada ajudava a consulta dos livros e papéis. Nessa altura, ainda não existia um móvel para os guardar.

Apesar de a segurança dos documentos estar à partida garantida pelo controlo das chaves entre o provedor e o escrivão, na prática não era bem isso que acontecia. E para colocar termo ao desvio de documentação, a Misericórdia de Braga solicitou, em 1739, um breve de excomunhão ao papa, destinado a todos que desviassem livros do cartório sem ser “para utilidade judicial” (CASTRO, 2006, p. 543).

A atitude aponta para uma situação desesperada dos mesários, procurando pena maior para os fiéis, na tentativa de eliminar a saída de livros do cartório sem fim justificado. Para se ter chegado a essa situação, os problemas causados deveriam ser muitos e graves.

O desaparecimento de um livro de contas do hospital, em 1747, onde se encontravam as contas da botica, ocasionou um grave conflito na irmandade. A Santa Casa devia 105.450 réis ao boticário José Alves dos produtos forneci-

dos à botica do hospital, mas o provedor mostrava-se renitente em pagar essa dívida, por considerar que a despesa não estava justificada, embora a Mesa deliberasse por maioria efetuar o pagamento. Simultaneamente, ordenaram também que o livro referido fosse colocado numa arca, pois já anteriormente tinha sido desviado, embora tivesse posteriormente aparecido. Foi com base nas informações que continha que tornou possível o pagamento ao citado boticário. No epicentro do desaparecimento do livro parece ter estado o provedor, procurando obstar o pagamento. A importância do livro prendia-se com o desvio do dinheiro, o que implicava irmãos e o novo ato eleitoral que se avizinhava. Receava-se ainda o desaparecimento do livro das contas do hospital, assim como o balanço das contas da botica uma vez mais, o que envolvia a acusação de certos irmãos, que tinham aprovado o pagamento da quantia referida ao boticário anteriormente citado.

A Misericórdia estava dividida e, no dia 2 de julho do referido ano, o juiz de fora apareceu na Santa Casa para presidir às eleições, facto que levou ao protesto do provedor. Uma queixa tinha chegado a D. João V, que ordenou a presença do juiz de fora no ato. No centro da conflitualidade estava a atuação dos mesários que atuavam com base nas informações de um livro, procurando uns cumprir o que nele estava exarado, e outros, o pagamento ao boticário. O livro foi escondido, não existindo prova (CASTRO, 2008, p. 320-323).

Esses e outros episódios fizeram parte do quotidiano dessas instituições, evidenciando a importância do arquivo e a necessidade da sua preservação.

Em Braga, com o aumento muito significativo de legados recebidos no século XVII, o volume de registos complexificou-se muito. O sentimento de que os registos não estavam bem feitos, dificultando a sua consulta, com consequências em termos administrativos, foi assumido pela Mesa, em 1625, quando se constatou a desorganização existente nos assentos. O órgão de gestão procurou remediar a situação com a escolha de um grupo de irmãos, incumbindo-os da tarefa de ordenar e seleccionar os assuntos mais relevantes para a administração da confraria (ADB, Livro nº 1, fls. 3-3v.).

Na sequência, em 1626, mandou fazer um armário para conservar de forma ordenada os livros e papéis. O móvel possuía gavetas, guardando numa delas as pautas das eleições do dia 2 de julho, para que no dia seguinte fossem retiradas e fosse concluído o processo eleitoral (COMPROMISSO, 1631, p. 6v.).

Era também num móvel semelhante que a Misericórdia do Porto guardava o seu património arquivístico em determinada altura, separando a documentação por assuntos. Sabemos que em dois armários encontravam-se os docu-

mentos referentes ao legado de D. Lopo de Almeida. Nos restantes, encontravam-se os livros e papéis da restante vida da instituição, separada por gavetas e prateleiras. Essa separação contribuía ainda para uma melhor organização dos documentos.

Mais tarde, em 1660, foi mandado construir um novo armário para o arquivo.

Figura 2 – Armário construído em 1660



Fonte: fotografia de Sandra Castro.

Esse armário, construído em boa madeira, possui uma interessante capacidade de armazenagem, ao mesmo tempo que possibilita a sua organização, por ser dividido em duas partes e dentro delas existirem várias prateleiras. Cada uma dessas duas divisões tinha chave própria, o que capacitava uma abertura independente de cada uma delas, e era robustecida com um ferrolho suplementar, como se demonstra na imagem 2.

Figura 3 – Pormenor do armário



Fonte: fotografia de Sandra Castro.

A consulta dos documentos guardados no armário encontrava-se facilitada pelo texto escrito exteriormente, em cada uma das divisões, identificando o seu conteúdo. Numa delas, encontrava-se também a data de construção do móvel.

Com o crescimento da atividade da Misericórdia de Braga, aumentou muito a produção documental, o que contribuiu para a desorganização do seu arquivo. Um dos setores onde se tornou mais evidente foi o dos legados, que possuía vários subsetores.

Sem podermos analisar todos os subsetores que integram o atual arquivo da Misericórdia para a Idade Moderna, preservados no Arquivo Distrital de Braga, chamamos a atenção para as séries de livros de atas, de irmãos e de eleições, de pobres e expostos, de legados e missas, de dotes de casamento, de tombos do hospital e da Santa Casa, do dinheiro dado a juro, do recolhimento de Santo António, do celeiro, dos contratos, entre muitos outros. Sublinha-se ainda a existência de dois livros de visitas e devassas, documentação menos comum nos arquivos dessas confrarias. Infelizmente, o arquivo não se encontra completo. Apesar de se ter perdido muita documentação, existem livros para a primeira metade do século XVI, referentes às cobranças das rendas do hospital e de receita e despesa da confraria. Já o primeiro livro de atas existente remonta a 1558, mas estas só surgem de forma sequencial nas primeiras décadas do século XVII, após o que se inicia uma série completa de livros sem lacunas e muito bem conservados.

Perdeu-se muita documentação necessária à compreensão de muitos setores da vida da instituição e particularmente do hospital. Os livros de doentes existentes para o período em análise são poucos e contemplam registos para um número muito escasso de anos. Também para os presos só existem livros para o século XVIII, mas aqui a informação adquire um carácter sequencial. Enfim, muita informação perdida, mas felizmente também muita informação disponível e bem conservada.

Mas houve documentação que se perdeu por razões involuntárias, outra não foi selecionada para ser preservada, sendo eliminada, não sendo tida como necessária e útil, logo sem razão para ser guardada.

Inserida na região do Minho, a Misericórdia de Braga possui documentação dispersa sobre os legados chegados do Brasil, dirigidos principalmente para o casamento de raparigas, através da distribuição de dotes, e para a celebração de missas. Essa documentação tem de ser procurada em diversos locais, mas principalmente nos livros de dotes e nos livros de títulos. Nestes últimos, encontram-se por vezes os testamentos e a celebração de missas. Contrariamente ao que se conhece para outras congéneres minhotas, não se preservam cartas.

Detivemo-nos nos livros de dotes de casamento e nos livros de missas. No setor dos dotes, reconhecia-se a existência de erros, confusão, dificuldade na leitura de alguns textos, enfim um mar de problemas que permaneceu ao longo da Idade Moderna, mormente as medidas que se foram tomando.

A falta de organização foi muito sentida na distribuição de dotes de casamento. Os dotes de Pedro de Aguiar e Maria Vieira, instituídos em 1645, sofreram dessa má organização, provocada pela ação dos mesários. A assunção da desordem instalada nos livros desses dotes elucida bem sobre a forma como era encarado o registo dos assuntos, mesmo em livros específicos.

Em 1785, estabeleceu-se uma metodologia que clarificava o processo, mas complicava a sua operacionalidade. Assim, os dotes pagos e os que não foram aceites ficavam na secretaria, tal como as cartas de informação das candidatas e consultas realizadas. Já os que eram objeto de apreciação encontravam-se na Mesa do despacho e na gaveta do móvel, onde estavam a imagem do Santo Cristo e os mapas (CASTRO, 2006, p. 237).

Apesar de existirem livros próprios para determinadas funções, em que se inseriam a distribuição dos dotes para casamento, a confusão nos registos esteve muito frequentemente instalada, sobretudo em alguns deles. A Misericórdia trabalhava com livros específicos para cada instituidor de dotes perpétuos, separando o assunto da restante documentação produzida pela confraria. Porém, o

esquecimento e o facto de os mandatos da Mesas serem anuais levou em vários casos a muita desorganização e incorreção em erro. O caso foi mais frequente em dotes com particularidades, como os instituídos por Maria Vieira e Pedro de Aguiar, ricos comerciantes de sedas que viveram na cidade de Braga, durante a primeira metade do século XVII até 1660.⁴ Esse casal, embora tivesse tido cinco filhos, assistiu à morte de todos eles num período de grandes epidemias e de altíssima taxa de mortalidade infantil e juvenil. Usou, portanto, a sua riqueza para viver de forma luxuosa e para fazer bem aos pobres. Em 1645, já com todos os filhos defuntos, instituiu um dote anual de casamento para as suas familiares, de 40 mil réis, quantia que subiu para 60 mil réis, em 1660, alternando anualmente entre as dos dois ramos. Para além dessa exigência, que fazia distribuir parte da sua fortuna de forma equitativa pelas mulheres das famílias de ambos, instituíram outros critérios.

Como a Misericórdia de Braga distribuía muitos outros dotes, alguns deles também de forma perpétua, os erros cometidos foram vários e de forma recorrente. Para além de terem sido colocadas várias notas nos livros de registo sobre a desordem e confusão existentes, com alertas dos escrivães sobre a necessidade de alterar procedimentos, a Santa Casa optou por uma estratégia seguida também em outras Misericórdias. Esta consistiu no lançamento destes e de outros dotes em vários livros, onde se encontrava, pelo menos num deles, os testamentos dos instituidores.

Para melhorar o registo dos testamentos, doações, obrigações de missas e contratos, em 1789, a Mesa decidiu conferir-lhe uma “nova forma”, comprando um novo livro para os registos serem realizados de uma maneira mais ordenada, sistematizada e racional, estratégia seguida em outras instituições de assistência (RAMOS, 2018, p. 245). O livro abria com o mês de janeiro, e cada missa era lançada no dia da semana em que era celebrada. Essa metodologia seria seguida para todos os meses do ano. A mudança de procedimento prendia-se com a dificuldade em consultar as missas, mas também com a redução desses sufrágios (CASTRO, 2006, p. 317). A Santa Casa ia ajustando a sua produção escrita a novas formas de atuação, decorrentes das dificuldades encontradas, mas também das circunstâncias do momento. Todavia, os problemas mantinham-se, e por mais medidas que fossem adotadas, nem sempre estas resultavam eficazes. A decisão de 1800 para confeccionar um livro destinado a fazer “Memória das Escripturas e Papeis que sahiram para fora da Real Casa da Santa Mizericordia”, ficando com uma cópia para maior segurança, demonstra que o controlo era ain-

4 Data em que Maria Vieira, já viúva, faleceu.

da precário e que a documentação escapava sem autorização. Os vários entendimentos que cada Mesa possuía da sua memória escrita e a forma como agiam resultava em procedimentos variados, uns mais enérgicos e esclarecidos, outros menos e talvez mais facilitadores. O que não contribuía para a salvaguarda desse património, nem para a sua eficaz utilização.

Assim, no “7º livro dos tittulos e documentos da Santa e Real Caza da Misericórdia”, onde se encontra uma diversidade grande de assuntos, como breves, testamentos, deliberações da Mesa, bulas e sentenças, existem também os dotes de Maria Vieira e Pedro de Aguiar, os do capitão Domingos Fernandes de Freitas e os do padre António de Abreu Faleiro. Apesar dessa arrumação, a realidade é que deveria estar sujeita a outros critérios. No primeiro livro de assentos de cada um desses legados deveria estar registado o testamento com as cláusulas instituidoras, o que facilitaria a consulta do documento e a distribuição dos dotes. No referido livro foram colocadas as regras de funcionamento dos dotes, por causa da confusão que se reconhecia existir, o que pervertia a ordem e a intenção dos instituidores. Os mesários hesitavam nos procedimentos a adotar, devido às informações se encontrarem dispersas em vários livros e até em papéis avulsos, obrigando a muito trabalho de pesquisa que muitos não desejavam fazer e outros não tinham sensibilidade para isso. Nessas circunstâncias, atuavam sem fundamento, indo de encontro ao procedimento adotado no ano antecedente, acumulando desvios e erros (CASTRO, 2006, p. 225).

Tal como a documentação se encontrava não facilitava procedimentos claros e corretos, até mesmo a que se encontrava nos livros de atas; antes, concorria para a desordem reinante. E foi porque a Santa Casa necessitava de “exacta memória” que ordenou a confecção do referido livro, ao mesmo tempo que lamentou a inexistência de um cartorário para se responsabilizar por toda a escrita institucional, assim como pela sua organização interna.

Perante os protestos das candidatas dos dotes de Pedro de Aguiar e Maria Vieira, que sentiam a confusão e a desordem existente na memória escrita, e a atuação pouco acertada das Mesas, a Santa Casa recorreu frequentemente a teólogos para esclarecer dúvidas surgidas na distribuição dos dotes. Mas também as respostas não se encontravam ordenadas, facilitando novamente o arbítrio de quem distribuía. Os dotes que mais trabalho causaram aos mesários foram os deixados pelo padre António Abreu Faleiro, por Pedro de Aguiar e Maria Vieira e ainda pelo capitão Domingos Fernandes Freitas.

Confusão, desordem e pagamento de dotes atrasados verificaram-se em todos que perduraram no tempo, elucidando sobre procedimentos e práticas. A

Santa Casa de Braga, seguindo o caminho de muitas congêneres, colocava a crédito o dinheiro recebido, valorizando o capital. Este, por sua vez, não chegava em tempo oportuno, nem mesmo o juro, implicando que os dotes fossem pagos atempadamente, ou seja, após o casamento. Mas o que mais se evidencia nesses legados é como a falta de um arquivo a funcionar corretamente influenciou a atuação da confraria. Sabe-se que para além do escrivão podiam escrever em alguns livros o tesoureiro e o celeireiro, mordomos, por estarem autorizados a tais práticas. Toda a restante memória escrita saía do punho do tesoureiro, porém também se sabe que era frequente os irmãos levarem para suas casas os livros para mais comodamente procederem aos registos, ausentando-os do lugar adequado, por vezes, por longo tempo (ARAÚJO, 2013, p. 215-235). Havia ainda quem em situação de conflito se negasse a devolver os livros que tinha em sua posse. Documentos fora do seu contexto impediam a sua consulta, aumentando, assim, o desconhecimento das cláusulas estabelecidas e os erros na execução dos legados.

Mas o mais corrente esteve associado a procedimentos dos mesários a um certo comportamento rotineiro, sem atender à memória escrita, revelando pouco interesse pelos negócios da confraria. Os erros cometidos devido à desorganização dos registos acompanharam a distribuição dos séculos XVII e XVIII dos dotes instituídos pelo casal de mercadores de sedas Pedro de Aguiar e Maria Vieira. Erros, desorganização e confusão foram palavras recorrentes no discurso escrito dos escrivães para descreverem os registos e justificarem a atuação dos mesários na entrega incorreta desses dotes.

Os instituidores estabeleceram a rotatividade anual nos dotes de ambos os ramos familiares, mas na prática a situação foi outra em alguns momentos. Toda a documentação evidencia dotações anuais a quem se candidatava, e quase nunca aconteceu a rotatividade desejada, por alegada falta de candidaturas. A confraria procurava fazer o acerto para acabar com o desequilíbrio existente em vários anos consecutivos na entrega dos dotes apenas a um dos ramos familiares. O livro de assentos evidenciou essa situação, demonstrando a falta de rigor com que se operava. A Mesa resolveu, em 1762, solicitar pareceres aos letrados da Casa, pedindo-lhes melhor conselho. Estes pronunciaram-se sobre a confusão existente na rotatividade, o que levou o órgão diretivo a emendar os seus procedimentos (ADB, Livro nº 415, fl. 9-10v.). Porém, foi por pouco tempo, pois, em 1776, a situação continuava confusa nos livros de registo. Em uma outra advertência deixada no livro guardado na gaveta do móvel em que se encontrava a imagem do Santo Cristo, feita pelo escrivão, reconhecem-se os lapsos cometi-

dos. Apesar da clarificação que se ia colocando nos livros, em 1783 assumem-se novos erros e o provimento de um dote, em 1782, quando só deveria ser pago em 1784 (ADB, *Relação dos dotes..., não paginado*). *A situação parece evidenciar cumplicidades e solidariedades que facilitavam o acesso aos recursos da caridade* (ABREU, 2014, p. 279).

Mas, se os registos não aclaravam, antes confundiam os irmãos, estes também não se esforçavam para conhecer a documentação do cartório, nem os testamentos dos benfeitores. Por falta de um arquivo a funcionar devidamente, a Santa Casa foi confrontada com demandas no Auditório Eclesiástico da cidade, interpostas pelas mulheres descontentes com a instituição distribuidora e com as sentenças que beneficiavam as reclamantes. Colocando, assim, a nu a errada atuação da Misericórdia num assunto sensível e de sublinhada importância.

Sempre que se procedia à correção dos erros, alegava-se a necessidade de os irmãos agirem corretamente no futuro, porém o discernimento durava pouco tempo (CASTRO, 2006, p. 249-253).

Um outro setor muito importante para a instituição dizia respeito aos irmãos, devendo o arquivo fornecer informações preciosas para efeito de lhes conceder os direitos que tinham designadamente após a sua morte. E para não existir confusão nos registos, em 1585, quando a instituição deu um salto qualitativo e quantitativo em termos de crescimento, ordenou-se ao escrivão para não riscar o nome do confrade falecido, mas colocar antes uma cruz à margem do seu nome (CASTRO, 2006, p. 306). A menção procurava ordenar os registos nos livros, não criando entropia a quem os consultava. O risco era apenas efetuado na tábua, onde se colocaria o nome do que ingressava para o lugar vago. A colocação da cruz em substituição do risco estava relacionada com a celebração das missas a que cada irmão, sua mulher e filhos sob o poder paternal, com idades entre os 18 e 25 anos, tinham direito, ou seja, dizia respeito a direitos adquiridos (PENTEADO, 2001, p. 168). A Misericórdia de Braga conserva vários livros destinados às missas dos irmãos, demonstrando a preocupação que a norteava no cumprimento dos sufrágios.

Considerada a importância desses livros e do seu correto funcionamento, em 1741 a Mesa decidiu retirá-los do poder do capelão-mor e mandou colocá-los sobre a alçada do mordomo do mês, o que já anteriormente tinha acontecido. Esses livros não podiam ser confiados a nenhuma pessoa por guardarem assuntos considerados de relevada importância, exceto em caso de impedimento do irmão do mês, pois nessa circunstância transitaria para o mesário substituto. O capelão-mor recebia um acrescento de ordenado por escrever nos livros de

missas dos irmãos, devendo proceder de acordo com as ordens da Mesa na contagem dos capelães e das missas celebradas, embora o registo das missas fosse competência do mordomo do mês.

O setor dos legados e das missas era diversificado e complexo, e envolvia muitos sacerdotes, sacristães, igrejas, altares, assim como calendários de celebrações bem diferentes. Havia missas diárias, perpétuas, missas anuais, mensais, semanais, de aniversário, cantadas, rezadas, *de requiem*, etc. Esse complexo *puzze* originou muitas confusões e até conflitos por não funcionar devidamente.

As Misericórdias celebravam milhares de missas, anualmente, dependendo evidentemente dos legados que cada uma recebeu, perpétuas ou não, o que levou à contratação de um grande volume de capelães. Só esse setor exigiu vários livros de registo.

Na Santa Casa de Braga existiram vários livros referentes às missas celebradas na Idade Moderna. Os legados constituíam um setor complexo, o que se reflete não apenas na organização do arquivo, mas também na escrita dos livros, que em Braga se encontravam a miúdo confusos e desorganizados. Apesar de se fazerem livros individuais para os benfeitores que instituía capelas, mesmo assim reinava a confusão e a desordem.

Então, a entrega desses livros a diversas pessoas pode estar relacionada com as competências demonstradas, assim como com a disponibilidade apresentada por alguns desses homens (CASTRO, 2006, p. 306).

Ter um cartório a funcionar com toda a informação ordenada era relevante para a confraria satisfazer as obrigações fúnebres com os irmãos. A cada um, a Santa Casa mandava celebrar um determinado volume de missas por alma, acompanhando o movimento ascensional ocorrido noutras confrarias da cidade. Para se manter atrativa e captar novos elementos, a Santa Casa aumentou, em 1712, o número para 60 missas a cada irmão, numa atitude deliberada de se manter concorrente com as demais confrarias da cidade. Em 1631, eram cinco missas que se mandava celebrar para cada irmão, depois passaram para 20 e, em 1712, o número subiu para 60. Em 1739, eram já 100 as missas pelos confrades. O movimento ascensional de sufrágios era bem demonstrativo da preferência dos fiéis, o que contribuía em muito para a instituição se apresentar grandiosa na comunidade perante eventuais interessados em pertencer-lhe.

Os livros de missas que estavam nas mãos do mordomo do mês sofriam ainda a interferência dos capelães, pois estavam obrigados a assinar as já celebradas, sob pena de não lhes serem pagas. Essa estratégia servia para controlar a ação dos capelães, que, como já referimos, celebravam em várias igrejas e não

somente na da confraria. Acompanhar um setor onde intervinham várias pessoas a celebrar muitas missas com calendários diversos exigia grande dedicação e muito trabalho, o que nas palavras do escrivão provocava cansaço. Tudo isso teria sido responsável pela desordem e pela confusão existentes nos livros de registo desse setor. O mordomo do mês tinha de fiscalizar a celebração das missas, mas também escriturar tudo nos respetivos livros.

Geralmente, as missas dos legados estavam escritas por meses, facilitando a consulta. Em cada mês, estas estavam agrupadas por dias da semana. Separavam-se também as missas celebradas na igreja da Santa Casa das que eram mandadas dizer noutros templos e altares. Nos respetivos registos eram ainda colocados os nomes do sufragado e do capelão celebrante e o preço pago em cada uma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instituição quinhentista, a Misericórdia de Braga foi ao longo dos séculos construindo a sua memória escrita, setor indispensável para a sua organização e funcionamento. Seguiu como as suas congéneres o prescrito nos Compromissos da Misericórdia de Lisboa e, a partir de 1631, do seu próprio Compromisso, que no essencial não se desviava do da Santa Casa da capital.

Dentre os 13 mesários, um irmão nobre servia de escrivão, tarefa que se foi tornando cada vez mais difícil, à medida que a instituição cresceu. Em Braga, essa situação verificou-se no século XVII, quando recebeu o maior número de legados da Idade Moderna e foi necessário criar livros próprios para cada legado perpétuo, mas também tombos, livros de missas, livros de enfermos, de dotes, de pobres, etc.

Como o escrivão não podia ser substituído na escritura dos livros, apenas o seu substituto em caso de impedimento tinha acesso ao registo dos assuntos em cadernos, que depois seriam lançados nos livros competentes. O trabalho era imenso. Talvez por essa razão muitos livros fossem levados para casa, para mais comodamente serem escriturados.

Porém, com o avançar do tempo, constatou-se a necessidade de um cartorário e de um escrivão que tivessem menos de 40 anos de idade, ou seja, fossem mais novos e vigorosos para proceder a tanto serviço e ir à confraria duas vezes por dia: uma de manhã e outra de tarde. Em muitas Misericórdias, o ato da escrita era entendido como um fardo, por se tratar de uma tarefa exigente e complexa. Reconhece-se também que alguns escrivães se dedicaram a tornar os seus livros pequenas obras de arte, fazendo neles gravuras.

Figura 4 – Frontispício do livro de irmãos



Fonte: ADB, Livro nº 51.

Em Braga, um dos livros revela na sua abertura um cuidado especial no registo do seu corpo social: os seus membros. Não somente a letra, mas até a cor da tinta são demonstrativas da deferência colocada no apurado trabalho de escrita.

As políticas de organização e conservação dos livros e dos papéis foram oscilando na Misericórdia de Braga e estiveram sobretudo relacionadas com o que se entendia ser o seu arquivo e com quais funções cumpria. Estiveram ainda sujeitas a escrivães mais ou menos zelosos, bem como a Mesas mais ou menos sensíveis à sua memória escrita. E assim se foi ziguezagueando na Idade Moderna. Foram-se também criando móveis para melhor acondicionamento dos livros e papéis, mas o certo é que estes saíam dos locais, eram desviados não somente pelos assalariados curiosos dos segredos que guardavam, mas também por irmãos, alguns deles mesários. A Misericórdia procurava restringir o acesso à documentação e simultaneamente responsabilizar os que tinham como tarefa a sua conservação. Mas o que mais se fazia sentir era a confusão nos livros e a dispersão dos assuntos neles. Os lamentos eram frequentes, sobretudo em legados que se cumpriam anualmente, mas a falta de uma política de maior racionalidade levava a que depois da correção feita os seus efeitos se fizessem sentir durante pouco tempo e tudo voltasse ao modo anterior. Na distribuição dos dotes foi

frequente o recurso a peritos para esclarecerem confusões, mas também os pareceres que acabavam desaparecendo, já que os documentos eram guardados nessa confraria, em muitos locais, facilitando a dispersão da informação. Se o setor dos dotes foi um dos mais atingidos pelo descuido e também por algum clientelismo no favorecimento feito a algumas candidatas, o das missas sofreu igualmente de muita dispersão e de algum descontrolo. As missas a celebrar eram de variada tipologia, os sacerdotes muitos, os locais de celebração variados, o que contribuía para muito desacerto e prejuízo para o crédito da instituição. Muitas vezes, houve reações, atendendo ao que saía portas fora e se falava na praça pública. O que devia ser do foro interno tinha galgado a porta e se espalhado entre a população. Estas foram as razões mais frequentemente enunciadas, bem como a incapacidade de se atuar devidamente, como acontecia no setor dos dotes. A memória ganhava cada vez mais importância e devia contribuir para o reforço da identidade da instituição. No século XVIII, principalmente na segunda metade, as preocupações com o cartório expressavam o racionalismo que também chegava às Mesas e ao setor do património documental.

Se existem bons exemplos de medidas tomadas para garantir a continuidade dessa memória escrita, nem todas as Misericórdias adotaram os devidos procedimentos ao longo da história para preservar o seu património documental.

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Fundo da Misericórdia:

Livro dos estatutos e assentos desta Santa Caça da Misericórdia 1618-1625, nº 1.

Livro dos termos ou actas 1791-1799, nº 21.

Livro dos irmãos 1585-1711, nº 51.

Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735, nº 415.

Livro das provições da Caça e do Hospital, nº 704.

Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira.

Livro das provições da Santa Caça da Misericórdia e Hospital da cidade de Braga, s. d., não paginado.

Pasta I, docs. Avulso.

Fontes impressas

Compromisso da Misericórdia de Braga, Braga, por Francisco Fernandes de Basto, 1631.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

AMORIM, Inês; SECA, Marta; MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia. Criar memórias e identidades – dar continuidade. In: AMORIM, Inês (Coord.). *Sob o manto da Misericórdia: contributos para a história da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, v. I (1499-1668). Coimbra: Almedina, 2018, p. 423-456.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Fontes para o estudo da pobreza e assistência em Portugal: os arquivos das Misericórdias da época moderna. *Revista da Misericórdia de Braga*, nº 9, p. 128-149, 2013.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. La producción escrita de la Misericordia de Vila Viçosa (1510-1910). *Estudios Humanísticos. História*, Espanha, nº 12, p. 215-235. 2013.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação. *Cadernos Vianenses*, tomo 40, p. 35-77, 2007.

CASTRO, Maria de Fátima. *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, v. III, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2006.

CASTRO, Maria de Fátima. *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, v. IV, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2008.

LE GOFF, Jacques. *Memória / História*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIVERANI, N. M. Gli archivi delle confraternite forlimpopolesi secoli XVII-XX. *Forlimpopoli Documenti e Studi*, XVIII, 2007.

LOPES, Maria Antónia. Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra, de 1700 a 1910: elites e fontes de poder. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, v. 2, p. 216-245, 2002-2003.

MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia; AMORIM, Inês. Criar memórias e identidades. In: AMORIM, Inês (Coord.). *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a história da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, v. II (1668-1820). Coimbra: Almedina, 2018, p. 418-463.

OLIVEIRA, Luís Filipe. História e património: a Misericórdia de Monchique. In: *Dia do Património das Misericórdias - Actas*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2018.

PENTEADO, Pedro. Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. In: ROSA, Maria de Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (Coords.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p. 163-188.

PENTEADO, Pedro. As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos. In: PAIVA, José Pedro (Coord. Científico). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, v. I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. Centro de Estudos de História Religiosa, 2002.

PEREIRA, Maria das Dores Sousa. *Entre ricos e pobres: a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Barca, 2008.

PEREIRA, Maria Olinda. O arquivo como reflexo na orgânica e funcionamento das Misericórdias. In: ROSA, Maria de Lurdes; FONTES, Paulo F. O. *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.

RAMOS, Rute Isabel Guerreiro. *O Hospital de Todos os Santos: história, memória e património arquivístico (séculos XVI-XVIII)*. Évora: Tese (Doutoramento em História) – Universidade de Évora, 2018.



Capítulo 2

CENTRO INTERPRETATIVO DA MISERICÓRDIA DE BRAGA: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E CULTURA

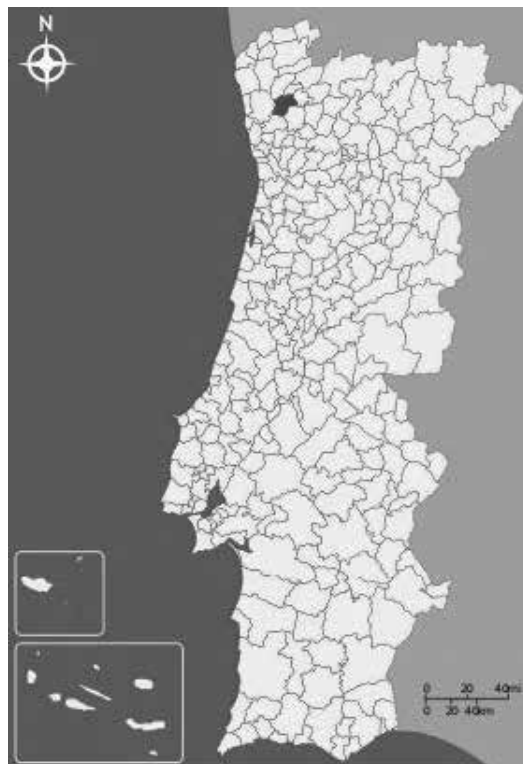
Manuela Machado¹

INTRODUÇÃO

Fundada ao que tudo indica em 1513, por ação do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa (1505-1532), em 1558 a Misericórdia de Braga requereu autorização para ter uma igreja própria, com o objetivo de acolher a sua atividade assistencial (ARAÚJO, 2013, p. 31-45). Pretendia-se, de igual forma, possuir um local próprio para o enterramento, o que, na época, era relevante em termos financeiros e simbólicos. Uma forma de garantir a estas instituições laicas a autonomia em face dos poderes religiosos e temporais e alguma visibilidade social (PINHO, 2012, p. 168).

¹ Doutora em História, especialidade de Património – Universidade do Minho; Coordenadora do CIMMB; Braga/Portugal.

Figura 1 – Portugal, com destaque para Braga



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Braga>

A partir do século XVI, a Misericórdia de Braga começou a rececionar legados, que se foram avolumando ao longo do tempo, permitindo o crescimento e o desenvolvimento da confraria e a sua consolidação patrimonial. Esse primeiro século de existência afigurou-se determinante na constituição da base do seu património: a construção de igreja própria e nova sede, e a anexação do hospital de São Marcos, em 1559. Um esforço que denotava a importância da irmandade na cidade e o empenho das elites locais no seu crescimento e que iria permitir dar prossecução ao seu programa de assistência. A Misericórdia procurou desde cedo dotar-se de instrumentos que lhe possibilitaram granjear prestígio junto da comunidade. A construção da sua igreja transpõe a importância que o património imobiliário representou na capitalização da sua imagem. Tratou-se de um grande investimento numa fase inicial da confraria, mas que se revelaria produtivo a longo prazo, atraindo legados e esmolas.

Figura 2 – Igreja da Misericórdia e Casa do Despacho



Fonte: acervo SCMB. Foto: José Eduardo Reis

A atuação assistencial da Misericórdia de Braga foi crescendo ao longo da Época Moderna, e no século XVIII administrava legados, duas igrejas, um hospital, uma botica, um recolhimento, cuidava dos peregrinos, dos doentes, dos pobres, dotava mulheres para casar, enterrava os mortos, ajudava cativos e auxiliava crianças.

Figura 3 – Retrato do arcebispo D. Diogo de Sousa



Fonte: acervo SCMB. Foto: Luís Ferreira Alves (século XVII) (?)

Desde cedo, beneficiou da proteção dos homens mais poderosos da cidade e da igreja – os arcebispos –, não só através da concessão de donativos, como também no auxílio administrativo à prossecução de obras. O facto de o cargo de provedor ter sido ocupado por elementos da esfera privada do arcebispo é demonstrativo da proteção e influência indireta que este dava à confraria através dos seus homens de confiança. Além do facto de o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) ter sido o único prelado a assumir a provedoria da instituição entre 1709 e 1712.

Tal como outras Santas Casas, teve também a seu cargo a administração do hospital da cidade, criado em 1508 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, e gerido pela instituição a partir de 1559. O setor hospitalar tornou-se, então, um dos principais focos de atuação da instituição, tratando os enfermos pobres.

Figura 4 – Hospital de São Marcos



Fonte: acervo SCMB. Foto: José Eduardo Reis. Pormenor da fachada principal do hospital de São Marcos, com a igreja ao centro. Projeto de Carlos Amarante (1789)

Para além disso, atuava no enterramento dos seus irmãos e dos pobres, no auxílio dos peregrinos, atribuindo cartas de guia e não só, mas também socorrendo os presos pobres, dotando órfãs e acolhendo mulheres recolhidas. Enfim, auxiliando os necessitados com roupa, calçado, alimento e através de outras formas, e concedendo ainda empréstimos a juro. A memória dos antepassados

e dos benfeitores não era esquecida, celebrando e festejando os mortos, assinalando as festas da Quaresma, Semana Santa, de Santa Isabel, de Santos ou dos Fiéis Defuntos. Esses momentos de demonstração pública da sua atividade contribuíram para promover a instituição e arregimentar mais legados e esmolos, envolvendo a comunidade na sua atividade.

O PATRIMÓNIO DAS MISERICÓRDIAS

As Santas Casas foram acumulando legados e capelas, heranças, padrões de juros e outras esmolos de diversas proveniências, que constituíram a base de fortalecimento do seu património, enriquecido pela anexação de unidades assistenciais e hospitalares. Foi enquanto ancoradouros de salvação que essas instituições receberam ao longo do período moderno muitos legados, que constituíam memória e património.

Dessa forma, dotaram-se de um rico e variado conjunto de bens e valores ao longo dos séculos, essencial às práticas assistenciais, devocionais e litúrgicas, testemunho do passado dessas instituições. A esse património acresce um “valor circunstancial, como valor de identidade e de memória” (FERREIRA DE ALMEIDA, 1993, p. 408). A especificidade na promoção artística das Misericórdias visava à construção e afirmação de uma identidade institucional que se pretendia demarcar das instituições religiosas e de outras seculares. As obras de arte produzidas no contexto da sua ação, com características simbólicas e catequéticas próprias, permitiam divulgar o seu projeto assistencial multifacetado. Constituía a “expressão material desse mesmo programa”, projetando a sua imagem no seio das suas comunidades (PINHO, 2015, p. 30). No entanto, esse património não se limita ao setor religioso e devocional, mais marcante na Idade Moderna pela forte crença no Purgatório, sendo necessário explicar como é que essas instituições influenciaram a construção identitária das comunidades onde estavam inseridas, modelando-as. Imbuídas do ideal cristão de apoio ao próximo, desempenharam acima de tudo uma ação social vasta e multifacetada, que deu origem a um património móvel não artístico igualmente diversificado, mas menos valorizado na conceção museológica mais tradicional, razão pela qual muito acabou esquecido ou destruído (LOPES, 2014, p. 57).

Figura 5 – Bandeira real



Fonte: acervo SCMB. Foto: Luís Ferreira Alves (século XVII)

Olhando para esse património, constatamos uma grande heterogeneidade, com uma pluralidade de figurações e representações e uma dispersão geográfica e amplitude temporal. O que fornece importantes contributos, no caso do património artístico, por exemplo, para a história da arte em Portugal entre os séculos XVI e XVIII. Há ainda uma pluralidade social, como refere José Pedro Paiva, caracterizada pela verticalidade social nas representações patrimoniais (PAIVA, 2016, p. 54).

Figura 6 – Almofarizes



Figura 7 – Frascos de farmácia



Fonte: acervo SCMB. Fotos: Luís Ferreira Alves (século XX)

Além das obras de caráter assistencial, essência da sua missão, salientam-se as do domínio do património histórico-cultural, reflexo das primeiras e por isso indissociáveis. Esse património global tem sido recentemente alvo de diversos estudos e trabalhos, bem como de processos de inventariação abrangentes, que deram origem à abertura, nos últimos anos, de museus, centros interpretativos e núcleos museológicos (ESPERANÇA, 1997, p. 190-195) por parte de Misericórdias. Movimento que tem se beneficiado dos vários estudos historiográficos que têm sido publicados, bem como de profundas mudanças no cenário cultural dos últimos anos, que levaram à afirmação de uma nova geração de museus e sítios. Dessa forma, o património cultural das Misericórdias surge como um importante recurso turístico das localidades onde se encontram implantadas, não só pela sua dimensão histórica e simbólica, mas também pelas suas características únicas e diferenciadoras, quer ao nível arquitetónico e artístico, quer ao nível institucional.

As Misericórdias valorizam a sua arte como meio de preservação da memória institucional, embora tenhamos de manter presente que a perspetiva sobre a cultura e sobre a arte em vários tipos de manifestações evoluiu ao longo do tempo.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

A questão da “memória” é muito importante ao longo do percurso das Misericórdias, como o atestam expressões usadas nas fontes, remetendo para a necessidade de “lembrar” constantemente as obrigações assumidas perante doadores e testadores, por exemplo.

Essa memória coletiva, transmitida aos vindouros, permitia dar prossecução à missão da confraria, contribuindo para aumentar o seu prestígio social e conferindo “substância e identidade ao grupo” (MISZTAL, 2003, p. 7).

A memória coletiva materializa-se no presente pelo legado material do passado, reforçando o sentimento “coletivo de identidade” e de “permanência no tempo” (PERALTA, 2000, p. 219). Daí a importância conferida ao registo dessa memória não só em documentos, mas também noutro tipo de suportes materiais, mais visíveis, como tábuas de legados, de missas, retratos com inscrições e placas evocativas.

PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO

É indiscutível a importância dos arquivos documentais na construção da nossa história e da história das instituições. A riqueza dos acervos documentais das Santas Casas de Misericórdia, variando de caso para caso, é imensa e diversa quando pensamos na sua perenidade.

Figura 8 – Livros de Títulos do Hospital de São Marcos



Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livros de títulos do hospital*. Foto: Luís Ferreira Alves

Essa ideia de “construção da memória” perpassa desde logo pela preservação documental do seu arquivo, autênticos repositórios de “memória” com que as Misericórdias sempre se preocuparam ao longo da sua história. São esses arquivos que nos permitem hoje em dia reconstruir as suas linhas de atuação e de força e trabalhar a história social, do género, económica, local e nacional. A sua preservação tornava-se mais importante quando era necessário cobrar juros, foros e pensões ou recorrer a instâncias no tribunal ou mesmo enterrar os mortos.

São esses arquivos que nos permitem hoje em dia reconstruir as suas linhas de atuação e de força e trabalhar a história social, da assistência, do género, re-

ligiosa, económica, local e nacional. Segundo Centeno Jorge, sem memória não “seria sequer possível conceptualizar o património”, um legado que vem de trás e que justifica aquilo que somos (JORGE, 2003, p. 12).

Os acervos documentais das Santas Casas encontram-se na sua grande maioria na posse das Misericórdias, embora muitos também estejam à guarda de arquivos distritais e municipais. No caso da Misericórdia de Braga, grande parte do seu arquivo foi depositado no Arquivo Distrital, onde foi inventariado e catalogado, encontrando-se disponível para consulta.

No entanto, essa preocupação com a preservação da memória escrita não é de agora, embora as razões de outrora fossem de natureza mais prática e administrativa, muitas vezes sem qualquer intenção de preservação documental a título duradouro.

O registo escrito dos principais momentos da confraria, da sua atividade e da sua ação ao longo do tempo tornou-se um dos principais elementos de afirmação do seu poder. Uma forma de transmitir às gerações futuras a sua identidade, a sua essência e afirmar a sua perenidade. Como a memória se tendia a perder com o tempo e era crucial que as prerrogativas administrativas perdurassem, assim como a administração dos legados e as obrigações que estes implicavam não podiam cair no esquecimento, como aconteceu em alguns casos, era importante manter um registo atualizado dos dados. Isso porque os mandatos das Mesas eram de apenas um ano e era necessário que as diretrizes tomadas se transmitissem aos governos seguintes. Como salientaram Ângela Xavier e José Pedro Paiva, desde muito cedo os dirigentes das Misericórdias se aperceberam de que os registos escritos faziam parte do património das Santas Casas, sendo “determinantes para o seu governo e para a constituição da sua própria identidade” (XAVIER; PAIVA, 2003, p. 19).

À medida que a estrutura organizativa e administrativa dessas instituições se desenvolveu e se consolidou, os seus serviços e atividades também se multiplicaram, obrigando a mais registos e de forma igualmente sistemática. O aumento das fontes documentais materializa esse crescimento e engrandece a prática das obras de misericórdia.

UM NOVO ESPAÇO DE MEMÓRIA: O CENTRO INTERPRETATIVO DAS MEMÓRIAS DA MISERICÓRDIA DE BRAGA (CIMMB)

As Misericórdias têm a missão de dar uso adequado e de manterem em bom estado o património de que são fiéis depositárias, constituído há mais de cinco séculos, em particular os imóveis de interesse histórico e arquitetónico.

Muitos estudos em torno das irmandades das Misericórdias, sobretudo a partir de 1958, ano do V centenário do nascimento da rainha D. Leonor e do IV Congresso das Misericórdias, serviram para alertar os responsáveis dessas confrarias para a importância da salvaguarda, estudo e divulgação dos seus arquivos e do seu património, essência da sua identidade. Os anos 1980, período de afirmação da autonomia das Misericórdias, vieram reforçar a necessidade de essas instituições preservarem as suas fontes documentais, beneficiando-se dos movimentos associativos locais de salvaguarda do património cultural.

Esse movimento teve um grande impulso com a celebração dos 500 anos da criação da Misericórdia de Lisboa e continuou com as múltiplas e iguais celebrações de outras congêneres e com o projeto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. A Misericórdia de Braga acompanhou essa tendência, fomentando estudos monográficos sobre a sua fundação e história, potenciando o estudo do seu arquivo histórico. Foi nessa senda que promoveu a reabilitação do seu património móvel e imóvel e deu prossecução ao projeto de constituição de um espaço museológico para exposição desse património. A reabilitação do Palácio do Raio, edifício icónico do barroco em Braga, construído entre 1752-1754, serviu de mote à abertura de um novo espaço cultural na Misericórdia de Braga – o Centro Interpretativo de Memórias –, com espaços de exposição do património móvel da instituição.

Figura 9 – Palácio do Raio



Fonte: acervo SCMB. Foto: Luís Ferreira Alves. Edifício contíguo ao Hospital de S. Marcos

BREVE HISTÓRIA DO PALÁCIO DO RAI0

Desenhado pelo arquiteto André Soares, foi mandado construir por João Duarte de Faria e Silva, rico comerciante da cidade de Braga, cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício (MACHADO, 2015, p. 195-210). A casa foi habitada pela sua família durante décadas, até que foi vendida, em 1853, a Miguel José Raio, que imortalizou o seu nome no palacete. Após a sua morte, os seus descendentes foram obrigados a entregar o palacete ao Banco do Minho, para pagamento de dívidas contraídas, tornando-se propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Braga, em 1884, que o anexou ao hospital de S. Marcos.

Além de ter marcado em termos estéticos e artísticos o rococó bracarense, esse edifício pautou-se sobretudo pela sua forte ligação à Misericórdia, onde durante décadas respondeu ao programa assistencialista praticado pela instituição. Está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1956.

Em dezembro de 1974, o Palácio do Raio, à semelhança do restante complexo hospitalar de São Marcos, passou para a tutela e administração do Estado, através do Decreto-Lei nº 704/74, de 7 de dezembro,² sofrendo durante esse período inúmeras alterações e adaptações que danificaram os seus elementos artísticos.

Com a deslocalização da atividade hospitalar para um novo edifício, em Sete Fontes, o complexo do Hospital de São Marcos, que incluía o Palácio do Raio, foi devolvido pelo Grupo Mello Saúde à administração da Misericórdia em 31 de maio de 2011, sendo formalmente entregue a 28 de dezembro de 2011.

Como consequência de não se terem sido realizadas atempadamente obras de conservação para evitar a degradação azulejar e do lanternim, o imóvel foi entregue à Misericórdia com visível deterioração e desvalorização patrimonial. Nesse mesmo ano, foi confirmada a Zona Especial de Proteção, não só do Palácio, como também do Hospital de São Marcos pela Portaria nº 589/2011.³

A reabilitação e conservação desse imóvel arquitetónico foi contemplada dentro do QREN, ON.2 – programa Operacional Regional Norte. As obras decorreram entre 2013 e 2015. E sua requalificação teve como ponto de partida o valor patrimonial do edifício e toda a sua riqueza espacial e formal, tendo em vista integrá-lo dignamente no roteiro do património arquitetónico da cidade de Braga. Pretendia-se, por um lado, a sua recuperação, com vista a assegurar a sua conservação patrimonial; e, por outro, a criação de um espaço que reunisse as características necessárias e adequadas para a instalação do espólio que a Misericórdia detém.

2 Decreto-Lei nº 704/74, de 7 de dezembro. *Diário do Governo*, I série, nº 285.

3 *Diário da República*, II série, nº 119, 22 de junho de 2011.

Figura 10 – Fachada tardoz do Palácio do Raio (antes da reabilitação)



Fonte: acervo e fotos SCMB

Figura 11 – Escadaria nobre do Palácio do Raio (antes da reabilitação)



Figura 12 – Escadaria nobre do Palácio do Raio (depois da reabilitação)



Figura 13 – Fachada lateral do Palácio do Raio (depois da reabilitação)



Fonte: acervo SCMB. Fotos: Luís Ferreira Alves

No sentido de adequar objetivos e meios à finalidade do centro interpretativo, foi necessário efetuar uma avaliação sobre a qualidade e particularidade do espólio, sistematizando-o. Salienta-se nesse ponto o trabalho levado a cabo pelo Gabinete do Património da União das Misericórdias Portuguesas na inventa-

riação do património móvel e imóvel da Santa Casa de Braga, de forma a identificar o interesse relativo e absoluto das peças. Elementos estes fundamentais e basilares para o processo de interpretação, procurando dar destaque às peças mais características da coleção e reforçando o seu valor afetivo ou artístico, para que, isolada ou conjuntamente, ajudassem o visitante a compreender a história da Santa Casa.

As profundas mudanças do cenário cultural dos últimos anos tiveram como consequência a afirmação de uma nova geração de museus e sítios, cuja característica de novidade não se reduz apenas aos seus conteúdos, mas, antes e acima de tudo, às linguagens e formas de comunicação. Emergiram assim novas estruturas de apoio à Interpretação Patrimonial, fruto das novas correntes ligadas à museologia, mais adaptadas às tendências atuais e à transformação dos públicos (COSTA, 2019, p. 42). Esses centros de interpretação tornaram-se verdadeiros pontos âncora de leitura de monumentos, de paisagens, de património, etc.

ESTRATÉGIA MUSEOGRÁFICA

Para a produção de conteúdos, recorreu-se à contratação de especialistas na área da história das Misericórdias, da arte e do património, trabalho complementado pela pesquisa e seleção de elementos iconográficos para apoio à produção de filmes e aplicações multimédia que permitissem ilustrar as temáticas tratadas. Pretendia-se que este fosse um espaço de todos e para todos que pretendessem estudar, investigar, ou apenas apreciar o seu conjunto patrimonial.

A estratégia da museografia considerou desde logo que o edifício era, em primeiro lugar, um espaço que exerceria a função de acolhimento do centro interpretativo. Mas, dada a sua qualidade arquitetónica e decorativa, seria fundamental valorizar os elementos que o constituíam, considerando assim igualmente a musealização do espaço em articulação com o percurso expositivo. Para assim identificar e interpretar elementos decorativos e arquitetónicos através de iluminação adequada e de pequenas legendas de enquadramento.

Pretendia-se valorizar o edifício nos seus diferentes elementos arquitetónicos e que desenvolvessem suportes expositivos autónomos à arquitetura, sendo para tal infraestruturas com iluminação, segurança e requisitos técnicos específicos para a conservação adequada das peças a expor.

Figura 14 – Equipamentos multimédia (sala I do CIMMB)



Figura 15 – Painéis de contextualização (sala IV do CIMMB)



Fonte: acervo SCMB. Fotos: Luís Ferreira Alves

A museografia do CIMMB utilizou o Palácio do Raio e a sua recuperação como argumento, “aproximou-se da atitude estilística da preexistência, dominada pelo imperativo da representação” (PROVIDÊNCIA, 2015, p. 65). Dessa forma, equacionou-se um percurso que partisse da interpretação do lugar para a interpretação dos seus agentes, pictórica e nominalmente identificados. Em cada sala, o visitante passou a ser assistido pela informação textual de identificação temática, contextualização, interpretação histórica e legendagem.

Suas dez salas temáticas traduzem a história da Misericórdia nas suas múltiplas dimensões, enquadrando peças que nos permitem compreender a sua dinâmica e interpretando a sua ação espiritual e material na prática das catorze obras de misericórdia.

Figura 16 – Sala I do CIMMB



Figura 17 – Sala II do CIMMB



Fonte: acervo SCMB. Fotos: Luís Ferreira Alves

O espólio ligado à sua função hospitalar e que materializa a prática da obra de misericórdia corporal de “curar os enfermos”, pela sua função mais prática e de desgaste rápido, acabou por não chegar aos nossos dias ou então não está nas melhores condições. Grande parte desse acervo é datado de finais do século XIX e sobretudo do século XX, o que se percebe pelo facto de muitos hospitais terem permanecido sob a sua administração até 1974 e 1975 e de outros ainda estarem sob a sua tutela. Outro património móvel era vendido.

As Misericórdias são detentoras de um património imaterial vivo, renovado a todo momento, e de que constituem exemplo as manifestações da Semana Santa, momento maior do calendário litúrgico católico, transmissor de uma mensagem evangelizadora forte, lembrando a paixão de Cristo e a necessidade de se pedir perdão, de se confessar e de se penitenciar. De entre as suas representações mais relevantes destacam-se as procissões, que detinham ao tempo uma grande capacidade mobilizadora e cuja tradição ultrapassou os limites do tempo, afirmando a sua perenidade na atividade das Santas Casas. E estas souberam manter a sua essência, continuando, muitas delas, a ter parte ativa e principal na organização da procissão do Senhor “Ecce Homo” na quinta-feira santa.

Participam também, em muitas localidades, na procissão de sexta-feira santa. A Misericórdia de Braga é um desses exemplos, organizando anualmente a procissão de quinta-feira santa, uma das mais imponentes da Semana Santa de Braga e que congrega a participação da irmandade em peso, mantendo no seu acervo um património móvel secular ligado a essa prática. Participa igualmente no préstito de sexta-feira santa, com os irmãos a cobrirem a cabeça com o capuz das suas becas, em sinal de respeito pela morte do Senhor (FERREIRA, 2015, p. 52-60).

A perpetuação da memória dos benfeitores constituía outro mecanismo de afirmação identitária, que se consolidou ao longo do tempo. O objetivo subjacente ao retrato era justamente para que ficasse lembrança das “piadasas ações”, expressões que encontramos nos assentos da Mesa. Mais do que registar através da escrita os legados deixados para memória futura, era necessário, para os de maior vulto, assinalá-los de forma mais solene.

Esses retratos eram expostos em locais distintos ou de maior visibilidade das irmandades, constituindo um “repositório” da memória dos seus benfeitores e da sua importância na vida da instituição (GIL, 1999, p. 13; MENEZES, 2017, p. 56). A reprodução da imagem do benemérito através do retrato produzia “memória específica” que ultrapassava o contexto narrativo.

Figura 18 – Galeria de retratos do CIMMB



Fonte: acervo SCMB, sala X do CIMMB. Foto: Luís Ferreira Alves

Em várias Misericórdias encontramos essa prática de retratar os benfeitores, de forma a perpetuar a sua memória, mas também agradecer o gesto de todos aqueles que, de alguma forma, as auxiliaram na prossecução das suas atividades. Nos dias de hoje, as Santas Casas ainda preservam centenas de retratos, expostos em galerias de exposição ou salões solenes, que permitem recordar a sua memória e a sua história.

CIMMB – UM NOVO POLO CULTURAL

É a maior compreensão do significado patrimonial das Misericórdias que se pretende estender a toda a comunidade, envolvendo-a nas atividades que organizam. Essas novas abordagens e perspetivas levaram à contratação de historiadores, arquivistas e técnicos especializados para manterem viva a sua memória, expressa em documentos e objetos de representação da sua trajetória.

O CIMMB tem por missão primordial a conservação, estudo, valorização, divulgação, documentação, aquisição e difusão do património, nas suas múltiplas vertentes, existentes no seu acervo, no sentido de preservar e transmitir uma memória e identidade institucionais. Orienta a sua ação pela aposta no Serviço Educativo e na formação de públicos, tendo por base a inclusão e como objetivo primordial, a educação, o desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas dirigidas a públicos diversos, nomeadamente crianças e jovens, escolas, adultos e famílias.

Figura 19 – Visita orientada inserida no Serviço Educativo do CIMMB



Fonte: acervo e foto SCMB

Um profícuo intercâmbio tem sido cultivado com universidades nacionais e investigadores nacionais e estrangeiros, que têm partilhado conosco as pesqui-

sas focadas na temática das Misericórdias. Além de eventos organizados pelo CIMMB, em parceria com outras entidades.

Figura 20 – Atividades práticas inseridas no Serviço Educativo do CIMMB



Fonte: acervo e fotos SCMB

É de salientar a colaboração com os organismos públicos e com outras associações nas várias iniciativas que pautam a programação cultural da cidade, como sejam a Braga Barroca, a Noite Branca, a Semana Santa, aprofundando parcerias e colaborações.

Figura 21 – I Congresso da Misericórdia de Braga (setembro de 2019)



Fonte: acervo e foto SCMB. Na fotografia, o provedor da Misericórdia de Braga, Dr. Bernardo Reis, e a Dra. Véra Barroso, coordenadora do Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (Brasil)

A par do restauro e conservação do seu património, a administração da Misericórdia tem vindo a apostar na publicação de edições próprias de carácter científico e cultural. Além da sua revista anual, publica semestralmente um boletim, que dá a conhecer a atividade da Santa Casa nas suas diversas valências.

Figura 22 – Revista *Misericórdia de Braga*



Fonte: acervo SCMB

Figura 23 – Boletim *Misericórdia de Braga*



Além do conjunto de quatro volumes que publicou sobre a história da instituição, quando da comemoração dos seus 500 anos, em 2013, lançou também um livro da autoria dos Professores Doutores Marta Lobo de Araújo e José Viriato Capela, com investigações mais recentes sobre a história da Misericórdia desde as suas origens.

Paralelamente, e em parceria com diversas entidades da cidade, a Santa Casa organiza diversos eventos de cariz cultural: exposições temporárias, concertos, lançamentos de livros, participando igualmente nas Jornadas do Património e no Dia Internacional dos Museus, entre outras efemérides.

**Figura 24 – Atividade “Braga Barroca”
(CIMMB)**



Fonte: acervo e fotos SCMB

**Figura 25 – Sessão de pintura ao vivo
(CIMMB)**



O CIMMB dispõe de uma galeria para a realização de exposições, realizadas à luz de uma política que visa ao ecletismo temático, tendo em vista a captação de públicos diferenciados e ditando assim a abrangência e a heterogeneidade cultural dentro da instituição. Um dos principais objetivos é dar a conhecer o trabalho de artistas, investigadores ou individualidades de diversas áreas, que queiram divulgar os seus trabalhos e/ou projetos, promovendo, dessa forma, uma heterogeneidade de conhecimentos e práticas.

Figura 26 – Exposição de “Paramentos”



Fonte: acervo e fotos SCMB

Figura 27 – Exposição “Josefa de Óbidos”



Em 2020, o contexto sanitário de pandemia COVID-19 fez emergir uma nova realidade no nosso quotidiano, obrigando o CIMMB a adequar a sua atividade e dinâmica a novas estratégias que permitissem encontrar soluções, tendo em vista a prossecução da sua missão. A pandemia obrigou os museus de todo o mundo a repensar como podem manter as suas funções, apesar das restrições de

contacto social e das necessárias medidas de higiene e segurança. Dessa forma, tentamos manter o diálogo com o público através de plataformas digitais, ao mesmo tempo que se deu continuidade ao trabalho de divulgação do património da instituição. Essa nova dinâmica passou pelo incremento da divulgação online e pela organização de iniciativas em formato digital. Por outro lado, os circuitos de visita tiveram de ser reajustados às orientações da Direção Geral de Saúde, levando à reprogramação de toda a nossa atividade, com muitas iniciativas a serem adiadas. Salienta-se o gracioso convite da Dra. Véra Barroso para participar do VII Encontro de Pesquisadores, iniciativa do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, quando foi-me dado o ensejo de compartilhar a história da conceção e concretização do projeto do Centro Interpretativo das Memórias da Santa Casa da Misericórdia de Braga, assim como a participação na exposição “Patrimónios de Misericórdias: uma experiência através da imagem”, o que permitiu mostrar o riquíssimo património das Misericórdias, um legado com uma memória pentassecular, que deve ser salvaguardado e preservado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos. In: CAPELA, José Viriato; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *A Santa Casa da Misericórdia de Braga: 1513-2013*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 31-45.

COSTA, Vanda Sofia Lopes da. *Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha*. Tomar, 2019, 214 p. Tese (Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural) – Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, 2019, 214 p.

ESPERANÇA, E. J. *Património e comunicação - políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega, 1997.

FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. Património- Riegl e hoje. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, II série, 10, p. 407-416, 1993.

FERREIRA, Rui. As procissões e a Semana Santa em Braga nas Memórias da Misericórdia de Braga. In: *Misericórdia de Braga. Apontamentos históricos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, p. 52-60.

GIL, José. O Retrato. In: *A arte do retrato. Quotidiano e circunstância*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1999, p. 13.

JORGE, J. Duarte Centeno. A matéria do património. In: RAMOS, Manuel João (Org.). *A matéria do património - memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

LOPES, Maria Antónia. Musealizar misericórdias conhecendo a sua história. In: PEDRAS, Rita (Coord.). *I Jornada de Museologia nas Misericórdias – Atas*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2014, p. 49-62.

MACHADO, Manuela. De Palacete dos Granjinhos a Palácio do Raio – a história de uma casa. In: *Palácio do Raio; um olhar sobre a sua reabilitação*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, p. 8-15.

MACHADO, Manuela. O Palácio do Raio sob a administração da Misericórdia de Braga (1884-1975 / 2011-2014). *Revista Misericórdia de Braga*, Braga, n. 10, p. 195-210, 2014.

MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. Retrato, biografia e conhecimento histórico no Brasil oitocentista. *Revista Maracanan*, n. 17, p. 50-70, 2017.

MISZTAL, B. *Theories of social remembering*, Berkshire. UK: Open University Press, 2003.

PAIVA, José Pedro. A importância do património cultural das Misericórdias. In: *Dia do Património das Misericórdias – Atas*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2016, p. 39-56.

PERALTA, Elsa. Património e identidade: os desafios do turismo cultural. In: *Antropológicas*, n. 4, p. 217-224, 2000.

PINHO, Joana Balsa de. *As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura quincentista portuguesa, v. I*. Lisboa, 2012, 629 p. Tese (Doutoramento em História - História da Arte) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, 629 p.

PINHO, Joana Balsa de. Ação, devoção e arte: o património cultural das Misericórdias. In: *Atas Dia do Património das Misericórdias*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2015, p. 37-44.

PROVIDÊNCIA, Francisco. Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. In: *Palácio do Raio; um olhar sobre a sua reabilitação*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, p. 64-93.



Capítulo 3

PRESERVANDO A MEMÓRIA NUMA MISERICÓRDIA QUINHENTISTA: O ESPÓLIO DOCUMENTAL DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO (PORTUGAL)

António Magalhães¹

As Misericórdias portuguesas representaram, na Idade Moderna, um grupo muito particular de confrarias, marcadas pela abrangência do seu projeto caritativo, mas também pelo caráter exclusivista dos seus membros. Eram lugares de presença das elites das localidades, respondendo ao padrão que se esperava para tais confrarias: os melhores dentre os melhores (ABREU, 2002, p. 52). Em Viana do Castelo, encontrámos esse modelo reproduzido, fosse qual fosse o período considerado. Mesmo nos tempos de menor fulgor confraternal, a instituição conseguiu agregar alguns dos membros mais influentes da sociedade local.

A composição social da confraria e o peso da tradição constituíram-se em marcas identitárias de uma instituição quinhentista que ultrapassou as dificuldades naturais de nascimento e afirmação de um corpo vivo, e as diferentes conjunturas do país. Na atualidade, quando comemora cinco séculos de vida, mantém uma forte presença na comunidade onde se inseriu.

¹ Investigador do Lab2PT – Universidade do Minho; Braga/Portugal.

Identificar algumas das suas marcas mais características, integrando-as na localidade onde se inscreve e tomando como guia de reflexão o riquíssimo espólio documental da instituição, é a proposta que se apresenta a seguir.

A LOCALIDADE

A cidade de Viana do Castelo fica situada no litoral norte de Portugal, a pouco mais de 70 km do Porto, a segunda cidade mais importante do país, e a cerca de 400 km da capital, Lisboa. Está próxima da fronteira com a Espanha, mais concretamente da região da Galiza, da qual dista cerca de 70 km, encontrando mais a norte a cidade histórica de Santiago de Compostela, a pouco mais de 180 km.

Essa localização, numa clara interseção de características marítimas e continentais, contribui para expressões muito particulares de uma comunidade ainda hoje marcada por esse constante diálogo entre a terra e o mar, a que se junta a rota de vários caminhos que se dirigem até ao túmulo do apóstolo S. Tiago, na Galiza. A conjugação desses fatores acaba também por influenciar o percurso da Santa Casa.

Na atualidade, o viajante que se deslocar pelo litoral português de sul para norte surpreender-se-á, ao chegar a uma pequena elevação que antecede a entrada na cidade, pela presença de um aglomerado urbano que se espalha ao longo da margem direita da foz do rio Lima. Comprimida entre o monte de Santa Luzia, entre o rio e o mar, Viana do Castelo, a última cidade do litoral português antes de ser alcançada a fronteira com a Espanha, evidencia de imediato essa marca única de uma dupla identidade de terra e mar. Afirmar-se desde logo um núcleo habitacional que se expande para leste, ao longo da margem direita do rio, contorna a montanha e cresce para o interior do território.

O rio Lima assume uma presença marcante na configuração da cidade, como que desafiando as suas gentes ao alargamento de horizontes, embrenhando-se no mar, esse Atlântico que também une mulheres e homens de diferentes histórias, mas irmanados por esse comum património linguístico. Esse rio nunca constituiu fronteira, e a margem esquerda assume também uma particular importância.

A primeira imagem que impressiona o viajante pode ser muito semelhante à que poderia ter experimentado o rei português Afonso III, em 1258, quando, segundo a tradição, teria elegido Viana como um dos pontos de apoio da peregrinação que realizava a Santiago de Compostela. Todavia, a eventual presença do

monarca na povoação, no quadro de uma peregrinação ao túmulo do apóstolo, resulta mais da tradição que da verificação histórica. Na verdade, por essa época, as relações entre o monarca português e Afonso X, de Castela, eram marcadas por acentuada conflitualidade, resultantes das negociações para a definição da soberania sobre o recém-conquistado reino do Algarve (MATTOSO; SOUSA, 1997, p. 118-120). Contudo, a eventual visita manter-se-ia na memória dos naturais da vila e reproduzida nos registos da Misericórdia. O que se verifica por uma memória de abril de 1722, referindo que, no tempo da passagem do referido Afonso III, a localidade “não constava mais que de umas fracas e pobres casas de pescadores no sítio a que chamavam Átrio”².

Descontado o natural crescimento ao longo de oito séculos, Viana do Castelo mantém na atualidade essa evidência de um concelho transversalmente assinalado por duas marcas fundamentais: a terra e o mar, urbe marítima e vizinhança raiana. Uma terra que, na segunda metade do século XVII, D. Luís de Menezes, herói português da Guerra da Restauração e governador militar da província de Entre Douro e Minho, classificava como a “villa a mays occidental da fronteyra da Galiza & hum dos mays deleytosos lugares de todo o Reyno, banhando-a o Mar Oceano & o Rio Lima” (MENEZES, 1679, p. 236). No final do século seguinte, o engenheiro militar Custódio José Gomes Vilas Boas descrevia a vila como tendo “assento plano e a posição agradável” (VILLASBOAS, 1997, p. 132), numa região que em termos climáticos é marcada por um ambiente ameno resultante da “contradição de calor e frescura” (RIBEIRO, 1995, p. 268).

Todavia, os terrenos agrícolas tinham escassa aptidão produtiva, sufocados ainda por uma morfologia que colocava constrangimentos a um maior desenvolvimento económico. Na segunda metade do século XVII, o já citado D. Luís de Menezes referia a presença de um terreno “muito aspero, de tantos montes & pastos difficultosos” (MENEZES, 1679, p. 200). Acresce ainda que a morfologia do terreno apresenta uma configuração que não favorece a comunicação e a circulação de pessoas e bens, já que cerca de 2/3 do território concelhio é ocupado por montanhas que separam as ribeiras do Âncora e do Lima (MOREIRA, 1986, p. 38). Ao norte da sede do concelho, a menos de 5 km do mar,

2 Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, doravante ASCMVC. *Index Geral de todas as obrigações que tem esta Santa Casa da Misericórdia e constão dos testamentos e escrituras, Acordãos e de alguns livros da receita que se acham no Cartório com hua breve notícia de todos os documentos dividido em duas partes na primeira se recompilão todos os legados e obrigações que tem com a declaração da sua origem; e na segunda parte se fará menção de todas as liberdades, isenções, privilégios por alvarás, sentenças e provições com a notícia de alguns acordãos mais úteis ao bom regímen desta irmandade feito por Custódio Jozé Vieira da Silva, escrivão da Meza neste Anno de 1758 para o de 1759: sendo Provedor Francisco de Abreu Continho*, fl. 107.

encontra-se a serra de Arga, uma elevação com mais de 800 metros (RIBEIRO, 1995, p. 264).

Os embaraços que a terra colocava eram contrabalançados com a complementaridade dos recursos marítimos. O rio e o mar potenciavam o desenvolvimento da localidade. Desde o núcleo inicial do “Átrio”, continuou a progressiva expansão. Grande parte do dinamismo da localidade assentava-se nas trocas comerciais que sempre mantivera não só com outros lugares do reino, mas também com o estrangeiro. O porto acolhia igualmente peregrinos provenientes do sul do reino e da Europa mediterrânica, em trânsito devocional para S. Tiago de Compostela (MORENO, 1986, p. 79).

O sucesso alcançado pelos seus naturais impeliu-a a quebrar as amarras que a circunscreviam aos limites do nascimento, forçando-a a cruzar o rio e desenvolver-se na margem oposta. Ganhou volume, cresceu em importância, marcou um lugar na organização administrativa do país. A terra e o mar estão sempre presentes nos momentos mais marcantes da história da localidade, acompanhando o crescimento constante que atingiu o apogeu em meados do século XVII, seguindo-se um longo período de evidente declínio até à segunda metade do século XIX.

A terra conferiu a certidão de nascimento, acolheu as marcas materiais, foi a principal guardiã da memória. Foi a terra que serviu de apoio sólido para a expansão e garantiu uma retaguarda segura. A ligação das gentes de Viana ao mar representava, desde os primórdios, uma marca identitária naquilo que Alberto Sampaio classificaria como “a expansão natural da sua própria energia” (SAMPALIO, 1988, p. 128). Era nessa espécie de ambivalência que se inscreviam as atividades dos residentes na vila. Foram essas características muito próprias que conferiram matriz identitária ao projeto caritativo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, ou Viana da Foz do Lima, se mais apropriadamente nos quisermos referir à designação oficial da localidade em 2 de novembro de 1521, data da fundação oficial da confraria através de alvará régio concedido pelo rei português D. Manuel I, determinando que “este Compromisso e privilegios se cumpirão e guardem como se nele comtem”³.

Alguns testemunhos do século XVI permitem traçar o retrato de uma vila que funcionou como polo de atração para gente das mais diversas condições, aliciada pelo desenvolvimento comercial e pelas oportunidades que se abriam.

3 ASCMVC. *Bullário das Provições, Privilegios Regalias Sentenças e outros varios papeis e documentos de que goza esta Sancta Casa da Misericórdia desta villa de Vianna corregido e Reformado neste presente anno de 1770 para o de 1772, sendo Provedor Francisco Manoel Pina de Alpoim. Escrivão Francisco Felippe Soares de Lima*, fl. 6.

Um dos documentos que fornecem alguma informação sobre os estratos mais elevados dos habitantes da vila é dado pelo chamado “Memorial de Calheiros”, um memorando do final do século XVI cuja autoria se atribuiu a Diogo Lopes de Calheiros, membro de uma das mais importantes famílias do vale do Lima, tendo sido igualmente provedor da Misericórdia em 1534 e 1538.

Segundo esse depoimento, no século XV, Viana apenas dispunha de três famílias que podiam reivindicar o estatuto de gente honrada: os Rocha, os Velhos e um Barros. Nessa qualificação, os demais moradores não podiam exibir tais pergaminhos, dependendo de atividades relacionadas com a faina marítima, sendo muitos deles pescadores. Contudo, na última década do século, a vila ia já em grande crescimento, favorecendo a fixação de várias famílias de gente nobre e honrada, atraídas pela expansão que se verificava (D’ABREU, 1982, p. 157).

Essa caracterização social da localidade, apesar de veiculada pelo membro de uma das mais ilustres famílias, permite fixar a imagem de uma população dividida entre os membros mais antigos e ilustres, e uma nova geração de moradores, igualmente nobres. Contudo, o mesmo documento não deixava de evidenciar marcas de gradual mudança na composição do tecido social da localidade ao referir que em meados do século XVI, além das famílias nobres que identificava, havia ainda um outro grupo de pessoas. Apesar de honradas e ricas, não o eram de geração, ou seja, a relevância social não resultava do património conferido pela linhagem familiar, mas provinha do sucesso económico colhido nas atividades ligadas aos mesteres e ao mar. Aliás, e em consequência, assim os acusava: “Tomam apelidos falsos, por se quererem honrar e limpar, como são os Macieis Calheiros, mareantes” (D’ABREU, 1982, p. 157).

São marcas claras de um discurso que conferia escassa permeabilidade à mobilidade social ascendente e que pode ser ainda identificado na segunda metade do século XVII. Em 1688, na sequência de mais um conflito com as confrarias dos mareantes, estes reconheciam nas suas alegações que muitas das famílias mais notáveis da vila descendiam de homens marítimos e que muitos deles eram irmãos da Misericórdia: “[...] muitos dos que sam irmaos da Sancta Caza da Mizericordia sam filhos e nettos de pessoas maritimos [...]”.⁴

A presença desses dois elementos caracterizadores da paisagem humana reflete a elevada pujança dos negócios e a importância que a vila assumia no contexto da expansão colonial (RAU, 1984, p. 34). Apesar de haver alguma sobrançeria relativamente aos elementos que granjeavam prestígio na comunidade

4 Cf. ASCMVC. *Irmandade de Jesus dos Mareantes*, pasta 7, maço 104, fl. 5v.

devido ao sucesso económico, a realidade demonstrava que a atração pelos novos territórios ultramarinos, com forte destaque para a colónia do Brasil, marcava transversalmente a sociedade vianense dos séculos XVI a XVIII.

Entre variados exemplos que poderiam ser referidos, assinalem-se, entre outros, que, nos anos de 1583 e 1584, a maioria das gentes de Pernambuco eram provenientes de Viana (GODINHO, 1978, p. 9). Veja-se igualmente o caso de João Malheiro Reimão, que, tendo pertencido às Mesas de 1635, 1637 e 1644, mantinha negócios com o Brasil, estabelecendo contactos regulares com António Teles da Silva, governador do Brasil entre 1642 e 1647 (RAU, 1984, p. 34).

Fosse na atividade comercial, fosse no desempenho de cargos de nomeação régia, encontrámos ilustres naturais da terra no desempenho de vários cargos nas possessões do império colonial português. Veja-se o caso de Matias da Cunha, general e governador da Província de Entre Douro e Minho, que, sendo provedor em 1687, teve de interromper o mandato para assumir o cargo de governador-geral do Brasil. Um acórdão de 24 de março de 1687 deliberava sobre a substituição desse provedor, dado que “[...] se auzentara E pasara ao estado do Brazil a guovernallo [...]”.⁵

Apenas breves exemplos de um grupo numeroso de membros da Misericórdia que contribuíram para acentuar essa marca identitária das gentes vianenses na Idade Moderna.

A INSTITUIÇÃO

As Misericórdias portuguesas eram confrarias essencialmente urbanas formadas pela nobreza local e pelas elites do artesanato concelhio, sendo esta composição determinante para muitas das opções dos seus dirigentes. A Misericórdia de Viana do Castelo inscrevia-se nesse padrão geral, sendo constituída por homens com uma forte ligação à navegação e ao comércio, formando o espaço rural com funções de complementaridade à imagem triunfante que se pretendia difundir.

Todavia, analisando o estatuto social dos membros que ocupavam o topo da hierarquia confraternal, identifica-se, desde os anos iniciais, uma das marcas mais notórias da composição social da instituição: a presença de nobreza local reivindicadora de um estatuto de exclusividade. O que iria determinar algumas das mais marcantes opções gestonárias da instituição desde o tempo fundacional.

5 ASCMVC. *Livro de receita e despesa*, 1686, fl. 260.

A reivindicação de um estatuto de superioridade justifica a identificação de claras manifestações de autonomia no relacionamento com os demais poderes, não só locais como regionais e nacionais. No diálogo com o poder municipal, ainda que frequentemente se encontrem os mesmos protagonistas em ambas as instituições, verificou-se um modelo relacional de escassa intensidade e que pouco se afastava de meras ligações institucionais. No que concerne às relações com o paço arquiépiscopal de Braga, embora se identifique um apreciável fluxo de comunicação entre as partes, há sempre essa marca de alguma independência e clara delimitação de esferas de competência.

Aos arcebispos de Braga, que detinham a jurisdição religiosa sobre a localidade, recorria-se em questões diretamente relacionadas com as manifestações culturais. Quando tal se justificava, buscavam-se apoios que permitissem obter vantagem nas disputas com outras instituições locais. Ao recorrer ao poder arbitrário da Igreja bracarense, a Santa Casa buscava ajuda, mas também se manifestava reconhecida. Sempre que solicitada, retribuía das mais diversas formas, fosse através da participação em campanhas de libertação de cativos, fosse na dinamização de celebrações de culto, ou ainda acolhendo uma ou outra solicitação particular (ARAÚJO, 2004, p. 256-259).

No diálogo com a Coroa, também se identifica com muita clareza uma relação de interesses mútuos entre dar e receber. A confraria viu a sua certidão de nascimento ratificada por um alvará régio; cresceu, implantou-se e ganhou proeminência na localidade, também graças à proteção dos sucessivos monarcas. Quando requerida, respondeu afirmativamente às solicitações; sempre que se revelou conveniente, nunca deixou de manifestar obediência e homenagem à figura do rei.

Ultrapassadas as dificuldades da instalação, ainda que as disputas com instituições rivais em nível local tivessem consumido recursos, num processo que é possível acompanhar no primeiro século de existência (MAGALHÃES, 2007, p. 359-375), a confraria procurou dotar-se de instrumentos que lhe permitissem afirmar-se junto da comunidade. O património imobiliário assumiu-se desde os primeiros tempos nesta dupla função: veículo fundamental nas práticas de caridade e imagem de marca de uma confraria poderosa, cuidando de engrandecer os principais símbolos desse poder, assentes nas primeiras décadas, no templo e nos edifícios anexos.

As Misericórdias eram confrarias de leigos, mas estavam impregnadas de fortes marcas do religioso, compreensíveis no quadro da época em que nasceram e se afirmaram no panorama confraternal português. Em Viana do Castelo, encontramos esse modelo, tendo a Santa Casa incorporado, desde o momento fundacional,

uma acrescida atenção às manifestações públicas do culto divino. Não surpreende que a construção de um templo próprio para a realização das celebrações decorrentes da atividade confraternal tivesse sido a primeira grande realização monumental ainda nos primeiros anos de funcionamento da confraria.

A disponibilização de um local de culto possibilitava constituir-se em atrativo suplementar que permitia aumentar receitas, além de conseguir atrair mais fiéis às celebrações e festas religiosas que representavam fortes instrumentos de propaganda. Consequência direta do incremento do nível de visibilidade, seria o aumento da captação de esmolas e de legados de natureza testamentária. Assim se compreende a simultaneidade na construção de um edifício que comportasse as duas valências, materializando no fundo as grandes linhas da atividade assistencial da Misericórdia: o plano corporal e o plano espiritual.

O investimento em obras sumptuárias buscava, a par da já referida visibilidade, a atração de legados e esmolas, potenciados pela imagem de eleição que se passava aos contemporâneos. Um património arquitetónico diferenciador das demais confrarias locais determinava e reforçava essas marcas identitárias.

A presença das Santas Casas da Misericórdia na posse e administração de hospitais talvez seja um dos elementos de maior associação no imaginário de uma grande parte da população portuguesa. Até à revolução portuguesa de 25 de abril de 1974, a rede hospitalar do país era esmagadoramente dominada pelas Misericórdias (LOPES, 2002, p. 106).

O aumento dos recursos financeiros, a partir de meados do século XVI, permitiu à confraria vianense o estabelecimento de planos conducentes ao investimento em edificações hospitalares que permitissem ampliar o número de providos e a qualidade do atendimento. Política que permaneceu ao longo dos anos, identificando-se sucessivas intervenções tendentes a conferir maior funcionalidade aos equipamentos, procurando adaptá-los aos desafios de cada época e investindo em novas modalidades de tratamento.

Não subvalorizando a função imediata do património arquitetónico, identifica-se complementarmente a transmissão de um discurso de exaltação que permitia alargar a base de apoio. Tratava-se de uma estratégia que se assentava não só na construção de instalações que servissem de suporte e apoio à prática das obras de caridade materiais, mas que seria desenvolvida em paralelo nessa perspetiva de conferir visibilidade e caucionar o discurso triunfante que se produzia. Discursos que chegaram até aos nossos dias, amparados pelo respetivo património arquitetónico, mas também por uma produção documental de inquestionável qualidade.

A IMPORTÂNCIA DO ESPÓLIO DOCUMENTAL

A Misericórdia de Viana do Castelo dispõe de um rico acervo documental, com a particularidade de possuir um conjunto alargado de fontes para o século XVI, facto distintivo relativamente à maioria das instituições congêneres fundadas pela mesma época.

As Santas Casas tinham necessidade de transmitir imagens num registo propagandístico. Cuidar da sua produção documental inscrevia-se nas práticas organizativas. A riqueza dos registos escritos da Misericórdia vianense possibilita identificar a linha evolutiva da instituição até aos dias de hoje, permitindo confrontar o discurso produzido com as práticas assistenciais, não raras vezes pouco aderentes a discursos retóricos sobre a caridade. Torna-se assim possível integrar a confraria na sociedade local, relacionando-a com as instituições que lhe eram mais próximas e para as quais se apresentou, sobretudo nos dois primeiros séculos, como forte concorrente numa constante partilha de espaços e poder. Dada a importância das relações estabelecidas com outras Misericórdias e variadas instituições espalhadas pelo império colonial português da Idade Moderna, o seu património documental permite múltiplas linhas de investigação.

Tratava-se de uma instituição que se dirigia preferencialmente à integração das elites locais; os melhores dentre os melhores, como já se referiu. Todavia, nem sempre as relações intraconfraternais foram marcadas pelo espírito de irmandade que se reivindicava. É possível a identificação de momentos de conflito geradores de instabilidade, mas também se podem observar pontos de tensão que pretendem quebrar bloqueios. Há uma clara preocupação em manter uma imagem imaculada, cuidando-se sempre de assinalar a pertença a uma associação de elite no panorama confraternal da vila.

As marcas escritas são mais evidentes para o grupo dos irmãos nobres, o que se compreende dado que era desse grupo que provinham os titulares dos cargos de maior proeminência. Era também nesse grupo que se elegiam os escrivães, os titulares da competência escrita, logo os principais agentes construtores da memória escrita. Sempre que a confraria se confrontava com outras instituições, havia um reconhecimento mais ou menos explícito da superioridade social dos seus membros. Aliás, muitos deles participavam em várias ocasiões noutras sedes do poder concelhio.

Elitismo, salvaguarda da pureza do grupo e recusa da inovação social são algumas das marcas mais características dos irmãos da Santa Casa ao longo da Idade Moderna. Mesmo nos momentos de maior crise, no tempo em que a

atração pelo estatuto de irmão estava consideravelmente diminuída e a confraria se via envolvida em escândalos vários, havia sempre um provedor mais lúcido e consciente das suas responsabilidades a lutar contra a vulgarização do estatuto, lembrando as origens (MAGALHÃES, 2013, p. 116).

Instituição formada por homens e que procurava reproduzir internamente as melhores virtudes da sociedade da época, nem sempre esteve à altura dos nobres princípios plasmados no Compromisso. Acima de tudo, a Misericórdia era uma construção humana, num tempo e num espaço bem delimitados. Contudo, legaram aos vindouros um rico património que constitui território incontornável para o aprofundamento de alguns dos objetos de estudo da história da localidade e do país desde os anos iniciais do século XVI até à atualidade.

Seja na História Económica, avaliando, por exemplo, o valiosíssimo património rústico e urbano da Santa Casa, seja no registo muito detalhado dos rendimentos resultantes desse património através dos foros e outras receitas, ou mesmo de uma cartografia da implantação dessas propriedades no território, são inúmeras as janelas de observação que se abrem à pesquisa do historiador.

Por outro lado, o registo muito detalhado das rubricas de receitas e despesas permite conhecer com muito rigor a estrutura de custos da instituição e, consequentemente, as linhas dominantes do seu projeto caritativo. A presença de um conjunto alargado de colaboradores assalariados, registando-se, desde os primeiros anos, valores, modalidades de remuneração ou a natureza dos vínculos estabelecidos, é também um precioso contributo para múltiplos estudos.

Muitos mais exemplos poderiam ser apresentados relativamente à qualidade do acervo documental da instituição e das inúmeras linhas de investigação possíveis. Apesar dos estudos já desenvolvidos, há ainda uma enorme quantidade de fontes a merecer um diálogo atento com os historiadores, ou a reformulação de questões anteriormente colocadas.

PARTICULARIDADES

As eleições

Ainda que integrada no movimento geral das Misericórdias portuguesas, iniciado pela confraria lisboeta, em 1498, a Santa Casa de Viana do Castelo é caracterizada por um conjunto de particularidades que lhe conferiram notória individualidade no quadro geral das instituições congéneres da Idade Moderna.

Já foi referido o estatuto elitista reivindicado pelos irmãos nobres. Não se trata apenas de um discurso que, desenquadrado do contexto local, poderia evi-

denciar expressões de claro anacronismo. Em boa verdade, surpreende-se em algumas práticas institucionais da Misericórdia a aplicação efetiva dessa filosofia.

O universo dos irmãos da Misericórdia, e de muitos dos sujeitos das suas práticas de caridade, constitui-se de um mundo muito heterogêneo de pessoas, sentimentos, atitudes e práticas. Já o afirmámos, mas importa ter presente que a Santa Casa era uma confraria onde o peso institucional do grupo dos nobres era avassalador. Dominavam em regime de quase exclusividade os principais cargos dirigentes e os mecanismos de representação, reservando aos mecânicos um estatuto onde pouco mais lhes restava que uma mera função de executores.

Num primeiro tempo, que podemos situar até ao final da segunda metade do século XVII, juntaram a hegemonia das funções decisórias à superior representação numérica. Desde então, consentiram alguma paridade em termos quantitativos.

Não obstante essa concessão, não libertaram algumas das prerrogativas que consideravam privativas do seu grupo. O exemplo mais flagrante desse estatuto de exclusividade encontra-se na participação do processo eleitoral da Mesa. Tempo em que os irmãos mecânicos se encontravam arredados de uma intervenção ativa. O núcleo dominante da confraria levava até às últimas consequências a dicotomia entre irmãos de maior e de menor condição. Num processo já eivado de acentuado anacronismo, assente num argumentário que era entendido como sendo a defesa da tradição, não concedia a mais ténue abertura a processos eleitorais que potencialmente pudessem erodir privilégios que considerava próprios e inalienáveis.

No fundo, o cenário que permite compreender o modelo particular de eleição da Mesa deve ser encontrado numa noção de pertença a uma elite local que se manifestou desde os primeiros anos da instituição e que seria continuamente reafirmado, tanto no plano interno como no contexto da vila. Em 1637, no quadro de entendimento com a Confraria de Jesus quanto à delimitação do campo de recrutamento de confrades, a Santa Casa enfatizava a sua origem ilustre ao afirmar que “foi instituída por homens nobres E fidalgos E governada E servida com diferença de irmãos de maior E menor condição”.⁶ Em tempos de maior agitação, era de toda a conveniência recordar as origens e reafirmar precedências, cortando eventuais reivindicações paritárias. Contudo, assinala-se que desde o século XVII é possível identificar na maioria das Misericórdias uma gestão oli-

⁶ Cf. ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza da Santa Mizericordia da Villa de Vianna desde o anno 1559 thé prezente anno de 1743*, fl. 113v.

gárquica e fortemente marcada pelo elitismo (ABREU, 2002, p. 47). Em Viana do Castelo, os irmãos nobres elevavam essa exclusividade a novos patamares.

O Compromisso de 1577 estatuiu, no seu capítulo VII, os diferentes procedimentos conducentes à realização dos atos eleitorais, dispondo que nos dez eleitores deveria haver uma presença paritária entre nobres e oficiais: “[...] na Mesa perante todos, os tiraram dos ditos Rois os dez Irmãos que tiveram mais votos pera Ellectores, Cinco nobres & cinco Officiaes [...]” (Compromisso, 1600). Contudo, não era essa a prática da Misericórdia vianense, já que a tarefa apenas estava reservada aos irmãos nobres, desde tempos que as fontes não identificam, mas que remontam certamente ao início da confraria.

A presença dessa marca distintiva é muito significativa do caráter elitista do grupo dos irmãos de primeira condição, colocando em clara posição de subalternidade os restantes confrades. Além disso, verifica-se uma longa permanência desse tipo de discurso, como poderemos verificar pelo conjunto de documentos que permitem um acompanhamento bastante próximo da realização dos atos eleitorais.

Composto por vários livros, mas que têm o seu núcleo principal em duas compilações efetuadas na década de setenta do século XVIII, é possível, numa primeira coletânea, acompanhar os diferentes atos eleitorais até 1771; numa segunda, alcança-se meados do século XIX. Sintomaticamente, o documento que fundamenta a particularidade do processo eleitoral dessa Misericórdia aparece trasladado logo nas primeiras páginas de ambas as compilações. O que evidencia a permanência da prática e a assunção da sua naturalidade junto dos principais responsáveis pelo governo da confraria.

Excluir de algumas decisões um conjunto importante de irmãos, baseando-se num ordenamento social ainda muito tributário de uma “sociedade de ordens”, assumia-se como prática rotineira. Mesmo em tempos que anunciavam alterações estruturais na sociedade portuguesa, a Santa Casa de Viana do Castelo permanecia ancorada num discurso elitista, pouco consentâneo com os sinais dos tempos.

A exclusão dos clérigos

Outra particularidade dessa confraria reside na escassíssima participação de clérigos nos quadros confraternais. Contrariamente a algumas instituições congêneres, a presença do clero raramente ultrapassou as funções diretamente relacionadas com as atividades de culto ou com o desempenho de funções remuneradas no quadro dos habituais colaboradores da instituição. No século XVI, é

possível constatar a admissão, muito rara, de clérigos como irmãos, acrescida de uma esporádica presença no desempenho de cargos de Mesa, não constituindo marca especial na vida da instituição. Na Mesa de 1523, o escrivão era o clérigo João Afonso, mas seria rapidamente substituído por “ser muyto oacupado e não poder vyr”, segundo a justificação então apresentada.⁷

Uma tal exclusão decorria de usos e costumes da própria confraria, não havendo na documentação disponível qualquer clausulado que inviabilizasse a presença de elementos do clero nos quadros confraternais. Contudo, verifica-se em algumas ocasiões um certo desconforto pela presença desses irmãos, havendo sempre razões que apressavam a sua exclusão do número.

Não havendo disposições regulamentares que caucionassem esses procedimentos, encontram-se como razões mais evidentes as que resultavam do entendimento sempre difícil que a Misericórdia manteve com a Confraria do Espírito Santo, onde se enquadrava o clero da vila. São relações de alguma conflituosidade, tendo por pano de fundo a realização de cortejos fúnebres, cujo monopólio era detido pela Misericórdia e nunca aceite pela confraria sacerdotal.

Efetivamente, até ao nascimento da Misericórdia, a confraria do Espírito Santo detinha o exclusivo da realização de funerais de todas as pessoas que não fossem marítimas. Ora, o surgimento de uma instituição a disputar um dos seus territórios de atuação, e os proventos associados, levou a fricções, ultrapassadas em 1524 com a celebração de um primeiro entendimento, tendo em vista delimitar competências. Acordo que seria alvo de nova regulamentação em 1665, no seguimento de repetidos conflitos reveladores das dificuldades em conseguir o entendimento entre as duas confrarias, muitas vezes chefiadas por dirigentes “mais amigos de novidades e tumultos que dos bens espirituais”⁸. Isso se evidenciava no acórdão que formalizava o entendimento. Mais que o plano das intenções, e da clara regulamentação, havia o plano do relacionamento pessoal e da busca de protagonismo a impedir uma sã convivência entre as partes. Em 1726, há notícia de novos procedimentos judiciais, sempre com o pano de fundo dos interesses pessoais a sobrepor-se ao grupo.⁹

A honra feminina

As Misericórdias eram confrarias exclusivamente formadas por homens. Embora durante o século XVI se identifique entre os seus membros uma ou

7 Cf. ASCMVC. *Livro de receita e despesa*, 1523, fl. 2v.

8 Cf. ASCMVC. *Index Geral de todas as obrigações que tem esta Santa Casa da Misericórdia* [...], fl. 108.

9 Cf. ASCMVC. *Índice dos Acordans dos livros desta Casa da Santa Misericórdia da Villa de Vianna* [...], fl. 380.

outra mulher, tendo algumas desempenhado papéis de particular relevância, a consolidação do modelo viria a consagrar essa faceta rigorosamente monogâmica. Porém, se no nível do estatuto de pertença, o elemento feminino estava completamente arredado, outro tanto não se verificava enquanto sujeitos e destinatários das práticas de caridade (SÁ, 1994, p. 329-337).

Na Misericórdia de Viana do Castelo, não se verificou em momento algum a presença de mulheres enquanto confrades. Na documentação, encontramos por vezes algumas mulheres a quem era conferida a designação de “irmã”. Contudo, tratava-se apenas de uma extensão de privilégios pelo facto de serem casadas com irmãos da Santa Casa. Essa utilização do termo verificou-se sobretudo em contexto funerário, quando se determinava o estatuto que deveria ser respeitado na realização de um funeral. Veja-se o caso identificado em 1638 com Susana Brava, casada com Lopo Gomes Pereira, irmão da confraria, a qual determinava no testamento que fosse sepultada com a tumba da Misericórdia e acompanhada da irmandade, reivindicado esse estatuto ao designar-se “como irmã que sou”¹⁰.

As mulheres estavam assim arredadas do estatuto de pertença plena. Porém, detiveram uma participação muito ativa enquanto assalariadas e, sobretudo, no estatuto de destinatárias da ação caritativa. Uma outra marca, indireta, da participação das mulheres na vida da instituição, materializou-se no governo do Recolhimento de S. Tiago, a ser avaliado em momento próprio.

Com maior ou menor empenho, com diferentes níveis de intervenção, dependendo das características próprias de cada projeto caritativo, as Misericórdias revelaram uma particular atenção à população feminina. O desenvolvimento de estratégias conducentes ao que na época se considerava como sendo a “defesa e proteção da honra feminina”, não era exclusivo da Misericórdia vianense. Contudo, uma das manifestações de maior evidência do projeto caritativo da Santa Casa observou-se na atenção que os sucessivos dirigentes conferiram à proteção das mulheres colocadas em potencial situação de risco que pudesse atentar contra a preservação da sua honra.

A população feminina beneficiada pela Santa Casa dispunha de linhas de apoio que lhe eram exclusivamente destinadas, como era o caso da concessão de dotes de casamento. Embora o instituto do dote não constasse do formulário das Obras de Misericórdia, esteve sempre presente no programa assistencial da confraria, a exemplo de outras congêneres, havendo três legados permanentes

10 Cf. ASCMVC. *Livro aomde esta o treslado do tistamento de Suzanna Brava defunta e as obrigações que tem a Santa Casa da Misericórdia satisfará conforme a elle*, fl. 3v.

que contribuíram para o casamento de milhares de jovens órfãs. A par dessas linhas contínuas de apoio, a instituição procurava atender a solicitações pontuais, sempre com o objetivo prioritário de garantir a preservação da honra feminina, privilegiando a celebração do casamento.

Os recursos disponibilizados para a proteção de mulheres encontram a sua expressão mais notória no apoio concedido ao Recolhimento de S. Tiago. Enquanto o restante programa caritativo da instituição se orientava para os estratos sociais inferiores, esse recolhimento dirigia-se a mulheres nobres, órfãs ou viúvas, colocadas em situação de pobreza que não lhes permitisse suportar o estatuto social de nascimento. A Santa Casa assumia-se, dessa forma, como protetora e garante da manutenção do edifício social.

A partir de meados do século XVII, a confraria assumiu a responsabilidade pela administração e manutenção do estabelecimento, cabendo-lhe a nomeação de regentes e colaboradoras e garantindo ainda uma verba diária a algumas recolhidas carentes de meios económicos que lhes permitissem arcar com as despesas. A “ordinária”, termo com que era designada nas fontes da confraria essa contribuição, permitiu a muitas mulheres nobres manterem um mínimo de dignidade social, quando arrastadas em processos de empobrecimento.

A outorga desses apoios tinha como contrapartida a manifestação de obediência aos dirigentes da instituição protetora, patente nos cerimoniais de ingresso no recolhimento, ou na nomeação das suas dirigentes, seguida do necessário termo de juramento. Em repetidas ocasiões é possível identificar momentos de notório conflito, chegando por vezes à violência física, tendo como pano de fundo as tentativas de algumas recolhidas se eximirem ao controlo que sobre elas era exercido. Nessas disputas, sente-se de uma forma clara a desconformidade entre o estatuto nobre e a dependência económica, agravada pela sujeição a um órgão de controlo exclusivamente masculino, a quem deviam manifestação pública de obediência.

A ligação ao Brasil

Como já se referiu, a particular localização de Viana do Castelo potenciou, desde sempre, o desafio da partida em busca de melhores condições de vida ou apenas em resposta a um apelo interior de partida à descoberta.

Terra e mar: dois elementos estruturantes na configuração da identidade das gentes vianenses. A terra representava a origem, onde nem sempre se regressava, mas que, mesmo separada pela imensa vastidão do Atlântico, permanecia viva na memória dos que partiam. O mar conferia, igualmente, uma marca identitária

desde os primórdios da povoação, acolhendo a ancestral tendência para a emigração e para o contacto com o desconhecido (MAGALHÃES, 2013, p. 19).

A história da localidade dá mostras evidentes dessa fortíssima ligação ao Brasil. Em 1580, Viana dispunha de oitenta barcos de pesca de costa e mar alto; na primeira metade do século XVII, quase todos se dedicavam ao comércio com o Brasil, tendo abandonado a pesca!

Refletia-se igualmente noutras confrarias a importância da colónia na sociedade vianense, como era o caso da grande rival da Misericórdia nessa época. Em 1637, um acórdão da Santa Casa referia que muitos dos proventos da Confraria dos Mareantes resultavam das esmolas recebidas dos navios que operavam na rota do Brasil.

No que diz respeito à Santa Casa, os vianenses estabelecidos no território brasileiro representavam mais um apreciável campo de captação de receitas, não apenas através de esmolas diretas, mas também na captação de legados, fosse enquanto destinatária, fosse na condição de curadora das disposições testamentais. Contudo, o Brasil também contribuiu com alguns focos de inquietação na atividade da Misericórdia. O arquivo da confraria documenta, desde meados do século XVI, sucessivas deliberações procurando resolver problemas colocados pela emigração de irmãos; um constrangimento que percorria todos os níveis da escala confraternal ou do corpo de assalariados. Um acórdão de 1638 dava cabal testemunho dessas dificuldades, dado que “[...] o povo dadita Villa yr em grande crescimento e aver nelle muita gente nobre [...] e outros se embarquaõ Para as partes do brasil no que fazem muita falta em suas abzensiaz no serviso da casa [...]”.¹¹

É também nessa espécie de ambivalência que deve ser compreendido o percurso dessa instituição quintocentenária!

CONCLUSÃO

O movimento confraternal que daria origem às Misericórdias portuguesas irradiou a partir de Lisboa, em 1498, para todo o império português da Idade Moderna. Animadas pelo objetivo do cumprimento das catorze Obras de Caridade, tal como se encontravam postuladas na doutrina da Igreja Católica, enfrentaram desafios vários, reconfiguraram o seu modelo caritativo dos primeiros séculos, adaptaram-se aos novos tempos políticos, económicos e sociais. Confi-

11 Cf. ASCMVC. *Bullario...*, fl. 561.

guraram, seja qual o tempo observado, uma das mais expressivas manifestações de apoio social nas múltiplas manifestações enquadráveis no respetivo projeto institucional.

Inspiradas a partir do modelo lisboeta, conformando-se ao seu Compromisso, isso não as impediu de o adaptarem ao contexto local, potenciando o surgimento de experiências confraternais fortemente marcadas pelas marcas autóctones.

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo foi uma das confrarias em que as marcas mais evidentes do contexto comunitário exerceram uma profunda influência, permanecendo ao longo dos anos uma prática gestonária que encontrava a sua legitimação num discurso elitista. Frequentemente, demonstrava um claro anacronismo em face dos tempos em observação.

Instituição poderosíssima na localidade, a Santa Casa vianense marcou indelevelmente a vida da comunidade, onde se inseriu e desempenhou um forte papel na organização das práticas de caridade. Atravessou crises, sobreviveu a dificuldades, soube criar os mecanismos que lhe permitiram chegar ao presente com novas forças que lhe conferem uma inegável centralidade no conjunto das instituições mais representativas do concelho.

Dispondo de um valiosíssimo espólio documental, abre-se aos historiadores, fazendo por essa via uma forte ligação entre passado e presente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. In: PAIVA, José Pedro, (Coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, v. I, p. 47-77.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A protecção dos arcebispos de Braga à Misericórdia de Viana da Foz do Lima (1527-1615). In: ABREU, Laurinda (Ed.). *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS, 2004, p. 239-259.

D'ABREU, João Gomes (Ed.). Memorial de Calheiros. *Arquivo de Ponte de Lima*. Portugal, nº 2, p. 145-163, 1982.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise (XV-XV siècles). *Revista de História Económica e Social*. Portugal, nº 1, p. 5-32, 1978.

LOPES, Maria Antónia. As Misericórdias de D. José ao final do século XX.

In: PAIVA, José Pedro (Coord.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, v. I, p. 79-117.

MAGALHÃES, António. A pompa e a inovação: a Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os conflitos com as confrarias dos mareantes (1523-1623). In: *Congresso Internacional de História, Territórios, Culturas e Poderes – Actas*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos - Universidade do Minho, 2007, v. II, p. 359-375.

MAGALHÃES, António. *Práticas de caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.

MAGALHÃES, António. Vianenses no Brasil, brasileiros em Viana. Do sucesso económico ao reconhecimento local através da Santa Casa da Misericórdia. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Coord.). *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*. CITCEM – Universidade do Minho (Portugal); Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 2013, p. 17-34.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. 2.

MOREIRA, Manuel António Fernandes. *O município e os forais de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1986.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*. História, nº 3, p. 77-90, 1986.

RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa. In: *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença Lda, 1984, p. 17-25.

RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, v. VI.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas colónias (séculos XVI - XVIII). In: Congresso Internacional da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - *O rosto feminino da expansão portuguesa - Actas*. Lisboa: Comissão Nacional para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994, p. 329-337.

SAMPAIO, Alberto. *Estudos históricos e económicos - as póvoas marítimas*. Lisboa: Vega Lda, 1988.

VILLASBOAS, Custódio Jozé Gomes de. Descrição topographica das commarcas fronteiras da Província do Minho. In: ALVES, Jorge Fernandes; SOUSA, Fernando. *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

Fontes primárias impressas

Compromisso da Irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade de Lisboa. Lisboa: Impresso por António Alvarez, 1600.

MENEZES, Luís. *História de Portugal restaurado*. Lisboa: Officina de João Galvão, 1679, tomo I.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (ASCMVC)

Bullario das Provições, Previlégios Regalias Sentenças e outros varios papeis e documentos de que goza esta Sancta Casa da Misericordia desta villa de Vianna corregido e Reformado neste presente anno de 1770 para o de 1772, sendo Provedor Francisco Manoel Pina de Alpoim. Escrivao Francisco Felipe Soares de Lima.

Índice dos Acordans dos livros desta Casa da Santa Misericordia da Villa de Vianna desde o anno 1559 thé prezente anno de 1743.

Index Geral de todas as obrigações que tem esta Santa Casa da Misericórdia e constão dos testamentos e escrituras, Acordãos e de alguns livros da receita que se acham no Cartório com bua breve notícia de todos os documentos, dividido em duas partes: na primeira se recompilão todos os legados e obrigações que tem com a declaração da sua origem; e na segunda parte se fará menção de todas as liberdades, izenções, previlégios por alvarás, sentenças e provições com a notícia de alguns acórdãos mais úteis ao bom regímen desta irmandade feito por Custódio Jozé Vieira da Silva, escrivão da Meza neste Anno de 1758 para o de 1759: sendo Provedor Francisco de Abreu Coutinho, fl. 107.

Irmandade de Jesus dos Mareantes, pasta 7, maço 104.

Livro de receita e despesa, 1523.

Livro de receita e despesa, 1686.

Livro aomde esta o treslado do tistamento de Suzanna Brava defunta e as obrigações que tem a Santa Casa da Misericórdia satisfará conforme a elle.



Capítulo 4

UMA PONTE ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE LANHOSO (PORTUGAL) E O PROJETO DE CRIAÇÃO DO SEU MUSEU

José Abílio Coelho¹

EM BUSCA DE UM CAMINHO

O município da Póvoa de Lanhoso, situado em pleno coração do Minho, no interior norte de Portugal, possui Misericórdia fundada em 31 de dezembro de 1928. Ao contrário da maioria das suas congéneres, essa irmandade não foi criada para edificar um hospital, um asilo ou qualquer outra obra de benemerência, mas para dar continuidade a uma unidade de saúde já existente e que cerca de uma década antes fora construída naquela terra a custas exclusivas de um antigo emigrante no Brasil. Durante dez anos, o fundador dessa *domus caritates* também a manteve, pagando integralmente os custos do seu funcionamento, desde os ordenados do corpo clínico e de enfermagem até a compra das mais recentes aparelhagens médico-cirúrgicas. Tratava-se de uma unidade de saúde de província, não muito grande, mas com todas as características daquele a que hoje designamos como hospital moderno: desde os serviços médicos a funcionarem durante 24 horas por dia, corpo de enfermagem em permanência, refeitório com

¹ Lab2PT – Universidade do Minho; Coordenador do Arquivo Histórico da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso/Portugal.

cozinheira e várias ajudantes, serventes de enfermaria, farmácia com laboratório e farmacêutico formado, serviços de limpeza, porteiro, capelão, moderníssimo bloco de cirurgia, aparelho de “raios-x” (importado de Paris), consultas diárias e banco de urgência, sala de partos e espaço para parturientes. E ainda quatro quartos particulares destinados às elites locais que pudessem custear o seu internamento, duas grandes enfermarias com lugares para mais trinta internamentos, quinze destinadas ao sexo masculino e as outras quinze ao feminino. Como no município ainda não havia rede de distribuição de eletricidade e muitos dos aparelhos instalados necessitavam dessa energia, foi comprado um gerador manual, de grandes dimensões, cuja produção era gerada por um mecanismo movimentado a manivelas. Durante a noite, estavam permanentemente de serviços dois homens para o fazerem funcionar, os quais eram também chamados quando fosse necessário pôr a funcionar o bloco de cirurgia ou o aparelho de “raios-x”.

Ao ser inaugurado, em 5 de setembro de 1917, esse hospital mereceu honras de notícia destacada na imprensa de âmbito nacional, tendo o jornal *República*, um dos mais conceituados de Lisboa, publicado: “Um estabelecimento que pode servir de padrão a todos os que do seu género existem em Portugal, como sendo de todos o melhor”.²

António Ferreira Lopes – antigo comerciante no Rio de Janeiro que, em 1917, fundou esse hospital – nasceu no município da Póvoa de Lanhoso, no dia 14 de abril de 1845, filho de mãe solteira e neto de pequenos proprietários agrícolas. Depois de ter aprendido, na sua terra, as bases primárias da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas, emigrou para o Brasil, com destino ao Rio de Janeiro. Tinha então doze anos de idade e acalentava o sonho de encontrar, na outra margem do imenso Atlântico, tudo quanto então se contava em Portugal sobre a espécie de *Eldorado*, a todos destinado, no então recentemente fundado Império do Brasil. A partida desses jovens verificava-se antes dos catorze anos de idade, antecedendo a ida às “sortes”, pois, se ficassem apurados para a vida militar, a saída do país seria muito mais difícil.³

A travessia, numa embarcação à vela, demorou quase dois meses e levou-o ao Rio de Janeiro. Ali chegado, empregou-se como marçano na casa comercial

2 O jornal *República* pertencia ao médico e político republicano moderado Dr. António José de Almeida, o qual, em novembro 1917, veio em pessoa visitar essa unidade de saúde. À data tinha sido já deputado, ministro e primeiro-ministro e viria a ser, entre 5 de outubro de 1919 e 5 de outubro de 1923, presidente da República de Portugal. Cf. Jornal *República*, nº 2.588, de 7 de fevereiro de 1919, p. 1.

3 Sobre a emigração de portugueses para o Brasil, pode ler-se uma das melhores sínteses interpretativas: ALVES, Jorge Fernandes. *Os “brasileiros”. Emigração e retorno no porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 372-384.

de um português que transacionava cereais. Por volta de seus vinte e poucos anos, tendo o estabelecimento em que se empregara durante os primeiros oito anos, no Rio de Janeiro, entrado em dificuldades financeiras, iniciou-se por conta própria em negócios do mesmo ramo. Adquiria grandes quantidades de cereais dos produtores do interior da Província, vendendo-os depois na mole urbana e obtendo boas comissões.

Seria, aliás, com o lucro obtido nesse negócio, mas sobretudo com o bom nome nele alcançado, que, já dono de bom crédito pessoal, veio a ser, no segundo lustro da década de 1860, convidado a emparceirar como “interessado” num empório em construção que se chamou *Câmara & Gomes*. Este passou a funcionar na então Rua de São Bento, tendo como sócio maioritário o também emigrante português, nascido na ilha da Madeira, Manuel de Pontes Câmara. O empório atuou nas áreas de comercialização dos cereais e mais tarde na dos couros, dos cafés e na do empréstimo de dinheiro a juros, mantendo armazéns noutras áreas da cidade. Além de adquirir, para sua sede, um excelente edifício na Avenida Central, mais tarde Avenida Rio Branco (COELHO, a, 2015, p. 1-18).

Já perfeitamente integrado na sociedade comercial com Pontes Câmara, António Ferreira Lopes veio a conhecer e a casar-se com Elvira, uma das filhas do sócio maioritário e de sua esposa, Guilhermina de Matos Vieira. Casamento realizado na capela privada da casa de seus sogros, em cerimónia presidida pelo bispo italiano D. Miguel Ferrini, à época representante de negócios da Santa Sé no Rio de Janeiro. Fato que evidencia o destaque e o percurso de um jovem que, saído do interior rural de Portugal, tinha criado espaço digno entre as elites comerciais do Rio de Janeiro.

A entrada do jovem minhoto na grande casa comercial, que tinha em Manuel de Pontes Câmara o seu experiente condutor, permitiu-lhe ganhar bastante dinheiro, tal o volume de negócios que o empório veio a alcançar. Mas o casamento com Elvira de Pontes Câmara, filha daquele, reforçou, à morte do sogro, num acidente marítimo em 1881, a sua já significativa fortuna. Além de lhe abrir, nos finais dos anos de 1880, as portas da boa sociedade e da cultura carioca, facto que viria a ter grande importância após o regresso à terra-mãe.

Nos finais da década de 1880, tendo pouco mais de quarenta anos de idade e quase trinta de permanência no Brasil, decidiu António Lopes voltar a Portugal com a esposa. Sem filhos e trazendo consigo grande fortuna, o casal manteve, mesmo assim, intactos os interesses no comando da empresa da família que agora funcionava sob a designação de *Castro, Silva & Companhia*, operando no Brasil. Um país onde o relançamento da economia levou a um crescimento do PIB de

6% ao ano, entre 1920 e 1928 (CANO, 2021, p. 897-916). Além disso, o mercado cafeeiro, encontrando-se no auge, com uma política de defesa permanente do produto, “propiciou a elevação dos preços a níveis que há muito não se viam” (PERISSINOTTO, 2000, p. 299-332).

Assim, e instalado em Portugal, esse antigo emigrante permitiu-se realizar todos os investimentos desejados no seu país, mantendo a *Castro, Silva & Companhia* a recheiar-lhe as contas bancárias. Em 1919, a empresa era assim descrita numa publicação da especialidade:

É uma das grandes firmas da praça do Rio de Janeiro [...] operando em comissões, importação, exportação, ensaque, torrefação e moagem de café, commercio de cereaes, couros e outros produtos nacionaes e estrangeiros, vendendo para todos os mercados internos e externos e movimentando anualmente 120.000.000\$000 (S.te de Publicité Sud-Americaine Monte Domec & Cie, 1919, p. 52).

Chegado a Portugal, instalou-se o casal em Lisboa. Começou por habitar num requintado hotel e, poucos meses depois, adquiriu na cidade uma casa que pertencera àquela que era então a mais famosa atriz portuguesa, Rosa Damasceno. Esta, que fora amante do rei D. Luís I, recebera como prenda o imóvel, agora comprado pelo casal de ex-emigrantes.

Para além dessa belíssima casa lisboeta, implantada à margem do então *Passeio Alegre* da cidade, adquiriu o casal, na terra de origem de António Ferreira Lopes, um palacete que pertencera a uma família da nobreza rural, onde, todos os anos, passava dois ou três meses. E viria a ser exatamente nessa pequena vila minhota, onde em 1845 António nascera, sede do município da Póvoa de Lanhoso, perto de Braga, que o *brasileiro de torna viagem* investiu parte da sua fortuna no bem-fazer aos seus conterrâneos. O investimento beneficente nas suas terras de origem, bem menores que as cidades, onde a maioria desses ex-emigrantes fixou residência principal, permitiu-lhe não só melhorar a vida da comunidade originária, mas também ser alvo de um reconhecimento que nas cidades era praticamente impossível.

Sem filhos, como já se disse, António Ferreira Lopes e a esposa abriram na Póvoa de Lanhoso estradas e caminhos, levantaram jardins, criaram prémios escolares, fundaram uma corporação de bombeiros, construíram um bairro destinado a operários e outro ao arrendamento às elites, edificaram uma belíssima sala de espetáculos a que deram nome de Theatro Club, apoiaram famílias pobres, pagando-lhes comida, roupas, remédios e até funerais. Tendo ficado viúvo,

em fevereiro de 1910, ali deixou António Lopes, ao falecer em 22 de dezembro de 1927, um enorme legado destinado à criação de prémios escolares que ainda hoje se mantêm, à construção de uma grande escola destinada a crianças dos dois sexos, à abertura de estradas, à edificação de um novo edifício da municipalidade, concluído apenas em 1950 e considerado hoje um dos mais simbólicos do tempo do Estado Novo português.

Não obstante os muitos benefícios a que deu forma em favor dos seus conterrâneos, a grande obra da sua vida, a joia maior da sua benemerência, aquela em que mais investiu e à qual mais se apegou, foi o hospital que ali construiu e colocou, gratuitamente, a serviço dos seus conterrâneos mais pobres. Dizem os jornais da época que nele teriam sido gastos mais de 150 contos de réis, uma pequena fortuna à época (COELHO, b, 2017, p. 48).

UM HOSPITAL MODERNO

As obras de construção do Hospital António Lopes decorreram num tempo de extrema dificuldade económica para Portugal e para todo o planeta e também de grande desvalorização das moedas nacionais. Eram tempos de extrema beligerância, com a eclosão da I Grande Guerra, que decorreu entre 28 de julho de 1914 e 11 de novembro de 1918. No que respeita à Póvoa de Lanhoso, na verdade, desde a compra dos necessários terrenos até à inauguração da casa de saúde, decorreram sete longos anos. Mas o antigo emigrante, empenhado em doar aos conterrâneos um hospital modelar e em deixar aos vindouros uma unidade de saúde dotada de todos os meios e comodidades necessários à boa assistência na saúde, não se furtou a gastos para o conseguir.

O edifício foi engenhado, desde o lançamento da obra, para possuir todas as condições e os preceitos exigidos aos locais destinados a curar doentes. Implantado em terrenos cujas condições de salubridade eram as legalmente exigidas e construído com base numa distribuição de espaço ao tempo recomendada para unidades do género (CAMPOS, 1965, p. 342-346), disponibilizava: áreas amplamente arejadas e climatizadas, ligações entre edifícios abertas para a promoção da necessária assepsia, farmácia, laboratório de estudo e composição de medicamentos, área para tratamento da tuberculose, sala de partos, bloco de cirurgia e área de lazer.

Como afirmou Michel Foucault, a “consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar” surgiu em alguns países da Europa, pelos finais do século XVIII, aí residindo a base daquilo que passou a ser universalmente

considerado o “hospital moderno”. E a aliança entre esse novo pensamento e a extraordinária evolução da ciência médica ao longo de toda a centúria de oitocentos levou a um apuramento cada vez maior dos conceitos da organização do espaço (FOUCAULT, 1984, p. 9). Se a esses dois fatores juntarmos o surgimento ou o aperfeiçoamento de ferramentas, aparelhos e materiais de diagnóstico e de apoio ao ato médico, que começaram a concentrar-se nos hospitais, a partir da segunda metade do século XIX, pode afirmar-se ter sido no dobrar da décima nona para a vigésima centúria que, em Portugal, o hospital se tornou efetivamente moderno, no sentido que hoje atribuímos à expressão. Nas primeiras décadas do século XX, a união de esforços entre o saber médico e a experiência dos arquitetos levou, inclusive, a um aperfeiçoamento ainda maior, que paulatinamente os foi transformando em áreas verdadeiramente vocacionadas para a prática de uma medicina cientificamente estruturada (SANGLARD, 2007, p. 257-289).

António Ferreira Lopes quis que o seu hospital respondesse a esse novo conceito, marcado definitivamente pela grande qualidade e pelo rigor: inovação técnico-científica, como instalação de corrente elétrica, aquecimento central, bloco de cirurgia dotado das mais recentes tecnologias e ferramentas; separação por áreas distintas de utentes, como as paridas ou os pacientes de infetocontagiosas; dotação do edifício com espaços de lazer repletos de objetos artísticos e de espaços exteriores ajardinados, com circuitos destinados a passeios dos pacientes em recuperação.

O prestígio de António Ferreira Lopes, como grande benfeitor da medicina, ultrapassou as fronteiras do concelho e do país, elevando-se de tal forma que, em 1919, o professor J. A. de Magalhães, docente honorário da Universidade de Manaus e membro da Academia Nacional de Medicina do Brasil, dedicou-lhe o seu livro *Lições de hygiene*, destacando na dedicatória impressa, na página de rosto, o “modelar hospital que aquelle prestimoso cidadão construiu e mantém, mostrando aos vindouros a fôrma inteligente e humanitária pela qual se resolvem os grandes problemas sociais” (MAGALHÃES, 1921, p. de rosto).

A CRIAÇÃO DE UM NOME

Quando, no segundo lustro da década de 1880, António Ferreira Lopes e sua mulher, Elvira, regressam do Brasil com a finalidade de se instalarem em terras lusas e para cá viverem o seu tempo futuro, procuram, para residir, prédios e locais à altura das suas exigências, das suas bolsas e do que entendiam ser o seu merecimento.

Em Lisboa, começam por viver, durante alguns anos, no Hotel Universal, ao Chiado, então um dos mais luxuosos da capital portuguesa. Antigo convento do Espírito Santo da Pedreira, da Congregação Oratoriana, o edifício foi, posteriormente, por causa da Lei da Separação, de 1834, adquirido pelo futuro 1º barão de Barcelinhos. E ali instituiu a sua residência apalaçada, sendo, mais tarde, habitado também pelo 1º visconde de Ougela, Carlos Ramiro Coutinho, que se casou com a viúva do barão.⁴ Em 1888, o prédio foi transformado em hotel e nele se hospedou, entre outros, Elisa Hensler, a futura condessa de Edla e segunda esposa do rei Fernando de Saxe-Coburgo. Também o famoso romancista Camilo Castelo Branco ali foi acolhido quando a casa pertencia ainda ao seu amigo Carlos Ramiro, tendo Eça de Queirós feito do edifício cenário de algumas cenas de *A capital*.

Apesar das boas condições de que dispunha no hotel Universal, o casal procurava uma casa compatível com os seus gostos e dignidade para comprar na cidade das sete colinas. E foi assim que adquiriu, em março de 1891, por 24 contos de réis – uma fortuna, à época –, o palacete com que D. Luís I (1838-1889) tinha, tempos antes, adulado a sua amante Rosa Damasceno. Não obstante, quando essa residência de Lisboa foi adquirida, o casal já tinha comprado casa própria na Póvoa de Lanhoso.

As Casas Novas, agora sua propriedade na terra, eram uma das melhores casas que então existiam na vila da Póvoa. Quando o casal as comprou, eram conhecidas como “casa de nobreza”, por terem pertencido a uma família brasonada desde a primeira metade do século XVIII, o que transmitia ao casal um certo estatuto que o dinheiro por si só não garantia. Na verdade, para um rapazinho que saíra da sua terra natal, menos de quarenta anos antes, pobre e sem certezas quanto ao futuro, regressar agora e poder instalar-se por conquista própria naquela que fora a casa mais distinta do multissecular burgo – a quem o rei D. Dinis dera carta de Foral em 1292 – devia ser a honra mais desejável. Uma forma de mostrar a todos que se tornara um vencedor. Para os seus conterrâneos, era sem dúvida uma distinção que mais ninguém, por ali, tinha conquistado com tanto brilho.

Menos de um mês volvido sobre a compra das Casas Novas, ou seja, em 13 de maio do mesmo ano de 1889, António Ferreira Lopes fechava novo contrato notarial para a compra de um terreno junto à sua propriedade. E esse tipo de compras repetiu-se durante os anos seguintes, até lhe pertencer um bom pedaço

4 <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/01/grandes-armazens-do-chiado.html>

da vila. Ficava bem patente o interesse do agora dono das Casas Novas para alargar os seus domínios naquela zona. O que veio a verificar-se nos anos seguintes, pois António Lopes adquiriu quintais e quintas de produção, casas e terrenos, mandou demolir velhos edifícios e erguer novos nos seus lugares, transformando-se no homem que mais contribuiu para que a sua vila natal. Transformou o que, nos finais do século XIX, era ainda pouco mais que um velho burgo medieval num centro urbano moderno. A comunidade, em sua vida, passou do quase nada para o quase tudo, pois, a custos exclusivos deste conterrâneo, passou a ter algumas boas estradas, jardins, bairros para operários e para elites, uma casa de espetáculos, uma corporação de bombeiros, um hospital. Apetece dizer que António Lopes só não abriu repartições públicas porque essa era uma incumbência exclusiva do Estado. Mas, com a criação das infraestruturas, vieram também mais serviços, desde novos advogados e notários a novos médicos, farmácias, pedreiros, pintores da construção civil e carpinteiros para as suas obras, e mais comércio. Em suma, mais empresas e mais profissionais, o que revolucionou a sede de um município que à data tinha menos de 2 mil habitantes.

ADMIRAÇÃO E VENERAÇÃO: A MEMÓRIA

Em vida, António Ferreira Lopes foi venerado pelo povo da sua terra natal. Sempre que ali chegava, vindo geralmente de Lisboa, era esperado pelas pessoas mais distintas, desde o presidente da Câmara ao juiz de direito, ao administrador do concelho, ao delegado da República, aos diretores dos jornais locais ou aos maiores proprietários agrícolas e comerciantes, além das delegações de receção a integrar cerca de dezena e meia de pessoas, as mais importantes da terra. Era ele, aliás, que tentava esconder, sempre que podia ou pretendia mais sossego para si e sua mulher, o dia e a hora de chegada. Pois, quando esta era adivinhada ou subtilmente transmitida por familiares, organizava-lhe a comunidade, através de peditórios públicos a cujas verbas se aliavam subsídios camarários, receções estrondosas com foguetório, arcos, festão e bandeiras, palmas ao longo do percurso, desde que entrava nos limites da povoação até à sua casa, situada no outro extremo. E quase sempre, com as instalações de iluminação nas imediações do seu palacete e no castelo medieval de Lanhoso, fortaleza que se assenta num monólito distinto, o maior de toda a Península Ibérica, e que se eleva a quase 400 metros de altitude, dominando toda a localidade. Essas iluminações eram manufaturadas em papel grosso (copos) e pavio, e alimentadas com sebo de origem animal, tendo de começar a ser produzidas algumas semanas antes da chegada,

pelo que, só conhecendo esta de antemão, a podiam preparar. Depois, quando após dois ou três meses a residirem na terra anunciavam a partida, umas vezes para Lisboa, outras para viagens pela Europa, o programa de despedida repetia o da chegada. Não havia, entre a classe política, a do funcionalismo público ou a dos grandes proprietários e profissionais liberais, quem se furtasse em ir levar à casa do antigo emigrante o respeitoso aperto de mão. Refira-se que, em 1904, quando os veículos automóveis eram ainda raríssimos no interior do país, António Ferreira Lopes, que já tinha automóvel em Lisboa, trouxe pela primeira vez uma dessas máquinas à Póvoa de Lanhoso. Parece-nos fácil adivinhar o reforço de admiração (e até de medo) que esse gesto de trazer aos olhos da sua comunidade natal – mergulhada num atraso atávico de séculos e séculos – um carro que “andava à frente dos bois” deve ter surtido. Além do quanto isso deve ter contribuído para o crescimento do seu prestígio. Tudo aliado às boas doações com que o antigo emigrante beneficiava os habitantes do seu concelho, especialmente os necessitados que levaram a um tempo de homenagens.

Na década de 1890, quando o “brasileiro” das Casas Novas abriu à utilização pública um terreiro que ficava fronteiro à capela de São Gonçalo, que lhe pertencia, o povo logo passou a designar o espaço pelo seu nome: Largo de António Lopes. E, em 1910, depois de ali ter feito profundas obras de beneficiação e alindamento, anexando-lhe outros terrenos que, entretanto, tinha adquirido e construindo nele um enorme jardim, foi a vez de a Câmara Municipal lhe dedicar o espaço que ainda hoje se designa por Jardim de António Lopes. Nesse espaço de lazer foi erigido, em granito, a partir de 1917, um memorial com o seu busto num medalhão. Também no salão nobre da Câmara foi afixado, em 1927, pouco meses antes do seu decesso, um enorme quadro com o seu retrato.

Mas foi em obras por si mandadas edificar que o seu nome se imortalizou. Chama-se António Lopes o hospital ainda hoje único na localidade, embora alvo de um significativo aumento de espaço e de especialidades médicas já neste século. Tem o nome de António Lopes a escola que ele patrocinou no seu testamento, a qual serviu gerações e gerações de conterrâneos que ali estudaram e continuam a estudar. E mantém o nome de António Lopes o belíssimo jardim que mandou edificar e ofereceu ao município. Quanto a sua esposa, Elvira de Câmara Lopes, foi quase esquecida ao longo de muitas décadas. Quer a I República, quer, depois, o Estado Novo português, não deram à mulher portuguesa o destaque que esta merecia. A benemérita da Póvoa de Lanhoso teve, então, apenas o nome associado a uma rua secundária, a partir de 1910, ano da sua morte. Já na presente centúria, o município atribuiu o seu nome a uma escola

do ensino básico construída no concelho, tendo antes a Misericórdia batizado como de Dona Elvira Câmara Lopes uma Unidade de Cuidados Continuados a doentes com internamentos de longa duração, para além de ter editado em livro um pequeno estudo sobre a sua vida. Fez-se de algum modo justiça, pois não devemos esquecer que parte do dinheiro investido por seu marido em benefício da terra pertencia à herança dessa inteligente e cultíssima senhora.

A FIXAÇÃO E A HISTÓRIA

Passaram-se 176 anos desde que António Ferreira Lopes nasceu naquela terra e 130 anos desde que o casal comprou casa própria na Póvoa de Lanhoso, criando ali a sua residência de férias. Foi nessa mesma altura que instituiu, na escola básica, prémios escolares para os melhores alunos, isto é, para os que alcançassem melhores notas, mas que, ao mesmo tempo, se apresentassem com limpeza e bons modos. O que de algum modo veio ajudar a alterar conceitos de higiene e de saber estar na localidade. Foi esta, aliás, a primeira doação desse casal às gentes de Lanhoso. A partir daí, como vimos, ocorreu um processo constante de benemerências, que só findou em 1927, quando o último dos dois, António Ferreira Lopes, faleceu.

Mas a memória da terra, quanto a esse casal, tendo-se mantido viva, deturpou-se significativamente. Como em tantos outros casos em que a obra é maior que o homem, gerou-se narrativa simbólica e até imagética, e o mito ganhou espaço e força. Todos queriam dar um contributo verbal para a manutenção da memória, tendo-se gerado histórias inverosímeis e até irreais. Por exemplo, contava-se como real um episódio divulgado através de um poema declamado num espetáculo no Teatro Clube, na década de 1920 (depois publicado na imprensa local). Neste se falava de um menino que partiu para longe, para ganhar a vida de uma forma que a sua aldeia lhe não podia garantir. Quando voltou à terra, décadas volvidas, muito rico, lembrou-se de um pedido que sua mãe, uma paupérrima pastora de caprinos, lhe havia feito, antes de morrer, para que, se ele um dia enriquecesse, retornasse à terra e pusesse a fortuna ao serviço dos conterrâneos.

Essa história, talvez pelo seu romantismo, interiorizou-se em cada um e continuou a ser contada muitas décadas depois da morte do benemérito, como se fosse a sua própria história. Outro exemplo da memória inexata é a que contava que, tão logo chegou ao Brasil, António Lopes se empregara em casa dos Pontes Câmara para cuidar de uma menina doente, paralítica, a mesma Elvira

que mais tarde viria a ser sua mulher e que, com a herança de seu pai, fizera dele muito rico. E assim ele pudesse regressar com tamanha conta bancária ao seu país e fazer grandes benemerências na sua aldeia natal. Também essa narrativa assumiu foros de verdade, e ainda hoje há quem a assuma como verdade. Não obstante, nem a mãe do benfeitor da Póvoa de Lanhoso foi pastora, antes uma digna proprietária agrícola, nem morreu antes do filho partir para o Brasil, antes pereceu em 1910, já ele tinha retornado à pátria há cerca de duas décadas. Quanto ao facto de ter sido uma espécie de “guarda-costas” da menina com quem veio a casar, a verdade é que ambos apenas a viriam conhecer assim que ele entrou como pequeno sócio para a casa *Câmara & Gomes*, quando tinha 25 anos feitos, e ela, apenas 14.

Convirá referir, contudo, que após o retorno a Portugal e depois de possuir casa e muitos outros bens na sua terra, foi amado por muitos e detestado por alguns. E, se os primeiros o mitificavam por agradecimento e admiração, estes últimos tudo fizeram para o prejudicar e para manchar o seu nome por inveja ou por maldade. Fosse apelidando-o de “agiota”, fosse dificultando-lhe as obras, mesmo as que se destinavam a ser doadas aos conterrâneos, quer construindo em frente a esses edifícios que lhes tapavam as vistas, quer queixando-se aos tribunais de que havia desrespeito pelas leis vigentes. Nos casos que foram julgados nos tribunais, nunca António Ferreira Lopes foi condenado.

O ARQUIVO HISTÓRICO DA MISERICÓRDIA

Ao longo dos séculos foram muitas as instituições públicas, as autarquias, as irmandades ou outras entidades portuguesas que produziam documentação, que prestaram muito pouca atenção aos seus arquivos e ao seu património móvel. Por exemplo, durante o período revolucionário chamado “Monarquia do Norte”, altura em que, durante cerca de um mês, nos inícios de 1919, um grupo de militares opositores à implantação da República em Portugal tomou de assalto vários municípios do norte do país e neles manteve o poder pela força até à retoma da administração por parte dos contrarrevolucionários. O arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso foi parcialmente destruído, quando militares acantonados no interior da sua sede usaram livros e papéis arquivados não só para se aquecerem do frio que se faziam sentir, como para se limparem após as necessidades fisiológicas. Tudo consta de uma ata da corporação camarária, na qual o triste secretário do órgão acrescentava estar o arquivo muito prejudicado não apenas por esse episódio dos soldados de Paiva Couceiro, mas também por

causa de um incêndio que, anos antes, tinha lavrado no interior do edifício e consumido parte do arquivo.

A Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, sendo de fundação muito recente (1928), se comparada com grande parte das mais de três centenas e meia de Santas Casas existentes em Portugal continental, algumas das quais do século XVI e a maioria dos séculos XVII e XVIII, não possui um grande fundo documental. Parte desse fundo foi, também nesse caso, destruída ao longo das décadas que mediarão entre a fundação do hospital António Lopes, em 1917, e os finais da vigésima centúria. Isso devido, sobretudo, ao facto de, nas primeiras sete ou oito décadas do século XX, a documentação ser entendida por velhos mesários como “papelada velha” e que depois de fazer os seus efeitos podia ser abatida. Muito desse arquivo andou perdido por salas abandonadas, húmidas e cobertas de pó e teias de aranha, até que, há cerca de vinte anos, o atual provedor, Dr. Humberto Carneiro, decidiu disponibilizar um espaço e mandar organizar o Arquivo Histórico. Tarefa em que o autor deste artigo está envolvido há cerca de 15 anos.

Nesse espaço temporal foram resgatados mais de uma centena de livros manuscritos, entre os quais se encontram as atas da mesa e as atas das assembleias gerais de irmãos que contam a vida administrativa da instituição ao longo de mais de noventa anos (1928-2021). Manuscritos que contêm informações sobre a forma como decorreram e quanto custaram as obras de edificação da unidade de saúde, entre 1913 e 1917, quais as empresas ali trabalharam, como foi feita a contratação de pessoal para ali trabalhar ou que recheio foi então adquirido. Nesses livros, entre os quais, infelizmente, não se registam séries completas, encontrámos ainda documentos contabilísticos do primeiro século de vida do hospital, livros de anotação de existências e compras referentes à unidade de saúde e ao Lar de São José, que pertence à Santa Casa, como veremos, desde meados da década de 1960.

Para além da perda ou destruição de certo material de arquivo, perderam-se também, ou foram descartadas, por serem consideradas velhas, certas peças do espólio móvel do hospital. Não obstante, talvez pelo facto de através deles terem em posse um acervo onde pudessem ir buscar peças usadas para reparar utensílios em uso, que se estragassem, houve sempre interesse em poupar à destruição, sobretudo ferramentas, móveis e aparelhos médico-cirúrgicos, que nos últimos três anos viemos a recuperar, a limpar, a reparar e a catalogar. Só em ferramentas cirúrgicas e de enfermagem de pequena dimensão, temos reunidas e catalogadas quase três centenas, e passa da meia centena o nosso acervo de mobiliário cirúrgico e de gabinetes médicos e de enfermagem inventariados. Peças essas que

temos prontas a expor, num futuro breve, no que pode vir a ser o Museu da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, dedicado à sua história, bem como às histórias do Hospital António Lopes, de sua propriedade, e à do casal de beneméritos, sem os quais nada disso teria acontecido.

UM FUTURO MUSEU: DA MEMÓRIA À HISTÓRIA

A memória torna-se história depois de confirmada por fontes que não deixem margem para dúvidas. É esta – a confirmação documental até à exaustão – a forma como temos vindo a trabalhar a memória para fazermos a história do casal António e Elvira de Pontes Câmara Lopes, do Hospital António Lopes e da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. Ao abrigo dessa investigação, através da qual fomos trabalhando a organização do arquivo e transformando em excelente acervo as peças que estiveram, em alguns casos, arrumadas em armazém durante várias décadas, foram já publicados alguns livros e apresentados artigos em congressos nacionais e internacionais. Está, aliás, para muito breve a conclusão da nossa tese de doutoramento que versa a mesma temática

Mas o objetivo que hoje mais nos prende a atenção, pelo compromisso assumido para o podermos fazer até à data do centenário da criação da Santa Casa (1928-2028), é a futura criação do Museu da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.

E, chegado a esse ponto na nossa apresentação, gostaria de começar por atribuir ao provedor dessa Santa Casa, Dr. Humberto Carneiro, com toda a justiça, a autoria do processo que há de levar, em tempo mais ou menos próximo, à fundação do museu. A ele se deve a forma objetiva como – desde que em 2004 chegou à Santa Casa – se tem preservado o património, bem como a rapidez com que se criou um serviço que lutasse por manter viva a memória da irmandade e a dos seus fundadores, o Arquivo Histórico, e protegesse o património histórico e artístico da casa.

Refira-se que ao longo de todo o século XX, tirando as heranças, raras foram as misericórdias que investiram em património histórico-artístico. Neste início do século XXI, a Misericórdia da Póvoa de Lanhoso integra-se num reduzido grupo de instituições irmãs, as quais têm adquirido valiosas obras de arte, nomeadamente pintura e escultura, quer a partir de um acordo existente entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Cooperativa Artística Árvore, com sede no norte de Portugal, quer diretamente a outros artistas de gabarito nacional, como Joana de Vasconcelos, Domingos Silva ou Eduardo Bompastor. Por esse processo possui hoje a irmandade povoense um conjunto de telas

pintadas a óleo, umas representando uma parte das sete obras de misericórdia corporais e outras sete espirituais (quando a coleção estiver pronta serão catorze telas), outras com retratos, e sobretudo motivos ligados à causa dessas instituições.

Voltando à criação do museu, a ideia é que o mesmo possa vir a ser instalado num edifício histórico do município, as chamadas Casas Novas. Prédio esse construído na primeira metade de oitocentos por um Abade Geral da Ordem Beneditina, onde a família deste habitou durante século e meio e que António Lopes adquiriu em 1890, para nele instalar a residência na sua vila natal. O edifício começou por ser construído ao modo barroco, como mostram alguns pormenores existentes na sua capela e outros existentes no próprio prédio de residência. António Ferreira Lopes tratou, contudo, de o alterar, fazendo nele, nos inícios do século XX, uma grande intervenção sob a alçada de João de Moura Coutinho, então um dos mais considerados arquitetos portugueses. A casa foi transformada, interior e exteriormente, sendo nela abertos grandes janelões, construídas águas-furtadas sob telhados de águas pronunciadas e dotada a sua fachada de uma cobertura de azulejos industriais de cor verde, como então era moda entre os “brasileiros” que, ao voltarem à pátria-mãe, queriam dar um aspeto mais alegre às suas residências. O edifício, que até 1890 era constituído por uma casa de morada, uma capela a nascente e um enorme quintal com acomodação para a família do feitor, foi, a partir dos inícios do século XX e após a transformação encetada sob orientação de Moura Coutinho, dotado de uma outra ala, simétrica, construída a nascente da capela, o que transformou o conjunto num palacete de bela fachada.

A propriedade, após a morte do benemérito, em 1917, passou, por legado, e não havendo herdeiros forçados de ambos os membros do casal, para as mãos de sobrinhos, que o mantiveram em sua posse e usufruto até 1968. Nesse mesmo ano, tendo a Misericórdia sido dotada com uma grande herança vinda de outro benemérito, investiu a mesa administrativa, à época presidida pelo Eng.º Armando Rodrigues, e aproveitando o facto de por aqueles anos a família se ter mudado para outra localidade na compra do palacete. O preço investido na compra foi de 1.100.000\$00 (um milhão e cem mil escudos).

Ainda nesse mesmo ano, a irmandade assumiu a gestão do Asilo de São José. Fundado em finais da década de 1930 pela paróquia de Nossa Senhora do Amparo da Póvoa de Lanhoso, o asilo esteve a funcionar noutro local, até que, em 1968, e dado que a paróquia não tinha meios para continuar a mantê-lo, foi

entregue à irmandade misericórdiana, que para o efeito adquiriu esse palacete. Um ato louvável e digno de registo nos anais da história, pois, a partir dessa apontada data, os idosos mais pobres do concelho da Póvoa de Lanhoso passaram a viver na casa mais bonita e luxuosa que existia nas redondezas. Ali se manteve o asilo, entretanto batizado como Lar de São José, desde essa já distante década de sessenta do século XX até aos dias de hoje. Com o tempo, a sua estrutura – onde o granito é a base da construção e o pé direito de salas, quartos e corredores é enorme – começou a dificultar a modernização, nomeadamente pelo desnível existente entre cada um dos três pisos do imóvel. Facto que levou a mesa diretiva da Santa Casa e o seu provedor Dr. Humberto Carneiro a pensarem na construção, a breve prazo, de um novo lar nos quintais da propriedade. Essa ideia de construir um novo lar poderá vir a libertar em breve esse palacete. Se isso vier a suceder em breve e os fundos da Europa comunitária esperados para breve em Portugal vierem a ser libertados, como se espera, também para esse tipo de infraestruturas, o imóvel será intervencionado para que nele sejam instalados alguns serviços da Misericórdia, como os administrativos e os gabinetes do provedor e dos mesários. Assim sendo, a ala mais antiga será transformada em museu e em sede do Arquivo Histórico.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A Misericórdia da Póvoa de Lanhoso foi criada há menos de um século (1928) para gerir um hospital fundado, dez anos antes, por um antigo emigrante no Brasil. Quer a unidade de saúde, quer a Santa Casa da Misericórdia, viveram um tempo em que a memória coletiva foi resguardando do esquecimento as datas e os atos que as mantiveram ativas ao longo dessas décadas. Memória envolvida, contudo, em imagética muitas vezes irreal. O mesmo aconteceu com os fundadores de uma e de outra, com parte dos homens e mulheres que as dirigiram ao longo desses cem anos ou com os funcionários que as fizeram funcionar. A criação, neste início do século XXI, de um Arquivo Histórico onde se encontra resguardada a documentação da irmandade e a atual pretensão da mesa administrativa e do seu provedor, Dr. Humberto Carneiro, vai permitir um trabalho de equipa que tem, entre outras finalidades, a de fazer história dessa memória. Como as instituições merecem e como os homens e mulheres que a mantiveram viva merecem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Laurinda. A organização e regulamentação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 97-122.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In: Araújo, Maria Marta Lobo de (Org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal-Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlino & Canioto, 2009, p. 229-260.
- BRASIL (O). *S.te de Publicité Sud-Americaine Monte Domec & Cie*, v. 1, p. 51-52. 1919.
- CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Economia*, v. 13, nº 3b, p. 897-916, 2012.
- CARNEIRO, Marinha. Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX. *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, v. 8, Porto, 2007, p. 317-354.
- COELHO, José Abílio (a). Manuel de Pontes Câmara (1815-1882): exemplo de um emigrante português que não quis voltar brasileiro. *3º Festival de História Diálogos Oceânicos*. Braga, Portugal, maio de 2015. In: https://www.academia.edu/12497462/Manuel_de_Pontes_C%C3%A2mara_1815-1882_exemplo_de_um_emigrante_portugu%C3%AAs_que_n%C3%A3o_quis_voltar_brasileiro [acesso em: 22-03-2021].
- COELHO, José Abílio (b). *O Hospital António Lopes e a Misericórdia da Póvoa de Lanhoso*. Póvoa de Lanhoso: Misericórdia, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento do hospital*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.). *História da vida privada: da revolução à grande guerra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- LOPES, Elvira Câmara Lopes; COELHO, José Abílio. *Breves notas de uma vida seguidas de um diário de viagens*. Póvoa de Lanhoso: SCMPL, 2017.
- MACEDO, Manuel Machado. *História da medicina portuguesa no século XX*. Lisboa: CTT, 2000.

MAGALHÃES, J. A. de. *Lições de hygiene*: adoptadas pela directoria de instrucção publica do Pará – aprovadas pelo conselho superior de instrucção publica do Amazonas. Porto: Empresa literaria e typographica, 1921.

MARTINS, Rita Maria Machado. *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954). Architectura e Urbanismo*, v. 1. Porto: Universidade do Porto. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade do Porto, Porto, 2010.

MIRA, M. Ferreira de. *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

PERISSINOTTO, Renato M. Estado, capital cafeeiro e crise política na década de 1920 em São Paulo, Brasil. In: *Hispanic American Historical Review*, v. 2, nº 80, p. 299-332, 2000.

PINTO, Gabriela dos Santos. *Surgimento dos bancos e política monetária no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RUTHES, Rosa Maria; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Os desafios da administração hospitalar na atualidade. In: *RAS*, v. 9, nº 36, São Paulo, p. 93-102, 2007.

SANGLARD, Gisele. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, nº 2, São Paulo, p. 257-289, 2007.

Figura 1 – Hospital António Lopes (atualidade)



Fonte: acervo da Santa Casa de Misericórdia da Póvoa de Lanhoso

**Figura 2 – Palacete das Casas Novas, que receberá
o futuro Museu da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso**



Fonte: acervo da Santa Casa de Misericórdia da Póvoa de Lanhoso



Capítulo 5

VELHOS MEDOS E NOVOS ANSEIOS: UM BREVE OLHAR SOBRE EPIDEMIAS QUE MARCARAM PORTUGAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Alexandra Esteves¹

A HUMANIDADE, AS DOENÇAS E AS EPIDEMIAS

Desde há milhares de anos que o ser humano lida com a doença. As mudanças que, ao longo do tempo, foram acontecendo no seu modo de vida e no relacionamento com os outros e com a natureza abriram caminho ao aparecimento e à propagação de enfermidades que, ciclicamente, perturbam o quotidiano e a vivência das populações. Por outro lado, o consumo de alimentos contaminados, o contacto com insetos e animais selvagens ou de estimação, entre outros fatores, têm facilitado a exposição da humanidade a vários agentes patogénicos. Com a revolução agrícola, que teve lugar há cerca de 10 mil anos, e com o subsequente processo de sedentarização, ficou sujeita a novas doenças, enquanto outras, como a gripe, a varíola ou o sarampo, atingiram maiores proporções (PERLAMAN, 2013).

Provavelmente, os primeiros surtos de gripe surgiram com as Civilizações dos Grandes Rios. Na Antiguidade Clássica, Hipócrates faz-lhe referência, e o termo *influenza* já era usado na Idade Média. Pelo facto de apresentar sintomas

¹ Universidade do Minho; Lab2PT– ICS/UMinho; Braga/Portugal.

que são partilhados com outras doenças, por vezes torna-se difícil determinar a sua ocorrência. No entanto, é sabido que vários surtos tiveram lugar na Idade Moderna (1510, 1557 e 1580), sendo que o último terá atingido dimensões pandémicas. Em setecentos, foram identificadas cinco pandemias de gripe. A última (1788-1789) terá sido a mais grave, pela sua extensão e número de vítimas.

O primeiro surto de gripe que conhecemos com bastante pormenor ocorreu em 1889-1890 e ficou conhecido, pela sua origem, como a gripe russa (GARCIA FERRERO, 2018). Causou um elevado número de mortes, que foi aumentando à medida que as vagas se sucediam. À semelhança do que ocorreu com outras epidemias, tendeu a cair no esquecimento, decerto porque atingiu sobretudo os grupos de sempre, ou seja, os mais fracos e os mais velhos.-

Vários aspetos comportamentais, psicológicos e genéticos que caracterizam o ser humano tiveram um desenvolvimento condicionado pela resposta a certas enfermidades (GUÉGAN PRUGNOLLE, 2007). Essa resposta foi evoluindo conforme os avanços que foram alcançados, particularmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Enfermidades como a sífilis e a tuberculose, que durante séculos aterrorizaram as populações, foram controladas graças à descoberta da penicilina e dos antibióticos. Outras substâncias medicamentosas permitiram tratar doenças mentais e, inclusive, desenvolver novas terapias, que previam que os enfermos se recuperassem na comunidade e não tivessem de permanecer confinados em instituições manicomiais. Mas, ao mesmo tempo que o progresso facilitava a vida humana em diversas áreas, outras doenças traziam novos desafios.

Em circunstâncias diversas e, por vezes em nome de objetivos obscuros, certos grupos sociais, nomeadamente prostitutas, pobres, minorias étnicas e negros, têm sido culpabilizados pela disseminação de todo tipo de moléstias. Aliás, a doença funcionou, inclusive, como instrumento de propaganda ao serviço de sistemas e interesses políticos. O regime de Adolf Hitler, por exemplo, proclamava que a gripe espanhola tinha sido transportada para a Europa por trabalhadores chineses, promovendo assim um discurso xenófobo (WEINDLING, 2011).

A pobreza e as desigualdades sociais, entre outras causas, concorrem em pé de igualdade para o aparecimento e alastramento da doença, sendo a tuberculose um exemplo acabado dessa relação. Os mais pobres são, simultaneamente, os mais expostos à doença e os que têm mais dificuldade em aceder a cuidados médicos. Data de 1842 o *Relatório ou uma Investigação sobre as Condições Sanitárias da População Trabalhadora da Grã-Bretanha*, de Edwin Chadwick, que chamava preci-

samente a atenção para a importância da intervenção do Estado no planejamento dos serviços de saúde (HAMLIN, 1998).

As epidemias são fenômenos multifacetados, cujo estudo exige um olhar plural, construído com a participação de diferentes áreas do saber, entre elas a da história. Não apenas para conhecer o contexto em que ocorreram, as soluções adotadas para as combater e o impacto que tiveram, mas também para compreender o modo como as populações lidaram com a adversidade, entre outros objetivos.

A história da saúde, da saúde pública, das doenças e das epidemias, desenvolve-se após a II Guerra Mundial, com o crescente interesse dos historiadores pelos estados de bem-estar. A esse propósito, destaca-se a obra de George Rosen, que foi pioneira na abordagem da temática da saúde pública. É usual o estabelecimento de fases para caracterizar os estudos que foram realizados sobre essa matéria. Na primeira fase, designada de “heroica”, a tônica é colocada nos agentes transformadores da saúde pública, os “heróis”, nos quais se destacam os médicos; a segunda fase, marcada pela obra de Dorothy Porter e também pelo pensamento de Michel Foucault e o conceito de medicina social, pode ser classificada como “anti-heroica”; a terceira fase é marcada pela pluralidade temática, que se desenvolve nas décadas de 1970 e 1980 (PORTER, 1999).

O século XIX e os ambientes urbanos criaram condições propícias para a ocorrência de surtos epidêmicos, nomeadamente de cólera, tifo e febre tifoide, e para a disseminação de várias doenças, como a difteria, a tuberculose e a gripe (COHN, 2018). Ainda em finais deste século, diminuiu a taxa de mortalidade, especialmente a infantil, e aumentaram as preocupações com a saúde pública e individual, a que se juntaram importantes descobertas sobre os agentes transmissores de doenças. Essas conquistas contribuíram para o desenvolvimento da medicina preventiva, que se vai traduzir em campanhas para reduzir ou mesmo erradicar insetos e outros agentes, como, por exemplo, os ratos, tidos como responsáveis pela propagação da peste bubônica por várias regiões do globo. No entanto, essa linha de combate à doença foi esbarrando em resistências religiosas e culturais.

A medicina social desenvolveu-se a partir da teoria dos germes e da associação da doença a pequenos microrganismos. Apostou-se, então, na remoção dos lixos, não tanto por razões estéticas ou por ter havido uma mudança de sensibilidades, mas fundamentalmente porque se tomou consciência de que os agentes causadores de epidemias faziam da imundice a sua morada e o seu sustento. Claro que os cuidados com a higiene, bem como o investimento no tratamento

da água para consumo, exigiram, por um lado, um grande esforço financeiro dos países; e, por outro, o reconhecimento da sua importância por parte das populações, que tiveram de alterar hábitos e interiorizar novas práticas (e.g. a pasteurização do leite, o reconhecimento dos malefícios do tabaco, a transmissão por via sexual de várias moléstias, como a gonorreia, a sífilis e, mais tarde, o HIV/SIDA).

Ainda em finais do século XIX, no âmbito do combate à doença, desenvolveram-se várias vacinas, mas foi no século XX que a biomedicina ganhou terreno para diagnosticar e curar doenças, particularmente as infecciosas. Até esse século, os medicamentos, por norma, não surtiam efeito no tratamento das patologias. Já na nova centúria, em laboratório, médicos e cientistas descobriram remédios específicos para tratar doenças específicas. Entre essas descobertas, destaca-se a penicilina, que permite tratar uma série de enfermidades até então mortais, libertando o homem de doenças e infeções bacterianas. Todavia, o controlo de certas moléstias através dessa descoberta conduziu a uma sensação de falsa segurança, como sucedeu com o HIV/SIDA.

Importa, ainda, assinalar o contributo da historiografia quantitativa, que permitiu uma leitura mais objetiva de temáticas anteriormente tratadas. O interesse pelas doenças e epidemias cresce ainda mais nos finais da década de 1980, com a emergência de novos flagelos que fazem reaparecer medos antigos. Ainda nessa década, são publicadas importantes análises sobre a maior pandemia de gripe, a gripe espanhola, oportunamente designada por Alfred Crosby de “pandemia esquecida” (CROSBY, 2003). De facto, este e outros estudos ganham novo fôlego já no século XXI, com as epidemias de gripe das aves, com a SARS e com a MERS.

Há muito conhecida, a gripe não tem despertado particular interesse nos historiadores, com exceção da pandemia de 1918-1919. Só muito recentemente outras epidemias de *influenza* mereceram a atenção dos investigadores, como a gripe russa, já estudada em alguns países, que se fez sentir em várias regiões do mundo, nos anos 1889-1890. Tendo recebido menos destaque que a cólera nos periódicos de então, essa epidemia teia provocado mais mortes do que aquela, mostrando ao mundo a enorme letalidade da gripe. Todavia, a pandemia de gripe espanhola acabou por ter um impacto mais violento nas populações, não apenas pelo elevado número de vítimas, mas também por ter atingido os jovens adultos e saudáveis, que se situavam na faixa etária entre os 20 e os 40 anos de idade (SPINNEY, 2018).

Nos séculos XIX e XX, Portugal sofreu os efeitos de vários surtos epidémicos, entre os quais se destacam os de cólera, gripe russa, tifo, febre tifoide, varí-

ola, peste bubónica, febre amarela, gripe espanhola e gripe asiática, bem como a tuberculose, que já grassava de forma endémica (ALMEIDA, 2013). A par destes, que nalguns momentos se cruzavam, outros preocupavam as autoridades, fosse pelo seu carácter endémico, fosse pelo impacto social ou porque estavam associados a determinados grupos ou faixas etárias, designadamente à infância, que continuava a registar uma taxa de mortalidade muito elevada, sobretudo nos primeiros anos de vida. Eram os casos da sífilis, difteria, sarampo, escarlatina, sezonismo, coqueluche e disenterias, que acometiam as populações nos períodos estivais. Assim, o quadro nosológico do país era marcado pelas doenças infecciosas, por enfermidades causadas por carências alimentares, que atingiam particularmente os pobres, e ainda pelas doenças profissionais, em crescimento com o desenvolvimento do setor industrial. O país foi revelando também uma crescente preocupação com a doença mental, que se traduziu na fundação de estabelecimentos para acolher e tratar os alienados.

À medida que se aproximava o término da centúria oitocentista, aumentava a produção científica dos médicos portugueses. Alguns deslocaram-se ao estrangeiro e contactaram com teorias e técnicas inovadoras, que foram evocadas para impulsionar a criação de instituições que se tornaram uma referência nacional, como o Real Instituto Bacteriológico (mais tarde Instituto Câmara Pestana). Essa tendência continuou ao longo do século XX e traduziu-se na afirmação de várias especialidades.

Uma crescente preocupação com a doença materializou-se na formação de mais recursos humanos, na sensibilização da população para a necessidade de mudar hábitos e costumes nocivos, bem como no investimento em estruturas específicas para a prestação de cuidados de saúde, tendo em vista não apenas o tratamento, mas também a prevenção de enfermidades. Todavia, o reconhecimento de lacunas na área da saúde não significou uma resposta atempada e eficaz para os problemas diagnosticados, sobretudo se compararmos com outros contextos europeus.

A ocorrência de surtos epidémicos em oitocentos acabou por estimular a realização de reformas e a organização de encontros internacionais para debater o controlo sanitário. Os países europeus começaram a enviar, a partir de 1851, os seus especialistas a conferências internacionais, que, entre outros objetivos, buscavam a uniformização de respostas e a minoração dos prejuízos advenientes da aplicação de medidas restritivas (GARNEL, 2009). Na primeira conferência e nas que se seguiram, não foi fácil o estabelecimento de uma política sanitária comum, dado que os conhecimentos epidemiológicos eram ainda muito inci-

pientes. Só depois das descobertas pasteurianas é que foi definida uma profilaxia em nível internacional.

As teorias que punham em causa a possibilidade de contágio, e que foram invocadas para contestar as medidas tomadas no âmbito do combate às epidemias, tiveram efeitos positivos, ainda que indiretamente, pois acabaram por incentivar o investimento em soluções sanitárias. A conjugação de interesses e de esforços veio a culminar no nascimento da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1945. Até à sua criação, os países não tinham uma política concertada para fazer face a surtos epidémicos, embora recorressem, por norma, a cordões sanitários e quarentenas, que acarretavam consequências económicas devastadoras.

Desde o século XIX, mais precisamente desde 1837, com a criação do Conselho de Saúde Pública, Portugal tentava encontrar um modelo que lhe permitisse solucionar os problemas existentes na área da saúde, bem como prevenir e livrar-se de doenças endémicas e de epidemias, que traziam prejuízos de toda ordem para a população e para o país. Por iniciativa de Ricardo Jorge, introdutor em Portugal das modernas técnicas e conceitos de saúde pública, foi elaborado o *Regulamento Geral dos Serviços e Beneficência Pública*, datado de 24 de dezembro de 1901, que visava, entre outros objetivos, a garantir o melhoramento das condições de vida da população portuguesa e, dessa forma, protegê-la das doenças, particularmente das contagiosas (ALVES E CARNEIRO, 2011).

Apesar da instabilidade vivida durante a I República, que não facilitou a concretização de reformas, é de assinalar a criação, em 1919, dos seguros sociais obrigatórios de saúde, velhice e invalidez, cujos resultados ficaram, no entanto, muito aquém do pretendido. Já em 1924, foi fundada a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que procurava sensibilizar a população para os cuidados de saúde, com recurso a cartazes propagandísticos. A despeito da legislação promulgada e das medidas tomadas, que revestiam um caráter eminentemente preventivo, as autoridades não conseguiam travar a proliferação das doenças contagiosas, sobretudo na população mais carenciada, sem capacidade para prover as necessidades básicas em matéria de higiene, alimentação e habitação. Até aos anos 50 do século XX, os resultados conseguidos na assistência à doença foram desanimadores, com o país a apresentar números calamitosos, quando comparados com os registados noutros países europeus.

Durante o Estado Novo, a intervenção estatal na área da saúde não foi significativa. Apesar dos esforços e das reformas iniciadas, Portugal chegou ao início dos anos 70 do século XX com números preocupantes no que respeita às do-

enças infecciosas e parasitárias, bem como à mortalidade infantil. Ao tempo, por força das circunstâncias, deu-se a intensificação dos contactos com o continente africano, o que não deixou de repercutir, negativamente, no domínio da saúde pública, com o agravamento das condições favoráveis para certas doenças, como a malária e outras enfermidades parasitárias. Importa, no entanto, reconhecer a publicação de vários diplomas que visavam à modernização do sistema de saúde, aproximando-o do modelo de saúde atual. Em 1958, foi criado o Ministério da Saúde e da Assistência, e, já nos anos 60 do século passado, a Reforma da Previdência Social levou ao maior envolvimento do Estado na assistência pública (FERREIRA, 2015).

AS EPIDEMIAS EM PORTUGAL, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Portugal foi afetado por várias doenças na primeira metade do século XX. Algumas já se tinham manifestado ao longo dos séculos passados, como o tifo, a varíola ou a tuberculose, enquanto outras deixaram rastros mais evidentes no período contemporâneo. Apresentaremos algumas dessas enfermidades que marcaram o panorama da saúde em Portugal, deixando de parte a gripe espanhola e os seus impactos, dado que já a tratámos noutros trabalhos e, além do mais, de todas as epidemias, tem sido a mais profusamente estudada (ESTEVES, 2020; ESTEVES, 2019).

Uma doença, aparentemente nova, atingiu a Inglaterra no século XIX, de forma súbita e estranha. Tratava-se da difteria. Afinal, não era uma nova enfermidade, mas uma patologia já identificada por Hipócrates no século V. a.C. e que foi marcando presença na Europa, sendo de destacar as epidemias de difteria que aconteceram na Espanha, entre 1583 e 1613. Este último ano ficou até conhecido como o “ano do garrotinho”. Os seus efeitos também foram sentidos em Portugal.

A doença continuou a manifestar-se no século XIX e na primeira metade do século XX vitimou sobretudo crianças. Em Portugal, no combate a essa enfermidade, destacou-se o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, com sede em Lisboa. Essa instituição, fundada em 1892, que se ocupava essencialmente dos casos de raiva, administrava, desde 1895, o soro para tratar a difteria. Nos inícios do século XX, foi reconhecido o seu contributo para o decréscimo da letalidade da doença. As grandes descobertas para a combater chegaram no século XX, sendo de salientar a descoberta da vacina, que aconteceu em 1923. Nos países

mais desenvolvidos, o controlo da difteria, que não a sua total erradicação, foi sendo conseguido precisamente através da vacinação.

Em 1927, a doença vitimou algumas crianças na Moita, uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Setúbal.² Em novembro de 1931, Portugal foi atingido por uma epidemia de difteria que praticamente esgotou a capacidade das enfermarias do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.³ Numa obra intitulada *As epidemias – como combatê-las e evitá-las*, escrita por um grupo de médicos após a ocorrência da pandemia de gripe espanhola, mas sem data de publicação, são apontados vários fatores potenciadores da incidência da difteria, nomeadamente a pobreza, a falta de higiene e a insalubridade das habitações. As crianças de complexão física mais débil seriam mais expostas à enfermidade, que ocorria sobretudo na primavera e no outono.

Outra doença que continuou a grassar em Portugal, nos séculos XIX e XX, foi o sarampo. Acredita-se que essa doença terá sido uma das armas biológicas transportadas pelos europeus para o Novo Mundo (CROSBY, 2005). No entanto, a passagem do vírus responsável para os seres humanos aconteceu muito antes, entre 3000 e 8000 a.C., quando as comunidades se sedentarizaram e passaram a conviver mais de perto com os animais que foram domesticando. Há notícia de epidemias de sarampo nos séculos XI e XII. A doença continuou a grassar no século XX, atingindo sobretudo as crianças, embora não poupasse os adultos. A persistência da enfermidade em Portugal e a sua rápida propagação deviam-se, pelo menos em parte, à ignorância e irresponsabilidade dos pais, que confiavam em mezinhas caseiras para curar o mal, muitas vezes contraproducentes, a que se juntava a falta de cuidados básicos de higiene. Ao longo dos anos 1920 e 1930, houve vários surtos de sarampo em várias regiões do país. O mesmo sucedeu noutros países, como, por exemplo, em Espanha, em 1928.⁴ Entre os principais mecanismos de controlo da doença constava o encerramento temporário de escolas.

A escarlatina, que ataca principalmente as crianças, era uma doença pouco frequente até ao século XVII. Durante muito tempo, os médicos tiveram alguma dificuldade em distinguir entre a escarlatina, a difteria e o sarampo. No entanto, a partir desse século, os surtos tornaram-se mais frequentes e mortais, talvez em resultado de uma mutação da bactéria responsável. No século XIX, houve surtos em vários países, com elevada taxa de mortalidade. Uma das vítimas foi

2 *Diário de Notícias*, 24.10.1927.

3 *Diário de Notícias*, 22.01.1931.

4 *Diário de Notícias*, 25.03.1928.

o neto de John D. Rockefeller, magnata e filantropo norte-americano. Essa circunstância dramática acabou por impulsionar a investigação sobre essa doença. Já no século XX, surgiu uma versão mais leve da escarlatina. Mesmo assim, num balanço sobre as doenças infecciosas que afetaram Portugal no segundo semestre de 1927, a escarlatina surge como uma das mais mortíferas, a par da varíola, febre tifoide, difteria, tifo e meningite.⁵ Casos mais leves continuam a surgir em algumas regiões do mundo. Aliás, alguns países, como a Inglaterra, têm registado um aumento do número de casos já no século XXI, o que pode estar relacionado com a diminuição da imunidade da população.

Disenteria é uma doença que se transmite através dos alimentos, da água contaminada, de moscas, bem como de indivíduo para indivíduo, através de fezes infetadas; atravessou séculos e chegou à contemporaneidade, continuando a manifestar-se com elevada frequência. Considera-se que sua ocorrência no século XIX, particularmente na segunda metade da centúria, se tenha ficado a dever ao consumo de leite de vaca, que não era sujeito a qualquer tratamento.

Em 1919, em Portugal, mais precisamente em Oliveira de Azeméis, aconteceu uma grave epidemia de disenteria. Na ocasião, as autoridades de saúde locais foram acusadas de terem contribuído para o alastramento da doença por terem assumido, inicialmente, uma atitude negacionista e, por consequência, não terem atuado em tempo oportuno, atrasando a tomada de medidas que a situação requeria.⁶ Na mesma altura, em Aveiro, a doença manifestava-se de forma violenta, atacando povoações inteiras, sobretudo crianças, mas causando também a morte de adultos.⁷

Com a chegada do século XX, depois de ter espalhado o medo na Europa, no século anterior, a cólera não desapareceu (ALMEIDA, 2013; ESTEVES, 2017). Em 1910, chegavam a Portugal notícias da sua presença em França e Itália. Ricardo Jorge, então diretor-geral de Saúde, estava convencido de que o país não corria perigo. Para impedir a sua entrada em Portugal, foi instalado um posto sanitário em Vilar Formoso e foram adquiridos produtos de desinfecção para os portos de Lisboa e do Porto. O alastramento da doença pela Europa levou Portugal a preparar-se para abrir um crédito extraordinário para financiar as despesas com medidas preventivas da doença. O Hospital do Rego reservou dois pavilhões para, se necessário, receber coléricos, e as embarcações que davam entrada nos portos portugueses eram obrigadas a um período de quarentena.

5 *Diário de Notícias*, 12.02.1928.

6 *A Capital*, 26.09.1919.

7 *A Capital*, 27.09.1919.

A cólera não chegou a alcançar Portugal continental, mas atingiu a Madeira. Em novembro de 1910, registavam-se 72 casos, dos quais 32 foram fatais. As vítimas eram quase todas pobres e viviam sobretudo à pesca. O momento conturbado que o país atravessava na altura, na sequência da Revolução de 5 de Outubro, que implantou o regime republicano e pôs fim à monarquia, dificultou o combate à epidemia. No mês seguinte, o número de epidemiados continuava a aumentar e a taxa de mortalidade situava-se nos 30%. Os efeitos colaterais da epidemia também se faziam sentir: o comércio foi obrigado a fechar, os alimentos começaram a faltar e a fome instalou-se em muitos lares; as fábricas paralisadas despediam a mão de obra excedentária, dado que a produção não era escoada devido ao corte das comunicações. Ao mesmo tempo, crescia o número de crianças órfãs, pelo que houve necessidade de organizar subscrições públicas para angariar fundos para o seu sustento e planear a criação de asilos para as acolher.-

Em janeiro de 1911, a epidemia parecia estar a recrudescer, sobretudo no Funchal. Foram montados hospitais provisórios, e do continente, para colaborar na luta contra a doença, foram enviados militares que deram apoio na formação de cordões sanitários e na descoberta de novos casos que poderiam estar a ser sonegados. Todavia, no final do mês, a imprensa noticiava o fim do surto de cólera na Madeira e em Porto Santo.⁸ As escolas e as fábricas começaram a reabrir; o pessoal médico e farmacêutico dava por concluída a sua missão de ajuda e regressava ao continente.

O tifo reflete a história da miséria humana na medida que a acompanha e afirma-se como uma das suas consequências. Entre as suas vítimas, sobressaem os presos, que se amontoavam em cárceres fétidos e insalubres; e os pobres, mal alimentados e que moravam em casebres tomados pela imundice (SNOWDEN, 2020). Aliás, por serem os mais afetados, os pobres foram muitas vezes apontados como os responsáveis pela propagação dessa enfermidade, quando, na realidade, foram as suas principais vítimas (HARRISON, 2009).

Não é fácil precisar quando terá surgido a primeira epidemia de tifo. Considera-se que a peste de Atenas, que teve lugar no século V. a.C., descrita por Tucídides, terá sido um surto de tifo. No entanto, os sintomas relatados por esse autor também poderão apontar para outras doenças, como a varíola ou a febre tifoide. De forma precisa, pode-se afirmar que o tifo estava presente na Europa moderna, no século XV. Tal como a sífilis, teve diferentes designações, que têm

8 *A Capital*, 16.02.1911.

a ver com o lugar de origem e com as características da própria enfermidade (e.g. febre das pintas).

Ao longo de toda a Idade Moderna, a doença manifestou-se em diversos territórios, com mais ou menos gravidade, mas quase sempre associada a contextos de guerra, que provocavam um agravamento das condições sanitárias, já de si muito precárias. Vários exércitos tiveram de enfrentar o tifo, que condicionou as suas movimentações e até o desenlace de conflitos. Com a chegada da contemporaneidade, o tifo exantemático continuou a não dar tréguas: caminhou com os exércitos, tendo contribuído para o desastre de Napoleão na Campanha da Rússia (1812).

Tal como outros países, também Portugal foi atingido por vários surtos. Os espaços rurais foram afetados pela doença, mas as cidades eram os alvos principais. A falta de ordenamento e de saneamento, e a mistura de habitações com hortas, quintais, pocilgas e galinheiros faziam das cidades lugares sujos e insalubres, que reuniam as condições ideais para o surgimento e propagação de doenças infecciosas.

O norte de Portugal, em 1918, foi atingido por um surto de tifo, que se alastrou a outras zonas do país e se manteve no ano seguinte, registando-se alguns casos ainda em 1920 (ALMEIDA, 1920). Coincidiu com a pandemia da gripe espanhola e, em algumas localidades, com a varíola, formando-se uma verdadeira trilogia epidémica! O combate ao tifo, tal como sucedeu com outras epidemias ocorridas na época, esbarrou na incompreensão e até na oposição das populações a algumas medidas, incluindo as relacionadas com a despiolhação e a higienização. No caso português, esta será a última epidemia de grandes proporções, mas a doença só desaparecerá do rol dos medos a partir dos anos 1950.

Em Braga, uma das cidades mais fustigadas pela epidemia de 1918, registaram-se mais de 349 óbitos. Em 1944, a cidade voltou a ser atingida pelo tifo e quatro mais tarde houve vários casos de tifo exantemático. Já nos anos 1950, as autoridades sanitárias concluíram que o aparecimento desse mal se devia à existência, na malha urbana, de uma série de armazéns, sobretudo de batatas e cereais, onde os ratos e as pulgas abundavam. E o mesmo sucederia nas pequenas mercearias, que tinham depósitos de milho, e nas tabernas e casas de pasto, onde não faltavam os ratos.

O tifo exantemático foi-se mantendo ao longo do século XX. Portugal foi afetado por vários surtos. Entre as medidas previstas pelas autoridades para o controlar, foi considerada a imposição de cordões sanitários, a fim de isolar os focos de infeção e impedir a sua disseminação. O medo da enfermidade e

a procura de culpados pela sua ocorrência, alimentados por boatos, levaram a alguns episódios de perseguição e de extrema violência, tendo como alvos gente inocente e indefesa. Em 1928, em Portugal, na região da Serra da Estrela, a casa de um infetado com tifo foi incendiada e o proprietário acabou por falecer.⁹

A febre tifoide é uma doença exclusivamente humana. Até aos anos 30 do século XIX, havia grande confusão entre tifo e febre tifoide. Ao longo dessa centúria foi ganhando força a suspeita de que a enfermidade era transmitida através do consumo de água contaminada. Em março de 1912, foram identificados vários casos de febre tifoide na cidade de Lisboa. Os primeiros doentes foram encaminhados para o Hospital do Rego, instituição destinada a receber os portadores de doenças infecciosas. Foi, depois, ponderada a possibilidade de aproveitar um dos conventos devolutos para internar esses doentes, sendo escolhido o convento das Trinas. Entre os cuidados recomendados à população, constava a fervura da água para consumo. No referido mês de março, o ministro do Interior anunciava que a capital deixava de ser abastecida pelo Aqueduto das Águas Livres. Nessa altura, o número de doentes avolumava-se e as críticas começaram a surgir, pois considerava-se que as autoridades teriam demorado demasiado tempo a atuar e minimizado a gravidade da epidemia. Facilitando, desse modo, a sua propagação.

O Conselho Superior de Higiene, em março de 1912, identificou 1.023 casos de febre tifoide só na capital.¹⁰ Em Portugal, no combate às epidemias, designadamente à febre tifoide, procurava-se tirar proveito do prestígio e da influência dos professores primários junto da população. Pedia-se a sua colaboração na sensibilização das crianças para que adotassem alguns comportamentos preventivos, como, por exemplo, absterem-se de beber água inquinada.

Em setembro de 1926, o *Diário de Notícias* noticiava que, na cidade de Hannover, na Alemanha, se tinham registado 136 mortes por febre tifoide, entre mais de 1.731 infetados.¹¹ Nesse mesmo ano, e de acordo com os Boletins de Sanidade Interna, a febre tifoide era uma das doenças com maior incidência, sobretudo na cidade de Lisboa. Em inícios de maio 1927, perante a suspeita de um surto em Loriga, freguesia do concelho de Seia, as autoridades públicas, o administrador do concelho e o subdelegado de saúde mandaram recolher amostras de água para analisar. Perante o agravamento do quadro sanitário, o governador civil da Guarda enviou à Comissão Municipal de Assistência de Seia a quantia de

⁹ *Diário de Notícias*, 23.04.1929.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 12.03.1912.

¹¹ *Diário de Notícias*, 29.09.1926.

25 contos, para fazer face às necessidades resultantes da epidemia que se fazia sentir naquela localidade. No final desse ano, a lista das doenças mais letais incluía a febre tifoide, a difteria, a meningite, a escarlatina e o tifo.

O relatório epidémico de Portugal referia, em 1928, que 11% dos casos de febre tifoide eram letais. Nesse mesmo ano, a Direção-Geral de Saúde dava conta da tendência de diminuição da doença na capital. No sentido de a controlar, esse mesmo organismo preparou um conjunto de recomendações dirigidas à população: ferver, antes do consumo, a água e o leite; passar por água fervida os alimentos crus; usar água fervida para os banhos e água creolinada para a lavagem das mãos; limpar as pias e as latrinas com leite de cal ou cal clorada. Os cuidados com a limpeza eram tidos como essenciais para se evitar a propagação da enfermidade. Aos primeiros sintomas, os médicos deviam ser chamados, considerando-se ainda que, em caso de confirmação da enfermidade, a hospitalização seria preferível ao tratamento em casa.

A febre tifoide continua a ser motivo de preocupação em pleno século XXI. Essa enfermidade mata, anualmente, entre 128 mil e 161 mil pessoas, sendo as crianças as principais vítimas. Tal como sucede com outras doenças já referidas, os países mais pobres são os mais afetados, devido às precárias condições sanitárias, com populações sem acesso à água potável.

No século XX, vários países tomaram providências para prevenir a febre-amarela. A doença assumiu proporções alarmantes sobretudo nos continentes africano e americano. Em Portugal, naturalmente, também havia preocupação. Em setembro de 1927, chegou ao porto de Leixões uma embarcação proveniente de Dakar com um tripulante infetado de febre-amarela que acabou por falecer. O barco foi colocado sob quarentena, mas acabou por seguir para Lisboa, e os tripulantes foram encaminhados para o Hospital do Rego.¹²

Ainda no século XX, foram registados vários casos de peste bubónica, se bem que controlados em termos territoriais. Em 1927, grassava nas Índias Holandesas, em Lesbos (Grécia), nas Canárias e na Mongólia, onde a situação era mais dramática, dado o elevado número de óbitos. No ano seguinte, a peste continuou a marcar presença em várias regiões: Canárias, Argélia, Tunísia, Egito, Senegal, Madagáscar, Estados Unidos, Argentina, Peru, Ceilão, Indochina. Nos anos seguintes, os casos persistiram em alguns desses territórios, ainda que de forma controlada, nos quais acabou por se tornar uma doença quase endémica até aos dias de hoje.

¹² *Diário de Notícias*, 17.09.1927.

Nesse mesmo século, em Portugal, a tuberculose continuou a ser encarada como um problema de saúde pública, devido, sobretudo, ao número de óbitos que provocava (VIEIRA, 2016). Nos anos 1920 e 1930, o distrito de Viana do Castelo era uma das regiões do país onde a doença registava maior incidência. Para a combater, procedeu-se, em 1928, à distribuição gratuita da vacina BCG no Dispensário Antituberculoso daquela cidade. Mesmo assim, três anos mais tarde, o número de casos continuava a ser muito elevado, considerando-se que essa situação se devia, fundamentalmente, à falta de cuidados de higiene, às precárias condições das habitações, a carências alimentares da população.

A malária é uma das doenças infecciosas mais antigas e que, atualmente, mais mata, a par da tuberculose e da SIDA (HEMPEL, 2020). Tal como sucedia com outras doenças, acreditava-se que era provocada pelos ares corrompidos. Inicialmente, foi associada às zonas húmidas e pantanosas, sendo, por isso, também conhecida como a peste dos pântanos; foi, ainda, chamada peste romana, dada a sua forte incidência na cidade de Roma e no império romano. Ressurgiu nos séculos XVII e XVIII, mas apenas no sul da Europa, estendendo-se, depois, por todo o continente até à Escandinávia.

No século XX, a malária manteve-se no território português, sobretudo nas zonas pantanosas, algumas das quais usadas para o cultivo de arroz. Nos anos 1930, apostava-se na instalação de postos antimalária em vários pontos do país, que serviriam para distribuir quinino pelos mais pobres. Em 1930, houve um grave surto de malária em Benavente e em Salvaterra de Magos, vilas portuguesas do distrito de Santarém.¹³ No ano seguinte, o Ministério do Interior aprovou uma proposta da Direção-Geral de Saúde para a instalação de uma estação experimental de combate às febres palustres, com sede em Benavente. Aí trabalharam três médicos, especialistas em malariologia, que, no exercício das suas funções, deslocaram-se aos arrozais, onde recolheram mosquitos e contactaram com os doentes para colher sangue e fornecer medicamentos.

Já na década de 50 do século XX, vários países, designadamente a Itália, os Estados Unidos e a Roménia, investiram em campanhas de erradicação do paludismo. Na mesma altura, mais precisamente em 1955, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou uma campanha para erradicar a malária, que, no entanto, fracassou, vindo a ser concluída em 1969. No século XXI, a malária continua a matar. Em Portugal, com o objetivo de controlar a enfermidade, foram inspecionados arrozais e sistemas de captação de água para consumo público, tendo-se

¹³ *Diário de Notícias*, 20.01.1930.

concluído que a transformação das áreas pantanosas em campos de arroz significava um sério risco para a saúde pública das populações locais.

A poliomielite foi outra epidemia que marcou o século XX, sendo as crianças com menos de 10 anos de idade as principais vítimas. Trata-se de uma doença causada por um vírus, que já existia há vários séculos, mas que só foi identificada no século XIX, quando surgiram vários surtos nos Estados Unidos e também na Europa, particularmente na Suécia. E que se agravaram com a chegada da nova centúria. Em oitocentos, era uma doença ainda pouco conhecida, que se manifestava em pequenos surtos e de forma localizada. No âmbito dos estudos sobre a doença, importa referir os trabalhos pioneiros do cirurgião ortopédico Jakob Heine, que realizou o primeiro relatório clínico médico da doença, e de Karl Oskar Medin, que descreveu, pela primeira vez, o caráter epidémico da paralisia infantil.

No início do século XX, a doença tornou-se mais frequente na Europa. Portugal foi afetado por um surto em 1933 e outro em 1936. Este atingiu, primeiramente, as regiões norte e leste do país, alastrando-se, em seguida, para o centro e para a região de Lisboa, onde atingiu particular gravidade. Nos anos 1940, a doença foi-se mantendo de forma endémica, com alguns surtos, sendo de assinalar o ocorrido em 1946.

A poliomielite só começou a ser mais estudada a partir da década de 1930, sendo de relevar a fundação, em 1938, da *National Foundation for Infantile Paralysis*, nos Estados Unidos da América, onde se faziam experiências e estudos em primatas. Os macacos transformaram-se assim nas cobaias por excelência do estudo da poliomielite, o que o tornava difícil e particularmente dispendioso.

Em 1928, nas páginas do *Diário de Notícias*, escrevia-se que essa enfermidade, dada a sua perigosidade e proporções, exigia a criação de hospitais próprios, onde os infetados, nomeadamente as crianças, tivessem acesso não só a tratamentos, mas também a alimentação e educação. Pedia-se, ainda, que fosse imposta a obrigatoriedade de declarar a existência de casos dessa enfermidade no agregado familiar.¹⁴ De facto, essa doença foi reconhecida como um sério problema de saúde pública, quando, em 1958, na cidade do Porto, verificou-se um surto de grandes proporções. Em 1965, teve início uma campanha de vacinação em massa contra a enfermidade. No entanto, o professor Arnaldo Sampaio, numa conferência proferida em 1953, declarava que a poliomielite não constituía, em Portugal, um problema de saúde pública (SAMPAIO, 1953, p. 92-121).

¹⁴ *Diário de Notícias*, 05.07.1928.

Apesar de, ao longo dos primeiros 50 anos do século XX, Portugal ter conseguido tratar e controlar algumas doenças, como, por exemplo, a varíola, o sarampo e a tuberculose, outras continuam a relevar-se um problema de saúde pública e, consequentemente, a preocupar os responsáveis políticos e as autoridades sanitárias.

Fontes

A Capital

Diário de Notícias

As epidemias – como combatê-las e evitá-las. Por um grupo de médicos (versão portuguesa). Lisboa, Sociedade Filantrópica Internacional.

ALMEIDA, Eurico de. *O tabardilho em Braga*. Lisboa: Tipografia Belenense, 1920.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. *Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918*. Lisboa: Calibri, 2013.

ALVES, Jorge Fernandes; CARNEIRO, Marinha. A saúde pública em Portugal – Alguns delineamentos administrativos (da Monarquia à Ditadura Militar). In: *Justiça na Res Pública Sécs XIX–XX, v. 2, Ordem Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*. Porto: Citcem, 2011.

COHN, S. *Epidemics: hate and compassion from the plague of Athens to AIDS*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CROSBY, A. *America's forgotten pandemic*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CROSBY, A. *Ecological imperialism* (second edition). Cambridge. Cambridge University Press, 2005.

ESTEVES, A. *A cólera no norte de Portugal de oitocentos: medos, providências e protagonistas*. In: BORGE, J. H.; DOMINGO GONZÁLEZ, Lopo (Ed.). *Antiguos e nuevos desafios*. Santiago de Compostela: Alvarellos Editora, 2017, p. 285-220.

ESTEVES, Alexandra; PINTO Sílvia. A pneumónica em Portugal. A construção de uma memória. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1-15, 2020.

- ESTEVES, A. A pneumónica na imprensa do Distrito de Viana do Castelo. In: SILVA, Helena da; PEREIRA, R. M.; BANDEIRA, Filomena (Coords.). *Centenário da Gripe Pneumónica*. Lisboa: Igas, 2019, p. 87-108.
- FERREIRA, F. A. G. *Sistemas de saúde e o seu funcionamento. História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- GARCIA FERRERO, S. *La gripe de 1889-1890 em Madrid* (Tese de doutoramento não publicada) – Universidade Complutense, Madrid, 2018.
- GARNEL, M. R. *Portugal e as conferências sanitárias internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- HAMLIN, C. *Public health and social justice in the age of Chadwick: Britain, 1800-1854*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HARRISON, M. *Disease and the modern world. 1500 to the present day*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- HAYS, J. N. *The burdens of disease. Epidemics and human response in western history* (revised edition). New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.
- HEMPEL, Sandra. *Atlas de epidemias. Enfermedades mortales y contagiosas desde la peste hasta el virus del Zika*. Madrid: Librero, 2020.
- PERLAMMAN, R. L. *Evolution and medicine*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- PORTER, D. *Health, civilization and the state. A history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999.
- SAMPAIO, Arnaldo. Poliomielite. *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*, Lisboa, v. VIII, p. 92-121, 1953.
- SNOWDEN, F. M. *Epidemics and society. From the black death to the present*. Yale: Yale University Press, 2020.
- SPINNEY, L. *El jinete pálido. 1918: la epidemia que cambió el mundo*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.
- VIEIRA, I. C. *Conhecer, tratar e combater a “Peste Branca”. A fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: Edições Afrontamento/Citcem, 2016.
- WEIDLING, P. *Epidemics and genocide in Eastern Europe, 1890-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011.



PARTE II – ACERVOS DE MISERICÓRDIAS E PESQUISADORES DO BRASIL

Capítulo 6

O MUSEU DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA E SEU ACERVO

Osvaldina Cezar Mesquita¹

UM POUCO DA HISTÓRIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA

Fundada em 1549, no mesmo ano que a cidade de Salvador, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia assumiu importante papel no cuidado dos doentes, crianças e necessitados, participando efetivamente da dinâmica das relações sociais. De origem portuguesa, integra o projeto de ocupação e administração das terras além-mar e está fundamentada nos princípios de misericórdia estabelecidos pela Rainha Leonor, em 1498, quando da criação da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (Portugal). São sete princípios corporais: curar os enfermos, remir os cativos e visitar os presos, vestir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, dar pousada aos peregrinos e sepultar os mortos. E sete espirituais: ensinar aos simples, dar bons conselhos, castigar com caridade aos que erram, consolar os tristes, sofrer as injúrias com paciência, perdoar a quem errou e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Tais princípios foram atualizados no decorrer do tempo, com o propósito de gerar novos posicionamentos diante das necessidades que surgiram, porém, sem afastar-se daquela que é a razão principal da sua existência: o princípio caritativo. Uma irmandade que existe a serviço do bem ao próximo.

¹ Bacharel em Museologia/UFBA; Coordenadora Museológica do Museu da Misericórdia. Salvador/BA - Brasil.

O primeiro princípio de misericórdia praticado pela Santa Casa da Bahia foi a cura dos enfermos ou dos doentes, com a construção em pau a pique do primeiro hospital, tendo apenas duas enfermarias: uma das chagas e outra das febres. O hospital foi construído na Praça da Sé, parte alta de Salvador (cidade da Bahia), aproveitando a geografia do lugar com vista privilegiada para a Baía de Todos os Santos. Próximo ao hospital foram instaladas a Casa de Câmera e Cadeia e o Palácio do Governo. As instâncias de representação do poder político e social de Portugal na sua colônia estavam ali concentradas.

Esse hospital se destinava a atender à população local e aos estrangeiros. Com o passar do tempo, a primitiva construção foi demolida e a irmandade somou esforços para construir o Paço da Misericórdia no século XVII. O hospital, denominado Nossa Senhora das Candeias, depois São Cristóvão, era mais conhecido como Hospital da Caridade. Na obra *Fidalgos e filantropos*, Russell-Wood faz uma abordagem mais detalhada do hospital, indicando inclusive as sucessivas denominações.

O único hospital geral da Bahia durante todo o período colonial era administrado pela Misericórdia. O hospital fora conhecido como Hospital de Nossa Senhora das Candeias ou como Hospital da Cidade do Salvador, no século XVI. A partir do fim do século XVII passou a ser sempre chamado de Hospital de São Cristóvão. Esse único hospital atendia a uma população urbana que crescera de 1.000 colonos em 1549 a cerca de 130.000 residentes em 1755 (WOOD, 1939, p. 205).

Portanto, a instituição funcionou por mais de 200 anos como sendo a única unidade de saúde da Bahia. Com o passar do tempo, outras instituições foram organizadas e administradas pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, como forma de cumprir com seu compromisso de misericórdia e promover saúde, bem-estar e prática da caridade. O cuidado com as crianças, com as jovens órfãs, com os presos e com os sepultamentos fez com que a Misericórdia da Bahia se tornasse uma instituição reconhecida e de grande prestígio social.

No final do século XIX, a Santa Casa fundou um novo hospital no bairro de Nazaré, em Salvador, Bahia, atendendo às exigências dos médicos higienistas da época que recomendavam a construção de hospitais em lugares distantes do centro da cidade. O Paço da Misericórdia já não possuía mais condições de atender à população por falta de leitos e condições adequadas. Além disso, estava situado no portal de entrada para o Pelourinho, local onde se concentravam as

moradias dos senhores de engenho, ricos comerciantes, que se constituíam na elite da sociedade baiana da época.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia atua, de forma ininterrupta, desde a sua fundação, nas áreas de saúde, por meio do Hospital Santa Izabel, Instituto do Câncer e demais unidades de saúde que administra; na área cemiterial, através do cemitério Campo Santo, um dos mais tradicionais da cidade; com educação e promoção social por meio dos Centros de Educação Infantil, do Espaço Avançar, com cursos profissionalizantes; no ramo de eventos, com o Cerimonial Rainha Leonor; e na área cultural, com os espaços de preservação de memória voltados para atendimento ao público. São eles: o Museu da Misericórdia; o Centro de Memória Jorge Calmon, que reúne rico acervo de documentos da história institucional, entre os quais citam-se os livros de bangue que foram reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o título *Memória do mundo*, e os livros de registros das crianças entregues na Roda dos Expostos; e o Circuito de Arte Cemiterial Campo Santo, que apresenta expressivo conjunto de mausoléus e arquitetura funerária dos séculos XIX e XX. Parte da renda obtida com os serviços prestados pelo Hospital Santa Izabel, pelo Cerimonial Rainha Leonor e pelo Cemitério Campo Santo é destinada à manutenção dos projetos de ação social da Santa Casa. O atual provedor é o Dr. José Antônio Rodrigues Alves, que conduz a instituição durante o triênio 2020–2022, com a participação dos membros da Mesa e do Definitório.

O PAÇO DA MISERICÓRDIA: DE SEDE ADMINISTRATIVA A ESPAÇO CULTURAL

Por mais de dois séculos, o Paço da Misericórdia funcionou como hospital, função para o qual foi construído. Após a inauguração de um novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em finais do século XIX, o Hospital Santa Izabel, o prédio passou a funcionar como sede administrativa da irmandade até as primeiras décadas do século XX. Aos poucos, alguns setores administrativos da Santa Casa foram transferidos para o Complexo da Pupileira, localizado no bairro de Nazaré, em Salvador, Bahia. Nesse período, o prédio antigo do Hospital da Caridade já apresentava problemas no telhado, ocasionando diversas goteiras e infiltrações que resultaram no avançado estado de degradação das pinturas artísticas e parietais localizadas na Capela, assim como nas paredes revestidas com azulejos figurativos de origem portuguesa, datados do século XVIII, e azulejos decorativos do século XIX.

Por volta do ano 2002, por iniciativa do Dr. Álvaro Lemos, que assumiu a provedoria da irmandade em dois períodos distintos – o primeiro, de 1999 a 2002, e o segundo, de 2005 a 2008 –, buscou-se estabelecer parcerias com instituições nacionais e estrangeiras para captação de recursos com a finalidade de requalificação das estruturas físicas da casa. O que envolveu o reparo do telhado, a restauração de bens integrados e dos móveis. Dr. Álvaro entendia que uma edificação que se constituía num dos exemplares singulares da arquitetura do período colonial, já reconhecida como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional – Iphan, em 1938, pela singularidade de seus espaços, a exemplo da Loggia e do Ossuário, não poderia mais ser utilizada como sede administrativa da Santa Casa da Bahia. Após a restauração, o prédio do século XVII em estilo maneirista deveria ser transformado em equipamento cultural, para que baianos e estrangeiros pudessem conhecer a história e o legado construído pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a segunda do Brasil.

Após mais de três anos de trabalhos de recuperação de estruturas físicas, de obras de restauração e de arrolamento de acervo, foi inaugurado, no dia 26 de janeiro de 2006, o Museu da Misericórdia da Bahia, inserindo-se gradativamente e de forma participativa no cenário cultural baiano. O circuito inicial expositivo do museu compreendia o Átrio, a Sacristia, o Salão Nobre, a Galeria dos Benfeitores e a Provedoria. A partir de 2009, com o apoio de instituições parceiras, o conjunto de painéis de azulejos portugueses da igreja foi restaurado, passando a integrar o circuito de exposição. Com recursos próprios, a Santa Casa investiu na ampliação de outros espaços de expositivos, abrindo para visitação pública o Corredor de Arte Religiosa, o núcleo do Cuidado com a Saúde e a Infância, e, posteriormente, a Sala José Joaquim da Rocha. Em 2017, durante as comemorações da Semana de Museus, o Ossuário, localizado no primeiro subsolo da edificação, foi aberto à visitação permanente. O trabalho de prospecção de restauro, iniciado nesse espaço, permitiu identificar a pintura original das paredes na cor amarela feita na técnica de escaiole com motivos de flor da papoula, que simboliza Morféu, o deus grego do sono profundo.

Figura 1 – Fachada do Paço da Misericórdia (século XVII) – antigo Hospital da Caridade (desde 2006, sede do Museu da Misericórdia)



Fonte: Antônio Jorge Studart

Ao longo dos seus 15 anos de existência, o museu tem desenvolvido ações de subsídio à pesquisa, conservação e divulgação do acervo museológico por meio de exposições, seminários, palestras, rodas de conversa, publicação de catálogos e ações socioculturais e educativas voltadas para estudantes da educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino superior. Oferece também visitas por mediação cultural para todos os públicos, em português, inglês, francês e espanhol, realiza ações culturais e educativas, com grupos de 3ª idade e de pessoas portadoras de deficiência visual, deficiência intelectual e múltiplas deficiências. Ações em parceria com instituições de expertise comprovada na área de educação inclusiva.

Atualmente, prepara-se para a implantação do projeto de requalificação de seus espaços, dentro das leis de proteção para bens tombados. O projeto foi aprovado pelo Iphan e contempla a realização de obras estruturais e de ampliação da acessibilidade física, preparação de mais salas de exposição para a apresentação de peças que se encontram guardadas em reserva técnica, criação de um auditório e um café. Envolve também a restauração da pintura artística do teto em caixotão da Capela da Misericórdia, datada do século XVIII, e a restauração de algumas peças de imaginária barroca presentes no acervo.

O Museu da Misericórdia está inserido na estrutura administrativa da Santa Casa e conta com uma Mordomia de Cultura, Diretoria de Assuntos Culturais,

Gerência de Patrimônio Cultural e com equipes que atuam diretamente no museu, compostas por museóloga, pedagoga, restaurador, auxiliar administrativo, mediadores culturais, higienização e limpeza dos espaços e segurança patrimonial.

Em virtude da pandemia do novo coronavírus – Covid-19 –, o museu fechou à visitação pública em março de 2020, sem previsão de retomada das atividades presenciais. Desde então, passou a encarar o desafio de repensar as atividades para serem realizadas no âmbito virtual, estabelecendo e ampliando a comunicação com esse público, e avaliando o alcance das ações propositivas. “A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento, mais do que nunca, têm de andar de mãos dadas” (SANTOS, 2008, p. 129).

O cenário atual requer cuidado com a saúde, com as emoções, com a economia, com as relações de um modo em geral. E o museu precisa participar da dinâmica da sociedade em que está inserido, contribuindo de modo consciente para despertar reflexões entre o passado e o presente, e inspirando melhores soluções para o futuro.

Os museus, fenômenos sociais complexos, atravessados por linhas de forças culturais, científicas, estéticas, econômicas, administrativas e lúdicas, não estão de modo algum imunes à crise. Resultado de relações sociais, eles são campos discursivos, centros de produção de conhecimento e arena política. Memória, esquecimento, poder, resistência, imaginação, poética e política estão em jogo nos museus, tanto para produzir o passado, quanto para inventar o futuro (CHAGAS, 2011, p. 105).

Se por um lado a pandemia do Covid-19 desencadeou grave crise em diversos setores da sociedade, os equipamentos culturais e os demais agentes de preservação e divulgação das mais variadas expressões artísticas têm assumido um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Na verdade, esse papel ganhou evidência com a necessidade de adotar medidas de combate ao vírus, entre elas, o distanciamento social. Literalmente, os museus e outros espaços de memória adentraram as casas e, por muitas vezes, foram “carregados” no bolso, por meio dos aparelhos de celular.

A receptividade do público aos projetos e a maneira com que se trabalha o potencial do acervo do Museu da Misericórdia, em suas redes sociais, Instagram,

Facebook e *site*, têm sido muito significativas. Dois indicadores disso são: a interatividade promovida por meio desses canais de comunicação e o aumento do número de seguidores. Há atualmente um público virtual de mais de 42 mil pessoas e instituições espalhadas pelo Brasil e por países do exterior.

CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DA MISERICÓRDIA

Muitas coleções de museus são oriundas do hábito de colecionadores particulares que dedicaram anos de suas vidas adquirindo peças, ou ainda resultam dos objetos que foram sendo reunidos por instituições para seu uso diário, porém, em ambos os casos, não foram reunidas com o objetivo de se transformarem em objetos musealizados. Isto é, para virar peça de museu, pelo menos num primeiro momento. Essa vontade se configura quando a coleção já se encontra mais consolidada e quando outros elementos necessários à sua manutenção precisam ser garantidos, ou então quando há o desejo de ampliar o acesso a esses bens patrimoniais e democratizar as informações neles contidas. Em determinados casos, “falta fôlego” e recursos financeiros ao colecionador para arcar com os investimentos necessários aos cuidados, ou até mesmo para comprar novos exemplares. De uma coisa é certa, sempre haverá critérios relacionados à sua formação para atender ao desejo, apreciação e interesse de quem coleciona.

Para entender o universo das coleções devemos, antes de mais nada, entender os colecionadores. O colecionador não é tão somente o indivíduo que coleciona; é ele quem “inventa” a coleção. Os objetos que formam uma coleção não existiam em estado latente; precisam ser escolhidos, classificados e “possuídos”. Coleção e colecionador dialogam permanentemente, e se confundem, imersos em uma mesma lógica (ALMEIDA, 2012, p. 183).

O acervo do Museu da Misericórdia deriva de uma parcela do patrimônio que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia reuniu ao longo do tempo, adquirido por meio de compras ou doações recebidas. Uma instituição com mais de 400 anos, que recebeu no passado doações testamentárias, nas quais figuravam, entre outros bens, moedas em espécie e imóveis para custodiar suas obras caritativas. Entre os doadores presentes na história da irmandade, pode-se citar João Mattos de Aguiar, que deixou, em testamento, uma doação bastante significativa e que permitiu a manutenção das obras assistencialistas da Santa Casa da Bahia por

anos. Parte desses recursos foi direcionado à construção do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, instituição destinada à educação de jovens órfãs, onde, posteriormente, foi instalada a Roda dos Expostos, com o propósito de acolher crianças deixadas para adoção por caridade.

Portanto, o acervo do Museu da Misericórdia da Bahia é formado por objetos que são referências materiais de determinados períodos da sua história e que também revelam hábitos e costumes de uma época e as influências das expressões artísticas predominantes em Portugal e que foram transpostas para o Brasil, durante o processo de colonização. Essas peças também são representativas de estilos artísticos, entre os quais podem-se citar o barroco, o rococó, o neoclássico, o moderno e o contemporâneo, datando do século XVII até o século XXI.

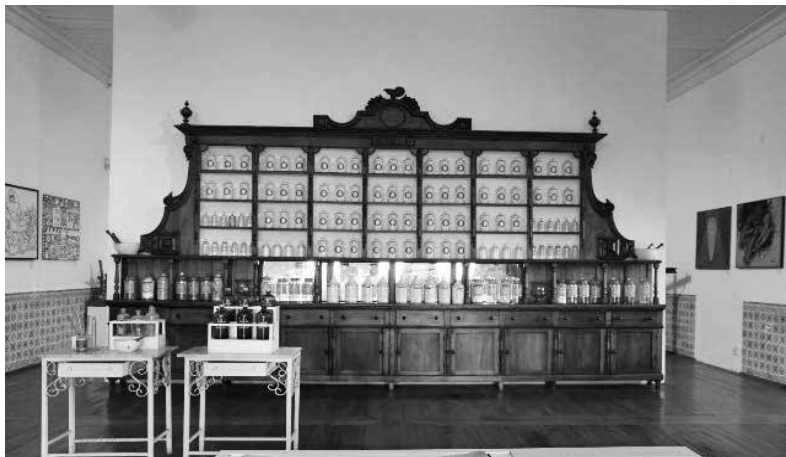
O acervo é formado por mais de 3 mil peças catalogadas, classificado em coleções, dentro dos critérios de documentação museológica, respeitando as características físicas e intrínsecas de cada objeto, como suporte, técnica, finalidade, temática. Tem subsidiado a produção de publicações pela Santa Casa da Bahia e por outras instituições e pesquisadores, além de ser referencial para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, montagem de exposições e ações socioculturais e educativas voltadas para diferentes públicos.

As coleções existentes no Museu da Misericórdia são: Imaginária, Paramentos Litúrgicos, Prataria, Louça, Mobiliário, Retratos, Pintura Sacra, Medalhas Comemorativas, objetos decorativos e utilitários, utensílios de farmácia e esculturas e telas que integram o conjunto das 14 obras, o acervo mais atual do ponto de vista da permanência histórica. Os suportes são os mais diversos: madeira, madeira policromada, tecido, prata, prata esmaltada, metal prateado, metal dourado, metal esmaltado, bronze, ferro, porcelana, cerâmica, vidro, tela a óleo, madeira a óleo.

Interessante verificar um pouco mais de cada uma dessas coleções. Algumas das peças mais antigas do acervo estão localizadas na coleção de Mobiliário. São as estalas, cadeiras destinadas aos eclesiásticos; bancos de parlatório, que eram exclusivamente usados nos momentos de conversação mais amena, já que os religiosos na maioria das vezes praticavam o voto de silêncio ou estavam em constante oração; e uma mesa redonda com travamento nas pernas em formato de xis. Todos esses objetos são datados do século XVII. Destacam-se nessa coleção um arcaz e um pseudoarcaz de jacarandá com puxadores de prata, significativo exemplar do estilo barroco, do século XVIII, com recosto decorado com figuras de mascarões, flores, frutos, conchas e volutas. O mobiliário da farmácia de manipulação ou botica, datado do século XIX, também chama atenção pelas

suas dimensões e *design*. A peça é original e era utilizada na recepção do prédio histórico do Hospital Santa Izabel.

Figura 2 – Vista da exposição com o mobiliário da farmácia de manipulação (século XIX)



Fonte: acervo do Museu da Misericórdia da Santa Casa da Bahia. Foto: Antônio Jorge Studart

Sua Coleção de Retratos é composta por telas assinadas por artistas da Escola Baiana de Pintura, como Manoel Lopes Rodrigues, Vieira de Campos, Oseas Alves, Couto, datadas do século XVIII e XIX. A Irmandade da Bahia mandou pintar retratos de muitos benfeitores, como forma de expressar seus agradecimentos e reconhecer a importância de seu trabalho e de suas doações para o desenvolvimento das obras assistenciais. De maneira geral, esses senhores eram retratados em seus escritórios de trabalho, portando uma carta em uma das mãos ou segurando um saco de moedas, como símbolos de sua doação. As mulheres também foram retratadas, em menor número, vestidas de preto como sinal de sua viuvez, com semblante sisudo para impor respeito.

Na exposição do Museu da Misericórdia, na galeria dos benfeitores, aparece o retrato de corpo inteiro de duas mulheres: a Militana Ramos e a Raymunda Porcina. Esta última tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e também da equipe do museu, já que foi retratada dentro dos moldes da viuvez, embora tenha afirmado e registrado em testamento que nunca casou, portanto não poderia ser viúva. É possível que tal representação tenha se dado por força dos condicionamentos da época, já que a mulher só assumia o título de benfeitora se fosse viúva e não tivesse filhos. Mas ainda se está no campo da investigação, não

podendo se afirmar que critério foi adotado para a representação da Porcina. Na ambientação da Sala da Provedoria, encontra-se um retrato de busto de Ernestina Guimaraes; os demais são retratos masculinos.

**Figura 3 – Retrato de Raymunda Porcina Maria de Jesus –
óleo sobre tela (século XIX/autor: Couto)**



Fonte: acervo do Museu da Misericórdia da Santa Casa da Bahia. Foto: Bapress

Composta por painéis pintados a óleo, a pintura sacra retrata passagens da vida de Jesus. De autoria não identificada, datados do século XVII, foram originalmente encomendados para compor a pintura artística de teto em caixotão. Com a realização do trabalho de restauração, os painéis foram recuperados e expostos nas paredes da Sacristia. Também se encontram nessa coleção pinturas de óleo sobre tela, assinadas pelo mestre fundador da Escola Baiana de Pintura, José Joaquim da Rocha, datadas do século XVIII. São de sua autoria as pinturas das paredes do altar-mor da Capela, a da Cena da Visitação em exposição na Provedoria e o conjunto de 14 obras que compõem os Passos da Paixão de Cristo, também conhecidas como obras da Procissão dos Fogaréus, todas feitas por encomenda para a Santa Casa.

A Imaginária é formada por peças em madeira policromada e madeira com técnica mista nos estilos barroco, rococó e neoclássico, datadas dos séculos XVIII e XIX. Entre as representações barrocas estão santos de devoção popular: Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Estado da Bahia e da Igreja da Misericórdia; Santo Antônio, amplamente conhecido como santo casamenteiro; Santana Mestra, a educadora por excelência, já que a educação de Maria é um tema muito abordado no barroco brasileiro; os santos gêmeos Cosme e Damião, padroeiros dos médicos e farmacêuticos; e São Jorge, em rara iconografia sem cavalo e sem dragão. Em estilo Neoclássico, destacam-se: Santo Antônio, São José e os Quatro Evangelistas – Marcos, Lucas, Mateus e João –, em estilo rococó, peças com linhas mais retas e sem a volumetria acentuada, característica do estilo barroco.

Figura 4 – São Jorge - imagem portuguesa, madeira policromada (século XVIII)



Fonte: acervo do Museu da Misericórdia da Santa Casa da Bahia. Foto: Antônio Jorge Sturdart

Na coleção de utensílios de farmácia encontram-se potes em cerâmica branca e de vidro transparente, além de ânforas, balanças de precisão, tubos de ensaio, misturadores, almoxarifes e uma cabeça em cerâmica para estudo da anatomia craniana; todos os objetos são originais e datam do século XIX.

A prataria reúne objetos de culto litúrgico, como patena, custódia, porta paz, bacia e gomil, caldeira e hissope, vaso purificador, salva, porta-toalhas, sineta e castiçal. Algumas peças são de origem portuguesa, e muitas fabricadas por ourives da Bahia, objetos dos séculos XVIII e XIX.

Exemplares da coleção de paramentos litúrgicos foram apresentados pela primeira vez ao público em maio de 2019, durante a Semana de Museus. Algumas vestes em conjunto e outras em exemplar para possibilitar a análise comparativa pelo público. São casulas romanas e góticas, dalmáticas, umeral, pluvial, alvas ou túnicas, além de manípulos e estolas; algumas peças em desuso no vestuário eclesiástico. As vestes litúrgicas foram agrupadas por cores, respeitando a simbologia do calendário católico para as celebrações, tempo comum, páscoa, advento, festa de santos mártires e do divino Espírito Santo e as exéquias, isto é, utilizadas exclusivamente para as cerimônias fúnebres.

Na coleção de objetos decorativos e utilitários, encontram-se jarros, pesos para papel e lamparinas em materiais diversos; peças que eram utilizadas para o funcionamento do hospital. Outro grupo de objetos existentes no museu é o de medalhas comemorativas, em sua maioria de bronze, bronze prateado e cobre, alusivas à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, de outros estados do Brasil e de Santas Casas portuguesas. As louças são formadas por serviços de jantar, café, chá, licoreiras e por pratos e xícaras, entre as quais encontram-se peças confeccionadas por encomenda para a Santa Casa da Bahia por ocasião da inauguração do Asylo de Nossa Senhora da Misericórdia, em 1886.

Por fim, o núcleo de arte moderna e contemporânea é formado por objetos bidimensionais e tridimensionais que representam os 14 princípios de misericórdia, numa releitura por artistas renomados no cenário das artes, no Brasil e no exterior. Obras assinadas por Luiza Olivetto, Carmen Penido, Calasans Neto, Caetano Dias, Bel Borba, Grace Gradin, Christian Cravo, Juarez Paraíso, Juracy Dórea, Eliana Kertész, Maria Adair, Sérgio Rabinovitz e César Romero. Dentro da mesma temática, mais duas peças assinadas por Tatti Moreno e Sérgio Ferro.

O POTENCIAL EDUCATIVO DO ACERVO DO MUSEU DA MISERICÓRDIA

Os processos de preservação, segurança e divulgação desse acervo são realizados por meio das ações museológicas, de conservação e restauro e socioculturais e educativas, buscando ampliar o seu potencial informacional, didático e de investigação, e aproximando os diversos públicos da história da Santa Casa

de Misericórdia da Bahia e de suas relações com a cidade de Salvador. É preciso identificar e fortalecer as referências culturais presentes nesse acervo. “O fazer museológico é compreendido, então, como um processo caracterizado pela aplicação das ações de pesquisa, preservação e comunicação” (SANTOS, 2008, p. 134). Portanto, não basta aplicar a técnica pela técnica. É preciso refletir sobre esta, buscar alcançar os públicos internos e externos. É no espaço de memória das pessoas que se quer atuar, incentivar, instigar, estabelecer relações de continuidade para que o museu desempenhe de forma participativa a sua função social.

O estudo do acervo tem permitido traçar temas norteadores para o desenvolvimento das ações socioculturais e educativas. São eles: história da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e os 14 princípios de misericórdia; história da saúde e evolução das práticas medicinais; estilos artísticos (barroco, rococó, neoclássico, moderno e contemporâneo); história de Salvador, hábitos, costumes e evolução urbana; relações de poder e de representação na sociedade baiana; arte sacra cristã católica; rituais de sepultamento no Brasil, nos séculos XVII a XIX; assistência à infância desvalida; práticas educativas no século XIX; indumentária de época; história da azulejaria portuguesa no Brasil, entre outros.

Dentro desse universo temático, o museu vem desenvolvendo ações participativas e voltadas para diferentes públicos, contribuindo para a formação de crianças, jovens e adultos, e despertando o senso crítico e reflexivo. Como ferramenta educativa e espaço para a construção de ações inclusivas, tem trabalhado o acervo de maneira a dialogar com outras expressões artísticas, como a poesia, o teatro e a música, inspirando, instigando e propiciando momentos de lazer e contemplação. Para tanto, a adequação da linguagem expositiva e a formação das equipes de trabalho têm sido fundamentais para o desenhar de um caminhar mais seguro, contando com a parceria de instituições de *expertise* comprovada em suas áreas de atuação. É na escuta das devolutivas do público, na construção de parcerias técnicas colaborativas, nas avaliações das ações executadas que se busca avançar e aprender com o outro, valorizando os diversos saberes. E assim construir uma museologia cada vez mais participativa e comprometida com o passado e com o presente, inserindo o Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, cada vez mais, na dinâmica da sociedade.

Alguns projetos e serviços são oferecidos pelo museu, tendo seu acervo como referência. A visita é mediada a grupos e visitantes espontâneos para apresentação da história da Santa Casa e suas relações com a história de Salvador, por meio do acervo em exposição e do próprio prédio, onde o museu está ins-

talado. E a construção em estilo maneirista permite estabelecer diálogos sobre arquitetura colonial, materiais, técnicas e estilos construtivos, além dos sistemas de iluminação, ventilação e captação de águas para a manutenção das antigas funções hospitalares. A visita de grupos escolares é em geral marcada com antecedência e realizada com enfoque no aspecto temático solicitado pela instituição. Para os grupos de educação infantil, o acervo é apresentado por meio de maletas pedagógicas compostas por oficinas de trabalhos manuais, contação de histórias, teatro de fantoches e jogos interativos.

Também existem ações em que o acervo é utilizado como mote inicial para o desenvolvimento das atividades. Depois, trata de outros aspectos de interesse do grupo, diretamente ligados ao acervo do museu ou não. É o que acontece com um grupo de idosos que faz parte de uma instituição assistencial, localizada no Centro Histórico, mais precisamente no Pelourinho. Os encontros acontecem sempre uma vez no mês, na sede do museu ou na sede deles. Estabeleceu-se uma ação de continuidade, de compartilhamento de experiências e de memória afetiva, tanto que a visita ao museu já faz parte da programação da instituição, e todos são convidados a participar de momentos de celebração especial para o grupo. Esse é um exemplo de como trabalhar o potencial do acervo de modo a estabelecer relações que possam ajudar, de alguma forma, a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Outro aspecto, já mencionado aqui e que está estritamente vinculado ao potencial didático do acervo do Museu da Misericórdia, é o subsídio ao desenvolvimento de teses de mestrado, doutorado, trabalhos acadêmicos e de ensino médio e fundamental. Publicação de livros, catálogos do próprio museu e para compor material expográfico de outras instituições culturais.

Ainda dentro das possibilidades de explorar o potencial desse variado acervo, foi iniciada, em 2018, uma ação museológica e educativa voltada para pessoas com deficiência visual, isto é, que apresentam baixa visão e cegueira. A atuação é feita com a orientação de instituições de referência na área de educação inclusiva: Instituto de Cegos da Bahia – ICB, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP e o Setor de Braille da Biblioteca Central do Estado da Bahia – BCEB. Foi formatado um projeto que envolveu duas etapas: a primeira, de formação da equipe interna do museu, envolvendo técnicos e auxiliares, para aprenderem a trabalhar os instrumentos de acessibilidade, não só física mas também atitudinal. Como apresentar o acervo por meio de mediação cultural a uma pessoa cega ou com baixa visão? Como conduzir essa pessoa com segurança dentro do espaço físico do museu? Que abordagem se deve fazer? Como se

comportar? Estes são alguns dos muitos questionamentos aprendidos na busca de respostas, não só pela aplicação de teorias, mas também pelo processo cognitivo, da experiência e da construção de vivências.

A segunda etapa foi da experimentação e de sensações. Durante uma semana foi exibida a Exposição *Com Outros Olhos, uma Experiência de Aprendizado e Interatividade*, quando foram apresentados recursos didáticos da tecnologia assistiva, material para aprendizados de conteúdos diversos, livros, audioguia e instrumentos de escrita, e cálculo em braile, que contou com a presença de professores de motricidade, audiodiscrição e de educação inclusiva. Entre os equipamentos e materiais apresentados, estavam algumas medalhas do acervo, para que fossem tocadas pelas pessoas com cegueira e baixa visão. Além dessas peças, foram elencadas, anteriormente, aquelas em exposição que poderiam ser tocadas com segurança pelas pessoas, sem gerar situação de vulnerabilidade para o acervo. Foi avaliada a composição de materiais, sua permanência histórica e integridade física, isto é, se tudo já havia sido submetido ao processo de restauração. Para melhor identificação dos espaços do prédio, foi construída uma maquete tátil.

Figura 5 – Medalhas comemorativas alusivas à Santa Casa de Misericórdia da Bahia e de Santas Casas portuguesas (bronze prateado e bronze/ século XX)



Fonte: acervo do Museu da Misericórdia. Foto: Bapress

Esse projeto integrou as ações da Semana de Museus e contou ainda com uma roda de conversa, onde atuaram como facilitadoras pessoas com deficiência visual, entre elas professores e alunos. O momento foi intitulado *Nada sobre Nós sem Nós – um Relato de Experiências*. Também houve a oportunidade de receber,

dentro do museu, a *Sexta Cultural*, projeto idealizado pelo CAP que envolve ações inclusivas com várias expressões artísticas, como a poesia, a expressão corporal e o canto. Na oportunidade, aconteceu a apresentação do coral MusiCap e do grupo de percussão Batacaixa, ambos formados por pessoas com cegueira total e baixa visão. A partir de então, continuou-se o processo de formação da equipe do museu, pois a intenção era passar a receber pessoas com deficiência visual de modo continuado.

Desde março do ano passado, foram interrompidas as atividades presenciais com todos os públicos. Uma forma de colaborar no processo de combate ao novo coronavírus e em respeito às medidas de prevenção estabelecidas pelos organismos de saúde e pelas instâncias de representação do governo estadual e municipal, cumprindo-se o papel de zelar pela preservação do patrimônio humano e material. Tem-se buscado enfrentar o desafio de realizar as atividades culturais e educativas virtualmente, mantendo o distanciamento físico, mas procurando fortalecer o diálogo com os diversos segmentos de público por meio de *lives*, postagens temáticas e vídeos comentados sobre o acervo, contações de histórias e teatro de fantoches. Também foi intensificada a divulgação do *tour* virtual disponível no *site* www.museudamisericordia.org.br, uma plataforma de fácil manuseio e que pode ser acessada por *tablet*, celular e computadores. O passeio virtual se inicia com uma visita panorâmica do museu e áreas circunvizinhas. Para a visita virtual dos espaços internos, com imagens em 360°, basta acionar as setas de direção e os ícones indicativos dos textos.

Ainda há muito o que construir e avançar no processo de investigação do acervo museológico do Museu da Misericórdia, mas acredita-se que este fazer só pode ser enriquecido e consolidado de forma participativa, com respeito ao conhecimento produzido pela Museologia, apoiado por diversas áreas das ciências que dialogam com o acervo e com a história da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Soma-se a esse processo, o olhar atencioso em relação ao perfil do público visitante, o respeito aos conhecimentos, experiências pessoais, memórias efetivas e particularidades que cada indivíduo possui, pois todo visitante é um ser único e participante do processo histórico. Esse pensamento tem permeando as ações do Museu da Misericórdia, que completou, em janeiro de 2021, 15 anos de atuação comprometida com o seu crescimento e com o desenvolvimento da sociedade onde está inserido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o “desejo de museu”. *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livros do Museu Histórico Nacional, 2012.

CHAGAS, Mário. Os museus na moldura da crise. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Brasil, a. VII, nº 5, p. 105, 2011.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA, 5º Século: Patrimônio Histórico Nacional, 1ª ed., São Paulo, 2013.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros museológicos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2008.

WOOD, A. J. R. Russell. *Fidalgo e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, v. 20).

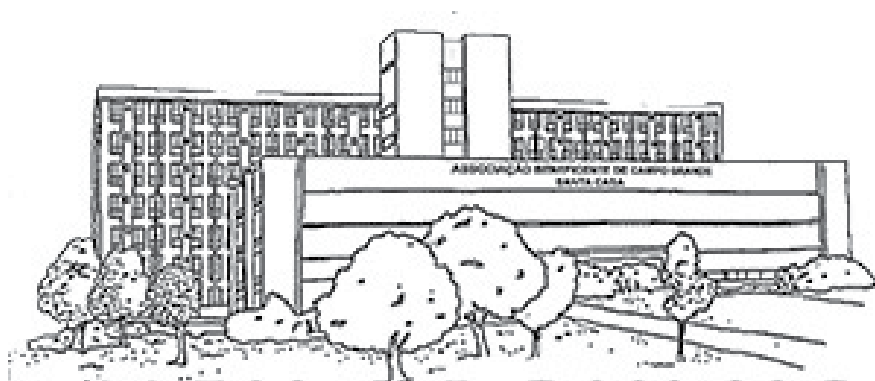


Capítulo 7

SANTA CASA NA HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL

Heitor Rodrigues Freire¹

Figura 1 – Fachada da Santa Casa de Campo Grande (imagem vetorizada, 2017)



Fonte: ASCOM Santa Casa de Campo Grande

A Santa Casa de Campo Grande nasceu no início do século XX, em 1917, numa época em que essa cidade provinciana do centro-oeste brasileiro tinha uma população urbana de 5 mil habitantes e outros 3 mil habitantes na área rural. Não havia nenhuma entidade voltada para o atendimento médico da população, nenhuma casa de saúde. Foi quando um grupo de cidadãos conscientes e responsáveis se uniu para criar uma subscrição popular e arrecadar recursos

¹ Presidente da Santa Casa de Campo Grande (ABCG). Mato Grosso do Sul - Brasil.

na comunidade para implantar a Santa Casa. Assim, os idealizadores Eduardo Santos Pereira, Bernardo Franco Baís, Joaquim César, Olímpio Machado Metello, Victor M. Pace, entre outros, fizeram a subscrição pública e obtiveram a participação de mais de 3% da população da cidade; 187 moradores contribuíram com seus recursos, que totalizaram 28.500 contos de réis. Foi essa iniciativa que proporcionou o início dos trabalhos no hospital.

O trem havia chegado há apenas três anos (1914) à cidade. Foi o que trouxe para a região os primeiros imigrantes: japoneses e libaneses. Trabalhadores vindos, principalmente, de São Paulo também ajudaram a construir prédios, abrir estradas, estabelecer comércio. Como não havia um local para atendimento dos doentes, a Santa Casa foi o primeiro hospital da região. E, até hoje, 104 anos depois, é referência para atendimento médico no centro-oeste do país, recebendo também pacientes de países vizinhos, como o Paraguai e a Bolívia.

Nas décadas de 1920 e 1930, a Santa Casa conseguiu unir duas instituições que se antagonizaram no tempo e na história: a Maçonaria e a Igreja Católica. Concebida e fundada por cidadãos, na maioria maçons católicos, a Santa Casa, por meio dos seus idealizadores, encontrou na Igreja a parceira ideal, o que possibilitou o seu funcionamento por meio da participação das Irmãs Salesianas. Estas, com grande dedicação, representaram por mais de cinquenta anos o esteio que possibilitou um inestimável trabalho de acolhimento e cuidados aos pacientes. As primeiras construções já revelavam um grandioso hospital. Na década de 1940 havia Sanatório, Pediatria, Trauma, Maternidade e Sala de Cirurgia. Foi o primeiro hospital da cidade a prestar assistência a civis, pois só havia o Hospital Militar atendendo desde 1924. Já na década de 1970, iniciou-se a construção do prédio principal, com 750 leitos, uma das obras mais importantes do país pela sua abrangência e grandiosidade. A inauguração, em 1980, reuniu o presidente João Batista Figueiredo – que veio com uma comitiva de ministros – e o governador do estado Pedro Pedrossian, entre outras personalidades. O pesquisador Albert Sabin, pouco depois, fez questão de conhecer o hospital. Foi recebido pelo então presidente do hospital, Arthur D'Ávila, quando retornava para São Paulo de uma viagem ao Pantanal. Ele se disse maravilhado com o que viu. Citou que a Santa Casa de Campo Grande era o hospital mais belo que já tinha visitado.

Figura 2 – Pesquisador Albert Sabin, com o livro de registros do hospital, ao lado de Arthur D’Ávila, presidente do hospital (1980)



Fonte: acervo do CHC Santa Casa de Campo Grande

No ano de 2012, foi encontrada uma cápsula do tempo deixada 71 anos antes, em 1941, contendo jornais da época, dinheiro e documentos referentes à Santa Casa. A descoberta desse objeto foi feita por um morador que buscava entulhos no aterro sanitário. O que se acredita é que esse material tenha sido levado até lá após uma escavação. Como estava dentro de uma pedra, acabou ficando perdido por algum tempo. Ao transportar o entulho, o morador contou que a tampa se abriu, revelando a cápsula do tempo. Imediatamente, ao verificar que se tratava da história da Santa Casa de Campo Grande, ele fez a devolução de todo o material, que agora está no nosso Centro Histórico e Cultural para ser apreciado por todos.

A Santa Casa de Campo Grande reuniu, ao longo da sua história, três gigantes. O primeiro deles foi Eduardo Santos Pereira, que encabeçou o grupo de líderes da sociedade local e comprou o terreno de 60 mil metros quadrados, onde foram construídos os primeiros pavilhões para atendimento com 40 leitos. Atualmente, o complexo hospitalar da Santa Casa de Campo Grande tem mais de 700 leitos, sendo considerada a quarta maior Santa Casa do país e o hospital com o maior número de leitos do SUS no centro-oeste brasileiro.

Depois de Eduardo Santos Pereira, o grande idealizador, a história da Santa Casa de Campo Grande revela o segundo gigante: Arthur D’ávila. Visionário

que, nos idos dos anos 1970, soube projetar e construir o que é hoje o prédio principal da Santa Casa, com 750 leitos. Para se ter uma ideia desse feito, a cidade naquela época tinha apenas 80 mil habitantes, ou seja, havia leitos para 1% da população. Analisando-se hoje, é como se tivéssemos construído um hospital com 9 mil leitos. Arthur D'Ávila foi o presidente que permaneceu mais tempo no cargo, 16 anos, e foi também o gestor que conseguiu conquistar o equilíbrio financeiro da instituição.

O terceiro gigante, Esacheu Nascimento, ficou 10 anos no cargo, em diferentes períodos, saindo recentemente, em março de 2020. Foi ele quem também proporcionou grandes investimentos e reconstruiu o hospital após conseguir na justiça a devolução da entidade, que havia sido tomada pelo poder público, numa intervenção ilegal, de seus verdadeiros donos: a Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande. Essa batalha judicial levou mais de oito anos. Quando a administração foi retomada, encontrou-se uma Santa Casa totalmente sucateada e funcionários desmotivados. Na gestão Esacheu, o hospital precisou ser reequipado, desde laboratório, salas cirúrgicas, exames de imagens, e também foi concluída uma das obras mais emblemáticas, a da Unidade do Trauma, que começou 20 anos antes e teve várias interrupções nesse período, sendo inaugurada e ativada em 2018. A obra levou duas décadas para ser concluída por conta de desmandos e falta de apoio do poder público. E foi o Dr. Esacheu quem conseguiu, com o apoio do Ministério da Saúde, realizar este que era o sonho de toda uma cidade: ter um centro de tratamento de traumas à altura da capital. Foi entregue todo equipado, com salas cirúrgicas modernas. A Unidade do Trauma fica anexa ao prédio central e, atualmente, em meio à pandemia da Covid-19, teve todos os 120 leitos destinados para o enfrentamento a essa doença, sendo 30 leitos de UTI Covid e 90 leitos de enfermaria Covid, com infraestrutura para a instalação de respiradores, caso necessário.

Hoje, a Santa Casa preserva a arquitetura histórica com o que há de mais moderno em atendimento hospitalar, graças ao empenho desse grande gestor. Foi nessa administração que o hospital implantou cirurgias cerebrais mais complexas e retomou transplantes que tinham sido interrompidos durante o período de intervenção.

**Figura 3 – Os gigantes: Eduardo dos Santos Pereira,
Arthur D'Ávila e Esacheu C. Nascimento**



Fonte: acervo do CHC Santa Casa de Campo Grande

Desde a implantação até os dias atuais, a Santa Casa registra 21 presidentes na sua administração. São eles:

Euzébio Teixeira (1919-1920)

Bernardo Franco Baís (1921-1925)

Eduardo dos Santos Pereira (1925-1932)

Eduardo Olympio Machado (1932-1933)

Juvenal Alves Correa Filho (1933-1946)

Aikel Mansour (1947-1961)

José Nasser (1962-1971)

Eloy Pereira (1972-1973)

Arthur D'Ávila Filho (1974 -1981 / 1992-1993 / 1996/1997 / 2000-2001 / 2004-2005)

Euclides de Oliveira (1982-1983)

Juvêncio César da Fonseca (1984-1985)

Renato Alves Ribeiro (1986-1989)

David Balaniuc (1990-1991)

Walter Rodrigues (1994-1995)

Clovis Rodrigues Barbosa (1998-1999)

Sinval Martins de Araújo (2002-2003)

Elias Gazal Dib (2006-2007)

Esacheu Cipriano Nascimento (2008-2011 / 2016-2020)

Wilson Levi Teslenko (2012-2015)

Heber Xavier (2020)

Heitor Rodrigues Freire (2020 até o momento)

O texto, a seguir, foi extraído do livro *Santa Casa: patrimônio de Mato Grosso do Sul*, fruto de um trabalho desenvolvido pela escritora, advogada, historiadora e ex-diretora do Instituto Histórico e Geográfico de MS, Vera Tylde de Castro Pinto, com a qual convivi por mais de 15 anos e, em 1917, lancei a ela o desafio de escrever sobre o centenário da instituição. Um trabalho de pesquisa excepcional que contou com apoio de uma equipe formada por diversos profissionais. Retrata, a partir de registros documentais e depoimentos, a história da Santa Casa de Campo Grande, um dos maiores hospitais beneficentes do país.

As palavras do Santo de Assis cabem muito bem para ilustrar a trajetória dos profissionais da saúde em Campo Grande, no início do século XX: aplicaram tudo que aprenderam nas faculdades de Medicina que cursaram em outras cidades, o que podiam contar para o exercício da profissão, onde apenas o Hospital Militar (1924) e a Santa Casa eram as recentes instituições hospitalares existentes. A ausência de laboratório e equipamentos tecnológicos não permitia ao médico conferir seus diagnósticos com o apoio de exames laboratoriais e outros. Também, o elenco de remédios era restrito, pois havia uma indústria farmacêutica nacional incipiente. Não raro, o médico tinha de formular o medicamento para ser aviado pelos farmacêuticos. E o médico, obrigatoriamente, tinha de ser generalista. Fazer tudo o que era necessário. A era dos especialistas já data da segunda metade do século passado. Quando da fundação da Academia de Medicina de Mato Grosso do Sul, as histórias heroicas desses médicos do passado foram registradas no perfil dos patronos e dos acadêmicos, onde constam muitos deles que tiveram parte ativa no corpo clínico da Santa Casa (PINTO, p. 43).

A seguir, de forma compilada, apresentam-se trechos da referida obra, que contextualiza, no cenário histórico, a importância da instituição para a sociedade local e de países vizinhos, dos quais tem-se atendido inúmeros pacientes. Isso porque o Estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia.

PATRIMÔNIO, ORIGEM E DESTINO

Ao afirmarmos que a Santa Casa de Campo Grande é patrimônio de Mato Grosso do Sul, não exageramos na retórica ou licença poética.

O significado contemporâneo da palavra “patrimônio” envolve: memória, história, territorialidade, noção de pertencimento comunitário, culminando com o reconhecimento tácito e expresso do seu valor como bem material, imaterial, cultural.

A Associação Beneficente de Campo Grande, a Santa Casa, em Mato Grosso do Sul, corresponde a todas estas características, conforme se verifica na construção da linha do tempo de sua história secular, no contexto da história da cidade e do estado.

Campo Grande faz jus ao nome e desde a sua origem vem comprovando, por meio de fatos e seus protagonistas, que nasceu para ser grande e é campo fértil para concentrar e irradiar oportunidades.

Do início do século XX e na primeira década de existência do projeto da Santa Casa, 1917-1927, a cronologia histórica ratifica nossa afirmação, pois, mesmo antes de ser elevada à categoria de cidade (1918), a Vila de Campo Grande, mediterrânea e afastada dos grandes centros e até da capital do estado do então Mato Grosso, por meio de pioneiros com visão de futuro, investiu em projetos avançados, alguns superiores aos semelhantes em cidades desenvolvidas e até na capital do país, Rio de Janeiro.

Certamente, a vocação cosmopolita de Campo Grande, que por destino fez do seu tecido social uma babel de povos estrangeiros e de brasileiros de vários rincões, muito contribuiu para o sucesso destes empreendimentos públicos e particulares que se consolidaram no tempo e subsidiaram os seus sucessores até a atualidade.

Assim, segundo Rosário Congro, o intendente que ocupou a administração municipal nos anos de 1918 e 1919, Campo Grande, que possuía uma população urbana de cerca de 5.000 pessoas, com o decisivo apoio dos militares, encampou um projeto de arruamento até os dias de hoje preservado, com largas avenidas também muito superiores às das grandes metrópoles, projeto este iniciado em 1909 (CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*, p. 39).

Nos anos 20 e 30, prefeitos precursores dos atuais ambientalistas, Arlindo de Andrade e Eduardo Olympio Machado, arborizaram as principais vias da cidade. Em 1911 instala-se a Comarca de Campo Grande, completando a elevada categoria de jurisdição ao então município. Em 1912 surge a primeira escola, o Instituto Pestalozzi, permitindo aos filhos de seus moradores a oportunidade de receberem educação formal.

Dois cinemas passam a funcionar, o Cine Ideal (1912) e o Guarany (1920), trazendo o lazer para uma região tão distante dos grandes centros urbanos. Em

1914, o trem chega à cidade, um outro investimento gerando a construção da estrada de ferro da NOB, iniciada em 1903, que a partir de Campo Grande revolucionou o carente e praticamente inexistente sistema de transportes, na época, no sul do Estado de Mato Grosso, sem rodovias e sem transporte aéreo comercial, servido apenas até Porto Esperança de transporte fluvial desde Corumbá. A ligação férrea, tornada possível com São Paulo, a partir de Campo Grande, gerou desenvolvimento e a interligação do sul do estado com o Brasil litorâneo, especialmente com o Rio de Janeiro, então sede do poder federal.

Em 1918, a cidade passa a ter telefone e luz elétrica, demonstrando a tenacidade e capacidade empreendedora da gente que habitou os primórdios de Campo Grande.

Em 1926 é criada a Associação Comercial de Campo Grande, incrementando a vida dos primeiros comerciantes que interiorizaram bens de consumo de todas as qualidades e dando representatividade como instituição a esse importante segmento social (Rubens Moraes da Costa Marques. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, p. 228-229).

A opção do Exército por transferir para Campo Grande o seu serviço de saúde sediado em Corumbá, com a inauguração do Hospital-Geral em 1924, hoje Hospital de Área do Comando Militar do Oeste, foi outro investimento que, aliado à implementação da circunscrição militar em 1922, dotou a cidade de importância cívica com a presença de oficiais e do corpo de saúde do Exército, que, muito contribuíram para o desenvolvimento local.

Durante a epidemia da gripe espanhola em 1918, o médico militar Dr. Júlio Mário de Castro Pinto, futuro primeiro diretor do Hospital-Geral, foi condecorado pelo intendente Rosário Congro, como: “Médico Sacerdote dos enfermos”, pelos serviços prestados à população civil, quando a cidade sem nenhum hospital, num esforço solidário de toda a comunidade, abrigava os enfermos em pensões, escolas e residências. Alguns dos poucos médicos existentes também estavam contaminados, e isso diminuía o pequeno grupo de operadores da saúde pública.

É também de 1925 o privilégio de ouvir notícias via rádio em Campo Grande, três anos após a inauguração das transmissões radiofônicas nacionais, no Rio de Janeiro (1922) (*Rádio – A Voz da História Sul-Mato-Grossense*, p. 14).

Data ainda do início do século XX, anterior à criação da Base Aérea, a iniciativa dos fazendeiros em adquirir suas primeiras aeronaves para ter acesso a suas propriedades rurais, em razão da inexistência de rodovias (1928) (*Decolando daqui... História da Aviação Civil Sul-Mato-Grossense*, p. 19).

Enfim, é nesta esteira de investimentos, com arrojados empreendimentos, que cidadãos com visão de futuro, aderindo a um projeto oriundo de Portugal, à época do descobrimento do Brasil, exitoso por séculos, fizeram germinar a semente lançada por Eduardo dos Santos Pereira, Bernardo Franco Baís e Victor M. Pace, os quais idealizaram em 1917 o projeto inicial da Sociedade Beneficente de Campo Grande, mantenedora da Santa Casa de Misericórdia.

Provavelmente, por influência de Eduardo dos Santos Pereira, português, o projeto lusitano das Santas Casas, uma criação da rainha D. Leonor (1498), é replicado na cidade, quando no Brasil já existiam cerca de dez Santas Casas, pioneiras em estados do Leste, do Norte, Sul e Nordeste (1539-1792); no Centro-Oeste, a de Cuiabá (1815) antecede a de Campo Grande, e a de Goiânia é de 1936.

A população local foi extremamente receptiva, conforme se comprova do vultoso valor arrecadado, 27 mil contos de reis, pela comissão formada para este fim, composta dos cidadãos: Augusto Silva, Otávio José de Melo, Bernardo Franco Baís, João Vidal, Enoch Vieira de Almeida, Benjamin Corrêa da Costa e Euzébio Teixeira (*Campo Grande – 100 Anos de Construção*. Olney Cardoso Galvão, p. 259).

Segundo Heitor Rodrigues Freire, em artigo intitulado “100 anos”, no jornal *O Estado de MS*, de 9/2/2017, desses recursos em 1920 foi adquirido, por 10 mil contos de reis, um terreno com 60 mil metros quadrados nos altos das ruas Rui Barbosa e 13 de Maio.

Diga-se que a própria intendência, sob a liderança de Rosário Congro, chegou a doar, em 1919, um outro terreno, cuja localização próxima do Campo de Marte, entre as ruas Dom Aquino e Barão do Rio Branco, foi descartada em razão de a preferida ser mais vantajosa, principalmente em termos ambientais e das possibilidades de expansão. Vantagens estas citadas pelo Dr. Hélio Mandetta, no livro *A Medicina que Vivi* (p. 126), de sua autoria, que transcrevemos: “A contaminação de outros pacientes não ocorria, ou melhor, era rara. Hoje acredito que uma das causas era o isolamento que o próprio hospital vivia, cercado de verde, com aquele ar puro, sem as partículas destruidoras dos subprodutos químicos de máquinas, veículos motorizados, etc. O ar puro, se assim podemos chamar, certamente estava a nossa volta, oriundo das nossas matas virgens, trazido pela brisa suave das nossas tardes”.

O lançamento da pedra fundamental do prédio da primeira Santa Casa data de 1919. Em 1928 o hospital é inaugurado, inicialmente com 40 leitos, “para o exercício da caridade e hospitalização dos enfermos” (*Campo Grande – 100 Anos de Construção*, Olney Cardoso Galvão, p. 259).

Assim inicia-se o trabalho da Santa Casa, que com um século de existência muito mais tem a comemorar que a lamentar. Importa registrar que a ABCG-Santa Casa é parceira do Poder Público, desde os primórdios quando Fernando Novais era o prefeito de Campo Grande, ao tempo de sua criação. Este e os demais prefeitos, muitos dos quais médicos da própria Santa Casa, puderam contar com a existência do hospital para o atendimento da população, numa época em que não existiam postos de saúde ou outros equipamentos de saúde no município.

É impossível, mesmo sem fazer juízo de valor, negar que em dez décadas não tenham ocorrido equívocos de gestão e erros administrativos. Já diz o ditado popular que “só não erra quem nada faz”. Todos os voluntários que ao longo de um século se dispuseram a compor sua direção agiram com idealismo e boa-fé. Não há, em sua história, casos de dolo ou corrupção, enquanto sob sua administração direta.

Portanto, as crises recorrentes em instituições de natureza beneficente, onde os recursos humanos e materiais quase sempre são insuficientes para o atendimento eficaz da demanda, não geraram derrotas, mas, sim, superação de desafios, com apoio da comunidade consciente, na defesa deste patrimônio material, imaterial e cultural que é a Santa Casa de Campo Grande (ABCG), no contexto do Estado de Mato Grosso do Sul.

PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA, DESAFIOS E CONQUISTAS

Campo Grande nasceu republicana e, até a primeira metade do século XX, seus principais líderes civis e militares foram fortemente influenciados pelas visões filosóficas do positivismo de Augusto Comte e da Maçonaria. Em 1921 foi criada a primeira loja maçônica na cidade, a Loja Oriente Maracaju nº 1, que teve Joaquim Cesar como seu primeiro Venerável Mestre, também um dos fundadores da Santa Casa. Era a cultura dominante da época, vinda da Europa, e o francês, a língua internacional, incluindo grande parte da literatura médica.

Apesar de provinciana e isolada no centro-oeste do Brasil, graças aos imigrantes estrangeiros e de outros estados que aqui se radicaram, essas influências culturais chegavam até o sul do estado, então Mato Grosso uno. Não raro, os próprios filhos da terra iam fazer seus estudos acadêmicos na Europa, como ocorreu com o médico Vespasiano Barbosa Martins, com pós-graduação na Alemanha. A resultante dessas influências é que tanto o saber quanto a solidariedade são valores constantes a todos aqueles que lideraram a Associação Beneficente,

mantenedora da Santa Casa. Líderes reconhecidos na comunidade, ora por seu saber acadêmico, ora pela intuição e pelo trabalho que caracterizam a universidade da vida, estes valorosos homens, politicamente republicanos, aliaram aos seus dotes pessoais um espírito cívico incomum, traduzido pela solidariedade e capacidade de servir, voluntariamente, à causa da saúde pública local, dispondo-se a apoiar com sua visão e experiência pessoal o projeto da Santa Casa e ganhando liderados e outros adeptos.

Pela relação daqueles que exerceram a Presidência da Associação Beneficente, constatamos que os voluntários vieram de profissões e saberes variados, demonstração cabal de que a sociedade operante da cidade reconhecia a necessidade e a importância do projeto Santa Casa, e estava disposta a não medir esforços para que a instituição se consolidasse e atingisse ao longo do tempo seus objetivos.

Da relação, podemos verificar: médicos, advogados, empresários, militares, engenheiros, arquitetos, produtores rurais, cartorários, dentistas, todos irmanados pelo espírito cívico traduzido em solidariedade e serviço voluntário.

Nada melhor do que obter o depoimento de alguns para ratificar as suas nobres motivações. Não sem antes assinalar a pioneira presença feminina, nas pessoas da Sra. Blanche dos Santos Pereira, constante da relação dos primeiros associados e, posteriormente, ocupando cargos na administração, como diretora de mês (1934), e de dona Thomázia Leite Rondon, que figura como primeira vice-presidente do Conselho Administrativo nos anos de 1928 e 1929. Exemplos notáveis de conquistas individuais da total cidadania feminina, quando a mulher no país, segundo a legislação, não gozava de plena capacidade de direitos, e só em 1932 adquiria o direito de votar. A Sra. Blanche, francesa de nascimento, era esposa de Eduardo dos Santos Pereira, que fazia, com seu ato de filiação como associada, uma demonstração explícita de que utilizaria todo o seu potencial pessoal e social em prol do projeto da Santa Casa. Dona Thomázia Leite Rondon, viúva, um exemplo das muitas matriarcas rurais que povoam a nossa história regional. Quando viúvas, estas senhoras assumiam a administração do patrimônio familiar e a educação de numerosa prole. Acabavam ganhando o respeito e a admiração da comunidade e se tornavam cidadãs influentes, formadoras de opinião, antecipando-se em décadas às conquistas da emancipação feminina. Dona Thomázia, por exemplo, não só administrava e treinava os seus descendentes para manter vultoso patrimônio rural, como foi paradigma de religiosa, devota de Santo Antônio, praticando o evangelho literalmente ao socorrer carentes, doentes e desvalidos. Seu perfil é traçado pelo escritor Paulo Coelho Machado, na obra *Pelas Ruas de Campo Grande* (p. 317, da 2ª edição).

É importante destacar a devoção e plena dedicação do 1º secretário Victor M. Pace, que exerceu esta função no Conselho Administrativo, de 1925 até 1963, envolvido com o projeto Santa Casa, desde 1917, compondo o trio dos pioneiros com Eduardo dos Santos Pereira e Bernardo Franco Baís. A Primeira-Secretaria sempre foi um cargo estratégico, pois sua principal função é o registro em ata de toda a vida útil da instituição, função hoje bastante facilitada graças ao apoio dos equipamentos eletrônicos e dos subalternos recursos humanos de escritório, com capacitação técnica. Mas, no período em que Victor M. Pace incorporou o secretariado da Santa Casa a sua vida pessoal como comerciante, todo o exercício de seu trabalho era exclusivamente fruto de sua própria atuação. Até mesmo a hoje corriqueira fotocópia, para reprodução de um documento, só surgiu como inovação tecnológica a partir de 1963, quando o 1º Secretário da Santa Casa passou a compor o Conselho Fiscal (1964). Sem dúvida, não exageramos quando, além da solidariedade e do saber, creditamos a estes dedicados voluntários mais um notável componente às suas motivações: paixão pelo projeto da Santa Casa que ajudaram a erguer em Campo Grande.

Seus depoimentos são testemunhos vivos de uma história em que não faltaram enormes desafios e maiores ainda conquistas. O Dr. Arthur D'Ávila Filho, uma legenda da história da Santa Casa, viveu e venceu momentos difíceis, cujos relatos transcrevemos pelas palavras do próprio, extraídas da publicação de sua autoria, sobre a instituição (p. 13-14), finalizando com dois relatos recentes do então presidente Elias Gazal Dib e do atual presidente da Santa Casa sobre o período da intervenção do Poder Público nos destinos da Santa Casa (2005-2013).

O relato do Dr. Arthur D'Ávila Filho sobre a cronologia histórica da Santa Casa refere-se a uma fase difícil, após “fases áureas, mas todas de muito trabalho e abnegação, infelizmente seguidas de um período, de 1972-1973, de descuidos e anarquia financeira. Dest’arte, o ano de 1973 encerra-se com a Santa Casa ameaçada de ter no seu comando o mesmo grupo que se desviou dos objetivos da entidade. O hospital sem laboratório de análise, com uma velha geladeira Frigidaire como banco de sangue, pavilhões necessitando de urgentes reformas internas, um centro de hidratação infantil ocupando o pavilhão pioneiro de 50 anos de uso, com o forro podre, sórdidas instalações e um alarmante índice de óbitos, uma caixa d’água elevada de 50 mil litros fortemente inclinada e ameaçando tombar sobre um pavilhão. Alheia a essa vergonhosa realidade, a diretoria cuidava de um absurdo projeto imobiliário com uma firma que construiria na grande área anexa, onde se situa o atual hospital, uma torre de dez andares de consultórios para serem vendidos aos médicos, além de vários blocos de apar-

tamentos de dois pisos sobre pilotis para serem vendidos. Semelhante projeto criminoso mereceu coquetel de lançamento, distribuição de folders, sendo que essas despesas, somadas ao custo dos projetos da construção, deixaram pendentes. Por discordarem dos rumos adotados pela então diretoria da sociedade e para contrapor a uma chapa já lançada e comprometida com a concretização desse plano, diretores e associados liderados pelos Dr. Coriolano Ferraz Baís, Hélio Baís Martins, Nerone Maiolino, Alfredo Saad, Jorge Rahe, entre outros, e estimulados fortemente pela inesquecível irmã diretora Maria José Machado, encabeçaram um movimento com nossa eleição para o período de fevereiro de 1974 a fevereiro de 1976. É triste recordar a repercussão das notícias até em manchetes que a imprensa vinculava de uma dívida tida como impagável e de apelos à paciência dos credores da Santa Casa. Entre surpresos e acossados pela pressão sobre nossa pessoa, sem nenhuma vinculação ou experiência de hospital, não tivemos opção, e nos vimos forçados a aceitar um mandato de dois anos para sanear financeiramente a sociedade”.

Mais adiante declara: “Seria longo relatar as medidas ali tomadas, e a consequência da obsessão de todos pelo trabalho de recuperação. Como primeira medida cuidamos de cancelar o contrato famigerado com a Planoeste da farra imobiliária, tão draconiano que dele só nos livramos graças ao trabalho voluntário de dois renomados causídicos: Dr. Heitor Medeiros e Dr. Wilson Barbosa Martins. O fato de nossa dedicação diária e integral, com visitas em altas horas da madrugada, percorrendo todas as instalações, cremos que foi motivo basilar da simpatia e do apoio entusiasta dos funcionários e a razão maior do milagre alcançado; eis que no balanço de 1974 não constava mais dívida e sim um expressivo superávit e maior ainda no balanço de 1975”.

Figura 4 – Fachada antiga (anos 1940)



Fonte: acervo do CHC Santa Casa de Campo Grande

DOADORES E VOLUNTÁRIOS

Seguindo na obra citada, apresentam-se outros fragmentos que revelam a trajetória da Santa Casa de Campo Grande.

A Santa Casa é o projeto da inicial Sociedade Beneficente de Campo Grande, posteriormente Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), uma instituição sem fins lucrativos, pertencente à categoria denominada terceiro setor, ou ainda 5º poder, nas sociedades organizadas. Sua manutenção básica vem da contribuição voluntária dos associados em espécie e ou serviços, bem como de doações, convênios e outras parcerias público-privadas. Ocorre que, no Brasil, o conceito sobre as instituições do terceiro setor ainda não é consensual. A começar pelo Poder Público que, ao legislar sobre o assunto, longe de por meio de suas políticas públicas apoiar institucionalmente e financeiramente, instruindo e colaborando para a consecução de seus objetivos, opta por agir coercitivamente, exageradamente exigindo, punindo e tributando, não considerando os serviços de utilidade pública que essas instituições se propõem a fazer, valendo-se de mão de obra voluntária, que age por motivações nobres, tais como: princípios religiosos, consciência cívica, solidariedade, generosidade. Esquecem os governantes de que o terceiro setor pode ser instrumento valioso para realizar ações que o Poder Público não tem perfil para cumprir, tampouco liberdade para agir, engessado em trâmites legais e burocráticos e sujeito a manipulações político-partidárias. Ao contrário, nos países civilizados, o terceiro setor conta com o explícito incentivo das autoridades constituídas e total credibilidade da sociedade. Instituições, como OEA (Organização dos Estados Americanos), Banco Mundial e outras, propiciam seminários para que doadores, pessoas físicas e jurídicas possam fazer parcerias com instituições do terceiro setor, apoiando-as em seus objetivos, institucionalmente e financeiramente no seu país ou no estrangeiro.

Lideranças empresariais, políticos, profissionais liberais, famílias socialmente conhecidas e formadoras de opinião destinam parte de suas fortunas para causas da saúde, pesquisas científicas e tecnológicas, educação, erradicação da pobreza e da fome em países subdesenvolvidos, entre outras carências. Seus feitos são promovidos e divulgados, conquistando novos adeptos, contagiando mentes e corações. Ainda não conquistamos esta mentalidade. Na nossa própria cidade, nem todos têm conhecimento da natureza jurídica da Santa Casa. Alguns pensam que seja um hospital público. Outros ainda desconhecem que uma instituição do terceiro setor não faz proselitismo político-partidário, nem religioso. Que os problemas financeiros ocorrem porque compromissos financeiros assu-

midos pelo Poder Público, para custear os serviços prestados pela Santa Casa para todo o estado, não só para Campo Grande, pois muitos municípios enviam seus enfermos em busca de recursos médicos para a capital, não são cumpridos e/ou não respeitam os prazos acordados, sendo ainda quase sempre inferiores aos preços do mercado. Portanto insuficientes para a cobertura do real custo dos serviços. É para a Santa Casa que converge toda uma população carente dos serviços que o SUS deveria prestar com eficácia. Campo Grande-MS, vale esclarecer, é a única cidade brasileira, capital de um estado, que não possui Pronto-Socorro Municipal. Mais uma vez é o espírito de solidariedade presente na Santa Casa que supre esta demanda crescente. E, como o setor de saúde pública no país é um desafio até então utópico, esta demanda crescente é sempre desproporcional aos recursos humanos e financeiros disponíveis. Zerar este déficit é, ou deveria ser, um alvo nacional. Felizmente, durante toda a sua história, a Santa Casa vem contando com doadores e voluntários, pessoas físicas e grupos solidários, que por motivações várias têm sido fundamentais para a manutenção de suas atividades. Neste elenco, histórias comoventes como a do carroceiro “Zé Bonito”, que durante quatro anos abriu mão de parte do que auferia dos serviços de frete com sua carroça, ofício que exercia para subsistência pessoal e de sua família, para transportar material de construção, quando da obra do primeiro prédio da Santa Casa. O presidente Arthur D’Ávila Filho eternizou esta doação tão significativa outorgando ao auditório da Santa Casa o nome deste doador de merecida memória (p. 8, obra citada). Outros doadores individuais são citados pelo Dr. Arthur D’Ávila Filho, como: Laucídio Coelho, que doou os recursos para a construção do pavilhão da Maternidade; Naim Dibo, que viabilizou o pavilhão para a Pediatria; e ainda Elisberio Barbosa, um outro pavilhão para o isolamento (p. 13). Examinando atas lavradas dos primórdios, encontramos desde 1931 doações de instituições, como: Colônia Portuguesa, Colônia Japonesa, Colônia Paraguaia, “rifa de uma pepita de ouro e um par de jarras (ata nº 80 – de 12/4/1931) que rendeu alguns contos de reis”; colaboração da Loja Maçônica Oriente Maracaju, desde 1925. Mas é necessário destacar o trabalho incansável das irmãs de caridade da missão salesiana, que desde o início do funcionamento do hospital (1928) assumiram praticamente toda a logística de enfermagem, já que à época não havia capacitação técnica, muito menos acadêmica, para tais funções, bem como a parte de hotelaria, envolvendo administração doméstica de cozinha, lavanderia, higiene e limpeza, almoxarifado e outros. Formavam as irmãs da Congregação Nossa Senhora Auxiliadora um tripé, com a Direção Administrativa e o corpo clínico integrado pelos médicos. No livro comemorativo

do cinquentenário da missão salesiana em Mato Grosso e Goiás (1894 –18 de junho de 1944), verifica-se que o foco dos salesianos foram investimentos no setor de educação e saúde. Lá entre as frentes de trabalho das filhas de Maria Auxiliadora em Campo Grande constam:

- Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926);
- Oratório Festivo;
- Santa Casa;
- Hospital Militar.

Acresce ainda que assumiam, por sua devoção religiosa, as atividades pioneiras de capelania hospitalar, confortando pacientes e seus familiares. Longe de serem carolas, as irmãs eram práticas, algumas desenvolvendo notável espírito de liderança, e conquistavam a todos: direção, médicos, pacientes e suas famílias, pelo seu notável, dedicado e incansável espírito de serviço. O Dr. João Pereira da Rosa, no livro de sua autoria *Da Casa de Taípa à Universidade – Memórias de Um Médico*, relata de forma bem-humorada o perfil da irmã Santina, uma entre cerca de uma centena, que de 1928 até janeiro de 1981 prestaram seus múltiplos serviços à Santa Casa de Campo Grande, segundo relação fornecida pelo acervo do hospital. “As irmãs salesianas faziam de tudo nas Santas Casas: eram enfermeiras, provedoras, nutricionistas, etc., estivessem lotadas em Campo Grande, Cuiabá, Corumbá, Ponta Porã ou Três Lagoas. A responsável pelo centro cirúrgico da Santa Casa de Campo Grande era a irmã Santina, nascida em Udine, Itália. Atendia as duas salas de operações, separadas pela sala de esterilização do material cirúrgico e de todo o material esterilizado do hospital. A irmã Santina contava com as ‘atendentes de enfermagem’, moças cujos pais deixavam na Santa Casa para trabalhar e aprender uma profissão. Irmã Santina comandava as duas salas: sala A, mais aparelhada, foco de luz melhor, e sala B, mais modesta, usada para cirurgias de menor porte. Tudo regularmente funcionando, irmã Santina pegava suas agulhas de tricô, encostava-se na mesa com material não esterilizado da sala A e começava a tricotar. Volta e meia dava uma olhada no campo cirúrgico. Se fosse uma apendicectomia e estivesse demorando um pouco mais do que o tempo normalmente gasto, ela perguntava: ‘É retrocecal?’. E o cirurgião respondia: ‘Não senhora’. E ela completava: ‘É salta caroço? Por que está demorando?’. Nesta altura do diálogo o cirurgião se calava. Irmã Santina tinha pressa porque havia outras cirurgias cujos pacientes já haviam tomado a medicação pré-anestésica. Se cirurgião e auxiliar entabulassem uma conversa, irmã Santina ficava ligada sem abandonar seu tricô, às vezes entrava na conversa e até fazia recomendações ao médico-cirurgião sobre o pós-operatório do paciente e dizia: ‘Acho

conveniente colocar uma sonda gástrica, pois foi muito tempo de cirurgia’. Se de mais idade, recomendava ao anestesista para voltar no início da tarde e fazer o paciente tossir, e acrescentava: ‘Além de fumante é idoso’ – e reforçava sua preocupação: ‘Velho é velho e tudo funciona mal’. Irmã Santina acompanhava a involução dos casos cirúrgicos, policiava os médicos e volta e meia dizia: ‘Quando o paciente tinha distensão abdominal no pós-operatório, os senhores não me escutaram’”. Algumas irmãs chegaram a participar da Diretoria Administrativa, como irmã Maria Rossato (1976-1981), quando se encerrou a era das irmãs de caridade, que prestaram inestimáveis serviços aos primeiros hospitais no país.

Atualmente, a Santa Casa de Campo Grande reúne 5.801 profissionais em seu complexo hospitalar, garantindo atendimento como referência exclusiva para diversas especialidades da alta complexidade no estado de Mato Grosso do Sul.

O Centro Histórico e Cultural da Santa Casa de Campo Grande foi criado há pouco tempo, em 2019, inspirado no CHC da Santa Casa de Porto Alegre, do qual teve total apoio no desenvolvimento do projeto e implantação. Localizado no antigo prédio onde abrigou por muitos anos a Psiquiatria do hospital, o CHC reúne objetos e documentos de arquivo que resgatam períodos importantes dos mais de cem anos de fundação do Hospital Santa Casa. E o trabalho de resgate dessa memória não para, pois permanece em busca de novos fragmentos que ajudem a contar essa história. O projeto prevê, em breve, que o CHC se torne um memorial que possa trazer ao conhecimento da população sul-mato-grossense, além de muitas lembranças, a rica história do maior e mais bem equipado hospital do centro-oeste do Brasil.

Figura 5 – Fachada da Santa Casa (2021)



Fonte: ASCOM Santa Casa de Campo Grande

REFERÊNCIA

CASTRO PINTO, Vera Tylde. *Santa Casa*: patrimônio de Mato Grosso do Sul (1917-2017). Presidente Prudente: Life Editora, 2017, p. 9-14, p. 17-22, p. 33-38.



Capítulo 8

A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO SANTO DA IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS EM FLORIANÓPOLIS/SC (1852)

André Luís da Silva¹

A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, instituída em 1º de janeiro de 1765, sob os preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana, deve zelar, cultivar e propagar a devoção ao seu padroeiro, o Senhor dos Passos. Essa bicentenária instituição é regida através de um estatuto interno, denominado Compromisso, no qual estão garantidos os direitos e deveres dos membros da Irmandade, sejam eles vivos ou mortos. Entre tais direitos e deveres, cabe à Irmandade zelar também pelos mortos e pela guarda dos restos mortais dos seus membros. Esse direito de garantir sepultura cristã em solo sagrado possibilitou a construção do Campo Santo da Irmandade, em 1852, e as práticas de sepultamento realizadas até aquele momento, através da legislação municipal de Desterro, na primeira metade do século XIX.

É antiga a tradição humana de sepultar os seus entes em local especialmente escolhido, considerado solo sagrado para um grupo ou sociedade; nesses locais são depositados os restos mortais, sepulturas das mais simples às mais ornamentadas, onde são prestadas homenagens póstumas e realizadas visitas ao túmulo.

¹ Responsável pelo Centro de Memória Prof. Henrique da Silva Fontes (ISJP e IHC); Florianópolis/SC - Brasil.

Nas sociedades mais simples e primitivas ou nas sociedades mais complexas e desenvolvidas, o culto aos antepassados é uma prática comum que envolve rituais religiosos transmitidos de geração a geração ao longo do tempo.

A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, ao garantir uma sepultura digna em Campo Santo próprio aos Irmãos e Irmãs, cumpria com os sacramentos cristãos, oferecendo o culto específico aos mortos: missas de corpo presente pelo 7º dia de falecimento, pelo 30º dia de falecimento e por um ano de falecimento, elevando orações e intenções pelos mortos, e prestando as devidas honrarias e homenagens pela sua memória. Tais práticas já estavam previstas no primeiro compromisso oficial aprovado e publicado pelo presidente da Província de Santa Catarina em 1840.

Antes da construção do Campo Santo da Irmandade para sepultamento dos seus membros, o costume em Desterro, e em outras regiões do Brasil, era o desejo e a procura por um espaço para sepultamento no interior das capelas, denominado sepultamento intramuros, ou da “boa morte”, pelo fato de o falecido ficar próximo dos seus santos ou santas de devoção. Tal prática atingia indistintamente todos os níveis sociais; para isso, homens e mulheres buscavam participar ou ingressar numa irmandade ou confraria religiosa. Esse hábito era quase uma obrigação social para garantir um espaço sagrado no interior dos templos religiosos.

Muitos procuravam o ingresso numa confraria ou irmandade quase à última hora, nos últimos instantes de vida. Para a sociedade da época, “rico ou pobre, ninguém admitia outra forma de ser enterrado, e muita gente que nunca havia cuidado, talvez, nem mesmo de cumprir os dez mandamentos, na hora da morte, sentindo os passos próximos, cuidava de entrar para uma irmandade ou confraria qualquer, a fim de ter um enterro em lugar apropriado” (CABRAL, 1979).

O crescimento da população de Desterro também provocou o aumento do número de óbitos. Assim, as igrejas já não eram mais suficientes para acolher tantos defuntos. Foi necessário aumentar a área para sepultamentos. O adro das igrejas foi a primeira alternativa, pois os sepultamentos ainda ficariam próximos aos templos religiosos, mas serviriam principalmente aos mais humildes e remediados (CABRAL, 1979).

A Igreja Matriz e depois a própria Capela do Menino Deus tornaram-se referências para os sepultamentos dos primeiros imigrantes açorianos no período colonial, que chegaram a Desterro a partir do ano de 1748, e aos membros de confrarias e irmandades (CABRAL, 1979).

No início do século XIX, um novo paradigma no modo de sepultar chegava ao Brasil: os sepultamentos extramuros. Ou seja, os cadáveres eram sepultados

fora dos templos religiosos, como igrejas e capelas. Os sepultamentos intramuros representavam um risco à saúde pública, transmitindo doenças através dos gases deletérios ou miasmas da decomposição dos corpos e um desagradável odor fedido que se espalhava pelo ambiente. O espaço sagrado passou a ser dividido, separado entre os vivos e os mortos: templo para uns, cemitério para outros.

“As prováveis nuances locais e regionais se acoplaram a uma pauta fúnebre bastante uniforme e de conhecimento bastante generalizado. As normas e rituais eram regidas por uma clara legislação eclesiástica, consolidada em 1707 nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, primeiro código de regulamentação eclesiástica específico da Colônia, e difundido por inúmeros manuais de ‘bem morrer’ escritos em Portugal nos séculos XVII e XVIII” (CYMBALISTA, 2001).

O discurso médico científico avançou no Brasil urbano sobre o século XIX, muito influenciado pela ciência, questionando hábitos e costumes da população, colocando-os em cheque. A partir da década de 1830, os médicos e cientistas buscavam respostas racionais e lógicas para suas dúvidas e questionamentos dos modos de sepultamentos, tentando separar o mundo dos vivos do mundo dos mortos. Nesse processo, os ritos religiosos e fúnebres também eram questionados pelos médicos (CYMBALISTA, 2001).

Com a criação das Câmaras Municipais no Brasil, a partir de 1828, o legislativo, as instituições religiosas, a medicina e a população deparam-se com o novo discurso médico, que se contrapõe à tradição religiosa e aos hábitos tradicionais de sepultar (CYMBALISTA, 2001).

Em Desterro, na década de 1830, também chegou o debate científico, urbano e social, buscando adequar-se às tendências modernas vindas da Europa. A ocupação e a organização dos espaços públicos e privados ganharam destaque na sociedade, na política e no legislativo.

Em 31 de maio de 1836, a Câmara Municipal de Desterro, preocupada com a ocupação e organização dos espaços urbanos, e com as melhorias dos serviços prestados à comunidade, promulga a Lei nº 39, que trata da desapropriação de terrenos particulares que sirvam para o “uso ou emprego público”. No Artigo 1º, parágrafo 2º, a lei prevê a desapropriação de terrenos para o uso ou emprego de “cemitérios e casas de instituição de caridade”.

A Lei nº 39 possui ainda os artigos de nº 2 ao nº 14, que tratam dos modos de desapropriação e indenização dos terrenos. Dessa forma, já se pode identificar a preocupação dos poderes executivo e legislativo na melhoria das condições

urbanas; inclusive nos serviços de sepultamento, com áreas destinadas aos cemitérios, pois o interior das igrejas e seus arredores (adros) não suportavam mais enterramentos.

Em seguida, no mesmo ano, a municipalidade promulga a Lei nº 42, em 1º de junho de 1836, que trata de três posturas da “Câmara Municipal da Cidade do Desterro, aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial, pela resolução da data destas”. O 1º parágrafo trata dos dobles dos sinos realizados por seus responsáveis nas igrejas do município ou fora dele, quando do falecimento de qualquer munícipe –homem, mulher ou criança de ambos os sexos–, estabelecendo multa pelo sinal excedente para cada caso estipulado.

No início da década de 1840, os representantes da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Desterro instituíram o primeiro cemitério público da vila, através da Lei nº 137, de 22 de abril de 1840. O terreno escolhido pertencia a José Vieira de Castro, nos altos do Morro do Vieira, como era conhecido, próximo ao Estreito, região onde está a menor distância entre o continente e a ilha. A propriedade de Vieira de Castro foi desapropriada para a instalação do cemitério público.

Atualmente, no terreno do antigo cemitério público de Desterro (1841), está o Parque da Luz, e ligando a ilha ao continente, no estreito, situa-se a Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 13 de maio de 1926. O cemitério público que ali havia foi transferido para o bairro Itacorobi, considerado distante do local original e do centro urbano de Desterro. Isso ocorreu quando se iniciaram as obras da construção da Ponte Hercílio Luz.

A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, como as demais irmandades existentes em Desterro, recebeu uma área, ou seja, uma quadra para realizar o sepultamento dos membros da instituição ou dos enfermos falecidos no Imperial Hospital de Caridade. O cemitério público inaugurado em Desterro, em 1841, era regulamentado pelo Código de Posturas da cidade e atendia às novas concepções científicas sobre sepultamentos, considerando aspectos de saúde, higiene e sanitário.

O Código de Posturas havia proibido os enterros no interior dos templos (intramuros) ou no adro dos mesmos (extramuros). Assim, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e o Imperial Hospital de Caridade também tiveram de se adequar à nova legislação, suspendendo os sepultamentos no interior da Capela do Menino Deus e no seu adro. Porém, o transporte dos corpos dos falecidos no Imperial Hospital de Caridade para o cemitério público foi se tornando um transtorno à comunidade pela distância entre o Morro da Boa Vista, onde se

encontra o hospital, e o Morro do Vieira, onde estava localizado o cemitério público, ou seja, geograficamente de lados opostos da região central de Desterro.

A passagem do cortejo fúnebre pelo centro da cidade, levando o esquife para o sepultamento no cemitério público, causava desconforto aos habitantes de Desterro, pois o féretro paralisava o centro da cidade e os sinos das igrejas tocavam os dobres, anunciando a passagem do cortejo e homenageando o falecido.

Diante disso, a Mesa Administrativa da Irmandade, reunida em 27 de fevereiro de 1842, deliberava sobre a dificuldade do transporte dos corpos dos falecidos para o cemitério público da cidade, resolvendo solicitar à Assembleia Provincial o direito de construir um cemitério particular para inumação dos cadáveres de Irmãos e dos enfermos falecidos no Hospital de Caridade. Tal decisão foi registrada no Termo de Deliberação, de 27 de fevereiro de 1842, do Livro de Registro de Atas (1815-1854).

Ainda em 1842, através da Lei nº 165, de 22 de março, o presidente da Província permitiu, através de carta de privilégio exclusivo, a exploração dos serviços de carros fúnebres de aluguel, por até 10 anos, “para o indivíduo, companhia ou corporação religiosa” que apresentarem condições suficientes para explorá-los. Para isso, não era necessário realizar nenhum tipo de pagamento aos cofres públicos, conforme o 2º artigo da lei. Porém, o artigo 3º, da Lei nº 165, garantia o direito à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos: “[...] poderá ter os carros, que necessitar, para condução dos cadáveres das pessoas que falecerem no Hospital de Caridade”.

A partir de 1843, foi proibido o costume de sepultar os cadáveres no interior e ao redor dos templos da cidade, mas aos poucos foi se verificando a inconveniência da escolha do local para o cemitério, já que não só apresentava um visual depreciativo, como também impedia a expansão urbana (VEIGA, 2008).

Dois anos depois, em 22 de março de 1844, foi promulgada a Lei nº 188. Em seu artigo único, estabelecia que a cidade de Desterro concedia ao Hospital de Caridade o direito exclusivo de construir um cemitério para a inumação dos cadáveres falecidos no nosocômio, com uma distância mínima de 20 braças (medida que corresponde a 2,20 metros cada braça), ou seja, perfazendo um total de 44 metros de distância do nosocômio. Mas esse cemitério receberia apenas os indigentes falecidos no Hospital de Caridade, e não os membros da Irmandade.

Em maio de 1845, foi aprovado o novo Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro, que, em seu Artigo Único, estabelecia: “Fica aprovado o Código de Posturas abaixo transcrito, proposto pela Câmara Municipal da Cidade do Desterro, assinado pelo Presidente, e primeiro Secretário da Assembleia”.

O capítulo segundo, da Saúde Pública, no artigo 9º, tratava da transladação de corpos de falecidos em caixões fechados, quando fosse declarado por pessoa habilitada que a causa da morte havia sido provocada por doença contagiosa. Também ficou proibido o uso dos esquifes das irmandades, substituídos por caixões fechados, sendo estabelecida multa para quem descumprisse a lei.

Também o artigo 9º, do Código de Posturas de maio de 1845, previa que o Hospital de Caridade deveria possuir um ou dois caixões fechados para o transporte e sepultamento dos cadáveres. O uso dos esquifes das irmandades foi proibido pelas autoridades municipais.

Tais leis e códigos de posturas buscavam, paulatinamente, organizar e criar regras básicas para os sepultamentos, que saíam do interior das igrejas e capelas no momento que surgiam os primeiros cemitérios, ora públicos, ora privados. Mas os novos conceitos de saúde e higiene possuíam ainda alguma resistência da população acostumada com ritos religiosos tradicionais até então. Em Desterro, ainda durante meados do século XIX, a prática dos sepultamentos intramuros era ainda uma realidade.

A sociedade já revelava e denunciava a preocupação com os sepultamentos no interior das igrejas e capelas, visto serem considerados ultrapassados diante do exemplo das civilizações mais desenvolvidas—as europeias, como Inglaterra e França, modelos e principais referências comportamentais para a sociedade brasileira.

Mesmo assim, passados 10 anos, no início da década de 1850, com o aumento dos falecidos e dos cortejos provenientes da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos ou do Imperial Hospital de Caridade, as reclamações e reivindicações populares aumentaram contra o trânsito dos cortejos fúnebres pelas ruas centrais da capital. Então, para solucionar o problema, a municipalidade concedeu à Irmandade do Senhor dos Passos e ao Imperial Hospital de Caridade a permissão para construir um cemitério, através da Lei nº 346, de 1º de maio de 1852.

Nesse processo, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos obteve autorização para construir catacumbas ou jazigos para os Irmãos que falecerem “no cemitério do Imperial Hospital de Caridade”. A Lei de 1º de maio de 1852, nº 346, garantia tal privilégio: “É permitido à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, desta capital, construir no cemitério do Imperial Hospital de Caridade, catacumbas, ou jazigos para os corpos dos irmãos que falecerem”.

Essa lei possuía ainda mais quatro artigos: o 2º tratava da construção dos jazigos ou catacumbas; o 3º, da exploração do aluguel de carros fúnebres pela Irmandade durante vinte anos; o 4º assegurava ao presidente da Província o di-

reito de estipular o prazo do privilégio da irmandade, e estabelecer e fiscalizar as condições dos veículos utilizados para o transporte dos defuntos; o 5º e último revogava as disposições em contrário. Permitia a construção de catacumbas ou jazigos para Irmãos ou enfermos que falecessem no Imperial Hospital de Caridade. Estabelecia que as catacumbas deveriam ter medidas aproximadas de um quadrado perfeito e possuir paredes de, no mínimo, três palmos de espessura.

A Irmandade também recebeu a permissão da exploração por vinte anos, no mínimo, do aluguel de dois carros fúnebres para a condução dos corpos para o cemitério público ou do próprio, sendo “um de primeira ordem e outro inferior”, ou seja, o primeiro, para os mais abastados da sociedade e o segundo, para os humildes e carentes. Porém, tais medidas não foram suficientes para diminuir a insatisfação dos desterrados.

O “Termo da Mesa” (administrativa) registrada em reunião da Mesa Administrativa, no consistório da Irmandade, em 8 de agosto de 1852, com a presença do provedor Polidoro do Amaral e Silva, propôs à Mesa a construção de catacumbas para o sepultamento dos irmãos falecidos.

Para a construção do Campo Santo, a Irmandade convidou o Irmão, bacharel João de Souza Mello e Alvim, para desenvolver o projeto, que foi aprovado pela Mesa Administrativa em sessão de 25 de setembro de 1852. Sob a administração do provedor Polidoro do Amaral e Silva (1852-1853), foi executado o projeto; para tanto, foram utilizados recursos da própria Irmandade, além de esmolas doadas pelos Irmãos e pela comunidade em geral. O projeto contemplava a construção de 120 jazigos.

Desse modo, a Irmandade cumpria com o seu compromisso registrado oficialmente pela Lei nº 141, de 29 de abril de 1840, e assinada pelo presidente da Província Francisco José de Souza Soares d’Andrea. Estabelecia o direito e a obrigação de “dar sepultura aos irmãos falecidos”; garantia também ser o sepultamento acompanhado pelo provedor da Irmandade com a insígnia de prata no enterro do defunto e a realização de seis missas de corpo presente e pela memória do falecido. Cabia ao capelão da Irmandade ministrar os sacramentos religiosos, acompanhar o enfermo, dar a extrema-unção e encomendar o defunto no sepultamento.

Sobre a construção desse cemitério, autorizado em 1852, refere-se o artigo 1º: “É permitido à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos desta capital construir no cemitério do Imperial Hospital de Caridade, catacumbas ou jazigos”. Já havia “no cemitério” do hospital sepultamentos que serviam para os indigentes falecidos, junto ao nosocômio, permitidos pela Lei nº 188, de 2 de março de 1844.

O Cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, construído a partir do ano de 1852, completa 169 anos em 2021. Desde a sua inauguração, acolheu centenas de falecidos, membros da Irmandade (Irmãos ou Irmãs). Com o passar do tempo, tornou-se patrimônio histórico e cultural – material e imaterial –, testemunho da memória e evolução da própria instituição, de importantes membros da Irmandade que, entre muitos, também contribuíram para a edificação da história de Desterro, atual Florianópolis, e do Estado de Santa Catarina.

A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e o Imperial Hospital de Caridade adaptaram-se, paulatinamente, aos novos conceitos e às novas exigências legais (leis, decretos, códigos de postura, etc.) sobre as formas e modos de sepultar, nos últimos duzentos anos, especialmente de seus membros. Para isso, construiu o seu próprio Campo Santo, em 1852, cumprindo com suas prerrogativas religiosas, morais e estatutárias.

Esse trabalho destacou a construção do Campo Santo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, principalmente, através da legislação da época, que organizava e disciplinava as práticas de sepultamento em Desterro, nos meados do século XIX, com base nos novos conceitos da medicina, da urbanidade e da religiosidade.

CONCLUSÃO

O Campo Santo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Imperial Hospital de Caridade, instituído em 1852, é, primeiramente, o resultado do compromisso cristão de zelar pelos mortos, dando-lhes uma sepultura digna e cristã e oferecendo aos falecidos, especialmente aos membros da Irmandade, e, na época, aos pacientes do hospital, um local apropriado para inumação dos cadáveres.

Segundo, é fruto das novas concepções dos sepultamentos, ou seja, quando deixam de ser realizados no interior dos templos (intramuros) e passam a ser sepultamentos externos (extramuros). Conceitos baseados em questões médicas, higiênicas e sanitárias discutidas na Europa, em meados do século XVIII, e que chegaram ao Brasil, inclusive em Desterro, no início do século XIX.

Nesta pesquisa, registram-se as principais evoluções da história do Campo Santo, construído com recursos da própria Irmandade. A partir de 1924, o Campo Santo da Irmandade recebeu mais três novas ampliações, aumentando a sua capacidade de sepultamento dos 120 jazigos originais para 540 novos carneiros,

construídos entre os anos de 1924, 1967 e 1972, totalizando atualmente 660 carneiros.

O Campo Santo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos permanece ativo, recebendo apenas os sepultamentos dos membros da Irmandade, ou seja, Irmãos e Irmãs. Foram sepultadas nesse cemitério inúmeras personalidades da vida religiosa, social e política dos catarinenses, entre eles muitos Irmãos e Irmãs benfeitores da Irmandade e do hospital.

A história do Campo Santo contribui também para mostrar quais foram as principais transformações médicas científicas, políticas, legislativas, sociais e religiosas dos homens diante da morte, através de influências externas e locais, que modificaram o modo de sepultar os mortos nessa cidade e estado.

Assim, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e o Imperial Hospital de Caridade mantiveram a tradição dos sepultamentos cristãos e a memória dos falecidos sepultados em seu Campo Santo. Como preconizado em seu Compromisso oficial, registrado em 1840, a Irmandade segue conservando e zelando pelo espaço sagrado dos sepultados.

Em seus 169 anos, o Campo Santo abriga também a memória de importantes personalidades que construíram a história da própria instituição, de Florianópolis – antiga Desterro – e do estado de Santa Catarina. A Irmandade sempre buscou adequar-se aos novos conceitos e práticas de sepultamentos. Portanto, o Campo Santo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos mantém o compromisso cristão e institucional de zelar pelos mortos. Construído em 1852, com recursos da própria Irmandade, seguiu as novas práticas sobre os modos de enterramentos; questões debatidas pela medicina e ciência naquele momento. Retirou os sepultamentos do interior dos templos religiosos (*intramuros*), levando-os para fora, ao ar livre (*extramuros*), e criando locais próprios: as necrópoles. A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos (1º/01/1765) e o Imperial Hospital de Caridade (1º/01/1789) – duas instituições bicentenárias – continuam zelando por esse importante patrimônio histórico, material e imaterial, e pela alma e memória dos ali sepultados, realizando obras de conservação e restauração do seu consagrado Campo Santo.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Cristina Elisa. *Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis: uma obra construída com amor e altruísmo: 220 anos*. Blumenau: HB Editora, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul*: arte, sociedade, ideologia. 2ª ed. Porto Alegre: Edipurgs, 2008.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930)*: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Tradução: Ana Paula Caiado Machado. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*: memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Superstição no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1985.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Hier ruth in Gott*: inventário de cemitérios de imigrantes alemães da região da Grande Florianópolis. Blumenau: Nova Letra, 2008.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos*: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

DASTUR, Françoise. *A morte*: ensaio sobre a finitude. Tradução: Maria Tereza Pontes. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

FONTES, Henrique da Silva. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital, e aqueles que os fundaram*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1965.

PEREIRA, Nereu do Vale (Org.). *Memorial Histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1998.

PEREIRA, Nereu do Vale. Origem e objetivos da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. *Revista do Imperial Hospital de Caridade*. Florianópolis: Irmandade do Senhor Jesus dos Passos; Imperial Hospital de Caridade, jun./ago. 2010, p. 15, a. 6, nº 19.

REIS, J. J. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, v. 2.

RODRIGUES, Cláudia. *A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes no Rio de Janeiro (1849-1850)*. Disponível em: [hepta://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000200003&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000200003&script=sci_arttext)
Acesso em: 26 jun. 2012, às 17h.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

Fontes documentais

IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS. Índice de Arquivo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade (1914 a 1932).

IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS. Livros de Registro de Atas (várias datas). Centro de Memória Professor Henrique da Silva Fontes.



Capítulo 9

TRAVASSOS, BITTENCOURT, COELHO JÚNIOR E FORTINI: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE JOAQUIM FRANCISCO DO LIVRAMENTO COMO FUNDADOR DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Pedro von Mengden Meirelles¹

E justamente esta é uma das vantagens que tem o livro: corrigir inúmeros pontos que por aí andam errados, capacidade só adquirida na consulta dos arquivos públicos (PORTO ALEGRE, 1906, p. C). Entre essa representação do passado e aquilo que as fontes efetivamente nos revelam existe, todavia, alguma distância (KÜHN, 2014, p. 27).

COMO A SANTA CASA DE PORTO ALEGRE CONTA A SUA HISTÓRIA

A invenção de figuras fundacionais, eleitas muitos anos depois da fundação de dada instituição ou cidade, não é novidade na história. Pululam exemplos que creditem a tal capitão a instituição daquela cidade, ou a tal dignitário a ideia de erigir aquela iniciativa. A bibliografia recente sobre a criação da primeira confraria da Misericórdia, ereta em Lisboa, em 1498, trabalhou bastante com a figura

¹ Doutorando em História Social – UFRGS; Porto Alegre/RS - Brasil. *Link* para currículo lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4630288133181336>. Número Orcid disponível em: <http://orcid.org/0000-0002-9077-7707>.

do frei Miguel de Contreiras, que segundo estudos mais clássicos teria sido seu idealizador. Entretanto, trabalhos como os de Isabel de Sá (1997) ou o da primorosa coletânea *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, organizada pelo historiador português José Pedro Paiva (XAVIER; PAIVA, 2005, p. 28 *et seq.*), são categóricos em colocar em dúvida ou em xeque o papel que esse religioso teria tido, de fato, nessa criação. A historiadora Isabel Sá chega a afirmar que, apesar de ser “a verdade acerca do papel efectivo de Contreiras no processo de fundação da irmandade [...] tecnicamente difícil de verificar para um historiador contemporâneo”, a análise das fontes mais antigas da Irmandade sugere fortemente que essa fundação é *exagerada* ou até mesmo *inventada* (SÁ, 1997, p. 50). A Santa Casa de Porto Alegre, fiel à tradição das Misericórdias, também teve a sua figura fundacional. Esse artigo versa sobre sua história.

Criado em 1987, o atualmente denominado Centro Histórico-Cultural é o repositório institucional da Santa Casa de Porto Alegre, responsável por manter preservada a memória e as histórias da duas vezes secular irmandade da caridade e de seus hospitais anexos. Em texto produzido, naquele ano,² sua idealizadora e primeira coordenadora traçou em breves páginas a história conhecida da instituição, destacando que “até agora, quase nada foi escrito [...] e muito precisa ser pesquisado”. Sobre a origem do hospital, diz:

No início do século XIX, Porto Alegre possuía 3.927 habitantes e apenas uma enfermaria [...]. A necessidade de um hospital era evidente e, por esse motivo, não foi difícil ao irmão Joaquim Francisco do Livramento, idealizador da Santa Casa de Misericórdia de Florianópolis, obter concessão real para abrir, em Porto Alegre, um hospital de caridade (KLIE-MANN, 2019, p. 12).

Esse texto é digno de nota por ser um dos primeiros produzidos, a partir de documentos recentemente organizados, por uma historiadora da instituição. Soma-se a este, artigo escrito por Véra Barroso (atual coordenadora do Arquivo do CHC Santa Casa), no mesmo ano, em comemoração aos 137 anos do cemitério (BARROSO, 1987). Destaca-se, também, livreto anterior, de autoria de Rafael Guimaraens, sutilmente intitulado *A herança do Irmão Joaquim*, prefaciado pelo então provedor Dom Vicente Scherer, e com posfácio do muito respeitado pesquisador Walter Spalding (GUIMARAENS, 1985).

2 Publicado apenas em 2019.

O que todos esses textos iniciais têm em comum, embora não mencionem diretamente a fonte, é um manuscrito escrito por um ex-provedor da instituição, em 1859, e comumente referenciado como *Apontamentos* (TRAVASSOS, 1879, p. 29-37). Esse trabalho foi o germe de todas as histórias escritas a partir de então e a origem da história que tornou a Santa Casa de Porto Alegre uma *herança* do Irmão Joaquim. Não houve texto escrito sobre essa irmandade e hospital, produzido após 1859, que não utilizasse as informações escritas por Travassos. Apesar de ter sido escrito 56 anos após a emissão do Aviso Régio criando o hospital, é tratado como *texto fundacional*.

Neste artigo, pretende-se oferecer outra abordagem, construir uma outra narrativa possível, agindo como “arqueólogo dos elementos esquecidos” (BARROS, 2013), para demonstrar como Livramento foi alçado a essa categoria fundacional.³ Para responder a essas questões, é preciso, primeiramente, apresentar ao leitor quem era Joaquim Francisco do Livramento e como ele ganhou seu renome.

JOAQUIM FRANCISCO DO LIVRAMENTO E SEU “PAI HISTÓRICO”, O ARCIPRESTE PAIVA

Primeiramente, é necessário se voltar ao ano de 1838, à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao projeto intelectual do Segundo Reinado, destinado à criação de um manancial mitológico de heróis que ajudasse a fixar os parâmetros sobre os quais seria erigida a jovem nação brasileira. Diversos autores já pesquisaram o papel do IHGB na centralização dos projetos históricos nacionalistas existentes em todo o Oitocentos (ENDERS, 2014; SANTOS, 2014; CÉZAR, 2011). Os fundadores desse Instituto colocaram a pesquisa histórica a serviço da Coroa, institucionalizando essa ciência e outorgando legitimidade a textos que ajudassem a construir uma identidade nacional proeminente. Parte desse projeto foi a escrita de biografias plutarquianas, visando à formulação de exemplos que ajudassem a guiar a jovem nação a um futuro de honras e glórias (CÉZAR, 2011, p. 12). As biografias de homens e mulheres ilustres passaram

3 Necessário fazer menção, aqui, ao artigo de Beatriz Weber (1998), por ser um dos poucos trabalhos que propuseram repensar a trajetória de Livramento, produzindo uma biografia histórica desse indivíduo. Embora Weber tenha demonstrado alguns aspectos inexatos existentes na lenda de Livramento – como a sua aparente pobreza, apontando que ele pertencia a uma das famílias mais influentes na vila do Desterro –, bem como apresentado uma problematização sobre os motivos pelos quais as elites do século XVIII praticavam a caridade para com os pobres, a análise da autora, por se basear nos textos de Paiva e Travassos (pela ausência de fontes primárias sobre o tema), acaba incorrendo na manutenção de certas mitologias.

a ser publicadas já em 1839. De acordo com o primeiro-secretário perpétuo do Instituto, com estas os biógrafos escolhidos para escrever a história da nação iriam “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos” (BARBOZA, 1908).

Um desses indignamente esquecidos seria um catarinense nascido em 1761, no Desterro, que seria alçado à imortalidade por um jovem padre em 1846. Um ano antes, o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, então pároco em São João da Terra Firme (localizada no atual bairro de Estreito, em Florianópolis), havia prometido ao Instituto escrever a biografia de um conterrâneo seu, Joaquim Francisco do Livramento (nascido Joaquim Francisco da Costa) (INSTITUTO, 1845, p. 426). Ignora-se qualquer biografia ou relato escrito sobre Livramento anterior a esta.⁴

O parágrafo inicial das dez páginas do texto de Paiva diz assim:

O irmão Joaquim! Este nome, que faz honra aos brasileiros, resume a história de um homem, cuja vida foi um completo e heroico sacrifício pela felicidade de seus semelhantes. A capital da província de Santa Catarina se glorifica de ser seu berço, e seus concidadãos, testemunhas de tão sólidas virtudes, veneram a memória desse herói, em quem ufanos contemplam novo Francisco de Assis (PAIVA, 1846, p. 391).⁵

Verdadeiro panegírico teleológico, o relato de Paiva pinta Joaquim com todas as cores reservadas aos santos. De acordo com esse autor, após uma infância marcada pela Paixão de Cristo, mudo até os sete anos, o jovem Joaquim, desde cedo, apresentaria elementos de comiseração e caridade que marcariam sua vida. Adulto, vestiria o hábito franciscano e viajaria pelo sul da colônia a esmolar pelos despossuídos. Suas viagens o levariam para Lisboa, onde conseguiria da rainha ajuda anual para o hospital de caridade de Desterro. De volta ao Brasil, sairia de Desterro e passaria pela Bahia e São Paulo, onde fundaria seminários e escolas para órfãos. Tornar-se-ia íntimo de Dom João VI ao passar pela Corte. Em meados de 1820, partiria novamente para a Europa, para tentar arrecadar verbas e autorizações para as suas muitas empreitadas. Seria sua última viagem, vindo a falecer em Marselha, em 1829 (PAIVA, 1846).

4 Para não dizer que se tratava de figura completamente desconhecida, encontrou-se uma menção aos trabalhos de Joaquim, na Bahia, em uma publicação de 1835. Porém, esta não possuía todo o caráter apologético que foi dado pelo Padre Paiva. Cf. CERQUEIRA E SILVA (1835).

5 Grafia e linguagem modernizada pelo autor, como todas as demais citações que seguem.

Paiva, a exemplo do que costumava se fazer naquela revista, não menciona fontes em sua pesquisa. Sabe-se, pelas atas do IHGB, que consultou com o bispo de Mariana a respeito de informações. De resto, limitou-se a escrever em seu perfil que até aquele momento (1846) ainda existiam pessoas em Santa Catarina que haviam conhecido Joaquim e podiam atestar a veracidade das informações.

É difícil mensurar o sucesso atingido por esse texto. A julgar pela quantidade de vezes que ele foi reeditado ao longo do século XIX,⁶ e pelo alcance de informações que primeiramente apareceram no perfil de Paiva, pode-se creditar a ele, sem sombra de dúvida, o início ao “culto” da figura de Livramento. Após 1846, foi a sua história que se tornou hegemônica e a única verdade aceita. Isso pode ser atestado em uma consulta aos periódicos catarinenses do período, pois já em 1849 um leitor anônimo criticava matéria publicada em *O Conciliador Catharinense*, que afirmava ter sido o fundador do hospital da caridade de Desterro um governador, e não o filantrópico Joaquim. Diversas ocorrências parecidas surgiram ao longo do século, firmando cada vez mais a versão biográfica de Paiva, tornada concreta através do peso institucional do IHGB.

Pela pesquisa desenvolvida até o momento, em apenas uma ocasião a versão de Paiva foi contestada, apresentando-se provas documentais e opondo-se assim duas histórias: uma hagiografia mitológica de um Livramento mais santo do que homem *versus* uma história documental, científica, tentando resgatar o humano “de carne e osso”. O autor dessa pesquisa foi José Gonçalves dos Santos Silva, que a partir de 19 de outubro de 1861 publicaria uma série de artigos no jornal *O Argos da Província de Santa Catharina*, de Desterro, tratando da figura de Livramento e seu papel no hospital de caridade daquela cidade.

Informa Silva que, a partir da publicação da biografia de Paiva, a Mesa Administrativa da Irmandade do Senhor dos Passos de Desterro (administradora do hospital) o procurou para realizar intensa pesquisa nos seus arquivos, a fim de determinar com exatidão como se deu a fundação daquele hospital. Essa pesquisa teria sido entregue pelo autor à Irmandade no ano seguinte. Entretanto, como para um público mais amplo ainda restavam dúvidas a respeito do papel de Livramento, Silva passaria, a partir da data apontada acima, a compartilhar no jornal o resultado de seus trabalhos (SILVA, 19 out. 1861, p. 3-4).

6 Encontrou-se o texto reproduzido inteiramente em três outras publicações do século XIX, e outras duas do século XX, mas seguramente houve outras ocorrências.

Foge ao escopo deste artigo apresentar quem era o Joaquim histórico.⁷ Menciona-se apenas que Silva, a partir de documentação primária, desmente várias das afirmações de Paiva: ter sido Livramento fundador da Irmandade da Caridade de Desterro (SILVA, 21 dez. 1861, p. 3-4); a mudez de Joaquim (SILVA, 21 out. 1861, p. 3-4); ou a amizade com Dom João VI (SILVA, 23 out. 1861, p. 3-4).

Pouco importaram os esforços de Silva; a história que ficou para a posteridade foi a escrita por Paiva, até mesmo por uma ter sido restrita a um periódico local, enquanto outra ter sido divulgada por todo o império pelo influente IHGB. Entretanto, se Paiva só menciona as andanças de Livramento por Desterro, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, como foi que o Irmão se tornou fundador da Santa Casa de Porto Alegre? A resposta chegaria em 1857.

JOAQUIM DO LIVRAMENTO E SUA RELAÇÃO COM A SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Não há dúvidas sobre a passagem de Livramento por Porto Alegre ou a sua participação no processo de fundação do hospital da Santa Casa, nesta cidade. O primeiro livro de atas da Irmandade, ao transcrever sua documentação inicial, menciona ter o hospital sido “mandado criar nesta Vila de Porto Alegre, por Régio Aviso de 14 de maio de 1803, a *instâncias* do Irmão Francisco, digo, do Irmão Joaquim Francisco do Livramento” (ATAS, fl. 1v-3, grifo do autor deste artigo). A passagem de Joaquim por Porto Alegre (e não a fundação desse hospital) também é mencionada por Santos Silva (SILVA, 22 out. 1861, p. 3-4). Como Livramento passou de portador da solicitação da Câmara a fundador do hospital?⁸

Essa mudança de perspectiva parece estar vinculada à própria passagem do padre Paiva por Porto Alegre. Em 1857, ele foi nomeado diretor do Liceu Dom Afonso da cidade (PEREIRA, 2005, p. 92). Não pode ser tomada como coincidência a publicação, nesse mesmo ano, de artigo em periódico de Porto

7 Indica-se ao leitor interessado que procure pelos artigos de Santos n’O *Argos da Província de Santa Catharina*, que se estenderam, desde o exemplar n° 813 até pelo menos o n° 867, de 1861. Todos os jornais pesquisados pertencem ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e podem ser acessados pelo endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

8 A documentação existente na Câmara Municipal é bastante clara nesse sentido. No documento enviado a Lisboa, escrevem os vereadores que rogam à Coroa para que atenda à “representação que lhe fazemos em nome dos Povos desta mesma vasta Província que tanto suspiram pelo referido Benefício”. Pelo mesmo documento é informado que Joaquim do Livramento *serviria apenas de porta-voz*, carregando a dita representação, pois já pretendia “passar à Corte de Lisboa”. Representação da Câmara de Porto Alegre ao Príncipe Regente, em 3 de abril de 1802 *apud* Travassos (1879, p. 29-37).

Alegre, narrando a história da fundação dessa Santa Casa e atrelando a figura de Livramento à sua criação.

O jornalista alemão Carlos Jansen, que não possuía vínculos aparentes com a Irmandade da Misericórdia, publicou, em número de seu jornal *O Guahyba*, um breve histórico daquela instituição, sem mencionar fontes. Foi o primeiro, em Porto Alegre, a inventar, ou a registrar no papel, algumas informações posteriormente muito repetidas:

O hospital deste piedoso estabelecimento pode-se dizer que teve origem entre os anos de 1780 a 1801, mediante a vocação espontânea e particular de José Antônio da Silva, antigo morador na rua dos *Nabos a doze*, hoje conhecida pela do Arroio ou Pecados Mortais, o qual em sua casa estabeleceu uma enfermaria aonde se recolhiam alguns enfermos forasteiros, que à esta terra chegavam doentes.

[...] porém chegando a esta cidade pelo ano de 1801, *o irmão Joaquim Francisco do Livramento*, natural de Santa Catarina, e associando-se a este piedoso exercício, procurou dar-lhe desenvolvimento, conforme os sentimentos de religiosa piedade, que aqui o haviam conduzido e com efeito tal foi a dedicação deste santo homem, que sem receio de errar se poderá dizer, que foi ele *o primeiro fundador do hospital da caridade*, que hoje contemplamos e admiramos, contando apenas meio século de existência. O referido Sr. Joaquim Francisco do Livramento se ofereceu para ir, como foi, à Lisboa, para onde partiu em fins do ano de 1802, afim de solicitar da corte de Portugal a graça de conceder que se fundasse aqui um hospital da caridade, e tendo S. A. R. o príncipe D. João atendido às súplicas do referido irmão, concedeu, por aviso de 14 de maio de 1803, a graça que pedia (JANSEN, 1857, p. 1-2, grifo do autor deste artigo).

Nada na documentação hoje existente da Câmara de Porto Alegre comprova as informações iniciais de que desde a década de 1780 existiriam enfermarias particulares improvisadas em Porto Alegre. A própria existência dessas primeiras *almas caridosas*⁹ é suspeita, pois não são mencionadas em requerimentos ou em outras documentações do período. Sem poder saber de onde Jansen tirou essas informações, uma coisa é clara: ele foi o primeiro a nomear Livramento como

9 Outra figura frequentemente relacionada com Nabos a Doze é a preta Angela Reiuna, que tampouco parece ter existido.

fundador do hospital. E embora não tenha localizado até o momento ligações entre o jornalista e Paiva, é possível que a chegada do padre à cidade tenha trazido consigo a divulgação, por aqui, de seu texto de 1846.

Essa hipótese é reforçada lendo-se a ata da sessão de Mesa da Irmandade, de 26 de março de 1857, portanto anterior ao artigo de Jansen. Nessa sessão, o escrivão de mesa Antônio José de Araújo Basto propõe aos seus colegas “que se mandasse tirar o retrato do finado Joaquim Francisco do Livramento, *um dos fundadores deste Estabelecimento*”. A Mesa autorizou ao provedor Travassos que buscasse informações sobre retratos existentes na Bahia e em Santa Catarina (ATAS, 1857, fl. 77). Mais sobre isso seria dito no relatório anual da Provedoria daquele ano:

A história da fundação deste Estabelecimento tinha em uma das suas páginas em letras indeléveis um nome respeitável, *dentre muitos de seus benfeitores*; tal era o do finado Joaquim Francisco do Livramento, a quem este Estabelecimento *muito deve pela sua fundação*. Sendo costume de longa data das Administrações anteriores, prestar um voto de gratidão à memória de seus benfeitores, e compenetrada a Mesa passada da necessidade de render essa homenagem àquele finado, resolveu em Sessão de 26 de março que se mandasse tirar o seu retrato para ser colocado nesta Sala, entre os de outros benfeitores. Não existindo se não nas Províncias de Santa Catarina e Bahia o retrato do dito finado, fiz encomenda da cópia dele para aquela Província, onde apesar das recomendações feitas ao Reverendíssimo *Padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva*, não foi possível obtê-la por falta de artista hábil que a tirasse. Nestas circunstâncias, dirigi-me ao Comendador José de Souza Gomes, negociante da Cidade do Rio Grande e por intermédio deste, fiz a encomenda para a Província da Bahia, protegida pelo negociante daquela Cidade, Antônio Ferreira Pontes, que em carta de 21 de agosto prometeu-me que por todo o mês de outubro estaria embarcado o retrato em navio que partisse daquela Província para o Rio Grande. Até hoje, ainda não tive mais notícias desta encomenda, mas creio que breve se cumprirá o que foi determinado pela Mesa a este respeito (TRAVASSOS, 1858, p. 8, grifo do autor deste artigo).

Figura 1 – À esquerda, reprodução de litografia do retrato de Joaquim Francisco do Livramento, encomendado para a Santa Casa de Porto Alegre. À direita, reprodução de retrato do mesmo indivíduo existente no Imperial Hospital da Caridade (IHC/Florianópolis)



Fontes: PORTO ALEGRE (1906, p. 103) e IHC (s. d.), respectivamente

Dizia a legenda do retrato feito pela Irmandade de Porto Alegre: “A Joaquim Francisco do Livramento, nascido na cidade do Desterro em 22 de março de 1761, e falecido em Marselha no ano de 1829, resolveu a Mesa desta Santa Casa de Misericórdia, em sessão de 26 de março de 1857, mandar erigir este monumento de respeito e gratidão pelo seu fervoroso zelo e religioso empenho na fundação da mesma Santa Casa” (PORTO ALEGRE, 1906, p. 103). O provedor, no momento dessa discussão, era Manoel José de Freitas Travassos, que ocupou a direção daquela instituição entre 1847-1849 e 1857-1858. Veja-se que, se para o escrivão de mesa, Livramento era “um dos seus fundadores”, nesse relatório, escrito após o artigo de Jansen, e com uma clara ligação com o biógrafo Paiva, o catarinense passou a ser tratado como *muito responsável* por essa fundação. É uma mudança sutil na linguagem, mas que muito diz.

Percebe-se, a partir do final da década de 1850, um movimento amplo de construção de *memória mitológica* para a Santa Casa de Porto Alegre. Embora Jansen tenha escrito que em 1857 o hospital contava com “meio século” de existência, a realidade histórica aponta uma data bem mais recente. Apesar de ter iniciado a sua construção com a emissão do Aviso Régio de 1803, as enfermarias só foram inauguradas – isto é, seu funcionamento só se iniciou – em 1826, contando, então, com apenas 31 anos de existência. Uma jovem instituição e

Irmadade (esta, de 1814), se comparada com as demais iniciativas congêneres que existiam na cidade desde o final do século anterior. Retoma-se esse ponto adiante.

Ao deixar a Provedoria em 1858, Travassos elabora um documento que posteriormente presenteia à instituição que tantas vezes geriu. É significativo que o provedor que primeiro se preocupou com a fundação da Santa Casa tenha sido o responsável por escrever a sua primeira história: *Apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, colligidos e offerecidos à Mesa da mesma Santa Casa pelo Irmão Manoel José de Freitas Travassos em 1859* (TRAVASSOS, 1879), ou simplesmente *Apontamentos*. Esse longo manuscrito transcreveria tudo que se conhecia no momento sobre a trajetória da instituição desde os seus primórdios.

E os primórdios apontados por Travassos seriam os mesmos já delineados por Jansen: a Misericórdia teria a sua *origem* na enfermaria de Nabos a Doze e seus continuadores, aos quais se alinhou Livramento em sua chegada a esta capital. Travassos, nesse texto, muda um pouco de tom. Coloca Livramento como o caridoso porta-voz da vontade do povo de Porto Alegre. A fundação do estabelecimento é posta nas mãos da junta administrativa eleita pela Câmara, por ordem do governador, para dar execução às ordens régias:

Chegando a esta cidade o Irmão Joaquim Francisco do Livramento, associou-se a estes dois devotos e prosseguiram em tão filantrópica tarefa, na qual a Câmara julgou de seu dever tomar a principal parte. O Irmão Joaquim [...] *aproveitando as disposições da Câmara, lhe ofereceu seus serviços e declarou que estava pronto a seguir para Lisboa, uma vez que lhe fornecessem os necessários documentos*, com que pudesse requerer a S. A. o Príncipe Regente semelhante graça. A Câmara, em nome do povo, lhe deu um atestado no qual demonstrava a necessidade de um tal estabelecimento [...] (TRAVASSOS, 1879, p. 29-30, grifo do autor deste artigo).

Diferentemente dos textos anteriores, houve a preocupação em transcrever diversas fontes primárias existentes que corroborassem com as informações que apresentava. Nem tudo, porém, estava embasado: encontra-se nesse texto a primeira menção à história de que o Visconde de São Leopoldo, provedor responsável pela inauguração das enfermarias, teria carregado nos braços o primeiro doente. Essa história, muito famosa, é um dos principais indícios de que nem tudo no *Apontamentos* é verídico.

A ata de inauguração das enfermarias, transcrita em pormenores, nada menciona sobre isso, o que é muito significativo, pois um ato de extrema caridade e humildade por parte de um dos principais provedores que a Santa Casa já teve não deveria passar incólume aos olhos do escrivão responsável (ATAS, 01/01/1826, fl. 43v-44v). De mesmo modo, nas Memórias escritas pelo próprio Visconde, a sua trajetória pela provedoria é descrita rapidamente, em um único parágrafo, sem qualquer menção a isso (PINHEIRO, 1874, p. 53). Sendo a Santa Casa uma instituição que procurava de diversas maneiras salientar os atos caridosos de seus beneméritos, é deveras curioso que esse ato maior de misericórdia feito por Fernandes Pinheiro só fosse registrado em papel, em 1859, 33 anos depois do ocorrido.

O texto de Travassos ficou muitos anos inédito no arquivo da Irmandade. A primeira menção externa encontrada é de 1872, quando seria utilizado como fonte para um texto do jovem Aurelio Verissimo de Bittencourt, publicado na revista *Partenon Literário*. Bittencourt, que anos mais tarde se tornaria uma das figuras de maior destaque da vida associativa da cidade, agradece à Caridade por lhe emprestar o manuscrito, permitindo-lhe compilar o resumo histórico desse “pio estabelecimento, cujos serviços à humanidade não precisam ser encarecidos quando são de todos os dias” (BITTENCOURT, 1872).

Apesar de apenas resumir as informações de Travassos, atenuando algumas informações, este artigo trata o texto de Bittencourt como significativo para a trajetória aqui analisada. Primeiro, por permitir que um número maior de pessoas tenha acesso às informações levantadas por Travassos (lembrando que o último texto *público* a narrar a história da Santa Casa de Porto Alegre havia sido a crônica de Jansen quinze anos antes); e segundo, por reforçar essa imbricação ficcional que a instituição tinha com Porto Alegre, ao ser elencada com a enfermaria de Nabos a Doze. Como se discute mais adiante, tanto a década de 1850 quanto a de 1870 foram sensíveis para a manutenção do hospital, e a publicação do resumo de Bittencourt veio a colaborar com o auxílio necessário.

Esse *texto primordial* de Travassos seria novamente ressuscitado cinco anos depois pelo então provedor José Antônio Coelho Júnior, que insere o texto integral no final do relatório anual de 1879, aproveitando o ensejo para inserir suas próprias realizações nesta que se tornou a história oficial do hospital (COELHO JÚNIOR, 1879, p. 29-37). Essa cópia impressa de 1879 é a primeira versão do texto que chegou aos dias de hoje. O manuscrito original de 1859, que certamente existiu, não está mais no Arquivo do CHC.

O comerciante José Antônio Coelho Júnior foi um dos provedores mais ativos que a Santa Casa teve no século XIX. Geriu essa instituição por quase uma década, de 1873 a 1881. Realizou diversas obras, sendo a maior a inauguração de prédio próprio para os alienados, tudo isso enquanto lidava com grave crise financeira. Crise esta que foi agravada em 1880, com a perda do monopólio do transporte funerário que a Santa Casa mantinha desde a inauguração do cemitério extramuros, em 1850 (FRANCO; STIGGER, 2003, p. 69-74).

Em 1926, nas comemorações do centenário de inauguração das enfermarias, o então provedor Aurélio Py fez publicar texto celebrativo sobre a história do Hospital e da Irmandade (PY, 1926).¹⁰ As primeiras 15 páginas dessa obra foram copiadas, *ipsis litteris*, do trecho relativo à história da instituição existente no Relatório de Coelho Júnior (1879), que, por sua vez, supõe-se ser cópia fiel do texto escrito por Travassos em 1859, acrescentado por aquele segundo provedor (TRAVASSOS, 1879). Após copiar esses textos, Py, que não se propunha a escrever o histórico da fundação, passa a elencar “nomes dos beneméritos desta instituição”, extraídos, informa, do texto de Travassos e de outros documentos encontrados. O primeiro desses nomes é o Irmão Joaquim, a quem o provedor não chama de *fundador*, tampouco de *instituidor*. Apenas reescreve o texto de Travassos, informando que Joaquim, em 1803, teria se associado às iniciativas particulares já existentes na cidade, e que teriam chamado a atenção da Câmara, “que o munuiu de um honroso atestado [...] com o qual se transportou para Lisboa e requereu ao Príncipe [...]” (PY, 1926, p. 16). É surpreendente a precaução de Py em atribuir títulos a Joaquim; ele foi o primeiro autor, dentre os aqui mencionados, que mais fez entender ser Joaquim um *emissário* da requisição feita pela Câmara, e menos o *idealizador* da iniciativa da Misericórdia.

Menos de 20 anos depois, e em meio à nova crise financeira, outro provedor traria à tona a figura de Livramento enquanto fundador da instituição. Falo do jornalista argelino Archymedes Fortini, que ocupou a Provedoria entre 1943 e 1949. De suas diversas realizações, destacam-se três: mandou demolir a antiga capela do cemitério, substituindo por uma cujo orago seria São Joaquim “como homenagem ao Irmão Joaquim, *fundador* desta Instituição” (FORTINI, 1944, p. 20, grifo do autor deste artigo); alterou a folha de rosto dos relatórios, para que se lesse “fundada pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento em 1803”;¹¹ e

10 Agradecimentos à professora Véra Maciel Barroso por apresentar este texto em reunião ocorrida em 30 de julho de 2021. As informações trocadas, nessa ocasião, agregaram muito a este artigo.

11 Desde 1929, existiam informações semelhantes, sendo a primeira “fundada pelo irmão Joaquim Francisco do Livramento, em 1815, de acordo com o Alvará Régio de 14 de maio de 1803”; alterada em 1932 para “fundada pelo ermitão Joaquim Francisco do Livramento em 1815”.

trouxe novamente à tona, já fora da Provedoria, o texto de Travassos. Em livro de 1962, Fortini, colaborador assíduo do jornal *Correio do Povo*, escreveu:

Nosso prezado companheiro de trabalho, sr. Alcides de Oliveira Gomes, chefe do departamento de circulação do *Correio do Povo*, é possuidor de um trabalho histórico referente à vida da Santa Casa de Misericórdia, até 1859, o qual chegou às mãos por intermédio de pessoa amiga, há alguns anos e que, hoje, é falecida (FORTINI, 1962, p. 93).

Como o texto saiu do arquivo da Irmandade e foi parar nas mãos de pessoa amiga do Sr. Gomes, jamais saberemos. E o que se fez dos originais,¹² após essa época, tampouco se tem notícia. De lá para cá, desapareceu, novamente, tendo o mesmo destino incógnito que o retrato do Irmão Joaquim, cujas últimas fotografias (parciais) existentes datam da gestão de Archymedes (FORTINI, 1944, p. 8).

MITOLOGIA EM TEMPOS DE CRISE

Procurou-se traçar nas páginas acima a construção gradual feita, desde a década de 1850, em cima da figura de Joaquim Francisco do Livramento, mostrando como esse indivíduo, inicialmente tomado apenas como porta-voz e emissário da Câmara junto à Coroa, virou pouco a pouco o fundador da instituição. Mostrou-se, também, como outros elementos, que primeiramente nada tinham em relação a Livramento ou à Santa Casa, foram sendo anexados a essa história geral, por exemplo, a enfermaria de Nabos a Doze e a anedota do Visconde de São Leopoldo. A partir de agora, analisa-se por que isso foi feito. Parte-se de três momentos-chave já apresentados, em que Livramento “ressurgiu”: a provedoria de Travassos, a de Coelho Júnior e a de Fortini. O que as três têm em comum é algo muito claro: a Santa Casa estava passando por mudanças estruturais grandes, acompanhadas de graves crises financeiras.

Antes de abordar uma das estratégias usadas para tentar reverter essa situação, é necessário entender como funcionavam as Irmandades das Misericórdias. Diferentemente das irmandades religiosas tradicionais, as Misericórdias realizavam os seus serviços *para fora*, isto é, eram constituídas por pessoas da elite que ofereciam os seus serviços para os mais pobres de cada localidade. Suas sete

12 Como o texto citado menciona que o “trabalho histórico” era referente até 1859, isso leva a crer que se tratava do texto original escrito por Travassos, provavelmente de próprio punho, uma vez que a versão transcrita e publicada por Coelho Júnior se estende até 1879.

obras corporais possibilitavam que abrangessem uma grande gama de atuações, particulares a cada localidade: tratavam e acolhiam enfermos, alienados, órfãos, idosos, ofereciam enterro gratuito aos mortos despossuídos, remiam os cativos, visitavam os presos, entre outras. Uma das mais importantes eram o enterro dos mortos e as rezas pelos falecidos. Destaca Isabel de Sá: “As Misericórdias deviam os seus avultados patrimónios à necessidade de salvar as almas dos defuntos [uma vez que] doações e testamentos prescreviam missas por alma em troca dos bens deixados à Misericórdia” (SÁ, 1997, p. 106).

Devido ao impedimento de as corporações de mão-morta praticarem negócio, as Misericórdias mantinham-se em funcionamento, principalmente a partir de doações, esmolas, legados pios, subvenção direta do Estado e rendimentos de imóveis urbanos e rurais (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 17; FRANCO, 2011, p. 142). Não deveriam se envolver em atividades comerciais. Como meios de garantir que essas elites mantivessem um interesse em seguir doando à caridade, a instituição se valia de uma série de homenagens, como os retratos aos Irmãos beneméritos que doassem quantias avultadas, expostos no Salão Nobre (ELTZ, 2019).

Para um jornalista do século XIX, Felicíssimo Manoel de Azevedo, a Santa Casa de Porto Alegre era, até 1850, um perfeito exemplo do que uma instituição de caridade deveria ser: o “hospital dos pobres”. Entretanto, para o mesmo autor, a partir de 1850 a situação se alterou: nessa data houve a entrada do “comércio naquela santa instituição, o qual trouxe a descrença dos homens abastados, que até então em seus testamentos nunca esqueciam a Santa Casa. [...] Aquele privilégio de 1850 foi o início da paralização da caridade”. De acordo com ele, entre 1850 e 1886, apenas um grande legado, o do Visconde de Rio Grande, foi dado ao hospital (AZEVEDO, 1º mar. 1886, p. 2).

Que *comércio* e *privilégio* foi esse? A criação do cemitério extramuros (MEIRELLES, 2015). Se uma das obras da Misericórdia era o enterro dos mortos, por que para Felicíssimo de Azevedo a criação de um cemitério foi vista como a corrupção de um ideal? Porque eram cemitérios distintos, com fins distintos, e não se pode confundir as coisas.

O cemitério de que trata a sétima obra da Misericórdia é uma extensão da caridade para com os pobres: é destinado aos despossuídos, que são enterrados de graça *por amor a Deus*. É um cemitério que *não gera lucro*. Na Santa Casa de Porto Alegre existia um espaço desses, construído nos fundos do hospital, para o sepultamento dos miseráveis que ali falecessem (PUFAL, 2015). Não se pode confundir esse espaço com o existente junto à Capela do Senhor dos Passos,

destinado aos Irmãos da Misericórdia e seus familiares. Essa necrópole, para a elite, era uma das prerrogativas de todas as irmandades religiosas: dar sepultura a seus Irmãos, garantir o acompanhamento do caixão e as rezas em prol de suas almas. Não era exclusividade da Santa Casa.

O espaço inaugurado em abril de 1850 era regido por uma lógica completamente diferente. Veja-se o que disse o provedor João Rodrigues Fagundes em correspondência à Câmara em 1860:

A Santa Casa da Misericórdia não conserva o Cemitério [Extramuros] debaixo de sua administração como propriedade sua, e nem dali tira interesses ou vantagens de qualquer natureza em benefício próprio, sendo, aliás, *um Estabelecimento Público*, cuja direção lhe foi confiada pelo Governo [...] (*apud* SPALDING, 1940, p. 241, grifo do autor deste artigo).

O cemitério do Alto da Azenha era o único local na cidade autorizado por Postura Policial ao enterramento de cadáveres a partir de 1850. Deveria ter sido criado e gerenciado pela Câmara Municipal, em obediência à Lei de 1º de outubro de 1828. Entretanto, como esta não se encontrava em condições financeiras para dar prosseguimento a tamanha empreitada, o presidente da Província, Duque de Caxias (que ocupava concomitantemente o posto de provedor da Misericórdia), após um acordo entre as instituições, passou para a Irmandade da Santa Casa a obrigação (MEIRELLES, 2016, p. 151-178). Dentre os termos do acordo, caberia à Santa Casa “a posse, a construção, a regularização, a administração e o asseio do cemitério público” (NASCIMENTO, 2006, p. 319). Em troca, ficaria com os lucros decorrentes do enterramento e do transporte dos cadáveres.

A mencionada Postura Policial e as decorrentes leis provinciais garantiram o monopólio dos enterramentos para a Santa Casa, de 1850 a 1866, ano em que a Irmandade São Miguel e Almas adquiriu parte do terreno para a construção de catacumbas e sepulturas próprias. Já o monopólio do transporte funerário foi mantido, como já se disse, até 1880, quando a Província passou o encargo à Companhia de Carruagens Porto-Alegrense. Foram esses monopólios que atraíram a atenção da Misericórdia em seu acordo com o governo. No cemitério que existia na cidade, até 1850, localizado nos fundos da Igreja Matriz, cada irmandade existente tinha suas sepulturas demarcadas, e nada precisavam pagar pelo uso do espaço: os seus membros, que já pagavam a joia e os anuais, tinham direito garantido por compromisso a ocupar esses espaços, sem custos extras. Com a criação do cemitério da Misericórdia, todo aquele que falecesse na cidade, quer

fosse membro de irmandade, quer não, pagaria à Santa Casa duas taxas, uma por sepultura e outra por carruagem. Pelos valores *mais baixos* existentes no Regimento de 1849, o sepultamento de cada Irmão adulto custaria às Irmandades um mínimo de 8\$000 réis, incluindo esmola obrigatória à Santa Casa (CÓPIA DO REGIMENTO, 1849).

Para o jornalista Felicíssimo de Azevedo, esse privilégio, o *comércio fúnebre* (nas suas palavras), apenas onerou a Misericórdia. Se, por um lado, a Irmandade de fato embolsou em cada enterramento e em cada transporte de cadáver;¹³ por outro, as doações e legados escassearam até cessar. Quer se concorde ou não com as conclusões de Azevedo, as finanças da instituição demonstram essa crise cada vez maior a partir da década de 1850. Cabe salientar que, quando se fez o acordo com o governo, a Santa Casa destacou que o cemitério deveria ser autossustentável, ou seja, que nenhuma verba deveria ser deslocada do hospital em caso de déficit daquela repartição.

Na tabela abaixo, apresentam-se os números de receita e despesa do cemitério, de acordo com os relatórios da Provedoria:

**Tabela 1 – Receita e despesa do Cemitério Extramuros,
de acordo com os relatórios da Provedoria**

Ano	Receita	Despesa	Déficit
1855	16:041\$570	6:654\$678	0
1857	7:419\$596	7:747\$485	327\$889
1867	17:190\$104	15:908\$947	0
1868	14:091\$747	12:718\$827	0
1872	14:488\$538	12:962\$667	0
1873	11:346\$220	14:469\$329	3:123\$109
1874	8:812\$897	8:445\$659	0
1875	12:091\$060	12:472\$193	381\$133
1876	10:107\$296	11:920\$295	1:812\$335
1877	10:277\$260	10:658\$630	381\$370
1878	9:009\$100	10:832\$419	1:823\$319
1879	11:959\$500	12:308\$948	349\$448

Fonte: relatórios dos provedores (diversos anos). Acervo do Arquivo CHC Santa Casa de Porto Alegre

13 O enterramento e o transporte funerário seguiriam gratuitos aos pobres e miseráveis. Com o passar das décadas, passaria a ser exigido um comprovante de pobreza para que essa *obra de caridade* pudesse ser executada.

Os números são muito claros em demonstrar que o cemitério realmente não foi autossustentável. Mesmo os anos em que não houve déficit não podem ser levados em consideração, porque os provedores, em seus relatórios, fizeram diversas ressalvas: Lima e Silva, em 1868, afirmaria que o “saldo este [é] devido a vendas extraordinárias [...] e se isto não fosse, certamente não o teria, porque há 7 meses que sua despesa ordinária excede a receita em perto de 200\$” (LIMA E SILVA, 1868, p. 16). Quatro anos depois, o provedor repetiria frase semelhante, ao destacar que mesmo a subvenção provincial de 250\$000 réis mensais não foi capaz de diminuir a dificuldade com que lutava a repartição, aumentada após a criação dos cemitérios das Irmandades em 1866 (LIMA E SILVA, 1872, p. 9). Coelho Júnior, dois anos depois, reforçaria o mal estado geral: “Esta repartição luta e continuará a lutar cada vez mais com falta de renda para acudir às suas despesas” (COELHO JÚNIOR, 1874, p. 10-11).

E qual a relação dessas crises financeiras com o Irmão Joaquim?

À GUIA DE CONCLUSÃO: UM MITO FUNDACIONAL EM MOMENTOS DE CRISE

Retoma-se o que foi abordado no início deste texto: não importa, aqui, a biografia “real” de Joaquim Francisco do Livramento, mas sim a sua mitologia/hagiografia, escrita em 1846 por Joaquim Gomes Paiva, com a finalidade de criar um herói, um modelo de conduta que guiasse os homens da jovem nação brasileira rumo a um futuro de progresso social e moral. Assim, quando se pensa em Livramento, o “São Vicente de Paula brasileiro”, deve-se observá-lo mais como um símbolo personificado do cidadão ideal.

Quando o mito de Joaquim “adentra” Porto Alegre, a partir do texto de Jansen (1857), ele já aparece misturado a outros elementos, também provavelmente fictícios da história local: as enfermarias primitivas de Nabos a Doze e Angela Reiuna. Figuras que, acredita-se, nunca existiram, mas que a partir dessas escritas são trazidas como portadoras de uma caridade inerente ao porto-alegrense, que desde as origens de sua povoação, por iniciativa própria, tiravam de si para dar aos despossuídos. Em Jansen, a figura do “santo” Joaquim vem como um auxiliar, um porta-voz da Coroa (afinal, segundo Paiva, era amigo íntimo do Príncipe Regente), a alma humilde que se oferece para tirar um peso das mãos dos particulares e transferi-lo para aquela instituição que deveria ser a “dadora preferencial de recursos de caridade” (SÁ, 1997, p. 257): a Santa Casa.

A partir de Travassos, a Irmandade se apropria dessa história, seja através da encomenda do retrato, seja por seus *Apontamentos*. Ora, até aquele momento, a instituição considerava como seus fundadores, ou Paulo José da Silva Gama, governador que recebeu o Aviso Régio de 1803, ou a primeira Junta Administrativa eleita pela Câmara para dar início à construção do hospital. Porque, então, a mudança de perspectiva? Deve-se atentar à cronologia, e aqui se lembra novamente das palavras de Felicíssimo de Azevedo: para esse autor, justamente na década de 1850, a imagem da Santa Casa seria abalada aos olhos da população local, por ter *corrompido* seus valores originários.

Relembra-se, também, que a Misericórdia era uma Irmandade nova, a última das grandes confrarias a ser fundada em Porto Alegre, cujos efeitos práticos no cotidiano da povoação só começaram a ser sentidos em 1826, com a inauguração das enfermarias. Tem-se, então, na década de 1850, uma Irmandade muito jovem, passando por uma crise *moral*. E é nesse contexto que surgem tanto Nabus a Doze quanto Joaquim Francisco do Livramento.

Ao jogar suas origens para um passado longínquo (década de 1780), quando não existia nem sua Irmandade, nem os planos para a criação do hospital, cria uma vinculação ficcional e moral com o passado da cidade. Inventa para si uma antiguidade inexistente historicamente, mas que afirma que a caridade estava presente na alma de Porto Alegre, desde os seus primórdios. É um dever, então, dos cidadãos de Porto Alegre seguirem contribuindo para a manutenção desse projeto, para a perpetuação dessas obras. Faz-se um apelo, implícito, para que os cidadãos dessa cidade voltem a contribuir com esmolas e legados.

E para arrematar esse projeto, exalta-se a figura santificada de Joaquim do Livramento, que desde a década anterior, a partir do perfil propagado pelo IHGB, havia integrado definitivamente o panteão nacional. Uma vez consolidado o papel de Livramento na fundação da Santa Casa de Porto Alegre, a instituição passou a se valer de sua figura em momentos-chave. Estes já foram mencionados acima: a gestão de Travassos de 1857, que se encerrou com uma das primeiras grandes crises da instituição, findando o ano com um *déficit* superior a 32 contos de réis (TRAVASSOS, 1858, p. 13-24); as gestões de Coelho Júnior e Fortini, igualmente prejudicadas financeiramente, cada qual se utilizando de uma estratégia para rememorar Joaquim.

Mas não só em momentos de dor a imagem de Livramento, enquanto símbolo da filantropia, foi utilizada. Em 1918, em plena Grande Guerra, quando se comemoraram os 25 anos de serviço das Irmãs Franciscanas no hospital, aproveitou-se o ensejo para se inaugurar uma estátua de quatro metros de altura

em honra a Joaquim, posta no saguão do hospital. No discurso da solenidade, o Dr. Mario Totta fez questão de reforçar todos os detalhes importantes para a manutenção da hagiografia de Livramento:

Ao desfolhar, pétala por pétala, a vida dessa criatura que aí está – eterna e encantadora lição de inexaurível bondade – a gente tem a impressão perfeita de que relê, tocado de estranha emoção, uma página imaculada do Evangelho, tão pura foi essa existência, tão profundamente impregnada da doutrina de Jesus, tão aureolada de piedade, tão perfumada de misericórdia. E, se para santificar aos nossos olhos esse homem, faltasse ao seu resplendor uma esquirola de ouro, bastava *essa casa que a sua caridade criou* e que tem sido o asilo de tantos desgraçados, para que ele tivesse, no coração de cada um de nós, um altar de rica pompa e fervente culto. [...] E tu, irmão Joaquim do Livramento, repousa eternamente aí, como uma inefável lição de bondade, como uma urna de misericórdia, como um vaso sagrado de piedade, como uma página do Evangelho! A tua presença transformou este recinto num templo, onde tu viverás perenemente, cercado pelo nosso carinho, emoldurado pela nossa veneração, aureolado pelo nosso amor. Ereto neste sítio, do alto desse pedestal, com a tua mão assim espalmada, tu continuas ainda, mesmo assim, mesmo em pedra, tu continuas ainda, a esmolar para os indigentes, na tua grande obra e no teu grande sonho. És bem, aí, o anjo da guarda do teu tesouro. De ora em diante, quando a dor, quando a moléstia, quando a miséria açoitarem o pobre, ele, procurando sôfrego este asilo e te vendo logo à porta, entrará aqui com mais alento, com mais ânimo e com uma esperança maior, porque vê que esta casa é dele, porque esta casa é tua. Ereto neste limiar, tu és como um grande coração aberto. És uma lição e um símbolo. Apaguem-se da fachada deste edifício as letras que o definem; elas são supérfluas agora: - aí está o santo. É só olhá-lo e dizer: a Caridade é aqui (TOTTA, Mário. Discurso de inauguração da estátua do irmão Joaquim, 1º abr. 1918 *apud* A ESTÁTUA, 17 abr. 1918, p. 1, grifo do autor deste artigo).

Relembrando as palavras do médico e professor Mário Totta, um dos grandes beneméritos da instituição no século XX, a documentação pesquisada demonstra que a Santa Casa de Porto Alegre em nada deve, em termos históricos,

sua fundação a Joaquim Francisco do Livramento. O Irmão Joaquim foi e é, para essa instituição, “uma lição e um símbolo”, a personificação da Caridade.

REFERÊNCIAS

A ESTÁTUA do Irmão Joaquim. *O Dia*, Florianópolis, a. XVIII, nº 8863, p. 1, 17 abr. 1918. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ATAS de Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro 1º (1814-1828). Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

ATAS de Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro 8º (1854-1859). Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

AZEVEDO, Felicíssimo Manoel de. Cousas municipaes. *A Federação*, Porto Alegre, a. 3, nº 49, p. 2, 1º mar. 1886. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, 2ª ed. Rio de Janeiro, t. 1, nº 1, p. 9-17, 1908 [1839].

BARROS, José d'Assunção. Retrodição: um problema para a construção do tempo histórico. *Ler História*, Lisboa, nº 65, p. 129-155, 2013.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Uma história de 137 anos. *Santa Casa Notícias*, Porto Alegre, a 3, nº 10, p. 4-5, set. 1987. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

BITTENCOURT, Aurelio de. Resumo Historico sobre a Santa Casa de Misericordia de Porto-Alegre. *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, Porto Alegre, 2ª série, nº 4, p. 3-8, out. 1872.

CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. *Memorias Historicas, e Politicas da Provincia da Bahia*. Tomo 1. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, 1835.

CÉZAR, Temístocles Américo Correa. Prefácio: a constituição de um panteão de papel. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 11-14.

COELHO JÚNIOR, José Antônio. *Relatorio do Estado da Santa Casa de Misericordia da Capital da Provincia do Rio Grande do Sul do ano de 1873 [...]*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1874. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

COELHO JÚNIOR, José Antônio. *Relatorio da Santa Casa de Misericordia da Capital da Provincia do Rio Grande do Sul do ano de 1879* [...]. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1879. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

CÓPIA DO REGIMENTO para o Cemitério de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia de Claudio Dubreuil, 1849. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

ELTZ, Amanda Mensch. *Entre a gratidão e o poder: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, 164 f.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

FORTINI, Archymedes. *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de P. Alegre: Relatório do ano de 1943 apresentado pelo provedor Sr. Archymedes Fortini*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1944. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

FORTINI, Archymedes. *Pôrto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. 2011. 376 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, 376 f.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

GUIMARAENS, Rafael. *A herança do Irmão Joaquim: histórias da Santa Casa*. Porto Alegre: Redactor, 1985.

INSTITUTO Historico e Geographico Brasileiro: Extracto das actas das sessões dos meses de julho, agosto e setembro. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 7, nº 27, p. 415-432, abr. 1845.

JANSEN, Carlos. Santa Casa da Misericordia. *O Guayba*, Porto Alegre, a. 2, nº 30, p. 1-2, 20 jun. 1857. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

KLIEMANN, Luiza Helena S. Da assistência à pesquisa: a trajetória da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. *Histórias reveladas IV*. Porto Alegre: ISCMPA, 2019, p. 11-33.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande* (Campos de Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

LIMA E SILVA, Luiz Manoel. *Relatorio do estado da Santa Casa da Misericordia da cidade de Porto Alegre, capital da Provincia de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Typ. de José Antonio Lessa, 1868. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

LIMA E SILVA, Luiz Manoel. *Relatorio do estado da Santa Casa da Misericordia da cidade de Porto Alegre, capital da Provincia de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. A criação do cemitério da Santa Casa e o contexto da reforma cemiterial em Porto Alegre (séc. XIX). In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 130-146.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. 2016. 250 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, 250 f.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII-XIX*. 2006. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, 362 f.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.: Joaquim Francisco do Livramento. *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo VIII, nº 3, p. 391-401, 1º trim. 1846.

PEREIRA, Ney Brasil. O arcipreste Paiva: “Uma grande figura da pequena Província”. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, a. 20, nº 3, p. 91-110, 2005. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memórias do Visconde de S. Leopoldo. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 37, pt. 2, p. 5-69, 1874.

PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

PUFAL, Diego de Leão. O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p.147-197.

PY, Aurelio de Lima. *Publicação comemorativa do centenario da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericordia, organizada pela actual Mesa Administrativa*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1926, 68 p. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SANTOS, Evandro. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagem, o historiador no tempo*. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, 186 f.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. A pedido. *O Argos da Província de Santa Catharina*, Desterro, a. 5, nº 813, p. 3-4, 19 out. 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. A pedido. *O Argos da Província de Santa Catharina*, Desterro, a. 5, nº 814, p. 3-4, 21 out. 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. A pedido. *O Argos da Província de Santa Catharina*, Desterro, a. 5, nº 815, p. 3-4, 22 out. 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. A pedido. *O Argos da Província de Santa Catharina*, Desterro, a. 5, nº 816, p. 3-4, 23 out. 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. Notícias do Irmão Joaquim. *O Argos da Província de Santa Catharina*, Desterro, a. 5, nº 867, p. 3-4, 21 dez. 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SPALDING, Walter. Documentos sobre a cidade. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, a. 2, v. 3, nº 5, p. 225-247, maio/ago. 1940.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Programa de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, 257 f.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. Apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Porto Alegre, colligidos e offerecidos à Mesa da mesma Santa Casa pelo Irmão Manoel José de Freitas Travassos em 1859. In: COELHO JÚNIOR, José Antônio. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Capital da Provincia do Rio Grande do Sul do ano de 1879 [...]*. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1879, p. 29-37. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. *Relatório do estado da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Porto Alegre [...]*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1858. Acervo do Arquivo do CHC Santa Casa.

WEBER, Beatriz Teixeira. Considerações sobre religiosidade, biografia e história: o irmão Francisco do Livramento. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 11, nº 1, p. 102-113, jun. 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; PAIVA, José Pedro. Introdução. In: PAIVA, José Pedro (Coord. Científica). *Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005, p. 7-30 (*Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, v. 4).



Capítulo 10

MONUMENTOS DE GRATIDÃO: UMA COLEÇÃO ICONOGRÁFICA DO CHC SANTA CASA

Amanda Mensch Eltz¹

Este artigo deriva-se da dissertação “Entre a gratidão e o poder: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”, defendida, em agosto de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS, sob a orientação da Professora Doutora Zita Rosane Possamai. O objetivo dessa comunicação é contextualizar o percurso museal desses bens e debater os retratos como mecanismo de afirmação de identidade e memória grupal.

CICLOS DE CRONOS: A AUTORA E A PESQUISA

Tudo tem um começo. Por isso, realiza-se um prólogo sobre a pesquisadora e a Santa Casa. Afinal, para além da “pesquisa acadêmica”, a autora tem memórias indissociáveis com essa instituição. Nasceu em 1985, momento em que a população brasileira vivenciava a reabertura política e uma grande crise social e econômica.

De uma família humilde, consequentemente, não demorou muito tempo para conhecer a velha Misericórdia de Porto Alegre. No inverno de 1990, seu

¹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL; Mestra em Museologia e Patrimônio/UFRGS; Licenciada em História/PUCRS. Porto Alegre/RS - Brasil.

pai a levou ao hospital em busca de cura para a raríssima doença dermatológica que havia se manifestado. Era noite, e havia muitas pessoas doentes aguardando na fila de atendimento.

Dentre as reminiscências, a autora se lembra da imagem e da voz de uma Irmã de caridade, velhinha, que recepcionava, triava e direcionava as pessoas. Atenciosa, perguntava: “Você tem o que comer enquanto estiver aqui?”. Isso porque a fome assolava grande parcela da população. A Irmã lhe ofereceu pão com manteiga e um copo de café com leite, mesmo o pai alertando que não necessitavam. Além desta, houve outras tantas idas ao ambulatório de Dermatologia, um local com um cheiro ímpar, que, ainda hoje, a autora recorda. Não descobriram o que ela tinha, e por isso seu tratamento, posteriormente, foi conduzido externamente.

A liquidez do tempo continuou a correr pelas linhas da vida. Acharam a cura para a sua doença, e, concomitantemente, seus pais foram admitidos como funcionários do Hospital. O pai, em fevereiro de 1991. Logo após, em 1992, a mãe ingressou no Curso de Auxiliares de Enfermagem, e em seguida foi agraciada com uma vaga assistencial no Hospital Santa Rita.

Seu pai trabalhava na Controladoria. Para fechar os balanços contábeis, era recorrente ir à Santa Casa aos finais de semana, e a filha ia junto por não ter com quem ficar. Andava pelo pátio interno, ornamentado com roseiras e outras flores, dentre elas, margaridas, as quais brincava de “bem-me-quer, malmequer”. Observava as arcadas em estilo colonial barroco português, com muitas placas fixadas em suas paredes e ficava pensando que histórias passaram por ali.

Andava pelas enfermarias desativadas, com aquelas lindas paredes, grossas, com placas e quadros fixados, e janelas grandes que promoviam luminosidade ao ambiente. Dentre as andanças infantis pelo hospital, ela visitava a Provedoria e saía assustada com os retratos dos “homens antigos da Santa Casa”. Hoje, pensa como a vida é estranha, pois quando imaginaria que um dia os reencontraria?

Cronos é astuto, não para, está sempre em movimento. Em 2003, a autora ingressou no curso de História da PUCRS, e foi no Centro de Documentação e Pesquisa (Cedop) da Santa Casa que realizou sua primeira investigação. Chegar àquele espaço, sentir o cheiro do arquivo, tocar e ver o documento pela primeira vez, certamente, é uma das lembranças mais genuínas que guarda.

Cronos prega peças? Em fevereiro de 2011, foi contratada para trabalhar no CHC Santa Casa, sendo que dentre as atividades iniciais estava a pesquisa e a documentação dos retratos “dos homens antigos da Santa Casa”. Nessa ocasião,

o grupo de trabalho do CHC realizou o registro de 88 retratos a óleo, de acordo com o sistema de catalogação atualmente vigente.

Desse primeiro contato com a coleção, ela indagava: “Por que pintavam esses retratos? Como se formou essa coleção? Quem eram essas pessoas no grupo social intitulado Irmandade da Santa Casa de Misericórdia?”. Dúvidas que, devido às prioridades de execução das demandas, ficaram silenciadas e deixadas para mais adiante.

Em 2017, com vistas a comemorar os 245 anos da cidade de Porto Alegre, o CHC elaborou a exposição intitulada *Esquinas do Tempo*. A mostra apresentou a inter-relação de personalidades retratadas, nessa coleção, com nomes de ruas, praças, parques e outros logradouros públicos da capital dos gaúchos. Para tanto, foram selecionados 11 retratos.

Para participar da seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-MusPA/UFRGS), a autora utilizou suas perguntas iniciais. Nessa instituição de ensino, começou a pesquisa a qual levantou o percurso museal² de 21 retratos pintados a óleo. Durante a execução da dissertação de mestrado, o foco argumentativo se dirigiu aos conceitos operantes da área da Museologia, dentre estes: musealidade, percurso museal, coleções e outros.

TEMPO, ESPAÇO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: A SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é uma instituição de origem portuguesa, fundada em 1803. Para gerir esse empreendimento foram nomeados como provedores³ sucessivos homens públicos (políticos, religiosos, militares, dentre outros) da Província do Rio Grande do Sul. Constituída em 1814, a Irmandade realizou, no ano seguinte, a primeira eleição, que teve a finalidade de formar a Mesa Administrativa, composta por provedor, secretário e tesoureiro (FRANCO; STIGGER, 2003).

Esse grupo teve como missão a arrecadação de esmolas e a apresentação de novos Irmãos, para a aquisição do terreno e construção dos espaços da Capela (1825) e do Hospital (1826). Com o objetivo de formalizar a estrutura organi-

2 Entende-se por percurso museal dos artefatos o processo de produção, circulação, valores e inserção no acervo museológico. Essa incorporação é regulada por interesses individuais e coletivos, tanto dos doadores quanto do museu (POSSAMAI, 2006).

3 Diretor da Irmandade Religiosa Leiga.

zacional, foi criado, em 1827, o Compromisso Institucional⁴ (FRANCO; STIGGER, 2003). Seguindo os preceitos das demais Misericórdias, nesse documento encontram-se os direitos e deveres da Irmandade, formada majoritariamente por figuras públicas com grande influência social, econômica e política no estado (ELTZ, 2019).

No século XIX, pertencer a uma irmandade religiosa leiga distinguia o sujeito no campo social. Simbolicamente, transmitia o reconhecimento espiritual perante Deus e o social diante dos homens. Nesse sentido, Isabel Guimarães Sá (1996) afirma que participar de uma Misericórdia conferia prestígio a um membro da elite, pois o acesso a esta era extremamente restrito.

Outro aspecto a ser mencionado está relacionado ao campo religioso. Ser um confrade possibilitava o conhecimento e o aperfeiçoamento dos valores católico-cristãos. Isabel Guimarães Sá (1996) ressalta ainda que a fé na doutrina católica, a crença na vida eterna ao lado de Cristo e, consequentemente, a necessidade da salvação da alma, foram cruciais para a consolidação das práticas caritativas de doação aos pobres. Essa ação foi intitulada por Charles Boxer (2002) de *troca de dádivas* e fortaleceu a formação e ascensão dos “benfeitores de pobres” nas irmandades religiosas leigas, dentre elas, as Misericórdias. Para incentivar esse mecanismo de *troca de dádivas*, as Santas Casas estabeleceram preceitos reguladores, presentes nos Compromissos Institucionais.

O documento da Santa Casa porto-alegrense exibe o sistema social da Irmandade, assim como expõe as gratificações aos confrades que contribuíram financeiramente ou por serviços prestados à Instituição. Na promoção e reconhecimento desses Irmãos, perante o grupo social da confraria, estavam as seguintes titulações: Irmão Zelador, para os que prestaram serviços importantes, sem retorno financeiro; Irmão Benemérito, destinado aos que serviram à instituição e contribuíram financeiramente; e, por fim, Irmão Benfeitor Benemérito, destacando aqueles que contribuíram com valores acima de vinte contos de réis (COMPROMISSO INSTITUCIONAL SCMPA, 1857).

Esse documento apresenta as prerrogativas e estabelece as diretrizes de acordo com a contribuição do Irmão, sendo as formas de reconhecimento assim descritas:

4 Este documento regulador foi criado pela Misericórdia de Lisboa e tinha por objetivo normatizar as ações da instituição e seus confrades. Devido a sua eficiência e reconhecimento régio do documento, difundiu-se por todas as Santas Casas portuguesas, fortalecendo as normas sociais do Estado em diferentes localidades do Império (SÁ, 1998). Logo por meio de mecanismos de coesão no *habitus* (BOURDIEU, 1996), o governo e a elite das diferentes regiões portuguesas foram reconhecidos como agentes de assistência social.

1. Serão também considerados benfeitores, todos os fiéis que por sua morte deixarem a quantia de um conto de reis líquidos, seja em moeda corrente ou em bens que tal quantia produzam, e a estes se dará no cemitério sepultura por cinco anos, além dos que a lei permite.
2. Aos que deixarem cinco contos de reis, e daí para cima, por vinte anos.
3. Se as esmolas deixadas excederem de dez contos de reis, não só terá sepultura por quarenta anos, como se lhe mandará levantar um monumento modesto sobre sua sepultura.
4. Se, porém, se a esmola chegar a vinte contos de reis, ou exceder, a sepultura será por cem anos, colocando-se lhe igualmente um monumento sobre ela, e além disso lhe mandará celebrar um ofício solene, com o qual poderá depender até a quantia de um conto de reis, mandando-se lhe tirar retrato, que será colocado na respectiva galeria (COMPROMISSO INSTITUCIONAL, 1857, p. 31).

O ato de homenagem através do retrato intitula-se, entre 1826 a 1896, de *Monumento de Gratidão*. Entende-se o conceito de monumentos como dispositivos concretos apresentados para informar por meio da tridimensionalidade, tal qual perpetuar um personagem ou fato a futuras gerações. Na Santa Casa de Porto Alegre, esse retrato monumento foi um instrumento de memória com um triplo papel: comemorar algo importante, homenagear aquele que o promoveu e enaltecer e incentivar as obras caritativas.

Consequentemente, indaga-se: “Existe outro objetivo para além da preservação da memória na promoção e exibição dos retratos?”. No Compromisso de 1857, evidencia-se:

A mesa lhe dará testemunho público e permanente, mandando levantar o seu retrato e colocá-lo na galeria a par dos outros benfeitores, não porque esta demonstração de gratidão interesse àqueles a quem se faz esta honra, mas pelo estímulo que deve inspirar nos outros irmãos, de que a Santa Casa muito pôde esperar (COMPROMISSO INSTITUCIONAL SCMPA, 1857, p. 8).

Pela ação simbólica de fixação de imagem através de exposição, percebe-se que a cúpula da Irmandade compreende as pinturas como um instrumento pedagógico. Assim, o ato de exibir os retratos reafirma o valor do benfeitorado, ou

seja, é uma reafirmação da ideia, a qual intitula-se “confrade ideal”. Consequentemente, por meio desse tributo, objetiva-se despertar entre os pares a consciência coletiva para a manutenção da assistência social. Assim, compreende-se que os retratos eram semióforos do “confrade ideal”, um modelo a ser seguido por todos os Irmãos.

É possível perceber, nos excertos citados do Compromisso de 1857, a exaltação, a gratidão do benfeitorado. Por isso, sua memória é transformada em signo exposto ao olhar. Assim, os quadros se revelam instrumentos portadores de sentidos simbólicos fundamentais para preservação da história social da Irmandade. Por conseguinte, esses dispositivos imagéticos – os retratos – são instrumentos da memória coletiva.

Sobre memória, Pierre Nora (1993), no artigo *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*, problematiza e ressalta que os lugares de memória “são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12) materiais e simbólicos, os quais são instrumentalizados por uma sociedade, a partir de um discurso político. Portanto, para existir o dispositivo de memória é necessária a existência de instrumento político grupal. Este fomenta a existência material, funcional e simbólica do bem patrimonial.

O autor afirma que não há memória espontânea. Esta é criada e narrada – pela forma oral ou por signos –, e para sua perpetuação promovem-se mecanismos de celebrações desses testemunhos do passado. Consequentemente, acontecem deslocamentos do “histórico ao psicológico, do social ao individual, do transmissivo ao subjetivo, da repetição à rememoração. Inaugura-se um novo regime de memória [...]” (NORA, 1993, p. 18). Enfim, é uma prática mutável, influenciada pelo momento histórico da sociedade que a rememora.

Refletindo sobre os mecanismos de construção e de enquadramentos da memória, (POLLAK, 1992), cultivados na confraria, verifica-se a promoção de acontecimentos, personagens e lugares, na forma concreta vivida, por projeção ou transferência de informações. É um fenômeno construído, alicerçado entre a articulação, a estruturação e a expressão das informações no tempo e espaço, visando à organização de um fato (POLLAK, 1992). Nessa perspectiva, os retratos destinavam-se a preservar a história social da confraria, de suas práticas e ritualísticas. São imagens legadas com fins de reconhecimento de valores tradicionais associados à identidade, “de si, para si e para os outros”, desta célula: os Irmãos benfeitores (POLLAK, 1992).

Fruto do conteúdo produzido pela identidade grupal, a memória é um instrumento que fomenta o sentimento de pertencimento. A associação entre me-

mória *oficial* e *subterrânea*,⁵ identidade e coletividade se mostra fundamental para a fruição das funções operacionais de sociabilidade:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos consistentes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações e etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 09).

Elsa Peralta (2007) complementa as afirmações de Michel Pollak (1989; 1992) sobre a memória, ressaltando que as representações são tradições inventadas e manipuladas para servir às necessidades sociais do grupo que as produziu. Logo, é necessário verificar como o índice de memória foi utilizado socialmente aos propósitos em diferentes tempos, para a coesão grupal e construção de uma memória oficial. Assim, os personagens selecionados a figurar no Salão Nobre são instrumentos de coesão grupal no espaço da Misericórdia de Porto Alegre. Por meio dessa tradição ritualística, garantida pelo Compromisso (1857), foi possível difundir e preservar os valores caritativos e as ações de benemerência através dos séculos XIX e XX.

Pierre Bourdieu (1996) define que as práticas sociais e culturais – individuais e coletivas – são lutas hierárquicas por representação que acontecem no *habitus*. Esse espaço em associação com o grupo social promove juízos de valores e significações da realidade, as quais classificam e caracterizam as representações dos agentes e grupos sociais em formas distintas: “O eu e os outros” (BOURDIEU, 1996). Entende-se, assim, os benfeitores representados como ícones de distinção no campo social da Irmandade.

Ao encontro desses apontamentos, Roger Chartier (2011) afirma que as representações são resultantes de realidades factuais do meio social e podem ser perpetuadas por narrativas orais, escritas e imagéticas. Chartier (1990) também sustenta que, baseado nas percepções, os agentes sociais (individual ou coletiva-

5 A memória oficial é pública, com quadros de memória estabelecidos e reconhecidos perante todos. Já a memória subterrânea está associada à narrativa considerada pelo autor indizível, silenciada, geralmente, no âmbito privado ou de pequenos grupos, a qual é transmitida informalmente pela oralidade.

mente) produzem narrativas com vistas a apresentar “alguém distinto” – nesse cenário, o Irmão Benfeitor. Pode-se observar tal prática em menções nos relatórios da Provedoria e até no próprio retrato. Tudo que ali está narrado é resultado de uma escolha para exaltar, servir de exemplo e guardar na memória e na história.

Essa reprodução cultural apresenta traços de identidade ou de uma tradição inventada: retratar benfeitores. Uma forma ou “um processo em que um grupo mantém sua posição na sociedade” (BURKE, 2008, p. 77). A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre produziu, ao longo de sua jornada histórica, classificações e divisões, tal qual regramentos comportamentais e de conduta através de seu compromisso institucional. Assim, as representações de benfeitores são distinções no *habitus*, ou seja, um instrumento de poder. Sandra Pesavento (2008, p. 40) afirma sobre as representações:

Há uma exposição ou representação de algo ou alguém que se coloca no lugar de outro, distante do tempo e do espaço. Aquilo/aquele que se expõe – o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão (PESAVENTO, 2008, p. 40).

Por conseguinte, as imagens de benfeitores visam a apresentar e perpetuar os valores de caridade, expressos no compromisso institucional, tal qual promover a especulação de sujeitos com potencialidade a perfilarem como vultos na distinta coleção de imagens dos “confrades ideais”. Essa representação simbólica, destinada a ser vista pela sociedade, estabeleceu hierarquias e distinções entre estes (benfeitores) e aqueles (demais irmãos), criando, assim, delimitações no espaço de poder.

Todo espaço ou território é uma projeção de imaginários sociais que apresentam marcas de esforços pró-memorialização, através de narrativas estampadas pela coletividade. Ao se investigar o espaço, encontram-se os graus de consensos e conflitos em diferentes tempos, e geralmente acontecem pela ação de narrar ou não, de celebrar ou não a memória (SCHIENDEL, 2009).

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre se deparou inúmeras vezes em discussões, em especial, sobre o Salão Nobre e sobre a preservação desses bens patrimoniais, apropriando-se ou não desse espaço de memória, em especial no século XX. Nessa parte do estudo, percebe-se que as pinturas do século XIX exaltam a benemerência para caridade e valores garantidos no

Compromisso, através da exibição do semióforo do confrade ideal em imagem. A prática cultural de distinção entre Irmãos acontecia no *habitus*, o Salão Nobre,⁶ aqui entendido como o local de força simbólica visando ao poder de dizer, fazer e definir o que é real no meio social (BOURDIEU, 1996). Esse sistema de condecoração de Irmão, através do retrato, esteve presente no cenário institucional, até à década de 1960. Após, adentra em declínio devido à crise financeira da instituição.

Ainda sobre o espaço de exibição, no Salão Nobre, em 1919, após inúmeras transformações estruturais e físicas do prédio, ocorre a instalação do “gabinete de RX”. O provedor em exercício, anteriormente a essa mudança, defendia a não alteração do local e utilizou a galeria de vultos históricos como argumento. Esse debate acalorado definiu um novo espaço de exibição, tal qual a conservação dessas obras pelo ateliê Callegari (LIVRO DE ATAS DA PROVIDORIA [...], v. XIII, 14/05/1917–26/01/1923).

Novamente, devido à necessidade de expansão das áreas assistenciais, em 1937, o Salão Nobre foi desinstalado, dando lugar à 29ª Enfermaria de Medicina de Mulheres, conforme trecho abaixo:

Instalação de uma enfermaria provisória no Salão Nobre [...] é uma solicitação do Professor Antônio Saint Pastous, endereçada à Providoria [...]. O Irmão Cel. Provedor, procedendo a leitura de tal documento, científica houvera autorizada a conversão, em face das assinaturas de quase todos os Mesários, que concordaram com tal medida, visto a premente falta de leitos para novas hospitalizações (RELATÓRIO DA PROVIDORIA SCMPA, 1938, p. 53).

Em 4 de setembro de 1943, aconteceu a inauguração da Galeria de Benfeitores, ato que contou com a presença da imprensa, de políticos e militares. O espaço expositivo ficava localizado na arcada que liga o Pavilhão Daltro Filho ao Hospital São Francisco, sendo o respectivo projeto de autoria do escultor André Arjonas. A galeria objetivava introduzir as homenagens aos doadores que contri-

6 Os retratos dos Irmãos eram encomendados com o objetivo de distinguir o Irmão Benfeitor dos demais membros do grupo social. Esse personagem recebia o retrato devido à contribuição financeira ou por inestimáveis serviços à Instituição. A tela a óleo, após solenidade prevista no Compromisso Institucional, era exposta ao olhar no Salão Nobre, espaço social onde circulavam todos os Irmãos. Com o decorrer dos anos, a Santa Casa, além da exposição no Salão Nobre, constituiu a galeria de beneméritos, composta por “personagens ilustres” do estado.

buíram com a modernização do Hospital⁷ (RELATÓRIO DA PROVIDORIA SCMPA, 1943).

Figura 1 – Entrega de presentes a filhos de funcionários do Hospital (Salão Nobre)



Fonte: acervo do ACHCSC. Fotografia desconhecido (1943)

Figura 2 – Solenidade na Galeria de Benfeitores



Fonte: acervo do ACHCSC. Fotografia desconhecido (1943)

⁷ Nesse momento foram criados três hospitais e inaugurados serviços especializados em Pediatria, Hemoterapia e Neurologia.

Em 1954, após a saída da 29ª Enfermaria de Mulheres, foi reinaugurado o Salão Nobre e, concomitantemente ao ato, realizou-se a ritualística de condecoração pelo retrato aos Irmãos Ivo Correia Meyer e Carlos Ferreira D’Azevedo (RELATÓRIO DA PROVIDORIA SCMPA, 1954). Na documentação arquivística da Instituição, é de 1957 a última referência à produção de imagens. Outro movimento importante de ser analisado é o declínio desse processo de homenagear pelo retrato, tal qual a preservar o patrimônio.

Na década de 1970, no âmbito nacional e internacional, aconteceram inúmeras ações de ordem preservacionista do patrimônio. Em 1972, promulgou-se a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Unesco) e a Carta de Restauo (Iphan). E, em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), vinculado em 1979 à Fundação Pró-Memória do Ministério de Educação. Esses instrumentos legais e de gestão promoveram os processos de preservação, conservação, restauro, pesquisa e comunicação do patrimônio brasileiro (FONSECA, 2017).

De forma semelhante às demais capitais brasileiras, em Porto Alegre sobrevivem inúmeras ações dos “amigos do patrimônio” (POULOT, 2012), especialmente em relação à preservação dos prédios históricos da cidade.⁸ Devido à ressonância do movimento, promulgou-se a Lei nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978, que dispõe sobre esses bens no estado. A legislação embasou inúmeras ações dentro da perspectiva preservacionista, assim como a criação de espaços de memória.

Na década de 1970, momento de efervescência e valorização do patrimônio cultural, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre estava em meio a uma crise financeira. Em 1975, devido à falta de manutenção predial, o telhado do Salão Nobre sofreu avarias que danificaram inúmeros retratos. Nessa ocasião, foi realizado um termo de cooperação técnica entre a Instituição e o Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o restauro de 35 telas a óleo. O trabalho técnico foi realizado por Ado Malagoli e por sua assistente Roseli Jahn entre os anos 1975 e 1978.

No término do serviço, devido à inexistência de um espaço de guarda e exposição dos quadros, Malagoli sugestiona a transferência por comodato de 21 retratos ao Theatro São Pedro, documento firmado entre as instituições, em 1978. No teatro, os representados receberam uma nova configuração de memória: personagens da história do Rio Grande do Sul. Devido a essa nova segmen-

8 A ação foi liderada por intelectuais, dentre eles: Sérgio da Costa Franco, Júlio Nicolau Barros Curtis, Leandro Telles, Alberto André, Paulo Xavier e Francisco Riopardense de Macedo. Esse colegiado debateu com o governo e com a população a necessidade de elaboração do inventário do acervo arquitetônico histórico do estado (POSSAMAI, 2006).

tação, dois retratos foram destinados a outras instituições, sendo eles: o de Lopo Gonçalves Bastos (Museu Municipal Joaquim José Felizardo) e o do Visconde de São Leopoldo (Solar dos Câmara).

Posteriormente, entre os anos 1997 e 2001, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, por meio do Centro Histórico-Cultural Santa Casa, realizou a reincorporação desses bens à Instituição. Na ocasião, algumas efígies pintadas a óleo foram restauradas, e parte dos bens, realocados no espaço simbólico: o Salão Nobre. Contudo, a pesquisa sobre os personagens e seus retratistas, aquisição e percurso social e dos objetos não foi efetuada.

Dessa forma, as pesquisas realizadas em 2012 (inventário) e 2017 (exposição) e a dissertação de mestrado foram instrumentos ímpares para reler esse patrimônio silenciado pelo tempo. Contudo, a pesquisa não se concluiu. Atualmente, segue ligada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, sendo o presente trabalho realizado com apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

ANEXO A

As obras estudadas na dissertação de mestrado foram:

Quadro 1 – Relação de retratos

N.	NOME	ANO	MEDIDAS
01	Retratado Luiz Correa Teixeira de Bragança	1832	Altura: 91 cm
			Largura: 70 cm
	Retratista Manuel José Gentil		Profundidade: 2,20 cm
			Técnica: óleo sobre tela
01	Retratado: José Feliciano Fernandes Pinheiro Visconde de São Leopoldo	1826/ 1827	Altura: 91 cm
			Largura: 70,50 cm
	Retratista: desconhecido		Profundidade: 2,20 cm
			Técnica: óleo sobre tela
02	Retratado: João Mattos Vieira	1826/ 1827	Altura: 92 cm
			Largura: 73 cm
	Retratista: desconhecido		Profundidade: 2,50 cm
			Técnica: óleo sobre tela
03	Retratado: José Ignácio da Silveira	1832	Altura: 94 cm
			Largura: 71,80 cm
	Retratista: desconhecido		Profundidade: 1,10 cm
			Técnica: óleo sobre tela

04	Retratado: José Francisco da Silveira Cazado	Sem data	Altura: 94 cm
	Retratista: Manoel José Gentil		Largura: 71 cm
05	Retratado: Capitão Manoel José P. da Silveira Cazado	1832	Profundidade: 2,50 cm
	Retratista: desconhecido		Técnica: óleo sobre tela
06	Retratado: Tenente Manoel José Leão	1842	Altura: 93,50 cm
	Retratista: Manoel Luiz Corrêa		Largura: 71,50 cm
07	Retratado: Antônio Martins Barbosa	1833	Profundidade: 2,30 cm
	Retratista: desconhecido		Técnica: óleo sobre tela
08	Retratado: Antônio Rodrigues Bellas	1832	Altura: 92,50 cm
	Retratista: desconhecido		Largura: 71 cm
09	Retratado: Saturnino de Souza e Oliveira	1842	Profundidade: 2,70 cm
	Retratista: desconhecido		Técnica: óleo sobre tela
10	Retratado: José Joaquim dos Passos	1831	Altura: 108 cm
	Retratista: desconhecido		Largura: 77 cm
11	Retratado: Coronel Bibiano José Carneiro da Fontoura	1844/ 1848	Profundidade: 1,30 cm
	Retratista: desconhecido		Técnica: óleo sobre tela
12	Retratado: Luís Alves de Lima e Silva Duque de Caxias	1844/ 1848	Altura: 110 cm
	Retratista: desconhecido		Largura: 77 cm
			Profundidade: 2,00 cm
			Técnica: óleo sobre tela
			Altura: 110,50 cm
			Largura: 78 cm
			Profundidade: 2,10 cm
			Técnica: óleo sobre tela

13	Retratado: Coronel João Antônio Paiva	1844	Altura: 91,50 cm
			Largura: 70,50 cm
14	Retratista: desconhecido		Profundidade: 1,50 cm
			Técnica: óleo sobre tela
14	Retratado: Manoel José Freitas Travasso	1858	Altura: 100 cm
			Largura: 81 cm
15	Retratista: desconhecido		Profundidade: 1,60 cm
			Técnica: óleo sobre tela
15	Retratado: João Rodrigues Fagundes	1859	Altura: 101 cm
			Largura: 81,50 cm
16	Retratista: desconhecido		Profundidade: 2,00
			Técnica: óleo sobre tela
16	Retratado: Lopo Gonçalves Bastos	1861	Altura: 101 cm
			Largura: 92 cm
17	Retratista: Bernardo Grasselli		Profundidade: 2,50 cm
			Técnica: óleo sobre tela
17	Retratado: Manoel Fernandes	1862	Altura: 92,80 cm
			Largura: 72,50 cm
18	Retratista: desconhecido		Profundidade: 2,40 cm
			Técnica: óleo sobre tela
18	Retratado: Leocádia Fagundes Telles	1863	Altura: 92 cm
			Largura: 76 cm
19	Retratista: Bernardo Grasselli		Profundidade: 1,50 cm
			Técnica: óleo sobre tela
19	Retratado: Visconde de Rio Grande	1880	Altura: 115,50 cm
			Largura: 99,60 cm
20	Retratista: Antônio Cândido de Menezes		Profundidade: 3 cm
			Técnica: óleo sobre tela
20	Retratado: Joaquim Pedro Salgado	1890	Altura: 116 cm
			Largura: 97 cm
21	Retratista: Balduino Böhring		Profundidade: 1,50 cm
			Técnica: óleo sobre tela
21	Retratado: Julio Prates de Castilhos	1896	Altura: 125,50 cm
			Largura: 96,50 cm
21	Retratista: Guilherme Litran		Profundidade: 2 cm
			Técnica: óleo sobre tela

Autoria: Amanda Mensch Eltz (2019)

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- ELTZ, Amanda Mensch. *Entre a gratidão e o poder: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FONSECA, Maria Cecília L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 35, p. 158-170, 2017.
- NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>> . Acesso em: 20 jul. 2018.
- PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: resenhas críticas. *Antropologia, Escala e Memória*, nº 2, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p.3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O circuito social da fotografia em Porto Alegre. In:

Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 14, nº1, p. 263-239, jan./jun. 2006.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. As confrarias e as misericórdias. In: OLIVEIRA, César. *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 55-60.

SCHINDEL, Estela. *Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano*. Política y Cultural, nº 31, 2009.

Fontes documentais

COMPROMISSO INSTITUCIONAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA). Porto Alegre [apresenta escrita cursiva], 1857.

COMPROMISSO INSTITUCIONAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA). Porto Alegre [diversos anos].

LIVRO DE ATAS DA PROVEDORIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA), v. XIII (14 maio 1917–26 jan.1923).

RELATÓRIO DA PROVEDORIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA) do exercício de 1937, apresentado pelo provedor Coronel Luiz Gonzaga Borges da Fonseca. Porto Alegre: Tipografia Livraria do Globo, 1938.



Capítulo 11

A CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS E OS BATISMOS DOS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1838-1861)

Diego de Leão Pufal¹

Dando seguimento à pesquisa veiculada no *Histórias reveladas* VI, intitulada *A Capela do Senhor dos Passos e os casamentos dos enfermos e expostos da Santa Casa de Porto Alegre*, no presente artigo são abordados os registros de batismos dos expostos realizados na dita Capela, durante os anos de 1838-1861.

Para tanto, foram compilados os batistérios deste 1º livro da Capela do Senhor dos Passos,² cujo original está custodiado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Cada registro compreende a data do batismo, o dia em que foi exposta a criança, os nomes dos padrinhos e outra informação porventura existente, como a cor ou a filiação.

Antes de passar a algumas análises e curiosidades dos dados extraídos, é necessário tecer breves linhas acerca da Capela do Senhor dos Passos e da Roda dos Expostos, a fim de situar o leitor no tempo e no espaço.

¹ Genealogista, Analista Jurídico do TJSC e Sócio correspondente do IHGRGS. Imbituba/SC - Brasil.

² Compilados de 1838-1861. Após, por determinação do bispo de Porto Alegre, os batismos não mais foram lançados nesse livro, mas nos das respectivas igrejas. Somente em 1894, inicia-se o 2º livro de expostos atrelado à mencionada capela. Os dados compilados foram descritos no Anexo A.

A CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS

Desde o início da Santa Casa gaúcha, a Capela do Senhor dos Passos foi uma de suas prioridades, ao lado da construção do seu hospital. A existência de uma capela era indissociável às obras das Misericórdias e dos objetivos da Instituição. No caso de Porto Alegre, a capela foi utilizada para variados rituais eclesiais e eventos sociais, tendo sido ponto de encontro de cortejos fúnebres de Irmãos e familiares, de missas, de procissões e outras atividades. Serviu de sepultura a alguns dos Irmãos e parentes destes em seus primeiros tempos, de local de casamento de enfermos e expostos, bem como de muitos batizados de crianças enjeitadas e filhas de integrantes da Irmandade,³ desde o seu princípio, ainda na década de 1820. Portanto, esse templo não foi mero adorno ou simples *materialização* da fé cristã, mas algo bem maior e significativo.⁴

A RODA DOS EXPOSTOS

Comumente, encontram-se em documentos antigos os termos *exposto* e *enjeitado*, referindo-se às crianças que foram abandonadas por seus pais, por inúmeros motivos, desde a impossibilidade de lhes dar uma criação digna até mesmo como forma de acobertar o fruto de uma gestação não desejada ou ilícita. Essa criança tinha de ser *descartada* e, assim, exposta/enjeitada, fosse na casa de alguma família de posses, fosse na de algum familiar ou instituição, objetivando dar guarida e assistência ao infante. Como anotam Franco e Stigger (2003, p. 50): “O idioma consagrou o termo ‘enjeitado’ para essa criança que a miséria, o pudor ou o preconceito materno levavam a abandonar na calada da noite, na esperança de que viesse a ter melhor sorte em mãos alheias”.

Em razão dessa infeliz realidade social que até os dias de hoje perdura, foi necessário regulamentar e passar ao governo local, no caso às Câmaras Municipais, o encargo de proteger as crianças abandonadas, isto no Brasil Colônia. No caso da capital gaúcha,

3 Conforme resolução da Mesa Administrativa da Santa Casa, em sessão realizada a 24 de abril de 1849, ao agradecer formalmente a doação feita pelo Irmão Joaquim Maria de Azevedo Guerra de uma pia batismal de mármore para a Capela do Senhor dos Passos, para o batismo dos filhos dos Irmãos e dos expostos (ISCMPA, 1997, p. 61).

4 Para maiores detalhes, consultar o artigo *A Capela do Senhor dos Passos e os casamentos dos enfermos e expostos da Santa Casa de Porto Alegre*, de Diego de Leão Pufal (2019).

[...] em sua primeira sessão realizada em Porto Alegre a 6/9/1773, os camaristas acordaram que porquanto se tinham exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao Procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitavam determinaram todos que o Procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes [...]. (FRANCO, 1998, p. 158).

Contudo, os gastos para a manutenção dessas crianças eram consideráveis, pois havia pagamento àqueles que se candidatassem à criação desses *enjeitados*. Por conta desse dispêndio, em 1830 houve uma proposta para que a Santa Casa de Misericórdia passasse a cuidar dos expostos, projeto que não foi aceito (FRANCO; STIGGER, 2003, p. 50). Porém, anos depois, notadamente pela circunstância da Revolução Farroupilha, a Assembleia Provincial aprovou a Lei nº 9/1837, passando o encargo da tutela e manutenção dos expostos à Santa Casa.

Assim, a Santa Casa de Porto Alegre, com essa obrigação, passou a adotar a Roda dos Expostos, comum às Misericórdias desde o século XV, perdurando até 1940. A sistemática da roda consistia em uma estrutura capaz de receber a criança abandonada e seus pertences, com uma abertura para a via pública. Essa criança era lançada à roda, a qual era girada e recebida pela rodeira ou porteira no interior da instituição, lançando-se em livro o número de entrada, sexo, cor, idade aparente, estado de saúde, dia, hora, roupas e objetos que a acompanhavam e eventual bilhete, *se algum dia viesse ser procurada* (FLORES, M., 2009, p. 155).

A porteira ou rodeira era nomeada pela Mesa Administrativa da Santa Casa e devia preferencialmente ser *mulher de avançada idade, e de costumes honestos*. As crianças eram então cuidadas pelas amas de leite e amas de criação, as últimas requisitadas entre as expostas adultas e eram pagas pelos seus serviços (ISCMPA, 1997, p. 11). As *mães criadeiras*, mulheres que se disponibilizavam mediante pagamento, poderiam criar os expostos até os 7/8 anos de idade, após prévio requerimento e averiguação de algumas condições pela Mesa da Santa Casa. Depois, a criança deveria ser devolvida à Instituição, pois, do contrário, não haveria pagamento. Quando a criança completasse 12 anos, a responsabilidade seria transferida ao juiz de órfãos.

De outro lado, porém, menciona Jurema Mazuhy Gertze (ISCMPA, 1997, p. 11-12, grifo da autora):

As pessoas que desejassem criar algum exposto sem receber pagamento por isso, numa atitude humanitária, poderiam fazê-lo, e, neste caso, teriam direito a ‘dá-lo para o serviço do exército em lugar de algum filho seu sujeito ao recrutamento’. O destino das crianças era quase sempre a adoção. Entretanto, se ao atingir a idade de sete ou oito anos, ainda permanecessem na Casa da Roda, os meninos eram encaminhados ao Arsenal de Guerra [...]. As meninas permaneciam na Casa da Roda trabalhando como Amas de Criação e esperando que alguém se interessasse em casar-se com elas [...].

Em outras situações, pela impossibilidade de enjeitar o órfão à Roda dos Expostos, por se tratar de adolescentes e até mesmo de adultos, foram feitos pedidos à Mesa da Irmandade com o objetivo de acolhimento institucional, que foram indeferidos: Lina Maria da Silveira requereu a admissão de sua filha menor órfã na Casa da Roda, em razão de seu estado de pobreza, o que foi negado em 19 de maio de 1844 (ISCMPA, 1997, p. 45); Vicente José dos Santos solicitou que fosse recolhida à Casa da Roda a órfã Maria Joaquina da Silva, de 26 anos, pobre e demente, mas *sossegada*, pedido inacolhido em 28 de fevereiro de 1846 (*Ibid*, p. 50); e o enfermeiro da Santa Casa, Martinho Antônio dos Santos, pediu à Mesa para que fosse recolhida à Casa da Roda sua cunhada órfã, Leopoldina, por não ter como sustentá-la pelo salário que recebia, pleito que foi inadmitido em 16 de junho de 1850 (*Ibid*, p. 70). Já em outro caso, a órfã de 15 anos, Rosa Manuela da Conceição, que vivia com a avó muito idosa e sem condições de socorrer em suas necessidades, pediu para ser aceita na Casa dos Expostos com uma escrava, ela na qualidade de criada para ensinar as meninas a ler, cozer e bordar, e a escrava, para cozinhar, o que foi aceito pelo mordomo dos expostos em 6 de julho de 1851 (*Ibid*, p. 79-80).

A título de curiosidade, durante a vigência da Roda dos Expostos de Porto Alegre (1838-1940), foram abandonadas 2.554 crianças (FLORES, H., 2015, p. 94). De um levantamento mais apurado feito pela Equipe do CHC, tem-se que, durante os anos de 1838 a 1857, foram 880 crianças expostas; de 1857 a 1874, 794; de 1875 a 1891, 563 e de 1891 a 1934, 307.

Fato é que, apesar da desumanidade em expor um recém-nascido, por *miséria quer material, quer moral* (FLORES, H., 2015, p. 94), cada criança e suas mães

tiveram peculiar história, vivendo verdadeiro drama familiar, social e econômico. Muitas abandonaram seus filhos recém-nascidos por extrema necessidade e sem esperanças de lhes dar um futuro digno; outras enjeitaram suas *crias* com a expectativa de ser algo momentâneo, com a certeza de que as teriam novamente e que estariam bem cuidadas até o reencontro. A Santa Casa conseguiu suprir a falta e dar guarida a esses enjeitados, por mais de cem anos, cumprindo uma das obras das Misericórdias.

DADOS DO 1º LIVRO DE BATISMOS DE EXPOSTOS E ALGUMAS ANÁLISES

Do exame desse primeiro livro de batismos extraem-se diversas questões, talvez não abordadas até então, de cunho histórico, social, político e econômico. A começar pelo introito do livro, datado de 1º de fevereiro de 1838, dando conta de que os batismos foram lançados com licença do vigário de Porto Alegre, sinalizando que, até então, os registros eram feitos na igreja Matriz, na Madre de Deus – o que seu deu por deliberação da Assembleia Provincial, em sessão da Mesa de 21 de janeiro de 1838 (ISCOMPA, 1997, p. 15). Já em 1841, o capelão João Inácio de Mello achou em algumas gavetas da Sacristia vários assentos de batismos de expostos em *retalhos de papel*, lançando-os no livro para que não se perdessem, a indicar certa negligência de seu antecessor, o padre Orestes Rodrigues de Araújo. Em 1854, quando o capelão Hildebrando de Freitas Pedroso assumiu a capelania no lugar do padre João Inácio, registrou a existência de “vários assentos de baptismos celebrados pelo meu antecessor [...] ainda por se lançarem” no livro. Enquanto, em 1861, o capelão José Joaquim da Purificação Teixeira escreveu que não faria mais os assentos de batismos dos expostos, em razão de uma “Pastoral do Excellentissimo Senhor Bispo Diocezano Dom Sebastião Dias Laranjeira”.

Durante os 23 anos em que perduraram os registros de batismos na Capela do Senhor dos Passos, atuaram 11 padres: Constâncio Lopes de Sant’Anna (a partir de 1856); Firmino José de Mendonça (1856-1860); Francisco de Santa Isabel Athayde (1860-1861); Francisco Ferreira Leitão (em 1838, foi também provedor da Santa Casa); Hildebrando de Freitas Pedroso (1854-1855); João Ignacio de Mello (1841-1854); José Joaquim da Purificação Teixeira (1861); Manuel Carlos Ayres de Carvalho (1856); Orestes Rodrigues de Araújo (1838-1841); Santiago Luiz Villarrubia (padre missioneiro, 1855-1856) e Vicente Zeferino Dias Lopes (1855-1860).

No período de 1838-1861, apesar da lacuna entre os anos de 1843-1846, foram batizadas 717 crianças – entretanto, de acordo com o Relatório do Presidente da Província do ano de 1864, foram expostas na Santa Casa de Porto Alegre, de 1º de janeiro de 1838 a 31 de maio de 1863, 1.144 crianças, 529 do sexo masculino e 615 do feminino, sendo que 711 faleceram. Sabidamente, muitas delas foram batizadas antes de serem lançadas à roda, conforme se verifica de alguns assentos no livro de batismo e dos bilhetes que acompanharam alguns dos infantes, sem olvidar de outras circunstâncias que levaram ao acolhimento institucional de algumas crianças.⁵ Na década de 1830, com início dos assentos em 1838, foram batizadas 48 crianças; na década de 1840, com o hiato mencionado, foram 171; na década de 1850, foram 421, e de 1860 a 1861, 77 infantes.

Os números mais acentuados nas décadas de 1840 e 1850 não foram propositais, devendo-se muito creditar às consequências econômicas, políticas e sociais da Revolução Farroupilha, que, como tal, aumentou as agruras sociais. Tal circunstância refletiu-se inclusive no vestuário e nos adornos dos expostos, como exemplificou a historiadora Hilda Hübner Flores (2009, p. 160) ao citar o caso do menino Sezefredo, enjeitado em 1846, na roda, o qual foi envolto em *um pedaço de pano azul de capote de soldado*.

Do total de 717 registros, por volta de 30% fazem referência à cor da criança, sendo 181 brancas, 24 pardas, três pretas, três crioulas, três mestiças, uma cabra, uma trigueira e uma *achinada*. Além disso, 24 crianças foram batizadas em perigo de morte, *in extremis* ou *in articulo mortis*, sendo que nove delas, ao menos, faleceram logo após. A essas nove crianças, somam-se outros casos, citando-se como exemplo alguns deles, conforme levantamento feito pela equipe do CHC. Como o caso da menina Cristina, a primeira exposta na roda, em 29 de janeiro de 1838, batizada na Capela, aos 19 de março de 1838, e falecida no dia 21 de agosto de 1839. Cristina, como consta no livro de Matrícula de Expostos, foi enjeitada à casa do coronel Venceslau de Oliveira Bello, na noite do dia 27 de janeiro daquele ano, e foi recolhida à Santa Casa dois dias depois, trazendo consigo quatro camisas, uma toalha, um cinteiro riscado e dois lencinhos de três pontas. Tam-

5 Citam-se, por ex.: a) o requerimento de Francisco de Lemos Pinto, testamenteiro de Inácio Rodrigues, para que fosse admitida na Casa da Roda a Francisca, *doente mental*, o que foi aceito pela Mesa da Santa Casa em sessão do dia 22.8.1841 (ISCMPA, 1997, p. 31); e b) a consulta feita pelo Presidente da Província ao Provedor, para que fossem recebidas 3 menores que se achavam na prisão em Porto Alegre com seus pais, indiciados por assassinato, até que pudessem dar outro destino, o que foi aprovado em 15.6.1854 (ISCMPA, 1997, p. 103).

bém o caso de Maria, exposta a 14 de dezembro de 1843, branca, recém-nascida, envolta em um lençol de pano de linha de dois panos, a qual estava toda pisada, esvaindo em sangue pelo umbigo, tendo falecido às 11 horas do mesmo dia. E ainda a menina Genoveva, exposta a 23 de abril de 1851, branca, recém-nascida, com o rosto muito roxo, demonstrando ter sido pisada, batizada a 30 de abril e falecida a 6 de maio de 1851.

Do todo (717 crianças), quase a totalidade dos batismos se deu na Capela do Senhor dos Passos, com exceção de Cristina Maria Teresa e outros que foram batizados antes de serem expostos. Do mesmo modo, quase todas as crianças foram enjeitadas na roda, salvo algumas em Belém Velho, em razão da distância do centro da cidade, e em casas de outros, mas raras exceções.⁶

A filiação da criança batizada consta em apenas oito registros. Todas as oito eram filhas ilegítimas, ao menos seis delas, de mães africanas, e uma, de uma *preta-forra*,⁷ algumas na condição de livres e que entregaram os filhos à roda, em princípio, por não terem condições financeiras para criá-los. Já em outro caso, sabe-se que uma escrava fugitiva de José Maria Corrêa Júnior, possivelmente para que seu filho de nove meses de idade não tivesse o mesmo infeliz destino, abandonou-o na roda, no ano de 1852. Entretanto, o referido José Maria, tendo conhecimento do fato, requereu à Mesa da Santa Casa que lhe entregassem o menino. Consultado o mordomo dos expostos, este afirmou ser verdade, mas implorou a *proteção deste estabelecimento em benefício do inocente*, tendo a Mesa, porém, deferido o pedido em 22 de setembro de 1852 (ISCOMPA, 1997, p. 87).

Em apenas um registro de batismo consta à margem que o menino foi reconhecido e legitimado quando do casamento de seus pais. Trata-se do exposto Belisário, batizado a 29 de dezembro de 1840, cujos genitores, Máximo Cândido da Silva e Rita da Conceição e Mello, casaram-se aos 6 de agosto de 1854, em

6 Houve casos, como dito, em que a criança fora batizada antes de ser aceita na Casa da Roda e sem que constasse no livro de batismos em análise. Nesse sentido, os requerimentos de Inácio Rodrigues, que pediu à Mesa da Santa Casa para entregar o inocente Germano, exposto em sua casa em Viamão, bem como o pagamento pela sua criação, e de Luís Antônio Fagundes com relação ao menino Serafim, enjeitado em sua casa, em 1838, foram acolhidos em parte. Foi permitida a matrícula desses expostos, mas o pagamento pela criação só a partir de então, respectivamente nas sessões dos dias 1º de novembro de 1840 e 13 de junho de 1841 (ISCOMPA, 1997, p. 23 e 30).

7 Foram eles: Carolina, b. 20 de junho de 1842, de cor preta, entregue por Maria Antônia, *preta forra*; Secundino, b. 26 de julho de 1854, filho de Margarida, de nação Cabinda; Gerência, b. 26 de setembro de 1857, filha de Maria Antônia, africana livre; Maria, b. 18 de julho de 1857, filha de Catarina; Bernarda, b. 16 de novembro de 1857, filha de Catarina, africana; Maria, b. 19 de dezembro de 1858, filha de Maria Antônia, africana, livre; Cristina, b. 19 de dezembro de 1858, filha de Rosa, africana, livre, e Josefa, b. 17 de fevereiro de 1859, filha de Vicência, africana, livre.

Porto Alegre⁸ e reconheceram no ato dois filhos. Em outras situações, com o cruzamento de fontes, foi possível identificar a filiação de outros expostos, revelação feita via de regra em testamento de um ou de ambos os pais, em per-filhação pública, com requerimentos à Mesa da Santa Casa e até quando do casamento do(a) exposto(a) ou em algum registro de batismo/nascimento de filho deste, em que os nomes dos avós da criança foram citados.

Foi o caso,⁹ por exemplo, do menino Lauro, branco, exposto a 2 de agosto de 1846 e batizado a 3 de outubro de 1847, apadrinhado por Joaquim José Leocádio Guerra e d. Leocádia Justina Rangel. Lauro foi exposto¹⁰ às 2 horas do mencionado dia, recém-nascido, acompanhado por uma carta dirigida aos Irmãos da Santa Casa com muitas expressões obsequiosas, pedindo que lhe pusesse o nome de Lauro e que fossem padrinhos Frederico Corrêa da Câmara e sua esposa. A criança vestia uma camisa de cambraia, um timão de riscado, um cueiro de baeta rosa, um cinteiro de seda azul, onde estava cozida uma pombinha de prata, uma touca de “escorcia”, uma toalha de cambraia, uma mantilha e baetilha encarnadas, e, em uma trouxa, uma touca de seda roxa, seis camisas de cambraia de algodão e linho, quatro timões de riscado e chita escarlata e rosa, três cueiros de baeta escarlata, oito fraldas de pano usado, porção de panos para o umbigo, três lenços brancos e um cinteiro de fita de seda branca.¹¹ À sua madrinha, d. Leocádia Justina, foi concedida autorização para cuidá-lo de forma gratuita até completar a idade de 7 anos. Joaquim José Leocádio Guerra foi Irmão da Santa Casa (assim como seu filho Joaquim Maria de Azevedo Guerra), e eleito em 1843 como mordomo dos expostos,¹² tendo apadrinhado sete crianças, enquanto d. Leocádia Justina foi regente dos expostos a partir de 1840 e madrinha de três crianças entre o período de 1838-1861. Na vida adulta, o exposto Lauro assinava Lauro José Leocádio Guerra, em homenagem aos padrinhos e, somente ao registrar o nascimento da filha Alexandrina

8 Registrado no livro 6 de matrimônio da Catedral de Porto Alegre, à fl. 90v, quando os cônjuges reconheceram os filhos Belizário, com 13 anos e 7 meses de idade, e Mathildes, com 3 anos e 4 meses.

9 Há outro conhecido caso da professora Veridiana Monteiro, exposta em 1863. A seu respeito, consultar SILVA, Rogério Pons da. Trajetória de vida da professora Veridiana Monteiro (1863-1935): uma exposta na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas* IV. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf/Ed. da ISCMPA, 2015.

10 Livro de Matrícula Geral dos Expostos n. 2, fls. 92v-93 do CHC.

11 O vestuário e os adornos que acompanhavam a criança exposta serviam como forma de identificação e permitiam saber a condição social e econômica de quem a expôs, bem como a tendência da moda e outras questões, conforme análise feita pela historiadora Hilda H. Flores (2009).

12 Em sessão da Mesa Administrativa da Santa Casa do dia 8 de janeiro de 1843 (ISCMPA, 1997, p. 40).

Faustina, em 1894, revelou os nomes de seus pais: Luís Henrique Maciel e d. Leopoldina Carolina Maciel.¹³

Já nas atas das sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa encontram-se outros casos semelhantes: a) Joaquim Francisco de Oliveira Furtado reclamou o exposto Elias como seu filho, tendo a Mesa determinado que lhe fosse entregue em 5 de janeiro de 1845 (ISCOMPA, 1997, p. 46); b) o desembargador Manuel Paranhos da Silva Veloso reconheceu um exposto como seu filho ilegítimo, por escritura pública, requerendo sua entrega, o que foi acolhido em 1º de fevereiro de 1848 (*Ibid*, p. 56); c) Maria do Carmo Ribas requereu o exposto Abdenego, obrigando-se a perfilhá-lo, sabidamente seu sobrinho, filho de uma irmã sua, o que foi acolhido pela Mesa, condicionando que fizesse uma escritura de doação à criança de metade de uma casa que possuía na rua da Igreja, além da criação e educação gratuita, em 7 de janeiro de 1855 (*Ibid*, p. 107); d) em 1848, o provedor autorizou a entrega à Genoveva Pereira Maciel de um filho dela, nascido a 5 de fevereiro de 1843 e dado a criar à d. Ana, casada com Antônio Peixoto, cujo padrinho João Carlos de Ari Bastos, por circunstâncias que ignorava, matriculou o menino na lista dos expostos com o nome de Francisco Damasceno. Como não podia declarar naquele tempo ser mãe, o que podia fazê-lo quando do pedido, reconheceu-o como filho por escritura pública (*Ibid*, p. 243); e) no mesmo ano, o provedor mandou devolver a Maria Delfina de Paiva um filho desta, nascido a 6 de maio de 1847, que havia entregue à roda com um bilhete recomendando batizá-lo com o nome de Dalmiro, e pedindo que não fosse criado fora da Casa, pois o buscaria assim que pudesse (*Ibid*, p. 244), e f). Em 1850, foi deferido o pedido de Pedro Nolasco Pereira da Cunha para que lhe entregassem a exposta Maria, reconhecida como sua filha ilegítima (*Ibid*, p. 245).

Enquanto isso, os padrinhos de batismo, como visto, podiam trazer informações importantíssimas à identificação da filiação da criança, indicando algum parentesco com o(a) batizado(a) ou outro vínculo com algum de seus pais, sem prejuízo de outras possibilidades.

Em alguns casos, a eleição dos padrinhos era feita por aquele(a) que expôs a criança, informação encontrada em bilhetes ou cartas lançadas nos Livros Tombo da Santa Casa. Foi o caso acima mencionado, do menino Lauro, cujos padrinhos foram diversos daqueles escolhidos, e da menina Maria do Carmo, cujo padrinho foi o major Antônio Augusto Guimarães, exposta a 3 de setembro de 1859, com uma recomendação:

13 Do arquivo da pesquisadora Gisele Garbin Guerra. O registro foi feito no cartório de registro civil da 4ª Zona de Porto Alegre, aos 5 de maio de 1894, livro A-4, fl.19v.

Esta criança é filha de família decente e que vai por ora para esta beneficente casa. Se chamará Maria do Carmo. Sua madrinha será Nossa Senhora do Carmo e seu padrinho o senhor [...]: pede-se exato cumprimento, por ser promessa feita. Roga-se mais todo o desvelo possível e que seja criada na Roda porque aí se demorará muito pouco tempo. A criança, não procurada pelos responsáveis, em 1863 foi colocada pela Santa Casa aos cuidados de uma família, para criação. (FLORES, H., 2009, p. 162).

Anos mais tarde, em 1863, João Antônio Mendes Tota Filho e sua mulher pediram à Mesa da Santa Casa a exposta Maria do Carmo, com a promessa de adotá-la como filha, o que foi aceito em 23 de dezembro de 1863, após informações favoráveis do mordomo (ISCMPA, 1997, p. 139).

Em outros casos, todavia, o infante era carente de toda sorte, em total desamparo assistencial, pois em muitas vezes os próprios padres da capela do Senhor dos Passos serviam de padrinhos, e Nossa Senhora, invocada como protetora. Do mesmo modo, muitos empregados da Santa Casa e alguns pertencentes à Irmandade também prestaram essa assistência espiritual e social, muito embora outros o tenham feito possivelmente como forma de se aproximar da Irmandade e/ou com caráter social e humanitário, por não terem encontrado algum vínculo.

Nesse sentido, o padre Firmino José de Mendonça foi padrinho de 34 crianças; o padre Constâncio Lopes de Sant'Ana, de 18; o padre Vicente Zeferino Dias Lopes, de 13; o padre Francisco Ferreira Leitão, também provedor da Santa Casa, de sete; o padre José Joaquim da Purificação Teixeira, de quatro; o padre João Inácio de Mello, de três; e os padres Francisco de Santa Isabel Ataíde e José Inácio de Carvalho e Freitas, de duas cada qual, além de outros.

Dentre os empregados da Santa Casa, encontraram-se d. Antônia Genoveva de Oliveira, regente dos expostos e madrinha de 11 crianças; Maria Bernardina da Silva, exposta na Santa Casa e depois regente dos expostos, de quatro; d. Leocádia Justina Rangel, também regente dos expostos, de três; e Bernardina Joaquina da Silva, *rodeira* da roda dos expostos, de um, sem prejuízo de outras. Interessante que muitas expostas na própria Instituição serviram de madrinhas – lembrando que, a partir dos 8 anos ou aquelas que permaneciam na Casa da Roda, ali deviam trabalhar como amas de criação, até que houvesse algum pretendente para o casamento. Como foi o caso de Fortunata Balbina Damasceno, de 18 crianças; Felisberta Emília Gomes, de sete; Isabel Maria Leães, Justa Carlota de Azambuja, Maria Bernardina de Assumpção e Maria Inácia, de seis cada

uma; Idalina Leal de Souza ou Idalina de Souza Leal, de cinco; Christina Thereza Zulmira de Souza, Luísa Amália Bello e Maria Narcisa, de quatro cada uma.

Muitos daqueles que pertenceram à Irmandade da Santa Casa foram padrinhos de várias crianças no período, cumprindo uma das obras das Misericórdias, de amparar o próximo, o enjeitado, o desvalido, etc. Cotejando-se os compromissos da Irmandade de 1825-1871¹⁴ com os mencionados padrinhos, destacam-se alguns deles. Domingos Martins Pereira e Souza, padrinho de 28 crianças, o qual requereu a adoção de um deles, de nome Domingos,¹⁵ o que foi deferido pela Mesa em sessão de 5 de dezembro de 1861 (ISCOMPA, p. 132) – as filhas de Domingos também foram madrinhas em algumas oportunidades. José Bento Dias de Carvalho, tesoureiro dos expostos, de 27; Antônio José de Araújo Bastos, mordomo da capela, de 16; Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães, de 16; Luís Antônio Feijó, de 12; o capitão José Fernandes da Silva Mugango, de 11; João Damasceno Ferreira, de 10; Manuel Luís Correia, mordomo da capela, de sete; o capitão e depois administrador da Santa Casa, Manuel Joaquim de Souza Junqueira, de seis; Antônio Gonçalves Pereira Duarte, mordomo da capela, de cinco, e tantos outros.

Nossa Senhora fez as vezes de *madrinha* de 96 crianças, seguida por Nossa Senhora da Misericórdia, de cinco, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores, de duas crianças cada, e Nossa Senhora do Rosário, de uma. Muito embora seja notório esse vínculo religioso, credita-se essa proteção de Nossa Senhora aos expostos pela falta, muitas vezes, de alguém que pudesse dar efetiva proteção e amparo à criança.

Houve algumas senhoras que foram madrinhas de forma recorrente e sem ligação direta com a Santa Casa. Trata-se do núcleo familiar de Mariana Figueira da Silva Guterres, nascida em 1800, em Canguçu, casada com Pedro José Guterres, espanhol das Astúrias, que não pertenceu à Irmandade da Santa Casa. Mariana foi tratada como *dona* nos registros, sinal de distinção social, assim como as filhas, e foi madrinha de nove crianças. Suas filhas, Maria José Guterres e Ponciana Guterres da Silva, amadrinharam cada qual 13 crianças. Uma terceira filha de d. Mariana – Ana Guterres da Silva ou Ana Guterres de Carvalho – tinha vínculos com a Santa Casa e foi madrinha de oito crianças. Na sessão da Mesa da Santa Casa de 17 de agosto de 1851, Ana foi eleita professora de Primeiras Letras para a Casa dos Expostos, com gratificação de 400\$000 réis anuais (ISCOMPA, 1997, p. 80/81). Em 1854, requereu à Mesa a guarda do exposto Vitor, prometendo educá-lo e instruí-lo nas primeiras letras e na doutrina cristã, pleito

14 A nominata pode ser consultada em PUFAL, 2013 e PUFAL, 2017.

15 Trata-se do mesmo Domingos Martins Pereira de Souza, casado em 1880, único exposto homem a casar na Capela do Senhor dos Passos (PUFAL, 2019).

que foi acolhido em sessão do dia 12 de fevereiro de 1854 (*Ibid*, p. 100 e 246). E, em 1856, ela se casou em Porto Alegre com Dionísio José de Carvalho, ingresso na Irmandade da Santa Casa, em 1860.

Outras pessoas de projeção eventualmente apadrinharam alguns expostos. Foi o caso de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina que, em visita a Porto Alegre, batizaram a exposta Cristina Maria Thereza no Palácio do Presidente da Província, ao 1º de janeiro de 1846, a qual foi lançada à roda da caridade aos 21 de novembro de 1845. Curiosamente, essa menina foi entregue a Luís da Silva Cascaes por decisão da Mesa da Santa Casa, fato que, chegando ao conhecimento do mordomo dos expostos, Joaquim José Leocádio Guerra, este questionou a decisão, afirmando que Cristina era afilhada de Sua Majestade Imperial. O que levou ao seu retorno imediato à Casa da Roda em 24 de novembro de 1847 (ISCMPA, 1997, p. 54). Catão Damasceno Ferreira, embora não tenha pertencido à Irmandade, como seu pai, irmãos e cunhados, foi por sete vezes padrinho, assim como Eudoro Brasileiro Berlink, por três vezes, e o dr. Ciro José Pedrosa, por duas vezes; todos ligados à literatura, às letras e ao ensino gaúcho, além de outras personalidades do cenário rio-grandense.

Ainda que de uma análise rasa da relação de compadrio, pode-se afirmar que a Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, mais uma vez, utilizava-se da *prata da casa* como forma de subsidiar uma das misericórdias. Esse vínculo social e espiritual era formado na maior parte dos casos por homens pertencentes à Irmandade e por homens e mulheres que serviam à Instituição, fossem padres ou empregados, desde a rodeira até mesmo as regentes dos expostos e as próprias expostas. Em outros casos, muitos talvez o tenham feito como forma de se aproximar da Irmandade, sabidamente buscando alguma ascensão social, econômica ou política e/ou por questões humanitárias.

REFERÊNCIAS

Livros

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (ISCMPA). Centro de Documentação e Pesquisa. *Casa da Roda – o abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre*. Porto Alegre: ISCMPA, 1997.

Capítulos de livros

FLORES, Hilda Agnes Hübner. A sociabilidade da roda dos expostos. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas I*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2009, p. 159-164.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Dotes de casamento para expostas na Santa Casa de Porto Alegre. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas IV*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2015, p. 93-110.

FLORES, Moacyr. Organização da roda dos expostos. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas I*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2009, p. 153-158.

PUFAL, Diego de Leão. A Capela do Senhor dos Passos e os casamentos dos enfermos e expostos da Santa Casa de Porto Alegre. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas VI*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2019, p. 49-84.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: primórdios, curiosidades e “homens bons”. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas III*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2013, p. 11-80.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: os irmãos ingressos de 1851 a 1871 – nominata, curiosidades e algumas análises. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas V*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2017, p. 13-50.

Arquivos

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA): 1º Livro de Batismos da Capela de N. S. dos Passos – Santa Casa de Porto Alegre (1838-1861) e 6º Livro de Casamentos da Igreja da Catedral de Porto Alegre.

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL: Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS), ano de 1864. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 18 de out. de 2020.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA: Livro de Matrícula
Geral dos Expostos n. 2.

Arquivos pessoais

Diego de Leão Pufal e Gisele Garbin Guerra.

Agradecimentos

À Equipe do Centro Histórico-Cultural Santa Casa, em especial à professora Véra Lucia Maciel Barroso.

ANEXO A^{16,17}

Transcrição do 1º Livro de Batismos da Capela de N. S. dos Passos (1838-1861), que conta com a seguinte introdução:

Ha de servir este Livro para os assentos, que o Reverendo Capelão tem de fazer dos Expostos que se baptizarem na Capela do Senhor dos Passos, com licença do Reverendo Vigário desta Cidade. Contem cem folhas, e vão por mim rubricadas com a rubrica de Ferreira do que uso, e leva o Termo de encerramento no fim. Porto Alegre 1º de fevereiro de 1838. Francisco Ferreira Leitão. Provedor.

Ano de 1838

- 8.2 – Manuel, b. *in extremis* pelo padre José da Cunha e Souza, p. 2.
- 19.3 – Cristina, e. 29.1, pd. padre provedor Francisco Ferreira Leitão e d. Cristina Flora de Oliveira, solt., p. 2.
- 19.3 – Felicidade, e. 25.2.1837, pd. padre Francisco Ferreira Leitão e d. Angélica Gomes Jardim, p. 2.
- 19.3 – Maria José, e. 12, pd. Israel Antônio da Silva e sua mãe d. Teresa Álvares Eufrásia, representada pelo alferes ten. Clemente José de Moura e s/m d. Teresa Emília de Lima, p. 2.

16 A primeira data refere-se ao dia do batismo. Há registros lançados fora da ordem cronológica, mas reorganizados nesse levantamento.

17 Foram utilizadas as seguintes abreviaturas: “b.” para batizado(a); “br.” para branco(a); “e.” para exposto(a); “pd.” para padrinhos; “RN” para recém-nascido(a); “s/m” para sua mulher; e “solt.” para solteiro(a).

- 28.3 – Angélico, e. 5, b. *in extremis* pelo padre provedor Francisco Ferreira Leitão, p. 2v.
- 22.4 – Francisco de Paula, e. 2.4, pd. Velocino de Almeida Lessa e Maria Angélica Gomes, solt., p. 2v.
- 22.4 – Teófilo, e. 18, pd. Velocino de Almeida Lessa e d. Ana Monteiro de Lacerda, solt., p. 2v.
- 17.5 – José Coelho, em perigo de morte, p. 3.
- 19.6 – Joaquim Antônio, em perigo de morte, recebeu os Santos Óleos a 15.7, p. 3.
- 15.7 – José Antônio e Antônio José, e. 9.5, *que pelas roupas parecião gêmeos e por estarem em perigo de morte*¹⁸, b. pelo provedor Francisco Ferreira Leitão em casa, p. 2v.
- 15.7 – Venâncio, e. 4.5, pd. João da Costa e Souza e d. Ricarda Antônia de Menezes, solt., p. 3.
- 15.7 – Maria Angélica, e. 22.6, pd. capitão Antônio Francisco Peixoto e d. Elísia da Costa Reis, p. 3.
- 15.7 – Rafaela, e. 1º, pd. Feliciano Antônio de Castro e d. Matildes Fausta de Macedo, p. 3v.
- 2.10 – Procópio, e. 6.8, pd. José da Silva Rocha e d. Clara Maria Ribas, solt., p. 3v.
- 2.10 – Delfina, e. 10.9.1837, pd. Feliciano Antônio de Castro e d. Delfina Gomes de Oliveira Camargo, p. 3v.
- 24.11 – Francisca, e. 24.10.1837, pd. padre Francisco Ferreira Leitão e d. Jerônima Gomes de Oliveira Jardim, solt., p. 4.
- 11.12 – Felipe, e. 4.9.1837, pd. marechal Gaspar Francisco Menna Barreto e d. Francisca de Paula Menna Barreto, sua filha solt., p. 4.
- 14.12 – Rosalina, e. 9.8, pd. Francisco Marques e s/m Emerenciana da Costa Torres, p. 3v.
- 15.12 – José, e. 15.10.1837, pd. José Francisco dos Santos e d. Manuela de Azevedo Pires, solt., p. 4.

Ano de 1839

- 1º.1 - Ambrozina, e. 27.11.1838, pd. Francisco Pereira Caldas e s/m d. Maria Isabel de Abreu Caldas, p. 4.

¹⁸ Consta que Antônio José faleceu em seguida.

- 1º.1 – Felisberta, e. 11.12.1838, pd. Luís Ferreira de Abreu, solt., e sua mãe d. Felisberta Luiza de Abreu, p. 4v.
- 22.2 – Carolina, e. 22.1.1838, p. 4v.
- 16.3 – Atanásio, e. 20.2.1838, pd. José Antônio da Silveira Casado e d. Maria de Macedo e Fontoura, solt., p. 4v.
- 16.3 – João Baptista, e. 21.2, pd. tenente João Baptista de Alencastro e sua irmã d. Isabel Delfina de Alencastro, p. 4v.
- 16.3 – Manuel, e. 21.2, havia sido b. em casa por estar em perigo de morte, p. 5.
- 28.2 – João, e. 23, havia sido b. em casa por estar em perigo de morte, p. 5.
- 6.3 – Olegário, e. 5, b. em casa por estar em perigo de morte, p. 5.
- 25.3 – Antônia, e. 14.1, pd. o capitão Antônio Francisco Peixoto, p. 5v.
- 31.3 – Maria Justa, e. 22, pd. o padre Francisco Ferreira Leitão, p. 5.
- 7.4 – Cândido, e. 16.3.1838, pd. Cândido de Albuquerque Fernandes Gomes (sic) e d. Ana Perpétua de Figueiredo Moreira, p. 5v.
- 16.5 – Ana Clara, e. 18.4, pd. Cândido de Albuquerque Fernandes da Gama e d. Ana Perpétua de Figueiredo Moreira, p. 5v.
- 28.7 – Balduino, e. 26.6, pd. José Lopes Coelho e Maria Joaquina de São José, p. 6.
- 6.9 – João Júlio, e. 9.6.1838, pd. João Júlio Carneiro e Rafaela da Silva Bandeira, p. 5v/6.
- 15.9 – Januária, e. 10.7, pd. Álvaro José de Araújo e sua filha d. Inácia, p. 6.
- 22.9 – Manuela, e. 29.8, pd. Antônio José de Moraes Filho e sua irmã d. Manuela Amália Fernandes de Moraes, p. 6/6v.
- 30.11 – Eduardo, e. 16, pd. Bento José de Farias e d. Eufrásia Joaquina da Assumpção, p. 6v.
- 7.12 – Rodrigo, e. 5.10, pd. Pedro Maria Tourele e d. Brígida Joaquina de Jesus, p. 6v.
- 7.12 – Leopoldina, e.15.10, pd. dr. Jacinto da Silva Lima e d. Leopoldina de Moraes, p. 6v.
- 7.12 – Pedro, e. 26.11, pd. Antônio Joaquim da Terra e s/m Maria Felícia da Conceição, p. 7.
- 30.12 – Antônio, e. 24.11.1838, pd. Domingos José da Silva Flores e d. Brígida Delfina Fróes e Silva, p. 7.
- 1839 – Serafim, e. 6.4.1839, já b., Inácia, e. 28.7.1839, já b.; José, e. a 12.7.1839, b. em casa; Maria Cândida, e. 20.7.1839, b. em casa; Francisca, e. 26.7.1839, b. em casa; Bela, e. 1º.11.1839, b. em casa e Bela, e. 7.12.1839, b. em casa como os demais por estarem em perigo de morte e *todos falecerão*, p. 7.

Ano de 1840

- 23.1 – Rafael, e. 2, pd. sargento-mor Constantino José Teixeira e N. S, p. 7v.
- 2.2 – Afra, e. 5.1.1839, pd. capitão Gaspar Pinto Bandeira e d. Ana Rafaela de Azambuja, p. 7v.
- 2.2 – Justa, e. 7.1.1839, pd. capitão Antônio Francisco Peixoto e d. Carlota Joaquina de Azambuja, p. 7v.
- 4.4 – Rosendo, e. 2.3, pd. José Ferreira dos Santos e Silva e d. Emília Angélica Leite, p. 7v.
- 4.4 – João, e. 6.3, pd. padre Francisco Ferreira Leitão e d. Ana Maria Nunes Peixoto, p. 8.
- 24.5 – Francisca, e. 5, pd. Francisco de Lemos Pinto de Moraes e d. Simeana Martins de Menezes, p. 8.
- 5.7 – Serafim, e. 25.6, pd. Francisco Barbosa da Silva e Antônia Baptista de Mello, p. 8.
- 25.7 – Emerenciana, e. 20, pd. José Feliciano Pinto Bandeira e Felicidade de Souza Rocha, p.8.
- 27.7 – Felisberto, e. em casa de Manuel Ferreira Saldanha, morador em Belém, pd. Manuel Ferreira Saldanha e Belmira Maria da Conceição, p. 14v.
- 1º.8 – Apolinário, e. 21.7, pd. João Bendito dos Santos Abreu e N. Senhora, p. 8v.
- 19.9 – Fausta, e. 15, pd. capitão Joaquim Rodrigues Jaques Marcondes e d. Fausta Isabel Macedo da Fontoura, p. 8v e p. 12.
- 19.9 – Regina, e. 4, pd. João de Castro Canto e Mello e d. Teresa Maria da Assumpção, p. 8v.
- 19.9 – Teresa, e. 7, pd. João de Castro Canto e Mello e d. Teresa Maria de Assumpção Macedo, p. 11v/12.
- 4.11 – Fermina, e. 26.9, pd. capitão Antônio Francisco Peixoto e d. Inácia Joaquina Feijó, p. 9 e 12.
- 13.12 – Domingos, e. 27.10, pd. Domingos Joaquim Duarte e Porcina Ferreira Lima, p. 9 e 12v.
- 13.12 – Ana, e. 14.11, pd. capitão Gaspar Pinto Bandeira e s/m d. Clara Antônia da Silva Bandeira, p. 9.
- 15.12 – Luís, e. 10.1, pd. Luís Manuel de Souza e d. Felisberta Amélia de Abreu, p. 9.
- 19.12 – Boaventura, e. 25, pd. Boaventura dos Santos Pereira, p. 9v.
- 19.12 – João Martinho, e. 28, pd. João Carlos da Silva Guimarães e d. Ana Carolina da Silva Bandeira, p. 9v.

- 29.12 – Belisário, e. 14.2, pd. João Monteiro de Lacerda Filho e Ana Monteiro de Oliveira, p. 9v. [na margem, consta a lápis que foi legitimado. Catedral, casamentos 6, p. 90v, 6.8.1854]

Ano de 1841

- 1841 – à p. 12, o capelão João Ignácio de Mello fez a seguinte nota:

Tomando posse da Capellania desta Santa Caza da Mizericórdia achei em as gavetas do arcão da Sachristia vários assentos de baptismos dos expostos em retalhos de papel, os quaes colligi e fis traslado para este livro¹⁹ por serem de letra do meu Antecessor o Reverendo Orestes Roiz de Araujo. E para constar fis este termo que o assigno.

- 17.1 – Germano, nascido a 7.8.1839, b. Viamão a 20.1.1840, pd. Inácio Rodrigues e s/m Januária Rosa de Jesus, p. 12v.
- 21.2 – Antônio Maria, e. 4, pd. capitão Antônio Francisco Peixoto e D. Ana Maria Neves Peixoto, p. 9v.
- 27.2 – Joaquina, e. no mesmo dia, p. 10.
- 25.3 – Maria José, e. 19.2, pd. Israel Antônio da Silva e d. Teresa Emília de Lima, p. 9v.
- 25.3 – Maria José, e. 19, pd. Israel Antônio da Silva e Teresa Emília de Lima, p. 12v/13.
- 27.3 – Joaquina, b. em perigo de vida, p. 13.
- 28.3 – Antônio Rozendo, e. 1º, pd. Antônio Rozendo Rodrigues e d. Rafaela Carolina Bandeira, p. 13v.
- 30.3 – Manuel, b. em casa, antes de ser enviado à roda, p. 13v.
- 30.4 – João, e. 28.2, pd. João Júlio Carneiro e d. Rafaela da Silva Bandeira, p. 10 e 13.
- 14.2 – Maria José, e. 8, pd. José de Oliveira e Rafaela da Silva Bandeira, p. 10.
- 14.3 – Rosa, e. 18.2, pd. Bernardo José de Freitas e Rosa Maria de Lima, p. 10.
- 28.3 – Antônio, e. 1º, pd. Antônio Rosendo Rodrigues e d. Rafaela Carolina Bandeira Rodrigues, p. 10v.
- 28.3 – Maria, e. 2, pd. tenente José Maria Ferreira da Cunha e Severina Joaquina de Sousa, p. 10v.

¹⁹ Alguns deles haviam sido lançados no mesmo livro.

- 13.4 – Gabriela, e. 1º, pd. Boaventura dos Santos Pereira, p. 10v.
- 25.4 – Coleta, e. 6.3.1840, pd. José de Sousa Costa e Custódia Maria da Conceição, p. 10v.
- 25.4 – Josefina, e. 30 ou 31.3.1840 por Ana da Silva, moradora em Belém, pd. Vasco Álvares de Oliveira e d. Josefa da Conceição dos Reis, p. 11 e 13v.
- 30.4 – Umbelina, e. 6, pd. alferes João Coelho de Souza Jr. e d. Jesuína de Souza França, p. 11.
- 15.6 – Inácia, em poder de Luís Antônio Fagundes e mandada para a Caridade a 20.8., p. 14.
- 18.6 – Marcelina, e. 5, pd. Manuel Joaquim de Freitas e Deolinda Geraldo, p. 11.
- 27.6 – José, e. 24.5.1840, pd. José Joaquim de Oliveira e d. Maria Luísa Amália de Moraes Sarmento, p. 11.
- 27.6 – Eliseu, e. 14, pd. José Joaquim de Oliveira e d. Maria Adelaide de Moraes Sarmento, p. 11v.
- 15.7 – Serafim, e. 7 na roda e antes, na casa de Luís Antônio Fagundes em 6.1838, p. 13v.
- 17.7 – Fortunata, e. 13, pd. João Damasceno Ferreira e s/m Maximília Christina, p. 14.
- 30.7 – Gabriel, e. 26.6, pd. Gabriel Rodrigues Braga e Ana Carolina Braga, p. 14v.
- 8.8 – Manuel, e. 10.6.1841 e b. *sub conditio*ne, pd. capitão-mor Domingos José de Araújo Bastos e d. Rita Cândida de Souza Bastos, p. 11v.
- 29.8 – Rosa, e. 19.7.1840, pd. Joaquim Dias da Costa e Rosa Maria de Lima, p. 11v.
- 2.12 – Eugênio, e. 13.11, pd. Antônio Joaquim da Terra e s/m Maria Felícia da Conceição, p. 15.
- 3.12 – José Rodrigues Braga, pd. Joaquim José de Oliveira e sua filha Maria Joaquina Nunes de Oliveira, p. 14v.

Ano de 1842

- 1842 – Maria, *trigueira*, b. na Matriz antes de ser e., p. 17.
- 20.2 – Inês, e. 2.1, pd. Joaquim José da Trindade e s/m Francisca da Silva Trindade, p. 15.
- 20.2 – Emília, e. 31.1, pd. dr. João Capistrano de Miranda e Castro e s/m d. Emília Flora de Castro Luz, p. 15.

- 3.4 – Manuela, e. 13.2, pd. Antônio Nunes Peixoto Filho e d. Emília Gomes de Escovar, p. 15v.
- 17.6 – Gabriela, e. 1º.5, pd. Antônio Rosendo Rodrigues e d. Rafaela Carolina Rodrigues Bandeira, p. 15v.
- 20.6 – Carolina, de *cor preta foi entregue por Maria Antonia, preta forra*, b. na Matriz, p. José da Motta, p. 15v.
- 17.7 – Lúcia, e. 9, pd. José de Souza Costa e Custódia Maria da Conceição, p. 16v.
- 22.7 – Manuel Rodrigues, br., e. 17.6, pd. Antônio Francisco Peixoto e s/m d. Ana Maria Nunes Peixoto, p. 16.
- 22.7 – Ninfa, e. 27.6, pd. Antônio Francisco Peixoto e s/m d. Ana Maria Nunes Peixoto, p. 16.
- 22.7 – Maria Ester, e. 30.6, pd. Francisco Jaques e d. Ana Maria Peixoto, p. 16.
- 5.8 – João Pluciano, e. 14, pd. Ten. João Coelho de Souza Júnior e d. Jesuína de Souza França, p. 16v.
- 26.8 – Aristides, e. 16, pd. José Alves da Silva Flores e d. Leopoldina Carolina Fróes da Silva, p. 16v.
- 28.8 – Feliciano, e. 27, pd. Antônio Vieira da Cunha e d. Rita Maria de Jesus Vieira, p. 17.
- 25.9 – José, e. 3, pd. tenente-coronel José Joaquim Alves de Moraes e d. Damásia Joaquina Ferreira, p. 17.
- 30.10 – Henriqueta, e. no mesmo dia, pd. José Francisco da Silva e d. Maria Angélica Salazar, p. 17v.

Ano de 1845²⁰

- 1º.12 – Cristina Maria Thereza, lançada na roda da Caridade, aos 21.11.1845. Pd. S.S. Majestades Imperiais, na Capela do Senhor dos Passos, p. 1v. Obs: é a mesma b. 1º.1.1846.

Ano de 1846

- 1º.1 – no Palácio do Presidente da Província, b. pelo bispo diocesano, Cristina Maria Thereza, lançada na roda da caridade, aos 21.11.1845. Pd. S.S. Majestades Imperiais, p. 1. Obs: é a mesma b. 1º.12.1845.

²⁰ De 1843 a 1846 houve apenas um registro de batismo.

- 3.2 – Manuel Joaquim, br., e. 12.11.1845, pd. Manuel Antônio Nunes e Joana Rosa da Conceição, p. 18.
- 4.2 – Tobias, *cabra*, e. 18.1, pd. Antônio Gonçalves Pereira Duarte, p. 17v.
- 4.2 – Francisco, br., e. 23.11.1845, pd. José Pedro de Albuquerque e d. Constantina Pereira de Abreu, p. 17v.
- 16.2 – Delfina, br., e. 12, pd. Jorge Berne e Adela Catarina de Jesus, p. 18.
- 26.2 – José, br., e.31.1, pd. João Bendito de Abreu e Perpétua Felicidade de Jesus, p. 17v.
- 15.3 – Rafaela, br., e. 4, b. pelo padre Francisco Aurélio Pinheiro, pd. o padre João Ignácio de Mello e d. Maria Angélica Rangel, p. 18.
- 21.3 – Perpétua, e. 9.3, pd. João Antunes da Cunha e Maria José da Anunciação, p. 18.
- 5.4 – Marcolino, e. 30.4.1843, pd. dr. Vicente José da Maia e d. Delfina Carolina da Maia Flores, p. 18.
- 19.4 – Luís, e. 4.3, pd. Luís de Bois, francês, e d. Cecília Dias, p. 18v.
- 26.4 – Rita, br., e. 12.3, pd. Antônio Marques Leite de Castro e d. Maria Luísa Miller, p. 18v.
- 26.4 – Victorino, pardo, e. 18.1, pd. Jacinto Manuel da Terra e d. Custódia Francisca de Oliveira, p. 18v.
- 30.4 – Leonor, br., e. 1.2, pd. Claro da Cunha d'Eça e Castro e Luíza Teresa Ribeiro, p. 18v.
- 2.5 – Francisca, br., e. 15.4, pd. Francisco José da Rosa e d. Maria Cândida de Oliveira Bonavites, p. 19.
- 18.5 – Isabel, br., e. 8, pd. o mordomo da capela Antônio Gonçalves Pereira Duarte, p. 18v.
- 3.6 – Silvestre, br., e. 31.12.1845, pd. José Francisco Fernandes da Silva e Ana Margarida da Silva, p. 18v/19.
- 25.6 – Vicência, br., e. 31.1, pd. Vicente Furtado de Oliveira e d. Inácia Antônia de Aguiar, p. 19.
- 29.8 – Balduino, br., e. 27.7, pd. José Francisco de Souza e D. Teodora Pereira Machado, p. 19.
- 31.8 – Ilizia, br., e. 4, pd. Joaquim Caetano do Souto e s/m d. Rosaura Joaquina da Silva Couto, p. 19v.
- 6.9 – Francisca Romana, br., e. 23.8, pd. Manuel Gonçalves Ferreira e Brito e s/m Eufrásia Maria do Nascimento, p. 19v.
- 6.9 – José, br., e. 14.8, pd. José Fernandes da Silva e sua irmã Ana Margarida da Silva, p. 19v.

- 3.11 – Serafim, br., e. 29.10, pd. N. S. e o padre Firmino José de Mendonça, p. 19v.
- 3.11 – Porfírio, br., e. 22.10, pd. N. S. e o padre Firmino José de Mendonça, p. 20.
- 23.11 – Fernando, br., e. 27.10, pd. Fernando Vieira de Carvalho e d. Maria José Vieira, p. 20.
- 29.11 – Guilhermina, br., e. 1º.3, pd. N. S. e João da Silva, p. 20.
- 6.12 – Franklina, br., e. 1º.12, pd. Francisco das Chagas dos Santos Roxo e d. Flora Florinda de Oliveira, p. 20v.
- 13.12 – Domingos, br., e. 23.11, pd. José Ferreira da Silva e Maria Malvina da Silva, p. 20v.
- 26.12 – Carolina, br., e. 4.9, pd. Manuel Antônio Marques Leite de Castro e d. Maria Luísa Miller, p. 20v.
- 26.12 – Joana, br., e. 25, pd. N. S. e Vicente Pereira Dias, p. 21.

Ano de 1847

- 2.1 – Maria Hortência, br., e. 13.11.1846, pd. padre Firmino José de Mendonça e d. Felisbina Maria de Oliveira, p. 21.
- 13.1 – Manuel, br., e. 29.11.1846, pd. Antônio Martins de Menezes e D. Ana Josefina Carolina de Oliveira, p. 21.
- 6.2 – Margarida de Cortena, br., e. 21.1, pd. Luís Pereira Dias e d. Margarida Josefa de Bragança Dias, p. 21v.
- 27.2 – Saturnino, br., e. 12.4.1846, pd. José Ventura Fortuna e D. Firmina Leal de Azevedo, p. 21v.
- 4.4 – Maria Joaquina, br., e. 28.3, pd. Francisco Fernandes Anjo e Porfíria Maria da Conceição, p. 21v.
- 10.5 – Paulina, br., e. 14.2, pd. Boaventura Pereira Dias e Laurinda Joaquina de Oliveira, p. 22.
- 11.7 – Felisberta, br., e. 2, pd. Tristão de Araújo Nóbrega e D. Felisberta Jacinta da Silva, p. 22.
- 24.7 – Joaquim, br., e. 9, pd. José Machado Moreira e d. Floriania Cândida Moreira, p. 22.
- 25.7 – Maria Leocádia, br., e. 29.6, pd. José Pereira de Macedo e d. Leocádia Justina, p. 22v.
- 1º.8 – Júlia, br., e. 22.7, pd. padre Firmino José Mendonça e a órfã d. Rita Pereira Bastos, p. 22v.

- 23.8 – Senhorinha, br., e. 15, pd. N. S. da Misericórdia e Antônio Gonçalves Pereira Duarte, p. 23.
- 29.9 – Antônio Miguel, br., e. 21, pd. Firmino José de Mendonça e d. Felicidade Maria da Conceição, p. 23.
- 3.10 – Francisco, br., e. 3.1, pd. Francisco Fernandes Anjo e d. Leocádia Justina Rangel, p. 23.
- 3.10 – Lauro, br., e. 2.8.1846, pd. Joaquim José Leocádio Guerra e d. Leocádia Justina Rangel, p. 23v.
- 6.10 – Prudêncio, br., e. 31.8, pd. Francisco Ventura da Rocha e Prudência Augusta de Jesus, p. 23v.
- 7.10 – Elvira, br., e. 2.2, pd. José Francisco Vaz Vieira e s/m d. Delfina Maria Gonçalves, p. 23v.
- 7.10 – Constância, br., e. 21.9, pd. Manuel Gonçalves Ferreira de Brito e s/m Eufrásia Maria do Nascimento, p. 24.
- 8.11 – João, pardo, e. 23.9, pd. João Inácio de Souza e d. Perpétua Felicidade de Jesus, p. 24.
- 27.12 – Luciana Maria da Conceição, e. 11.7, pd. Gaspar Pereira Viana e d. Clara Soares de Paiva, p. 24v.

Ano de 1848

- 9.1 – Fernando, br., e. 11.12.1847, pd. João Peixoto de Oliveira e d. Emília Maria da Conceição, p. 24.
- 7.2 – Ricarda, br., e. 28.1, pd. Firmino José de Mendonça e d. Maria Josefa da Silva, p. 25.
- 13.2 – Justina, br., e. 2.11.1847, pd. Manuel Alves de Souza e Maria Antônia de Lima, p. 24v.
- 10.3 – Propício, br., e. 20.8.1847, pd. Jacinto José de Oliveira e d. Inocência Cândida de Oliveira, p. 24v.
- 14.5 – Gaudência, br., e. 29.3, pd. Francisco Fernandes Anjo e d. Clotildes Constância Correia da Silva, p. 25.
- 1º.6 – Porfíria, br., e. 5.4, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 25.
- 4.6 – Delfina, br., e. 14.5, pd. N. S. e Eloy José Fernandes Lima, p. 25v.
- 4.6 – Ana, br., e. 12.5, pd. Luís Antônio de Souza e Maria Rita da Conceição, p. 25v.
- 22.6 – Francisco, br., e. 8, pd. Firmino José de Mendonça e d. Inocência Vaz Ferreira, p. 25v.

- 23.6 – Prudência, br., e. 20, pd. Manuel Baptista Tubino e d. Elísia Maria Angélica, p. 26.
- 3.9 – Cândida, br., e. 20.3, pd. José Manuel da Cunha e Maria José das Dores, p. 26.
- 10.9 – Manuel Francisco, br., e. 29.6, pd. Francisco de Oliveira Craveiro e d. Leocádia Jacinta, p. 26.
- 22.10 – Carolina, br., e. 9.8, pd. Antônio de Vargas Recruta e d. Maria Fausta de Jesus, p. 26v.
- 29.10 – Virgínia, br., pd. José Antônio de Lemos e Maria Jacinta de Jesus, p. 26v.
- 12.11 – José, pardo, e. 22.10, pd. Leopoldo Gambarra e Vicência Antônia Xavier, p. 26v.
- 26.11 – Joaquina, br., e. 16, pd. Luís Antônio Feijó e sua filha d. Joaquina Luísa Feijó, p. 27.
- 30.11 – Fernando, br., e. 3, pd. Fernando Vieira de Carvalho e d. Delfina Leopoldina de Carvalho, p. 27.
- 1º.12 – Constança, br., e. 24.8, pd. N. S. da Conceição e Bernardo José Ferreira da Silva, p. 27/27v.
- 17.12 – Deolinda, br., e. 7.6.1847, pd. Gabriel Francisco da Silva e d. Rita Cândida da Silva, p. 27v.

Ano de 1849

- 7.1 – Rita, br., e. 18.10.1847, pd. Luís Pereira de Oliveira Lobo e d. Desidéria Cândida de Oliveira Lobo, p. 27v.
- 7.1 – Roldão, br., e. 10.10.1847, pd. Manuel Joaquim da Costa e Carolina Felisberta da Costa, p. 28.
- 10.1 – Amélia, br., e. 2, pd. Gaspar Pereira Viana e D. Margarida de Sá Brito, p. 31v.
- 10.1 – Leopoldino, br., e. 5.3, pd. N. Sra. e Francisco José da Cunha Vieira, p. 31v.
- 13.1 – Hilário, pardo, e. 9, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 28.
- 15.1 – Amália, br., e. 17.4.1848, pd. Pedro Fernandes Pinheiro e Manuel Antônio Moreira, p. 28v. Foi extraída certidão em 12.3.1868.
- 7.2 – Leopoldina, br., e. 16.12.1848, pd. N. S. e João Martins Lamego, p. 28v.
- 3.3 – Constância, br., e. 16.1, pd. N. S. e Francisco de Oliveira Craveiro, p. 29.
- 5.3 – Maria, parda, e. 1º.12, pd. Barnabé Butierres e Maria José da Conceição, p. 29.

- 7.3 – Ramiro, br., e. 22.10.1848, pd. Ricardo de Oliveira Ramos e s/m d. Maria Rodrigues de Oliveira, p. 29.
- 11.3 – Carolina, br., e. 22.7.1848, pd. Porfírio Joaquim de Macedo e s/m d. Felicidade de Oliveira Macedo, p. 29v.
- 11.3 – Rafaela, br., e. 16.2, pd. Inácio dos Santos Belmonte e d. Joana Antônia da Silva, p. 29v.
- 14.3 – Cândido, br., e. 11, pd. N. S. e o reverendo José Inácio de Freitas, p. 29v.
- 30.3 – Genoveva, preta, e. 6, pd. Antônio José Vaz e d. Rita Pereira Bastos, p. 30.
- 22.4 – Manuel, br., e. 15, pd. doutor Porfírio Joaquim de Macedo, por procuração de seu filho João Porfírio de Macedo e sua filha d. Ana Lucinda de Macedo, p. 30.
- 5.5 – Bento, br., e. 17.4, pd. Cândido Pereira Maciel e s/m Luísa Teresa, p. 30.
- 13.5 – João, pardo, e. 4.4, pd. João Vicente de Mello e Joaquina Maria da Conceição, p. 30v.
- 18.5 – Senhorinha, br., e. 4, pd. N. S. e Antônio Carlos Palhares, p. 30v.
- 25.5 – Senhorinha, br., e. 10.11, b. 28.11.1847 *por causa de estar enferma*, pd. Francisco de Oliveira Craveiro e d. Leocádia Jacinta, p. 30v.
- 27.5 – José, br., e. 25, pd. José Antônio Telles e Câmara e Maria Salomé de Oliveira, p. 31.
- 3.6 – Rita, parda, e. 30.5, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 31.
- 3.6 – Manuel, br., e. 20.5, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 31.
- 17.6 – Antônia, br., e. 13, pd. Antônio Gonçalves Pereira Duarte e d. Luísa Cândida Ferreira, p. 31v.
- 22.7 – Francisca, parda, e. 13, pd. Francisco Antônio Tavares Leiria e d. Francisca Clara Xavier, p. 32.
- 19.8 – Victorino, br., e. 14, pd. mordomo da capela José Antônio Telles e Câmara e d. Leopoldina Gomes de Escovar, p. 32.
- 9.9 – Leocádio, br., e. 14.8, pd. João Manuel Lopes e d. Leocádia Jacinta, p. 32.
- 14.9 – Teodora, br., e. 11, pd. Firmino José de Mendonça e d. Carlota Maria de Freitas, p. 32v.
- 23.9 – Pedro, pardo, e. 17, pd. N. S. e José Antônio Telles e Câmara, p. 32v.
- 28.9 – Maurícia, br., e. 21, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 32v.
- 30.9 – Ana, br., e. 7, pd. N. S. e Albino da Costa Moreira, p. 32v/33.
- 7.10 – Bibiana, br., e. 5, pd. José Antônio Telles e Câmara e d. Leopoldina Gomes de Escovar, p. 33.

- 8.10 – Benedito, pardo, e. 6, pd. N. S., e Antônio Procópio de Almeida, p. 33.
- 5.10 – Atanásia, e. 13.9, pd. N. S. e Firmino José de Mendonça, p. 33.
- 16.11 – Isidro, pardo, e. 13, pd. Firmino José de Mendonça e Ana Joaquina da Silva, p. 33v.
- 16.11 – Severiano, br., e. 8, pd. Luís Manuel Gonçalves e d. Teodora Maria da Conceição, p. 33v.
- 18.11 – Romana, br., e. 16, pd. N. S. e Antônio Joaquim de Carvalho, p. 33v.
- 30.11 – Marcelino, br., e. 29, pd. Marcelino José de Barcellos e d. Claudina Inácia de Jesus, p. 34.
- 4.12 – Saturnina, br., e. 30.11, pd. Firmino José de Mendonça e d. Felisberta Felisbina Guimarães, p. 34.
- 14.12 – Eusébio, br., e. 10, pd. N. S. e Manuel Luís Gonçalves, p. 34.
- 25.12 – Joaquim, pardo, e. 20, pd. N. S. e Luís Antônio Feijó, p. 34v.
- 26.12 – Isidro, pardo, e. 25, pd. N. S. e Luís Antônio Feijó, p. 34v.

Ano de 1850

- 17.1 – Marcolina, br., e. 14, pd. Manuel Antônio Peixoto e N. S. da Misericórdia, p. 34v.
- 20.1 – Luís, br., e. 16, pd. Luís Antônio Feijó e s/m D. Luísa Feijó, p. 35.
- 20.1 – Jesuína, br., e. 5, pd. Luís Antônio Feijó e sua filha D. Jesuína Feijó, p. 35.
- 27.1 – Sebastião, br., e. 20, pd. Joaquim Rodrigues do Valle e d. Brígida Carolina da Silva, p. 35.
- 4.2 – Maria, br., e. 26.1, pd. Francisco José da Rosa e d. Maria Delfina da Rosa, p. 35v.
- 23.3 – Gabriela, br., e. 18, pd. Firmino José de Mendonça e d. Rosária Joaquina de Figueiredo, p. 35v.
- 19.4 – Ricarda, br., e. 8, pd. Firmino José de Mendonça e d. Maria Del Carmen de Almeida, p. 35v.
- 21.4 – Beziliça, br., e. 15, pd. N. S. e José de Souza Costa, p. 36.
- 28.4 – Claudiana, br., e. 23, pd. N. S. e José de Souza Costa, p. 36.
- 2.5 – Alexandre, br., e. 29.4, pd. padre Firmino José de Mendonça e d. Leocádia Jacinta, p. 36.
- 12.5 – Manuel dos Passos, br., e. 11, pd. N. S. e Luís Antônio Feijó, p. 36v.
- 16.6 – José, br., e. 12, pd. N. S. e Luís Antônio Feijó, p. 36v.
- 16.6 – Maria Teresa, br., e. 6.4, pd. tenente Francisco de Paula Nogueira da Gama e d. Ana Barbosa Bandeira da Gama, p. 37.

- 23.6 – Aníbal, br., e. 13, pd. Luís Antônio Feijó e d. Leocádia Jacinta, p. 37.
- 11.7 – Mariano, em perigo de morte, e. 11, testemunha Firmino José de Mendonça, p. 37.
- 13.7 – Antônio, br., e. 10, pd. José da Rocha e d. Maria José Bastos, p. 36v²¹.
- 11.8 – Manuel, br., e. 8, pd. Luís Antônio Feijó e N. S. da Misericórdia, p. 37v.
- 1º.9 – Francisca, br., e. 25.8.1849, pd. Luís Antônio Feijó e d. Francisca Leopoldina de Azevedo, p. 37v.
- 1º.9 – Desidéria, br., e. 27.8, pd. Vasco da Silva Feijó e d. Desidéria Joaquina de Azevedo, p. 37v.
- 6.9 – Estevão, br., e. 25.8, pd. Antônio Joaquim da Silva Castro e d. Belarmina Amália da Silva Barbosa, p. 37v.
- 6.9 – Maria, br., e. 1º, pd. Antônio Joaquim da Silva Castro e d. Belarmina Amália da Silva Barbosa, p. 37v.
- 15.9.1850 – Cláudio, br., e. 2, pd. Antônio José de Araújo Bastos e d. Constança Perpétua de Moraes, p. 37v.
- 11.10 – Brígida, br., e. 6, pd. Firmino José de Mendonça, p. 38.
- 13.10 – Carolina, e. 11, pd. José Antônio Telles da Câmara, p. 38.
- 1º11 – Rafaela, br., e. 24.10, pd. Luís Antônio Feijó e d. Felisberta (esposa de Manuel Feijó), p. 38.
- 12.11 – Severa, br., e. 6, pd. Firmino José de Mendonça e d. Inocência Vaz Ferreira, p. 38.
- 17.11 – Maria Cristina, b. *in articulo mortis* a 26.11.1842, pd. e criadores Estevão Francisco da Silva e d. Maria Emília do Nascimento, p. 38.
- 22.11 – Pedro Afonso, e. 21, pd. Firmino José de Mendonça e Ana Joaquina de Oliveira, p. 38v.
- 6.12 – André, br., e. 30.11, pd. Manuel Gonçalves Carneiro e sua f.ª d. Maria Emília Carneiro, p. 38v.
- 13.12 – Estevão, br., e. 8.10, pd. Vasco de Azevedo e Leocádia Jacinta, p. 38v.
- 13.12 – Justina, br., e. 10, pd. Firmino José de Mendonça e d. Leopoldina Gomes, p. 38v.
- 15.12 – João, br., e. 8, pd. José Inácio Teixeira e d. Adelaide Teixeira de Paiva, p. 38v.
- 15.12 – GERALDA, e. 6, pd. João Inácio Teixeira e d. Diolinda Teixeira de Paiva, p. 38v.

21 Foi extraída certidão a 27.7.1866.

Ano de 1851

- 12.1 – Paula, crioula, e. 5, pd. João Damasceno (sic), p. 39.
- 21.1 – Maria, e. no mesmo dia, pd. Firmino José de Mendonça, p. 39.
- 20.1 – Sebastiana, e. 19, pd. Casemiro José Dias e Marinha Antônia de Oliveira, p. 39.
- 26.1 – Carlos, e. 19, pd. João Baptista de Souza, p. 39.
- 28.1 – Genoveva, e. 26, pd. Firmino José de Mendonça e N. S., p. 39.
- 9.2 – Manuela, e. 5, pd. Firmino José de Mendonça e N. S., p. 39v.
- 10.2 – Tomásia, e. 7, pd. Firmino José de Mendonça e N. S., p. 39v.
- 30.3 – Genoveva, e. 25, pd. Maximino Damasceno e N. S., p. 39v.
- 30.3 – Vicente, e. 5.3, pd. Maximino Damasceno e N. S., p. 39v.
- 30.3 – Jacinto, e. 27, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e N. S., p. 40.
- 4.4 – Roberto, e. 28.3, pd. Firmino José de Mendonça e N. S., p. 39v.
- 8.4 – José, e. 1º, pd. Vicente José de Carvalho e N. S., p. 39v.
- 22.4 – Elias, e. 20, pd. Firmino José de Mendonça e N. S., p. 40.
- 25.5 – Marcelina, e. 8, pd. Ponciano Nunes Silveira e d. Maximilia Adelaide Ferreira, p. 39.
- 25.5 – Edelvina, e. 8, pd. Luís Afonso de Azambuja e Maria do Carmo, p. 41.
- 8.6 – Rita, e. 22.5, pd. José dos Santos Viegas e N. S., p. 39.
- 8.6 – Rita, e. 22.5, pd. Joaquim Caetano Pinto e d. Maria Inácia de Menezes, p. 39v.
- 12.6 – Paulina, e. 3, pd. Antônio José Viegas, p. 41.
- 15.6 – Paulina²², e. 3, pd. José dos Santos Viegas Filho e N. S., p. 39v.
- 30.6 – Marcolina, e. 21, pd. Ponciano Nunes Silveira e Maximilia Adelaide Ferreira, p. 41.
- 27.7 – Fernando, e. 8, pd. José Joaquim da Silva e Maria, p. 41.
- 15.8 – Balbina, e. 13, pd. Catão Damasceno Ferreira, p. 41.
- 24.8 – Domingos, e. 24, pdr. José Domingues da Costa e s/m, p. 41v.
- 31.8 – Joaquim, e. 14, pd. Joaquim José da Silva, p. 41.
- 31.8 – Virgínia, e. 16, pd. capelão João Inácio de Mello, p. 41.
- 31.8 – Joana, e. 23, pd. João Bernardes e N. S., p. 41v.
- 14.9 – Maria, e. 12, pd. Domingos e s/m d. Maria Joaquina, p. 40.
- 21.9 – Maria Amália, e. 3, pd. Justo da Silva Rangel e D. Maria Amália Pinto Rangel, p. 40.

²² À margem, consta Paulina, mas no registro, Rita.

- 17.10 – Manuel, e. 6, pd. Manuel Caetano Pinto e s/m, p. 40.
- 21.10 – Cristino, e. 24.7, pd. Manuel Teixeira Pinto e d. Maria José Guterres, p. 40.
- 27.12 – Inocêncio, e. 25, pd. Lopo Gonçalves Bastos e d. Flora Florinda de Oliveira, p. 40.
- 27.12 – Aurélia, e. 25, pd. Lopo Gonçalves Bastos e d. Flora Florinda de Oliveira, p. 40v.
- 15.10 – Alfredo, *in articulo mortis*, recebeu os Santos Óleos a 28, pd. Antônio José de Araújo Bastos e d. Emília de Miranda, p. 40v.
- 26.10 – Francisco, e. 25, pd. Vicente de Azevedo e d. Rita Pereira Bastos, p. 40v.
- 14.11 – Maria, e. 2, pd. Vito Damasceno Ferreira e d. Laurinda Inácia de Jesus, p. 40v.
- 16.11 – Antônia, e. 1º, pd. Nicolau Antônio Bandeira e d. Guiomar Nogueira, p. 40v.
- 30.11 – João, e. 24, pd. João Bernardes da Silva e d. Maria Cândida Barbosa, p. 40v.
- 30.11 – Trajano, e. 25, pd. Doutor Fioravante e N. S., p. 40v.

Ano de 1852

- 1º.2 – Amália, e. 25.1, pd. dr. José Pereira da Costa Mota e s/m. p. 41v.
- 6.2 – Idalina, e. 29.12.1851, pd. Leocádio de Aquino Cavalcanti e N. S. Misericórdia, p. 41v.
- 26.2 – Leocádia, br., e. 23, pd. Antônio Gomes de Almeida, p. 43.
- 14.3 – Balbina, e. 14, pd. Estácio da Cunha Bittencourt e N. S., p. 41v.
- 25.3 – Casemiro, e. 4, pd. Antônio Ferreira Tavares e N. S., p. 41v.
- 25.3 – Zulmira, e. 17, pd. Vicente José de Carvalho e d. Camila, p. 41v.
- 16.4 – Maria, e. 12, pd. João Damasceno Ferreira e N. S., p. 42.
- 24.4 – Felipa, e. 18, pd. Catão Damasceno Ferreira, p. 42.
- 24.4 – Luís, e. 23, pd. Luís de Brito e N. Sra., p. 42.
- 2.5 – Idalina, e. 13.4, pd. Antônio José de Azevedo e Mariana da Trindade, p. 42.
- 2.5 – Regina, e. 24.4, pd. José Marques de Figueiredo e Maria Inácia, exposta, p. 42.
- 18.6 – Joaquim, e. 7, pd. capitão José Fernandes Mugango e N. Sra., p. 42.
- 18.6 – Leopoldina, e. 8, pd. Antônio Pedro Fernandes Pinheiro, p. 42.

- 18.6 – Adelaide, e. 10, pd. Francisco Antônio Rodrigues Fonseca, p. 42.
- 27.6 – Ricarda, e. 15, pd. Bernardo Joaquim de Jesus, p. 42v.
- 11.7 – Maria, e. 2, pd. Joaquim Dias da Costa e Rosa de Tal, p. 42v.
- 30.7 – Vitorino, e. 27, pd. Cândido José da Costa Cabral, p. 42v.
- 30.7 – Inocência, e. 28, pd. João Damasceno Ferreira, p. 42v.
- 11.8 – Alexandre, e. 28.7, pd. José Afonso da Silva e d. Ana Rafaela de Azambuja, p. 42v.
- 11.8 – Joana, e. 21, pd. Antônio Francisco de Moraes e Ana Joaquina dos Santos, p. 42v.
- 29.8 – Maria, e. 18, pd. Antônio de Vargas e Maria Faustina do Nascimento, p. 42v.
- 30.8 – Antônia, e. 30.7, pd. Bernardina Joaquina de Jesus e José Dias da Costa, p. 43.
- 19.9 – José, e. 15, pd. João Damasceno Ferreira e N. S., p. 43.
- 22.9 – Teodoro e Jacinto, br., gêmeos, e. 12.9, pd. Firmino José de Mendonça e Antônia Jaques, p. 43.
- 3.10 – Francisca, e. 30.11, pd. capitão José Fernandes Magongo e Maria de Almeida Gomes, p. 43.
- 3.10 – Francisco, e. 8, pd. Francisco Dias Braga e d. Luísa Carolina de Oliveira, p. 43.
- 1º.11 – José, e. 28.10, pd. José de Souza Costa e N. S., p. 43v.
- 21.11 – Abdnago Felício, br., e. 5.10, pd. D. Maria Inácia, p. 43v.

Ano de 1853

- 3.1 – Porcina, e. 31.12.1852, b. pelo padre da Igreja do Rosário, José Inácio de Carvalho Freitas, pd. João Soares de Araújo e N. S., p. 43v.
- 6.1 – Joaquim, br., e. 28.12.1851, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e N. S., p. 43v.
- 6.1 – João, br., e. 31.12.1851, pd. João Damasceno Ferreira e N. Sra., p. 43v.
- 14.1 – João Simeão, e. 5, pd. Firmino José de Mendonça e Fortunata Balbina, p. 43v.
- 17.1 – Honorato, e. 16, pd. Firmino José de Mendonça, p. 44.
- 14.1 – Dionísio, e. 6, pd. Dionísio José de Carvalho e Ana Guterres da Silva, p. 43v.
- 20.2 – Pedro, e. 17, pd. Antônio Tavares Leiria e Francisca Clara Tavares Leiria, p. 44.

- 20.2 – Jacinto, e. 13, pd. Catão Damasceno Ferreira, p. 44.
- 20.2 – Comba, e. 14, pd. José Ferreira da Silva e Comba Ferreira da Silva, p. 44.
- 20.2 – João, e. 18, pd. João Damasceno Ferreira e Francisca Ferreira da Silva, p. 44.
- 24.2 – Maria, e. 12, pd. Claro Fernandes Lima, p. 44.
- 12.3 – Filomena, e. 11, pd. Antônio Fogueteiro e Maria Narcisa, p. 44.
- 16.3 – Carolina, e. 11, pd. Catão Damasceno Ferreira, p. 44.
- 20.3 – Leonida, e. 7, pd. José da Costa Dias e Rosa Fogarra, p. 44v.
- 27.3 – Joana, e. 25, pd. Manuel Antônio Belaguarda e Idalina, exposta, p. 44v.
- 12.5 – Rosalina, e. 10, pd. Firmino José de Mendonça, p. 44v.
- 26.5 – Laurinda, e. 19, pd. Laurindo José de Siqueira, p. 44v.
- 26.5 – Luís, e. 23, pd. Major Francisco Fernandes Anjo, p. 45.
- 7.6. – Manuel, e. 12, pd. Francisco José da Rocha Farias e Carlota Joaquina, p. 44v.
- 10.6 – Manuel, e. 5, pd. Manuel Antônio Belaguarda e Maria Inácia, exposta, p. 44v.
- 10.6 – Elisia, e. 6, pd. João Damasceno Ferreira e Maria Inácia, exposta da Santa Casa, p. 44v.
- 12.6 – Felisbina, e. 8, pd. Francisco José da Rocha Farias e s/m Carlota Joaquina Farias, p. 44v.
- 17.6 – Frederico, e. 5, pd. Catão Damasceno Ferreira e d. Sara Aveline, p. 45.
- 19.6 – Antônio, e. 2, pd. João Damasceno Ferreira e d. Maria Aveline, p. 45.
- 19.6 – Ana, e. 7, pd. Benjamin Aveline e d. Maria Pires, p. 45.
- 19.6 – Sara, e. 15, pd. Catão Damasceno Ferreira e D. Sara Aveline, p. 45.²³
- 10.7 – Antônia, e. 6, pd. Firmino José de Mendonça e Antônia Jaques, p. 45.
- 12.8 – Carlos, e. 23.7, pd. major Francisco Fernandes Anjo, p. 46v.
- 12.8 – Laura, e. 7, pd. Catão Damasceno Ferreira e d. Antônia Genoveva, p. 46v.
- 14.8 – Maria, e. 22.7, pd. José Joaquim Fernandes Pinheiro e s/m, p. 45.
- 4.9 – Cândida, e. 17.8, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e d. Cândida Inácia de Oliveira, p. 45.
- 4.9 – Clemência, e. 26.8.1852, pd. major Francisco Fernandes Anjo e d. Clemência do Prado Anjo, p. 46v.
- 4.9 – Idalina, e. 30.8.1852, pd. Manuel Antônio Belaguarda e Idalina Leal, p. 46v.
- 4.9 – Afonso, e. 2.9, pd. capitão Fernandes Mogango e Maria Narcisa, p. 46v.

²³ Foi extraída certidão em 14.2.1868.

- 6.10 – Luís, e. 1º.10, pd. José Vieira de Farias, p. 47.
- 6.11 – Amália, e. 21.9, pd. João Damasceno Ferreira e D. Maximilia Christina Ferreira, p. 46v.
- 10.11 – Manuel, e. 2, pd. Firmino José de Mendonça, p. 45v.
- 10.11 – Antônio, e. 5, pd. Firmino José de Mendonça, p. 45v.
- 11.11 – Emília, e. 11, pd. João Benedito dos Santos Abreu e d. Maria Angélica Cabral, p. 45v.
- 27.11 – Vicência, e. 27, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes, p. 45v.
- 27.11 – Zeferina, e. 27, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes, p. 45v.
- 2.12 – Maria, e. 7.10, pd. major Francisco Fernandes Anjo, p. 45v.
- 2.12 – Maria, e. 15.10, pd. João Pereira, p. 47.

Ano de 1854

- 1854 – depois do dia 5.6.1854, à p. 48v, consta uma nota do novo capelão Hildebrando de Freitas Pedroso nos termos seguintes:

Tomando posse da Capellania da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade, achei varios assentos de baptismos celebrados pelo meu antecessor o Reverendo João Ignacio de Mello ainda por se lançarem os quaes colligi, e os transcreverei da forma que se seguem, e do que para constar passei este termo que assignei.

- 3.1 – João, br., e. no mesmo dia, pd. Faustino de Oliveira Guimarães, p. 45v.
- 7.1 – Manuel, pardo, pd. Manuel José da Silva e Maria Narcisa, p. 46.
- 15.1 – Amélia, br., pd. Francisco de Oliveira Garcia e Antônia Jaques, p. 46.
- 29.1 – Natália, br., e. 26, pd. capitão José Fernandes Mugango e D. Maria José Lourenço, p. 46.
- 29.1 – Laurindo, br., e. 26, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Maria Narcisa, exposta, p. 46.
- 29.1 – Cândida, br., e. 27, pd. Cândido José Cabral Costa, p. 46.
- 2.2 – Ismael, br., e. 29.1, pd. dr. João Capistrano e d. Emília de Miranda Castro, p. 46.
- 2.2 – Afonso, br., e. 30.1, pd. Francisco Ferreira Gomes e d. Maria José de Souza, p. 47.
- 2.2 – Amélia, br., e. 1º, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e d. Maria Angélica Cabral, p. 47.

- 5.2 – Maria, br., e. 30.12.1853, pd. padre João Inácio de Mello e d. Antônio Genoveva de Oliveira, p. 47.
- 12.2 – Pacífico, br., e. 11, pd. Pacífico José de Menezes e d. Maria Teresa de Carvalho Lima, p. 47.
- 19.2 – Reduzino, pardo, e. 5, pd. Francisco Ferreira Gomes e Josefa Pinheiro de Queiroz, p. 47v.
- 19.2 – Domingos, br., e. 10, pd. Domingos Martins Pereira e d. Dina Leopoldina de Souza, p. 47v.
- 19.2 – Maria, br., e. 10.10.1853, pd. Ricardo de Oliveira Ramos, p. 47v.
- 1º.3 – Antônia, br., e. 1º, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães, p. 47v.
- 1º.3 – Firmino, br., e. 6.2, pd. capitão José Fernandes Mugango e N. S., p. 47v.
- 1º.3 – Elvira, br., e. 5.2, pd. Leocádio de Aquino Cavalcante e Antônia Joaquina Jaques, p. 47v.
- 1º.3 – Francisco, pardo, nascido a 3.12.1853, conforme um bilhete que acompanhou a criança, pd. Francisco José Belo e N. S., p. 47v.
- 12.3 – Dina, br., e. 25.2, pd. Domingos Martins Pereira Souza e s/m d. Dina Leopoldina de Souza, p. 48.
- 12.3 – Germano, br., e. 2.3, pd. Joaquim Caetano Pinto e d. Matildes Maria Ribeiro, p. 48.
- 12.3 – Francisco, pardo, e. 9.5, pd. major Francisco Anjo e d. Antônia Genoveva de Oliveira, p. 48.
- 12.3 – João, e. 10, pd. João Martins Pereira Souza e d. Teodora Maria da Conceição, p. 48.
- 9.4 – Guilhermino, pd. João Martins Pereira e d. Guilhermina Leopoldina, p. 48.
- 9.4 – Eva, pd. Antônio Ferrugem e Vicência Antônia Xavier, p. 48.
- 5.5 – Henriqueta, br., pd. Joaquim Domingues Silveira e d. Maria Joaquina da Conceição, p. 48.
- 5.5 – Henriqueta, br., e. 4.3, pd. Leocádio Aquino Cavalcanti e Antônia Jaques, p. 48v.
- 14.5 – Rosa, e. 13.4, pd. José Dias da Costa e Bernardina Joaquina de Jesus, p. 48v.
- 21.5 – Maria, br., e. 14, pd. Dr. Israel Rodrigues Barcellos e sua filha d. Rafaela, p. 48v.
- 5.6 – Antônia, br., e. 3, pd. Domingos Martins Pereira Souza e d. Antônia Genoveva de Oliveira, p. 48v.

- 5.6 – Narciso, br., e. 30.1, pd. Domingos José Duarte, por procuração do dr. Luís Alves Leite de Oliveira Bello e D. Ana Guterres da Silva, p. 48v.
- 11.6 – Itelvina, br., e. 5, pd. Manuel Pereira da Motta e Maria Leopoldina da Motta, p. 49.
- 11.6 – Paulino, br., e. 9, pd. N. S. e Luís Beltrão de Miranda e Castro, p. 49.
- 15.8 – Augusta, e. 23.6, pd. Antônio Diogo e Ilisia Emília Guimarães, p. 49.
- 24.6 – Engrácia, br., e. 19, pd. Marcos Alves Pereira Salgado F.º e Engrácia Cândida da Costa, p. 49.
- 24.6 – Josefina, e. 19, pd. José Fernandes da Silva Mogango e Maria do Carmo, p. 49v.
- 1º.7 – Antônia, br., e. 27.6, pd. dr. João Rodrigues Fagundes e s/m. D. Rafaela, p. 49v.
- 9.7 – Floripes,²⁴ br., e. 6.7, pd. Álvaro Xavier e Felisberta Emília Gomes, p. 49v.
- 11.7.1854 – Cecília, mestiça, parecendo ter cinco dias, e. 10, pd. N. S. e Joaquim Melchíades Ferreira Lopo, p. 49v/50.
- 17.7 – Carlota, br., e. 15, pd. Francisco Ferreira Gomes e Rita de Cássia Gomes, p. 50.
- 23.7 – Afonso, e. 22, pd. Fermino de Tal e Antônia Genoveva de Oliveira, p. 50.
- 26.7 – Secundino, nascido a 1º.6, filho de Margarida, de nação Cabinda, pd. José Antônio Melchíades e Domiciana Flora da Fonseca, p. 50.
- 20.8 – Cândida, br., e. 6, pd. não constam, p. 50.
- 20.8 – Afonso, pd. Antônio Porfírio Correia de Souza e s/m Maria Narcisa de Oliveira e Souza, p. 50v.
- 27.8 – Felicidade, br., e. 18, pd. Francisco José da Rosa e s/m., p. 50v.
- 27.8 – João, e. 23, pd. João Estácio de Lima Brandão e Teodora Maria da Conceição, p. 50v.
- 27.8 – Elvira, e. 24, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Antônia Jaques, p. 50v.
- 8.9 – Paulino, e. 5, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Maria Inácia de Meneses, p. 50v/51.
- 8.9 – Teodora, parda, e. 5, pd. Antônio Porfírio Correia de Souza e Antônia Joaquina Jaques, p. 51.
- 8.9 – Rita, parda, e. 5, pd. João Estácio de Lima Brandão e Idalina Leal de Souza, p. 51.

²⁴ Registro lançado duas vezes.

- 17.9 – Eufrásia, e. 9.8, pd. Luís Manuel Gonçalves de Brito e Eufrásia Maria do Nascimento, p. 51.
- 17.9 – Branca, e. 24.8, pd. Casemiro José da Câmara e Sá e Branca Bernarda Orci, p. 51.
- 17.9 – Francisca, e. 11, pd. N. S. e Francisco Ferreira Gomes, p. 51v.
- 17.9 – Rosalina, parda, e. 17, pd. N. S. e Antônio Porfírio Correia de Souza, p. 51v.
- 26.9 – Rufina, br., e. 23, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Antônia Genoveva de Oliveira, p. 51v.
- 26.9 – Lino, br., e. 24, pd. os mesmos do registro supra, p. 51v.
- 1º.10 – João, br., e. 24.9, pd. N. S. e João Baptista Soares da Silveira e Souza, p. 52.
- 1º.10 – José, br., e. 18.8, pd. Francisco José da Rosa e s/m d. Francisca, p. 52.
- 26.11 – Maria, br., e. 25, pd. dr. Baltasar Pereira Guedes e s/m, p. 52.
- 5.12 – Maria, br., e. 4, pd. N. S. e João Manuel Pereira Maciel, p. 52.
- 17.12 – Maria, br., e. 18.11, pd. N. S. e Antônio Porfírio Corrêa de Souza, p. 52v.
- 17.12 – José, br., e. 15, pd. N. S. e Domingos Martins Pereira e Souza, p. 52v.
- 24.12 – Antônio, e. 16, pd. N. S. e capitão José Fernandes da Silva Mugango, p. 52v.
- 31.12 – Faustino, br., e. 27, pd. Faustino Ferreira de Oliveira e Maria Inácia, exposta, p. 52v.

Ano de 1855

- 12.1 – Generosa, preta, e. 7, pd. N. S. e Generoso José Vieira, p. 53.
- 12.1 – João, br., e. 9, pd. N. S. e Generoso José Vieira, p. 53.
- 14.1 – José, e. 13, pd. Vicente Pereira Dias e d. Carolina Gomes da Silva Job, p. 53.
- 14.1 – Baltasar, mestiço, e. 17.9.1854, pd. Vicente Pereira Dias e d. Maria Antônia Leal de Souza, p. 53.
- 18.1 – Josefina, e. 17, pd. José Cabral de Mello e Maria Angélica Cabral, p. 53v.
- 3.2 – Maria, e. 1º, pd. capitão José Fernandes da Silva Mugango e N. S., p. 53v.
- 11.2 – Angélica, e. 8, pd. Eloy José Fernandes Lima e d. Angélica Pereira da Silva, p. 53v.

- 14.2 – Ana, e. 12, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Maria Inácia de Menezes, p. 53v.
- 14.2 – Rosalina, e. 12, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Maria Manuela da Silva, p. 54.
- 18.2 – Eulália, e. 14, pd. N. S. e José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha, p. 54.
- 18.3 – Gabriel, e. 16, pd. N. S. e José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha, p. 54.
- 25.3 – Emília, e. 24, pd. Leandro de Aquino Cavalcante e Maria Manuela da Silva, p. 54.
- 25.3 – Guilhermina, e. 24, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Maria Inácia de Menezes, p. 54v.
- 25.3 – Luísa, e. 24, pd. N. S. e José da Rocha Fernandes, p. 54v.
- 8.4 – Fortunata, e. 1º, pd. Faustino Ferreira de Oliveira e Fortunata Amália de Azevedo Torres, p. 54v.
- 8.4 – Pedro, e. 4, pd. Pedro José de Souza e Dometilde Maria de Souza, p. 54v.
- 20.4 – Etelvina, e. 19, pd. José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha e d. Idalina Leal de Souza, p. 55.
- 29.4 – Maria, e. 26, pd. Antônio José de Araújo Bastos e D. Maria Salomé de Oliveira, p. 55.
- 1º.5 – Clemente, e. 29.4, pd. N. S. e Domingos Martins Pereira e Souza, p. 55.
- 9.5 – Veridiana, e. 4, pd. Sebastião Ribeiro Pinto e d. Felisberta Luísa de Jesus, p. 55.
- 19.5 – Maria, e. 7, pd. Manuel Joaquim Tostes e d. Luísa Amália Bello, p. 55v.
- 25.5 – Malvina, e. 20, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Christina Zulmira, p. 55v.
- 9.6 – Reduzino, e. 6, pd. N. S. e o capelão Hildebrando de Freitas Pedroso, p. 55v.
- 24.6 – Pedro, e. 23, pd. capitão José Fernandes da Silva Mogango e N. S., p. 55v.
- 24.6 – João, e. 23, pd. capitão José Fernandes da Silva Mogango e N. S., p. 56.
- 25.6 – Perceliana, e. 17, pd. José Bernardes e Maria Inácia de Menezes, p. 56.
- 29.6 – André, e. 27, pd. N. S. e o Alferes Rafael Lino da Silva, p. 56.
- 8.7 – Leonor, e. 6, pd. N. S. e Antônio José de Araújo Bastos, p. 56.
- 10.7 – Eufrásio, e. 8, pd. Joaquim Vieira da Rocha e N. Sra., p. 56v.
- 13.7 – Maria da Glória, e. 10, pd. Manuel Joaquim Tostes Júnior e Isabel Maria Lions, p. 56v.

- 31.7 – Francelina, e. 30, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Fortunata Balbina de Macedo, p. 56v.
- 7.8 – Henrique, e. 1º, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Maria do Carmo Santa Anna, p. 56v.
- 15.8 – Teófila, e. 24.7, pd. N. S. e Antônio de Azambuja Cidade, p. 57.
- 8 ou 9.8 – Maria Joaquina, faleceu *achando-se Baptizada em artigos de morte*, p. 57.
- 4.9 – Ana, e. 2, pd. João Nepomuceno das Chagas e s/m d. Ana Luísa da Cunha Chagas, p. 57.
- 11.9 – Corina, e. 9, pd. N. S. e Porfírio da Silveira Gonçalves, p. 57.
- 14.9 – Bernardina, e. 10, pd. N. S. e Manuel Joaquim Tostes Júnior, p. 57/57v.
- 12.10 – Antônio, e. 10, pd. João Bernardes da Silva e d. Teodora Maria da Conceição, p. 57v.
- 27.10 – Ana, e. 26, pd. João Nepomuceno das Chagas e s/m d. Ana Luísa da Cunha Chagas, p. 57v.
- 27.10 – Domingos, e. 26, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Luísa Amália Bello, exposta, p. 57v.
- 15.11 – Marculina, e. 13, pd. N. S. e Eudoro Brasileiro Berlink, p. 58.
- 28.11 – Epaminondas, e. 27, pd. dr. Manuel Martins Bonilha e Luísa Amália de Oliveira Bello, exposta, p. 58.
- 21.12 – Sofia, e. 16, pd. N. S. e Antônio Augusto Guimarães, p. 58.
- 23.12 – João, e. 20, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Christina Theresa Zulmira, p. 58v.
- 23.12 – Lucinda, e. 21, pd. Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães e Maria do Carmo de Sant'Ana, p. 58v.
- 23.12 – Manuel, e. 21, pd. João Bernardes da Silva e Bibiana da Conceição Almeida, p. 58v.
- 31.12 – Maria, e. 30, pd. N. S. e Constâncio Lopes de Sant'Ana, p. 58v/59.

Ano de 1856

- 9.1 – Manuel, e. 7, pd. N. S. e Constâncio Lopes de Sant'Ana, p. 59.
- 20.1 – Sebastião, e. 18, pd. Constâncio Lopes de Sant'Ana e Maria Inácia, exposta, p. 59.
- 22.2 – Afonso, nasceu a 15.10.1855, pd. Antônio Ribeiro da Silva e N. S., p. 59.
- 22.2 – Manuel, e. 10, pd. *por recomendação com que foi acompanhado* Manuel Joaquim de Souza Junqueira e s/m, p. 59v.

- 24.2 – Manuel, e. 22, pd. Hodorio Brasileiro Berlink e Justina Emília de Souza, p. 59v.
- 14.4 – Francisco, e. 12, pd. Francisco Cândido de Campos, mordomo dos expostos, e Maria Emília, exposta, p. 59v.
- 14.4 – Genebra, e. 13, pd. Francisco Cândido de Campos, mordomo dos expostos, e Fortunata Balbina Damasceno, exposta, p. 59v/60.
- 14.4 – Francisca, e. 13, pd. dr. Antônio Pereira Prestes e Maria do Carmo de Sant'Anna, órfã, p. 60.
- 25.4 – Amélia, e. 24, pd. capitão Manuel Joaquim de Souza Junqueira e Maria Bernardina de Assumpção, exposta, p. 60.
- 13.6 – Maria Antônia, e. 9, pd. Antônio José de Araújo Basto e Idalina Leal de Souza, exposta, p. 60v.
- 13.6 – José, e. 12, pd. Francisco Cândido de Campos, mordomo dos expostos, e Christina Thereza Zulmira, exposta, p. 60v.
- 24.6 – Feliciano, e. 22, pd. José Bento Dias de Carvalho, tesoureiro dos expostos, e Fortunata Balbina Damasceno, exposta, p. 60v.
- 4.7 – Jacinto, e. 3, pd. capitão Manuel Joaquim de Souza Junqueira e Maria Bernardina de Assumpção, exposta, p. 60v/61.
- 4.7 – João, e. no mesmo dia, pd. Antônio José de Araújo Basto, mordomo da capela, e Justa Carlota de Azambuja, exposta, p. 61.
- 11.7 – Genebra Augusta, e. 7, pd. Antônio José de Araújo Basto, mordomo da capela, e Isabel Maria Leães, exposta, p. 61.
- 20.7 – Honorina, e. 18, com 2 meses e meio para 3, pd. Francisco Cândido de Campos, mordomo dos expostos, e d. Antônia Genoveva de Oliveira, atual regente dos expostos, p. 61/61v.
- 27.7 – Ana Marfisa, e. 26, RN, pd. Manuel Joaquim de Souza Junqueira, atual administrador da Santa Casa, e Justina Carlota de Azambuja, exposta, p. 61v.
- 7.8 – Vergílio, *de cor ao que parece ser mestiço, que terá quinze dias pouco mais ou menos*, e. 4, pd. padre Constâncio Lopes de Sant'Anna e Christina Thereza Zulmira de Souza, exposta, p. 61v.
- 8.8 – Domingos, br., com 15 dias mais ou menos, e. 6, pd. Domingos Martins Pereira de Souza, Irmão da Santa Casa, e Felisberta Emília Gomes, exposta, p. 62.
- 15.8 – José, br., oito dias mais ou menos, e. no mesmo dia, pd. Antônio José de Araújo Basto, mordomo da capela e Bernardina Joaquina da Silva, *actual rodeira da mesma roda dos expostos*, p. 62.

- 24.8 – Quitéria Maria, br., com cerca de oito dias, e. 20, pd. José Bento Dias de Carvalho, tesoureiro dos expostos, e Felisberta Emília Gomes, exposta, p. 62.
- 7.9 – José, com um mês, filho natural de Vicência, africana, livre, pd. João Martins Kespeler e s/m Idalina de Souza Leal, p. 62v.
- 21.9 – Ovídio, br., e. 20, com cerca de 12 dias, pd. Domingos Martins Pereira e Souza, casado, e Fortunata Balbina Damasceno, p. 62v.
- 6.10 – Maria, e. 2, pd. Manuel Joaquim de Souza Junqueira, administrador da Santa Casa, e d. Balbina Rosa de Jesus, p. 62v.
- 10.10 – Genebra, br., e. 7, com cerca de 10 dias, pd. Antônio José de Araújo Bastos e Justa Carlota de Azambuja, p. 62v/63.
- 19.10 – Maximila, br., RN, e. no mesmo dia, pd. Antônio José de Araújo Basto, mordomo da capela, e Fortunata Balbina Damasceno, p. 63.
- 9.11 – João, br., com bilhete dizendo que havia sido batizado, e. 8, pd. Antônio José de Araújo Basto e Isabel Maria Leães, p. 63.
- 14.11 – Manuel, *cor achinada*, RN, e. 13, pd. Antônio José de Araújo Basto e d. Antônia Genoveva de Oliveira, atual regenta, p. 63/63v.
- 27.11²⁵ – Antônio, br., com oito dias mais ou menos, e. 25, pd. Antônio Ventura Fortuna e Luísa Amália de Oliveira Bello, p. 63v.
- 5.12 – Eloina, com oito dias mais ou menos, e. 3, pd. João Capistrano de Miranda e Castro Filho e d. Emília Flora de Miranda, solt., p. 63v.
- 15.12 – Francisco, e. 14, pd. Antônio José de Araújo Bastos, casado, e Maria Bernardina, solt., p. 63v.

Ano de 1857

- 7.1 – Branca, 3 dias, e. 5, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e D. Branca Bernarda Orci, p. 64.
- 16.1 – Archimedes, 4 dias, e. 15, pd. Manuel Luís Correia, mordomo da capela, e N. S., p. 64.
- 13.2 – Platão, e. 11, com três dias mais ou menos, pd. Manuel Luís Correia, p. 64.
- 13.2 – Esther, e. 11, com três dias mais ou menos, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna, p. 64.
- 15.2 – João, e. 8, cerca de três dias, pd. João Bernardes da Silva e Maria Elisia da Conceição, p. 64v.

²⁵ No registro, consta 1859, mas por estarem todos nesse período, em ordem cronológica, talvez se trate de equívoco do padre.

- 17.2 – José, e. 14, com oito dias mais ou menos, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e d. Eufrásia Joaquina de Azevedo Guerra, p. 64v.
- 17.2 – Maria, e. 16, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e d. Rita de Cássia Guerra, p. 64v.
- 17.2 – Mafalda, e. 16, RN, pd. Luís Antônio Correia e Maria Elísia da Conceição, p. 65.
- 26.2 – Maria José, e. 25, cerca de 15 dias, pd. José Bento Dias de Carvalho e d. Antônio Genoveva, p. 65.
- 26.2 – Erna (sic) e. 24, cerca de 15 dias, pd. Constâncio José de Sant'Ana e Inês da Trindade, p. 65.
- 4.3 – Judith, e. com 38 dias, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e Maria Narcisa da Conceição, p. 65.
- 13.3 – Gregório, e. 12, com oito dias mais ou menos, pd. Constâncio José de Sant'Anna e Maria Antônia de Oliveira, solt., p. 65v.
- 25.3 – Volunia (sic), RN, e. 24, pd. Manuel Luís Correia, p. 65v.
- 29.3 – Emília, e. 22, RN, pd. Antônio José Lourenço e d. Antônia Genoveva de Oliveira, p. 65v.
- 19.4 – Maria dos Ramos, e. 18, com quatro dias mais ou menos, pd. Antônio Gonçalves Pereira Duarte e Felisberta Emília Gomes, p. 65v.
- 21.4 – Adalia, e. 19, nascida a 8.3 conforme a carta que a acompanhou, pd. dr. provedor Manuel José de Freitas Travassos e a regente D. Maria Bernardina da Silva, p. 66.
- 9.5 – Pedro, e. 8, quatro ou cinco dias, pd. Antônio José da Silva Porto F.º e Maria José Guterres, p. 66.
- 10.5 – Ambrosina, e. 9, com dois dias mais ou menos, pd. José Bento Dias de Carvalho e Ponciana Guterres da Silva, p. 66.
- 15.5 – Emília, e. 13, pd. José Bento Dias de Carvalho e Ponciana Guterres da Silva, p. 66.
- 17.5 – Júlio, e. 15, pd. José Bento Dias de Carvalho e Ana Guterres da Silva, p. 66v.
- 24.5 – Clementina, com quatro dias mais ou menos, e. 22, pd. João Propício Rodrigues da Silva e Maria José Guterres, p. 66v.
- 7.6 – Juvenal, e. 1º, RN, pd. Germano Serviano da Silva e d. Ana Dorotéia Ribeiro, p. 66v.
- 20.6 – Antônia, e. 13, pd. Victorino Antônio Rodrigues e Felisberta Leopoldina de Santa Ana, p. 66v.
- 27.6 – Mariana, RN, e. 25, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna, p. 67.

- 30.6 – Josefina, e. 28, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria Bernardina da Assumpção, p. 67.
- 3.7 – Inocência, e. 1º, pd. José Bento Dias de Carvalho e Felisberta Emília Gomes, p. 67.
- 3.7 – Lodovina, e. 1º, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Lodovina Leopoldina de Souza, p. 67.
- 11.7 – Rafael, e. 10, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria Bernardina da Silva, p. 67.
- 18.7 – Maria, filha de Catarina, nascida a 23.6, pd. João Nepomuceno das Chagas e Felisberta Emília Gomes, p. 67v.²⁶
- 24.7 – Elisia, RN, e. 20, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e Fortunata Balbina Damasceno, p. 67v.
- 26.7 – João, e. 24, RN, pd. João Propício Rodrigues da Silva e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 67v.
- 31.7 – Ana Josefina, RN, e. 26, pd. Antônio José de Araújo Bastos e d. Ana Benjamim, p. 67v.
- 2.8 – Bertoldo, e. 31, com cerca de 1 ano, pd. Manuel Luís Correia e Maria Emília, p. 68.
- 9.8 – Lealdina, e. 6, RN, pd. dr. Francisco Coelho Borges e Maria Bernardina, p. 68.
- 14.8 – Anastácia, e. 8, RN, pd. Manuel Joaquim de Souza Junqueira e d. Anastácia Christina Junqueira, p. 68.
- 14.8 – Florisbela, e. 10, RN, pd. José Bento de Carvalho e Justa Carlota de Azambuja, p. 68.
- 21.8 – Laudecina, e. 17, RN, pd. Luís Antônio Vasques e Maria Antônia de Oliveira, p. 68/68v.
- 24.8 – Alcebiades, e. 21, RN, pd. Manuel Luís Correia e Inês de Castro da Trindade, p. 68v.
- 4.9 – Afonso, e. 1º, RN, pd. Felisberta Emília Gomes e padre Vicente Zeferrino Dias Lopes, p. 68v.
- 4.9 – José, e. 3, RN, pd. vigário José Inácio de Carvalho e Freitas, e Maria Bernardina da Silva, exposta, p. 68v.
- 11.9 – Bertoldo, e. 10, RN, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e Maria Emília, p. 68v.
- 26.9 – Gerência, nascida a 22.8, filha de Maria Antônia, africana, livre, pd. Manuel Luís Concio e Justa Carlota de Azambuja, p. 68v/69.

²⁶ Consta à margem que foi extraída certidão em 31.5.1865.

- 2.10 – Francisca, e. 29.9, RN, pd. Antônio José de Araújo Bastos e Fortunata Balbina Damasceno, p. 69.
- 11.10 – Propício, e. 8, RN, pd. João Propício Rodrigues da Silva e Ponciana Guterres da Silva, p. 69.
- 11.10 – Inês, e. 10, com 10 dias, pd. Manuel Luís Correia e Inês de Castro da Trindade, p. 69.
- 23.10 – Antônio, e. 21, RN, pd. Antônio dos Reis e Maria Inácia dos Reis, p. 69.
- 29.10 – Custódia, e. 28, com quatro dias, pd. José Bento Dias de Carvalho e Fortunata Balbina Damasceno, p. 69v.
- 29.10 – Epaminonda, e. 28, RN, pd. Padre Vicente Zeferino Dias Lopes e Maria Bernardina da Assumpção, p. 69v.
- 13.11 – Florisbela, e. no mesmo dia, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 69v.
- 16.11 – Bernarda, parda, com um mês e meio mais ou menos, filha de Catarina, africana, pd. Gonçalo Ricardo das Mercês e Ana Fausta, p. 69v.
- 19.11 – Josefina, e. 18, com um mês mais ou menos, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria Emília do Carmo, p. 69v/70.
- 2.12 – Francisco, e. 9.11, pd. Antônio José de Araújo Bastos e Fortunata Balbina Damasceno, p. 70.
- 2.12 – Vicentina, e. 28, pd. Joaquim Antônio Pereira Coruja e Ana Guterres de Carvalho, p. 70.
- 16.12 – Domingos, e. 15, com 16 dias, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Carolina Brandina do Nascimento, p. 70.
- 18.12 – Bibiano, e. 17, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e Fortunata Balbina Damasceno, p. 70/70v.
- 25.12 – Manuel, e. 24, cerca de 15 dias, pd. José Vicente Gonçalves e Fortunata Balbina Damasceno, p. 70v.
- 25.12²⁷ – Maria, e. 24, talvez com 15 dias, pd. José Joaquim da Rocha e Silva e Inês de Castro Trindade, p. 70v.

Ano de 1858

- 10.1 – Manuel, e. 9, com dois meses e 21 dias, pd. José Joaquim da Rocha e Silva e Isabel Maria Leães, p. 70v.

²⁷ Consta 1855, mas como os demais se encontram em ordem cronológica, talvez tenha sido equívoco do padre.

- 23.2, Gabriela, e. 21, pd. Maria Antônia de Oliveira e Ernesto de Souza Leal, p. 70v.
- 17.3 – Joaquim, e. 14, com 9 dias, pd. Constâncio Lopes Machado e Gabriela Rafaela, p. 71.
- 17.3 – Carolina, e. 16, com seis dias, pd. padre Francisco de Santa Isabel Ataíde e Maria Bernardina da Silva, p. 71.
- 21.3 – Volunia, e. 20, com cinco dias, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 71.
- 24.3 – Isabel, e. 22, com cinco dias, pd. tenente-coronel José Pinto da Fonseca Guimarães e d. Rita Eulália, p. 71.
- 28.3 – Xantippe (sic), e. no mesmo dia, RN, pd. Manuel Luís Correia e Maria Bernardina da Assumpção, p. 71/71v.
- 4.4 – Leopoldino, e. 3, cerca de um mês, pd. João Bernardo da Silva e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 71v.
- 9.4 – Seneca (sic), e. 8, com oito dias, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e Inês de Castro da Trindade p. 71v.
- 23.4 – Bento, e. 20, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria Antônia de Oliveira, p. 71v.
- 7.5 – Anastácia, e. 1º, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e s/m d. Inocência Romana de Carvalho, p. 71v.
- 13.5 – Joaquim, e. 12, com um mês e meio mais ou menos, pd. José Bento Dias de Carvalho e Inês de Castro da Trindade, p. 71v/72.
- 16.5 – João, e. 15, pd. Amaro da Silva Velho e Fortunata Balbina Damasceno, p. 72.
- 19.5 – Florisbela, e. 16, RN, pd. Constâncio Lopes de Santa Anna e Maria Antônia de Oliveira, p. 72.
- 28.5 – Emílio, seis dias, pd. Francisco José da Rosa e s/m Francisca Cândida de Oliveira da Rosa, p. 72.
- 28.5 – Bonifácia, cerca de seis dias, pd. José Bento Dias de Carvalho e Isabel Maria Leães, p. 72.
- 28.5 – Maria, com cerca de três dias, pd. Constâncio Lopes de Santa Anna e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 72.
- 11.6 – Florisbela, e. 10, RN, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e N. Sra., p. 72v.
- 2.7 – Pedro, e. 29, com 1 mês mais ou menos, pd. N. S. e João Bernardes da Silva, p. 72v.
- 9.7 – João, e. 5, RN, pd. João Bernardo da Silva e N. S., p. 72v.

- 13.8 – Rodolfo, e. 9, com três dias, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria José Guterres, p. 72v.
- 13.8 – Luís, e. 11, RN, pd. Luís Pereira da Silva e d. Ana Guterres de Carvalho, p. 72v.
- 15.8 – Paulino, e. 14, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 73.
- 16.9 – Napoleão da Rosa, e. 17, RN, pd. Francisco Coelho Barreto e d. Marcolina Cândida Coelho, por procuração apresentada por d. Eulália Coelho de Oliveira Barreto, p. 73.
- 1º.10 – Aristoles, e. 26, RN, pd. João Benedito dos Santos Abreu e N. S., p. 73.
- 8.10 – Maria do Carmo, e. 5, RN, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Maria Anselma de Siqueira, p. 73.
- 12.10 – Emelinia, e. 10, RN, pd. Constâncio Machado Lopes, p. 73.
- 15.10 – Propícia, e. 10, RN, pd. João Propício Rodrigues da Silva e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 73v.
- 15.10 – Luísa, e. 14, com seis meses, pd. Constâncio Machado Lopes e Flora Maria Fagundes, p. 73v.
- 29.10 – Rodolfo, e. 25, dois meses, pd. José Bento Dias de Carvalho e Maria Figueira Guterres, p. 73v.
- 29.10 – Benedita, parda, recolhida por ordem do chefe de polícia no dia 28, RN, pd. Constâncio Machado Lopes e Fortunata Balbina Damasceno, p. 73v.
- 5.11 – Gertrudes, e. 3, com um mês, pd. João Bernardes da Silva e Mariana Jardim da Silva, p. 74.
- 5.11 – Deolinda, e. 4, com oito dias, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e Isabel Leães, p. 74.
- 7.11 – Eduardo, e. 6, RN, pd. João Bernardes da Silva e Rita de Azevedo e Souza, p. 74.
- 17.11 – Amália, e. 16, com oito dias, pd. José Bento Dias de Carvalho e N. S., p. 74.
- 17.11 – Bernardina, e. 7, com dias de vida, pd. Francisco Antônio Borges de Lima e d. Raquel Cândida de Oliveira, p. 74.
- 17.11 – Gaspar, e. 10, com oito dias, pd. capitão Gaspar Pinto Bandeira e N. S., p. 74.
- 19.11 – Carlos, e. 14, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 74/74v.
- 26.11 – Maria da Conceição, e. 22, RN, pd. N. S. e Francisco Correia de Melo, p. 74v.

- 30.11 – Júlia, nascida a 18.10, filha natural de Maria Isabel, africana, pd. João Ribeiro da Cunha e Claudina Maria da Conceição, p. 74v.
- 3.12 – Filomena, e. 2, RN, pd. N. S., p. 74v.
- 3.12 – Faustina, e. 2, RN, pd. João Ribeiro da Fonseca e Faustina Ribeiro da Fonseca, p. 74v.
- 10.12 – Abel, RN, pd. Abel de Souza Leal e Maria José Guterres, p. 74v.
- 19.12 – Maria, RN, filha de Maria Antônia, africana, livre, pd. Augusto Adolfo e Justa Carlota, p. 74v.
- 19.12 – Cristina, RN, filha de Rosa, africana, livre, pd. José Gonçalves Duarte e Modesta Eugênia dos Santos, p. 75.

Ano de 1859

- 6.1 – Luísa, e. 3, RN, pd. Constâncio Machado Lopes e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 75.
- 7.1 – Leta, e. no mesmo dia, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e N. S., p. 75.
- 30.1 – Francisca, e. 29, RN, pd. José Bento Dias de Carvalho e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 75.
- 30.1 – Ana, e. 29, RN, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Maria Guterres de Carvalho, p. 75.
- 17.2 – Josefa, nascida a 1º.1, filha de Vicência, africana, livre, pd. José Lino da Silva e Mariana, preta forra, p. 75v.
- 18.2 – Cândido, nascido a 28.1, *segundo um bilhete que trouxe*, e. 15, pd. capitão-tenente José Ricardo Coelho de Abreu e Maria José Guterres, p. 75v.
- 25.2 – Maria, e. 23, RN, pd. N. S. e o capitão José Ricardo Coelho de Abreu, p. 75v.
- 4.3²⁸ – Horácio, e. 3, mais de um mês, pd. Constâncio Machado Lopes e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 75v.
- 18.3 – Arparia, e. 17, com oito dias, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 75v.
- 1º.4 – Amábília, e. 31.3, com um mês mais ou menos, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 75v/76.
- 1º.4 – Virgínia,²⁹ RN, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e Fortunata Balbina Damasceno, p. 76.

²⁸ Consta 1858, mas deve ter sido equívoco do padre.

²⁹ Está rasurado, mas parece ser Virgínia.

- 2.4 – Maria das Dores, e. 1º, RN, pd. Amaro da Silva Velho e N. S. das Dores, p. 76.
- 2.4 – Leta, e. 1º, pd. Amaro da Silva Velho, p. 76.
- 10.4 – Deolindo, e. 8, com 15 dias mais ou menos, pd. Vigário Manuel Rodrigues Coelho das Neves e Maria Deolinda Baptista da Silva, p. 76.
- 29.4 – Asparia (sic), e. 28, pd. Constâncio Machado Lopes e Maria do Carmo Almeida, p. 76/76v.
- 29.5 – Francisco, e. 26, nascido a 24, conforme carta que o acompanhou, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Maria José Guterres, p. 76v.
- 13.6 – Leopoldina, e. 10, pd. capitão de fragata José Ricardo Coelho de Abreu e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 76v.
- 24.6 – João Baptista, e. 23, RN, pd. José Maria Álvares e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 76v.
- 1º.8 – Olímpia, e. 29.7, pd. João Propício Rodrigues da Silva e d. Ana Guterres de Carvalho, p. 76v.
- 23.8 – Mariano, e. 20, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 77.
- 4.9 – Maria do Carmo, e. 3, pd. major Antônio Augusto Guimarães, p. 77.
- 11.9 – Luísa, e. 9, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e s/m d. Luísa Amália de Azevedo Guerra, p. 77.
- 17.9 – José Maria, e. 10, RN, pd. José Maria Álvares e d. Maria José Guterres, p. 77.
- 30.9 – Maria das Dores, e. 26, RN, pd. Antônio Carneiro da Fontoura e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 77.
- 13.10 – Guilhermina, e. 6, RN, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Guilhermina Leopoldina de Souza, p. 77v.
- 17.10 – Raimunda, e. 15, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Leopoldina de Souza, p. 77v.
- 19.10 – Manuel, e. 16, RN, pd. Joaquim Antônio Pereira Coruja e d. Mariana Figueira Guterres, p. 77v.
- 25.11 – Jerônimo, e. 21, com 15 dias, pd. Carlos Bernardino de Barros e d. Maria Teresa Mendes, p. 77v.
- 25.11 – Luzia, e. 16, com 15 dias, pd. d. Maria José Guterres, p. 77v/78.
- 7.12 – Vicência, e. 5, nascida a 2.12, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e N. S. do Rosário, p. 78.
- 16.12 – José, RN, pd. José Dutra e d. Maria José Guterres, p. 78.
- 18.12 – Xantipe, RN, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e N. S., p. 78.

- 21.12 – Querina, e. 20, RN, pd. Querino José Lopes e N. S., p. 78.
- 23.12 – Aristóteles, e. 22, RN, pd. João Pinto Guedes Porto e N. S., p. 78.

Ano de 1860

- 8.1³⁰ – Leta e Clea, RNs, e. 7, pd. Constâncio Lopes de Sant'Anna e N. S., p. 78.
- 15.1 – Patrícia, e. 11, RN, pd. Patrício de Azambuja Cidade e d. Ana Guterres, p. 78v.
- 20.1 – Amaro, e. no mesmo dia, nascido a 15, pd. Cândido de Albuquerque Gama e d. Josefina de Melo Azevedo Seixas, p. 78v.
- 29.1 – Pedro, pd. Joaquim Maria de Azevedo Guerra e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 78v.
- 3.2 – Veturia (sic), e. 2, RN, pd. Belchior Horácio de Paula, p. 78v.
- 2.3 – Themistocles, pd. N. S. e Belchior Horácio de Paula Fogaça, p. 78v.
- 2.3 – Abigail, e. 1º, pd. N. S. e Belchior Horácio de Paula Fogaça, p. 78v.
- 9.3 – Arthur, e. 6, RN, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Maria José Guterres, p. 79.
- 9.3 – João de Deus, e. 8, RN, pd. João Bernardes da Silva e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 79.
- 11.3 – Romana, nascida a 29.2, e. 9, pd. padre Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Ana Guterres de Carvalho, p. 79.
- 18.3 – Álvaro, e. 17, com um mês, pd. Antônio Álvares Pereira Coruja, p. 79.
- 9.4 – Josefa, e. 5, RN, pd. José Maria Álvares e d. Maria José Guterres, p. 79.
- 13.4 – Dina, e. 10, RN, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Mariana Figueira da Silva Guterres, p. 79v.
- 22.4 – Palmira, e. 21, cerca de oito dias, pd. Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes e d. Ponciana Guterres da Silva, p. 79v.
- 25.4 – Marcelina, cerca de dois dias, pd. Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes e Maria Emília do Carmo, p. 79v.
- 25.4 – Francisco, e. 21, com 15 dias mais ou menos, pd. Francisco Baptista da Silva Pereira e Maria Emília do Carmo, p. 79v.
- 4.5 – João, e. 8, RN, pd. tenente Manuel Antônio Soares da Gama e d. Carlota Antônia dos Reis, p. 79v.

30 No original, consta o mês de dezembro, mas pela cronologia acredita-se que tenha sido equívoco do padre, tratando-se de janeiro.

- 13.5 – Fermina, com 15 dias, pd. padre José Valls de Fernando e d. Ana Guterres de Carvalho, p. 79v/80.
- 27.5 – Matusalém, e. 26, RN, pd. João Ribeiro da Fonseca, p. 80.
- 1º.6 – Ernestina, e. 1º, RN, pd. Ernesto de Souza Leal e Maria José Guterres, p. 80.
- 15.8 – Conegundes, e. 14, pd. João Ribeiro da Fonseca, p. 80.
- 26.8 – Rafaela, e. 22, RN, pd. dr. João Rodrigues Fagundes e d. Rafaela Fagundes de Paim, p. 80.
- 26.8 – Antônio,³¹ e. 24, pd. João Ribeiro da Fonseca e Ana Maria de Jesus, p. 80.
- 22.9 – Maria das Dores, e. 17, RN, pd. Vicente Ferreira Lopes e Francisca Liduína Lopes, p. 80v.
- 5.10 – Miguel, e. 29.9, RN, pd. Bernardina Belmira, p. 80v.
- 15.10 – Alberto e Fermina de Souza Neves, e. 13, RNs, pd. Alberto José dos Santos Soares e d. Francelina Leopoldina Martins de Souza (Alberto) e João Maria das Neves e d. Maria das Dores Leopoldina Martins de Souza (Fermina), p. 80v.
- 28.10 – Isabel e Antônio, e. 26 e 27, RN, pd. Antônio Gonçalves Padilha e Isabel Gonçalves Padilha, p. 80v.
- 1º.11 – Cristina, e. 31.10, RN, pd. Marcos Patrício Cidade e Fortunata Balbina Damasceno, p. 81.
- 9.11 – Maria Luísa, e. 6, RN, pd. capitão Luís José da Fontoura Palmeiro e d. Maria Lara Palmeiro, p. 81.
- 16.11 – Antônio e Manuel, RNs, pd. dr. Manuel José de Campos e d. Antônia Clara Barbosa de Campos (Antônio) e Manuel da Silva Ferreira e Maria do Carmo de Sant'Anna (Manuel), p. 81.
- 30.11 – Gabriel, e. no mesmo dia, RN, pd. José Maria Menna Barreto e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 81.
- 3.12 – Marcos, e. 1º, pd. Henriques Cândido de Campos e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 81v.
- 7.12 – Avelina, e. 3, pd. João Marcelino Pires e Luísa Fausta de Abreu, p. 81v.
- 24.12 – Ponciano, e. 22, inocente, pd. Vicente Ferreira Lopes, por procuração do reverendo padre mestre Vicente Zeferino Dias Lopes e Ponciana Guterres da Silva, p. 81v.

³¹ Na margem do registro, consta Antônio, mas no registro, João.

Ano de 1861

- 31.1 – João, e. 28, pd. Nicolau Amoret e Páscoa Amoret, p. 81v.
- 31.1 – Luísa, e. 28, pd. Nicolau Amoret e Páscoa Amoret, p. 82.
- 17.3 – José, e. 15, pd. João Ribeiro da Fonseca e Gabriela Rafaela de Rezende, p. 82.
- 17.3 – Guilhermina, e. 11, pd. José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha e s/m Maria José Lourenço da Cunha, p. 82.
- 19.3 – Gabriela, e. 18, pd. padre Francisco de Santa Isabel e d. Fausta dos Santos Soares, p. 82v.
- 19.3 – Ezulina, e. 18, pd. João Pinto Guedes Porto e d. Fausta dos Santos Soares, p. 82v.
- 22.3 – Josefina, e. 20, pd. João Pinto Guedes Porto e N. S., p. 82v.
- 5.4 – Francisco, e. 3, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Maria das Dores, p. 83.
- 12.4 – Luís, e. 11, pd. Frederico Augusto de Menezes Lara e Luísa Palmeiro, p. 83.
- 19.4 – Fausta, e. 18, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Fausta dos Santos Soares, p. 83.
- 21.4 – Moisés, e. 22, pd. Moisés de Lemos Pinto e Florinda dos Santos Luz, p. 83v.
- 26.4 – Maria, e. 21, pd. Victor de Souza Leal e Fortunata Balbina Damasceno, p. 83v.
- 3.5 – Henrique, e. 1º, pd. José Maria Menna Barreto e Balbina Rosa de Jesus, p. 83v.
- 5.5 – Rita, e. 24, pd. João Ribeiro da Fonseca e Rita Fausta do Valle, p. 84.
- 28.5 – Aurora, e. 26, pd. João Maria das Neves e d. Francelina Leopoldina de Souza, p. 84.
- 28.5 – Boaventura, e. 27, pd. Boaventura Augusto dos Reis e Francelina Leopoldina de Souza, p. 84.
- 28.5 – Angelina, e. 25, pd. Boaventura Augusto dos Reis e Carlota Maria dos Reis, p. 84v.
- 3.6 – Júlia, e. 31.5, pd. João Pinto Guedes Porto e N. S., p. 84v.
- 21.6 – Paulo, e. 17, pd. Victor de Souza Leal e Rita Fausta do Valle, p. 84v.
- 5.7 – Cristóvão, e. 4, pd. João Pinto Guedes Porto e N. S., p. 85.
- 5.7 – Isabel, e. 4, pd. João Pinto Guedes Porto e N. S., p. 85.
- 5.7 – Antônio, e. 3, pd. Antônio Soares A. de Gusmão e s/m Bernardina de Gusmão, p. 85.

- 15.7 – Ciro, e. 9, pd. dr. Ciro José Pedrosa e d. Fausta dos Santos Soares, p. 85/85v.
- 15.7 – Francisca, e. 14, pd. dr. Ciro José Pedrosa e d. Fausta Joaquina de Campos, p. 85v.
- 30.7 – Luísa, e. 28, pd. Domingos Martins Pereira e Souza e d. Ludovina Leopoldina de Souza, p. 85v.
- 6.8 – Zulmira, br., e. 24.7, pd. padre José Joaquim da Purificação Teixeira e d. Tomásia Ludovina da Silva, p. 85v/86.
- 8.8 – Luísa, br., e. 6, pd. José Maria Álvares e d. Luísa Maria de Mattos, p. 86.
- 2.9 – Arthur Antônio, br., e. 31.8, pd. dr. Campos e d. Fortunata Balbina Damasceno, p. 86.
- 8.9 – Augusto, *crioulo*, nascido a 28.8, filho de Maria Antônia, africana, pd. Marcelino José Pinheiro e Maria Isabel, africana, p. 86v.
- 8.9 – Luísa, *crioula*, nascida a 21.6, filha natural de Rosa, africana, pd. Antônio de Freitas Travassos e d. Dionísia Felisbina da Assumpção e Souza, p. 86v.
- 14.9 – Claudina, *parda*, e. 13, pd. Amaro da Silva Velho e Elvira Emília Gomes, p. 86v/87.
- 7.10 – Isolina, br., e. 6, pd. padre José Joaquim da Purificação Teixeira e N. S. da Conceição, p. 87.
- 9.10 – Jusulmina, br., e. 7, pd. Querino Marques de Oliveira e Maria Angélica da Silva, p. 87.
- 16.10 – Tomás, br., e. 15, pd. padre José Joaquim da Purificação Teixeira e d. Maria Querina da Costa Leite, p. 87.
- 1º.11 – Guilhermino, br., e. 31.10, nascido a 16.10, pd. Domingos Martins Pereira de Souza e sua filha d. Guilhermina Martins Pereira de Souza, p. 87v.
- 1º.11 – Francelina, *parda*, e. 31.10, pd. Domingos Martins Pereira de Souza e sua filha d. Francelina Leopoldina Martins de Souza, p. 87v.
- 17.11 – Eugênio, br., e. 14, pd. Francisco de Oliveira Garcia e d. Francisca Cândida Garcia, p. 87v/88.
- 19.11 – Afonso, br., e. 18, pd. Inácio José Ferreira de Moura e N. S. das Dores, p. 88.
- 26.11 – Enéas, e. 25, pd. Enéas Pereira Fraga e Maria Balbina da Silva, p. 88.
- 15.12 – Aperis, e. 14 pd. Joaquim de Freitas Cabral e N. S. da Conceição, p. 88v.
- 22.12 – Cecília, e. 18, pd. padre José Joaquim da Purificação Teixeira e Feliciana Perpétua da Conceição, p. 88v.

Ao final do livro, consta a seguinte nota:

Em virtude de huma Pastoral do Excellentissimo Senhor Bispo Diocezano Dom Sebastião Dias Laranjeira deixo de continuar a fazer os assentos de baptismos dos Expostos neste livro. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1861. O Capelão José Joaquim da Purificação Teixeira.



Capítulo 12

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE: DESTINO DAS MENINAS DA RODA DOS EXPOSTOS

Regina Portella Schneider¹

Desde 1773, competia à Câmara Municipal de Porto Alegre o amparo das crianças abandonadas. Para isso, a Câmara contratava mulheres denominadas *mães criadeiras ou criadeiras*. Essas mulheres, através de requerimento, candidata-vam-se para encarregar-se da criação de uma criança exposta, órfã desvalida. Recebiam auxílio para o custeio das despesas com a criação da criança até que completasse 7 anos de idade, para os meninos, e 8 anos de idade, para as meninas.

Para manter as crianças, tanto o governo quanto a Câmara haviam contraído dívidas, que se acumulavam, pois as fontes de receita eram poucas. A partir de 1825, foram formulados planos para criar loterias específicas em favor das crianças abandonadas. E elas foram uma solução para muitas crises. A lei brasileira de 1828, em seu artigo 69, mandava estabelecer e manter casas de caridade para se criarem os expostos. Em 1835, a Lei nº 9, em seu artigo 35, atribuía às Câmaras Municipais a quantia de 2:576\$000 réis, para a criação dos expostos.

A Lei Provincial nº 9, de 21 de novembro de 1837, consignou a quantia de 12 contos de réis para a criação dos expostos e atendimento dos presos pobres. E, por essa lei, a Assembleia Provincial estabeleceu a Casa da Roda. Transferiu a tarefa de criação dos expostos para a Santa Casa de Misericórdia, que acomodou as crianças enjeitadas, órfãs e desvalidas nas casas que possuía na Várzea, e que

¹ Historiadora, professora; Porto Alegre/RS - Brasil.

ficaram conhecidas como Casas da Caridade. A Casa da Roda começou, então, a funcionar nas dependências da Santa Casa, em 1838, e seu Regimento foi elaborado em 1842 pelo presidente da província, Saturnino de Souza Oliveira, que também era provedor da Santa Casa. Registra-se que Casa da Roda durou de 1837 a 1940 e terminou quando o poder público legalmente assumiu a tarefa de cuidar dos menores abandonados.

ORIGEM DAS CRIANÇAS DA CASA DA RODA

As crianças tinham as mais diversas origens: as que eram abandonadas na roda, ainda recém-nascidas; as que eram abandonadas à porta de residências e trazidas para acolhimento na Santa Casa; as oriundas de mães presas, que davam à luz na prisão ou eram condenadas à pena máxima; outras eram recolhidas pela Santa Casa porque haviam sido entregues pelos próprios pais, que se encontravam sem condições materiais para criá-las (e, muitas vezes, eram pedidas de volta, após alguns anos, estando a família em melhores condições para mantê-las); crianças encaminhadas pelo poder público porque se encontravam abandonadas, órfãs e desvalidas, perambulando pelas ruas da capital, sem ninguém a zelar por elas; órfãos de pais falecidos por ocasião das epidemias, que por vezes assolavam a província.

PROCEDIMENTO DA SANTA CASA

As crianças ficavam à disposição para serem adotadas. Para as crianças recém-nascidas e muito pequenas, a Santa Casa contratava amas de leite. As crianças, até os 7 anos para os meninos e 8 anos para as meninas, se não fossem adotadas, eram entregues às mães criadeiras, que se responsabilizavam por sua criação, mediante o custeio das despesas. Após os 7 anos de idade, os meninos eram encaminhados ao Arsenal de Guerra, onde, além das aulas de Primeiras Letras, aprendiam profissões nas diversas oficinas: alfaiate, armeiro, carpinteiro, correeiro, ferreiro, funileiro, latoeiro, músico e sapateiro.

As meninas, após os 8 anos, se não tivessem sido adotadas, voltavam para a Casa da Roda, e a continuidade de sua criação estava a cargo das amas de criação, que eram expostas já adultas. Seu trabalho, que era remunerado, consistia em cuidar das crianças na Casa da Roda. Com isso, as expostas adultas conseguiam formar um pecúlio, que poderia constituir seu próprio dote, no caso de contraírem matrimônio. Enquanto exerciam esse trabalho, as expostas adultas aguardavam uma oportunidade de matrimônio. Muitas delas recebiam esse pedi-

do de casamento. O candidato, através de requerimento à Mesa Administrativa, solicitava a exposta em casamento. Seu pedido era analisado, e o mordomo dos expostos ficava encarregado de obter informações a respeito do candidato. A Mesa poderia aprovar ou desaprovar o pedido. Em caso de aprovação, o mordomo era encarregado de providenciar o enxoval. A noiva recebia um dote, e era marcada a data do casamento. Houve casos em que a exposta rejeitou o pedido.

A ESCOLA DA CASA DA RODA

Na Sessão da Mesa de 27 de abril de 1851, tratou-se do ofício da Administração dos Expostos, que salientava a necessidade de estabelecer-se uma escola para meninas que necessitassem de educação, dentro da Santa Casa, o que foi aprovado e deliberou-se oficial ao presidente da província, solicitando uma verba para o pagamento da professora que fosse nomeada.

O mordomo e o escrivão dos expostos foram autorizados a tomar as providências necessárias para a concretização da escola. E uma comissão foi nomeada para a elaboração do seu regulamento. Em setembro de 1851, realizou-se o exame para a escolha da professora de Primeiras Letras para a Casa dos Expostos. Candidatas: dona Anna Guterres da Silva e dona Úrsula Arouche de Moraes. Foi escolhida dona Anna, e a Mesa passou-lhe o título de professora das meninas órfãs e expostas, com a gratificação anual de 400\$000 réis, a serem pagos pela Contadoria Provincial. A aula começou com 22 meninas.

No quadro da Diretoria da Instrução Primária referente às aulas públicas e particulares de instrução primária da província e dos alunos que as frequentaram no 2º semestre de 1853, lê-se que a escola particular de meninas existente no município da capital era a da Santa Casa de Misericórdia. Os dados diziam que o número de alunas era de 25.

IRMÃS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

Em 1856, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria achavam-se recolhidas na Casa dos Expostos e compareceram diante da Mesa para informar sobre as atividades que pretendiam realizar: encarregar-se-iam da instrução doméstica e econômica das meninas expostas e órfãs de 4 anos de idade para cima, e ensinariam as prendas domésticas próprias do sexo feminino. Reclamaram, porém, do ambiente exíguo e exigiram maior espaço para poderem trabalhar com as meninas. A resposta foi de que era impossível atender a essa exigência e que

deveriam permanecer na Casa até tomarem outro destino. Tratou-se, depois, de fazer melhoramentos na Casa da Roda.

ASILO DE SANTA LEOPOLDINA

Na metade do século XIX, a população da província vinha aumentando, e o número de órfãos também. Havia necessidade urgente da criação de um estabelecimento na capital para recolher as órfãs desvalidas e as meninas expostas da Santa Casa de Misericórdia para receberem educação e tornarem-se úteis a si e à sociedade.

A Assembleia Legislativa Provincial, reconhecendo a falta que fazia um estabelecimento desta natureza, consignara, no parágrafo 52 da Lei do Orçamento de 1857, a quantia de 10:000\$000 réis, para sua concretização, enfatizando que a construção de um prédio retardaria em muito a obtenção dos objetivos da instituição. Por essa mesma lei, em seu artigo 41, a Assembleia Provincial autorizou a presidência da província a criar um regulamento que permitisse o pronto funcionamento dessa instituição. Assim, o presidente da província nomeou, em 5 de março de 1857, uma comissão composta pelos doutores Luís da Silva Flores, Manoel José de Freitas Travassos e Felix Xavier da Cunha para organizar o regulamento daquele estabelecimento (os Regulamentos do Asilo de Santa Leopoldina estão colocados em anexo).

Tendo a comissão apresentado o regulamento, este foi provisoriamente aprovado pelo presidente da província, que, de acordo com o inspetor-geral da Instrução Pública, tratou de alugar uma casa para o início do funcionamento da instituição. Essa casa pertencia aos herdeiros do falecido José Semião de Oliveira e ficava situada na Rua da Igreja (hoje, Duque de Caxias).

Depois de alguns reparos, nela seria instalado o asilo, com a denominação de Asilo de Santa Leopoldina, com 26 expostas da Santa Casa de Misericórdia da capital, com idades de 6 a 12 anos, cuja educação seria confiada a cinco religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria.

INAUGURAÇÃO DO ASILO DE SANTA LEOPOLDINA

No dia 7 de setembro de 1857, na sala de sessões da Santa Casa de Misericórdia da capital da província, achavam-se presentes, para o ato da entrega das 26 expostas, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, o dr. Manoel José de Freitas Travassos, provedor da Santa Casa, os oficiais conselheiros, os mesários e os Irmãos.

E ali estando as expostas na presença do vice-presidente da província, Patricio Correa da Camara, do bispo diocesano, da Câmara Municipal, da Priora Geral da Congregação do Santíssimo Coração de Maria e demais autoridades da capital, elas foram entregues às Irmãs do Santíssimo Coração de Maria, que as receberam, tornando-se responsáveis por sua educação e guarda. A Santa Casa ficou exonerada desse encargo e dessa responsabilidade.

As 26 expostas: Luiza Amalia, Adelaide Fermina, Chrestina Thereza, Idalina Maria, Elvira, Duvergina, Maria Joaquina, Felisbinna, Belmira, Constancia, Justina, Maria José da Costa, Thomazia, Ricarda, Porcina, Antonia Caetana, Carolina Amalia, Prudencia, Carolina, Rita Candida, Anna Albina, Theodora, Francisca Marcelina, Dezidéria, Valeria Sinimbú e a órfã Maria Francisca.

O juiz de paz da capital foi informado pelo presidente da província da instalação do asilo, a fim de que para ele fossem encaminhadas as órfãs desvalidas de que tivesse conhecimento no termo de sua jurisdição e que fossem da idade prevista pelo Regulamento. Este criou uma cadeira de ensino de Primeiras Letras, para a qual candidatou-se Anna Guterres de Carvalho. Ela prestou exame das matérias de ensino das cadeiras de 1º grau perante os examinadores, dr. Cyro José Pedroza e o professor público Manoel Alves Ribeiro. Tendo sido aprovada, ela foi nomeada em 29 de setembro de 1857, com ordenado de 600\$000 réis e gratificação de 200\$000 réis; entrou em exercício em 1º de outubro de 1857.

A professora Henriqueta Propicio de Andrade foi aprovada para o ensino de Trabalhos de Agulha. Sua aprovação foi mandada para Provisão em 29 de setembro de 1857. Na aula de Primeiras Letras, as educandas aprendiam, além de ler, escrever e contar, música, desenho linear e de ornamentos, francês e alemão. Quanto aos Trabalhos de Agulha, aprendiam bordado, crochê e outros trabalhos com agulha. Havia, também, a oficina de sapateiro.

As Irmãs que dirigiam o asilo imprimiam à formação das educandas os princípios elevados da moral cristã. E o estabelecimento era suprido somente pelos cofres provinciais.

Em 1858, o provedor da Santa Casa solicitou à presidência da província que fossem admitidas no Asilo de Santa Leopoldina quatro expostas menores de idade, que se encontravam na Roda, sem receberem instrução. O presidente da província autorizou a ida dessas menores e também de qualquer exposta de 2 a 6 anos de idade, desde que a Santa Casa pagasse as despesas de alimentação e vestuário.

A casa alugada na Rua da Igreja foi mostrando-se acanhada, sem as comodidades necessárias ao bom funcionamento do asilo. Por isso, em 1860, mudou-se o estabelecimento para um prédio nobre na chácara do desembargador Manoel

José de Freitas Travassos, no Caminho Novo, que oferecia todas as condições higiênicas e as acomodações necessárias. Tendo as Irmãs do Sagrado Coração de Maria se recusado a acompanhar as educandas para o novo endereço, o presidente da província nomeou dona Saturnina Coelho do Prado para regente do asilo. Para auxiliá-la nos trabalhos da sala de labor, foi nomeada dona Josefa d'Oliveira Coelho.

Em 1861, o número de educandas era de 37, apesar de ser 30 o número fixado pelo Regulamento.

O patrimônio das educandas era de 3: 333\$845 réis, sendo:

1:634\$945 réis -> uma letra do Banco da Província

1:600\$000 réis-> apólices da Câmara Municipal de Porto Alegre

58\$900 réis -> em cofre

Em 1862, havia no Asilo de Santa Leopoldina 32 educandas órfãs internas e cinco externas que pagavam por sua instrução, frequentando as aulas. As internas, além das aulas de instrução primária, recebiam aulas de trabalhos de agulha, e cinco trabalhavam na oficina de sapateiro.

O prédio em que funcionava o asilo, na chácara do Caminho Novo, era considerado muito distante da cidade. Por isso, pensava-se em transferi-lo para a Rua da Praia, numa casa de dois lances pertencente à Santa Casa. O acesso ao asilo era difícil, e um trecho do caminho deveria ser percorrido por barco.

Devido às despesas acarretadas aos cofres públicos para a manutenção do asilo, uma comissão havia sido constituída para tentar entregar a direção desse estabelecimento a uma associação beneficente; o que nunca foi conseguido.

No ano de 1862, chegara a Porto Alegre um padre de nome Joaquim Cacique de Barros, que ficou instalado no Palácio Episcopal e logo nomeado professor do Seminário São Feliciano, ensinando, também, o catecismo na Igreja do Rosário, onde era vigário o padre José Inácio.

O padre Cacique de Barros logo observou que havia muitas meninas órfãs e desvalidas na capital e começou a elaborar uma maneira de amparar essas crianças. Informado de que havia a chácara Santa Teresa, no Cristal, na orla do morro do mesmo nome, distante 5 km da cidade, que incluía terras e um edifício abandonado, considerou que este seria o local adequado para realizar seu plano.

A chácara, propriedade nacional, dependia do governo imperial. Sua criação datava da vinda do imperador D. Pedro II à capital da província. Nesse local deveria ser construído um prédio para abrigar meninas órfãs, com a finalidade de formar perfeitas mães de família.

O imperador fundara o asilo pelo Decreto nº 439, de 2 de dezembro de 1845, denominando-o Colégio de Santa Teresa, em homenagem à família e fi-

cando sob sua real proteção. Entrou com o terreno, arrematado em praça pela quantia de 11:000\$000 réis. E para a construção do prédio deveriam ser aplicadas as quantias com que contribuíssem os habitantes da província.

As obras tiveram início em 1846 e pararam em 1850 por falta de meios. De 1853 a 1859, prosseguiram, e já haviam sido erguidas e cobertas as paredes mestras da parte norte. A parte sul tinha as paredes erguidas, mas descobertas. O reboco externo tinha sido feito e o interno também. Tudo estagnou em 1859.

O padre Cacique, porém, tinha o seu sonho. Foi ao Rio de Janeiro solicitar a chácara a D. Pedro II para nela estabelecer o asilo que planejava e o conseguiu. Através de donativos, obteve recursos para proceder os reparos necessários ao edifício e, assim, torná-lo condizente para abrigar as primeiras 29 órfãs. Com o passar do tempo, o padre Cacique conseguiu a conclusão do edifício. Imprimiu ao Colégio de Santa Teresa uma direção sábia, de modo que a orientação recebida levasse as educandas a irem conseguindo a própria subsistência.

As autoridades governamentais, vendo que o estabelecimento dirigido pelo padre Cacique ia tão bem, cogitavam, já em 1865, a fusão do Asilo de Santa Leopoldina com o Colégio de Santa Teresa. E a Lei nº 648, de novembro de 1867, em seu artigo 24, parágrafo 17, autorizava a presidência da província a juntar os dois estabelecimentos, ficando as educandas do Asilo de Santa Leopoldina, que seria extinto, a cargo do Colégio de Santa Teresa.

Para a execução dessa fusão foi pedida autorização ao governo imperial, já que o Colégio de Santa Teresa era considerado propriedade nacional. Mas, por Aviso de 27 de janeiro de 1868, o Ministério do Império respondeu que, para dar uma solução a respeito da junção dos estabelecimentos, a presidência da província informasse sobre que bases ou condições dar-se-ia a fusão; em caso de dar-se a fusão, a quem caberia a propriedade do edifício, se à província ou à nação; quem tomaria o encargo da conclusão das obras do Colégio de Santa Teresa, ainda inacabadas; a cargo de quem ficaria a manutenção do novo estabelecimento; e de que maneira seria feito.

O presidente da província remeteu o assunto para ser deliberado pela Assembleia Provincial, por não poder assumir compromissos além dos já estabelecidos em lei (até o ano de 1872, a Assembleia nada tinha deliberado a respeito da junção dos dois estabelecimentos). Em 1868, o presidente da província, Antônio da Costa Pinto Silva, dizia que, ao não se dar a junção dos dois estabelecimentos, deveria o Colégio de Santa Teresa ser subvencionado pela Assembleia Provincial, como solicitara o padre Cacique.

A década dos anos 1860 termina com um acontecimento auspicioso: a criação da Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1869, o padre Joaquim Cacique de Barros já era bem conhecido na capital, tanto por sua capacidade intelectual como por sua capacidade moral, e foi convidado pelo governo da província para organizar e dirigir a Escola Normal, recém-criada em Porto Alegre. Relutou muito em aceitar a incumbência, mas, ante a insistência do convite, finalmente aceitou.

Inaugurou-se a nova escola a 5 de abril de 1869, organizada e dirigida pelo padre Cacique, tendo iniciado o seu funcionamento a 1º de maio desse mesmo ano, no prédio situado na esquina da Rua da Ponte com a Rua da Ladeira. A primeira turma de formandos da Escola Normal diplomou três alunos e duas alunas, entre os quais consta o nome de Anna Guterres de Carvalho, que foi a primeira professora da aula de Primeiras Letras do Asilo de Santa Leopoldina.

DÉCADA DE 1870

Em 1871, contava o asilo com 58 educandas, sendo 47 internas, sete pensio-nistas e quatro externas. Nesse mesmo ano foi consignada a quantia de 13:000\$000 réis ao asilo pelos cofres provinciais. A despesa, porém, foi de 16:218\$305 réis. De 1864 até 1870, 22 educandas haviam se casado e três, falecido.

Até 1874, sabe-se que o Asilo de Santa Leopoldina não tinha sido transferido da chácara no Caminho Novo, pois a Diretoria Geral da Fazenda Provincial havia sido autorizada a fazer diversos reparos no edifício e à Câmara Municipal tinha sido solicitada a demolição ou o reparo do telheiro fronteiro à chácara do asilo. Nesse mesmo ano, dona Saturnina Coelho do Prado solicitou demissão de seu cargo de regente do asilo, sendo substituída, efetivamente, por dona Amélia Carolina dos Reis Nunes, que sempre a substituíra em seus impedimentos. Em 18 de dezembro, perante o diretor interino da Instrução Pública – dr. Trajano Viriato de Medeiros – e respectivos examinadores, prestaram exames e obtiveram aprovação nas matérias de Primeiras Letras as educandas: Bertha Albertina Guilhermina, Maria Flora da Conceição e Bernardina Leopoldina Cardoso; e a pensionista Camilla dos Reis Nunes.

No ano seguinte, 1875, a professora de Primeiras Letras era dona Elisa de Castro Choux, que foi dispensada por não ter o curso da Escola Normal, sendo substituída por dona Anna Leopoldina de Sant’Ana, professora normalista, integrante da segunda turma de formandos da Escola Normal (1871). Ainda nesse ano, cinco educandas do Asilo de Santa Leopoldina já estavam cursando o terceiro ano da Escola Normal. Em 1876, contava o asilo com 45 educandas.

O governo provincial fornecia o tecido e outros artigos para fardamento às praças da força policial, roupas aos presos pobres e às órfãs do Asilo de Santa

Leopoldina. Consta que em 1876 foram feitas pelas asiladas 6.895 peças de fardamento para a polícia e para os presos pobres, o que representou boa economia para os cofres públicos.

Desde que fora fundado o asilo, em 1857, até o ano de 1876, 38 órfãs haviam se casado, quase todas com homens estabelecidos na capital, e uma delas, com um colono francês da Colônia Conde D'Eu, de nome Felix Gaillardon. Cinco educandas estavam com o curso completo da Escola Normal e cogitava-se que elas se tornassem as professoras do asilo.

EXTINÇÃO DO ASILO DE SANTA LEOPOLDINA

A extinção desse asilo deu-se por falta de recursos dos cofres públicos para mantê-lo, por Ato de 22 de setembro de 1880. E as educandas menores de 16 anos foram transferidas para o Colégio de Santa Teresa. As maiores de 16 anos deveriam ser encaminhadas para casas de família, e houve dificuldades para colocar todas elas, por isso muitas voltaram à Santa Casa. Dona Saturnina Coelho do Prado continuou a ter exercício como professora em um edifício que se situava nas proximidades daquele em que funcionara o Asilo de Santa Leopoldina, pois ali existia um grande número de meninos e meninas que frequentava a aula.

Quanto aos objetos – a imagem, os paramentos e o altar pertencentes ao asilo –, passaram para a freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Os utensílios que o asilo possuía passaram para a Santa Casa de Misericórdia da capital. O piano (em mau estado) foi vendido em hasta pública, e o produto da venda, entregue ao diretor do Colégio de Santa Teresa, padre Joaquim Cacique de Barros, para ter a conveniente aplicação. Desse modo efetuou-se a junção dos dois asilos.

Em 1881, havia 48 educandas no Colégio de Santa Teresa. Nele funcionava uma aula pública regida pela professora normalista Justina Rodrigues de Barros, educanda desse mesmo colégio. Dona Ricarda Antonia de Menezes, regente do colégio, era incumbida da educação das meninas e da sistematização dos trabalhos domésticos do estabelecimento. As educandas que desejavam ser professoras, após atingir a idade exigida, eram encaminhadas para a Escola Normal. Para as que não tinham inclinação ao magistério, o padre Cacique estabeleceu uma oficina de costura. Com o passar do tempo, a produção desse empreendimento custeava grande parte das despesas do colégio. As educandas confeccionavam flores, camisas, coletes, roupas brancas e outras costuras.

O padre Cacique ensinava as educandas a serem econômicas e caridosas: às meninas que não se dispunham a ingerir um pão inteiro, ele ensinava a dividir o

pão ao meio, e as metades que sobravam eram distribuídas pelas próprias meninas, às sextas-feiras, aos lares necessitados (sob a assistência do padre Cacique). Ele mesmo dava o exemplo, pois à noite saía discretamente e deixava à porta da casa das famílias mais pobres uma moeda que lhes garantiria algum alimento para o dia seguinte.

Outra preocupação do padre Cacique era colocar as educandas em contato com a sociedade. E providenciou a instalação das educandas que já haviam ultrapassado a fase da infância no centro da cidade, à Rua Marechal Floriano. Mais tarde, elas transferiram-se para um prédio próprio, à Rua dos Andradas, com aulas e ateliê de costuras, mediante o emprego de suas economias e compromissos a serem saldados com o produto dos trabalhos do estabelecimento. Esse prédio passou a constituir um patrimônio coletivo. Cada coproprietária, ao casar-se, recebia a parte que lhe cabia no patrimônio social.

Esse era o ideal do padre Cacique: amparar meninas órfãs e desvalidas, preparando-as, adequadamente, para serem futuras mães de família e donas de casa, e para levarem uma vida independente e útil, dentro dos princípios cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar a relação entre o Asilo de Santa Leopoldina e o Colégio de Santa Teresa, e o vínculo de ambos com a Escola Normal. A criação da primeira Escola Normal da Província teve uma importância muito grande na vida das mulheres em geral, mais especialmente para as educandas do Colégio de Santa Teresa e do Asilo de Santa Leopoldina, pois representava uma nova porta que se abria para um futuro independente. Era uma profissão regulamentada, com salário determinado e tempo de serviço previsto para a jubilação (aposentadoria). Não apenas um serviço, mas uma carreira, um novo caminho que poderia ser trilhado.

DESTAQUES

Luciana Maria de Abreo

Nasceu em Porto Alegre, em 11 de julho de 1847, e foi abandonada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Ainda recém-nascida, foi adotada por Gaspar Pereira Vianna e sua esposa. Ele era guarda-livros da casa comercial Pôrto Irmãos. Observando que a menina Luciana Maria era muito inteligente, o casal deu-lhe uma educação primorosa. Ela casou-se em 1867 com João José

Gomes de Abreo, funcionário municipal. O casal teve dois filhos, Maria Pia e Teófilo.

Luciana Maria de Abreo ingressou na Escola Normal, diplomando-se em 1872, com o curso já de três anos, e ingressou no magistério provincial. Fez parte do Partenon Literário, onde pronunciou várias conferências, defendendo a abertura dos horizontes culturais da mulher, como o acesso ao ensino superior. Pioneira na luta pelos direitos da mulher, é considerada a primeira feminista do Brasil.

Faleceu de tuberculose em 13 de junho de 1880, faltando menos de um mês para completar 33 anos. Nos dias de hoje, há em Porto Alegre uma rua e uma escola estadual que levam o seu nome.

Josephina Thereza de Barros

Foi a menina que inspirou o padre Joaquim Cacique de Barros, ao vê-la frágil, pequenina e de aspecto doentio, em companhia de sua mãe inválida, a pedir esmola. O auxílio do bispo dom Sebastião Dias Laranjeira era distribuído aos pobres todos os sábados. Padre Cacique, então, pensou no futuro dessa criança e começou a conceber a ideia de auxiliar a infância desvalida; surgiu em sua mente a ideia de fundar um asilo para poder educar meninas órfãs e desamparadas. Ao obter licença do governo imperial para utilizar o prédio inacabado da Chácara do Cristal e organizar o Colégio de Santa Thereza, foi Josephina a primeira menina que ele ali colocou, ao formar a primeira turma de 29 educandas.

Josephina Thereza, ao atingir a idade exigida, e demonstrando interesse pelo magistério, fez parte da segunda turma de diplomados pela Escola Normal, recém-criada.

Em 1873, quando a aula prática feminina anexa à Escola Normal foi instalada, o doutor Bernardino da Cunha Bittencourt, inspetor-geral da Instrução Pública, declarou ao presidente da província que já havia uma pessoa habilitada para reger essa aula – dona Josephina Thereza de Barros –, diplomada com o curso de três anos, sabendo a língua francesa e perita nos trabalhos de agulha, próprios do sexo feminino. E ela foi, então, nomeada para o cargo. Sua fama de boa professora era tal que todas as meninas queriam ser suas alunas, e sua aula já atingia o número de 160 educandas. Por isso, duas adjuntas foram nomeadas para ajudá-la, ambas normalistas formadas e educandas do Colégio de Santa Thereza: Brigida Antunes de Barros e Emilia Pecker de Barros.

A professora Josephina Thereza permaneceu na escola prática, até 1877, quando passou a reger uma aula isolada na Azenha, sendo considerada vitalícia no ano seguinte. Continuando a residir no Colégio Santa Thereza, de 1873 a

1879, ajudou o padre Cacique a manter as meninas menores do colégio, contribuindo com a quantia de 7:250\$852 réis de seu ordenado como professora. No dia 9 de junho de 1880, casou-se, adquirindo o sobrenome Luz. Em 21 de junho de 1883, passou para a terceira aula mista do Menino Deus e, em 1894, para a aula mista do primeiro distrito da capital. Faleceu em 1907, após 34 anos de serviço efetivo.

REFERÊNCIAS

CASA DA RODA, *Guia de fontes* (1815-1959). Porto Alegre: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; Cedop, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa - 200 anos: caridade e ciência crônica histórica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE: histórias reveladas V. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: ISCMPA, 2017.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE: histórias reveladas. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul* (1770-1889). Porto Alegre: Ed. da UFRGS; EST, 1993.

Revistas

APHOTEOSE DE UM BENEMÉRITO: Polyantea comemorativa do centenario do Padre Joaquim Cacique de Barros. Porto Alegre: Globo, 1931.

MONTAGNA, Ignácio. Padre Joaquim Cacique de Barros. In: *Máscara*, Porto Alegre, nº 7, 1927.

Revista do Parthenon Litterario. Porto Alegre: Imprensa Litteraria. v. 3, maio 1874.

Manuscritos

MANUSCRITO do Livro número 8 de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1854 a 1859: Ata da Sessão da Mesa, de 7 de setembro de 1857.

Fontes documentais

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o comendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Typographia de Mercantil, 1857.

ANEXOS

1. Regulamento do Asilo de Santa Leopoldina de 1857

Figura 1 – Regulamento: capítulo I e parte do capítulo II (artigo 4º e parte do artigo 6º)

REGULAMENTO

para o Asylo das orfãs desvalidas e expostas da Santa Casa de Misericórdia desta Capital, com a invocação de Santa Leopoldina.

CAPÍTULO I

Do fim da instituição do Asylo

Artigo 1º – O Asylo é instituído na Cidade de Porto Alegre, para desempenhar o dever da educação das orfãs desvalidas, e expostas da Santa Casa da mesma Cidade, maiores de cinco annos de idade, e menores de treze.

Artigo 2º – Este dever do Asylo será desempenhado, applicando-se para sua sustentação a prestação consignada pela ultima Lei do orçamento provincial, pelas que continuam a sel-o, e tambem pelos rendimentos dos bens, que para o futuro forem doados por particulares, e das mais, cuja aquisição possa ser promovida para o patrimonio do mesmo estabelecimento.

Artigo 3º – Para satisfação do fim desta instituição, o Presidente da Provincia, ouvido o Juiz de Orfãos e o Provedor da Santa Casa de Misericórdia, mandará que sejam recolhidas ao Asylo todas as orfãs e expostas nas condições do artigo 1º.

CAPÍTULO II

Da administração do Asylo

Artigo 4º. – A administração do asylo é entregue á dous funcionarios nomeados pelo Presidente da Provincia, sendo um Administrador e Thesoureiro, e outro Procurador e Escrivão.

Artigo 5º. – A'elles cabe o governo administrativo e economico do estabelecimento, obrando cada um de per si nos casos de sua privativa competencia, ao diante declarados, e propondo de commum accordo ao Inspector da Instrução publica, para este levar ao conhecimento do Presidente da Provincia, com sua informação, tudo o que julgarem conveniente ao melhor modo de dirigir os negocios internos, e externos, em beneficio do estabelecimento.

Artigo 6º. – Terão conferencias, pelo menos uma, nos primeiros dias de cada trimestre, no Asylo, com aquelle Inspector geral, que com elles inspecionará o estabe-

Fonte: História da Instrução Pública, p. 207

Figura 2 – Regulamento: continuação do capítulo II
(continuação do artigo 6º até o artigo 9º) e capítulo III

lecimento, informando-o do estado das educandas, conducta dos respectivos empregados; e outros quaesquer objectos, em que o mesmo Inspector queira intervir, pelo direito de superintendencia, que o Regulamento da Instrução Publica lhe confere.

Artigo 7º. – Nas mesmas conferencias poderão, solicitando depois a approvação do Presidente da Provincia.

1º. Suspender qualquer dos empregados no serviço do estabelecimento, nomeando quem o substitua, em quanto não fôr determinado o que parecer mais conveniente ao mesmo Presidente.

2º. Deliberar sobre a compra de roupas, moveis, alfaia, e utensis necessarios ao estabelecimento.

3º. Contractar o fornecimento dos generos de consumo diario, com as pessoas que melhor servirem em preço e qualidade, e que por sua probidade, e conceito offerecerem mais garantias de bom fornecimento.

Artigo 8º. – Logo que tomarem posse, receberão por inventario todos os moveis, utensis, e alfaia, que pertencerem ao estabelecimento; sendo esse inventario por ambos assignado, e rubricado pelo Procurador Fiscal da Fazenda Provincial.

Artigo 9º. – No fim de cada semestre apresentarão ao Inspector geral da Instrução publica, para que este opportunamente faça chegar ao conhecimento da Presidencia, uma exposição circumstanciada do estado do estabelecimento, seus empregados, ordenados que vencem, e numero das educandas, quer orfãs desvalidas, quer expostas da Santa Casa, e mappas estatisticos das que entrarão ou sahirão, ou infelizmente tenham fallecido.

CAPITULO III

Dos deveres e attribuições especiaes do Administrador Thesoureiro

Artigo 10. – O Administrador Thesoureiro é o primeiro funcionario do Asylo, e sobre elle pesa a maior responsabilidade do governo administrativo economico do mesmo estabelecimento.

Artigo 11. – Compete-lhe, e é do seu dever:

1º. Empregar todo o zelo, para que se guarde no estabelecimento a melhor ordem e regularidade, e para que todas as pessoas empregadas sejam exactas no cumprimento de seus deveres, obrigações para com as educandas; tendo sempre cuidado em que sejam bem tratadas, tanto no alimento, como do vestuario e ensino, e em que o edificio, moveis, e utensis se conservem sempre no melhor estado de limpeza, que fôr possivel.

2º. Como Thesoureiro tem sobre si a responsabilidade do emprego das sommas que receber da Contadoria da Fazenda Provincial, consignadas para as despesas do Asylo, e de quaesquer outras, que por qualquer titulo venhão a pertencer ao mesmo estabelecimento.

3º. Pagar a folha dos empregados, fazendo cada um assignal-a, logo que receber seu vencimento.

4º. Pagar as contas de vendas de generos fornecidos ao estabelecimento por intermedio do Procurador, á vista dos pedidos por este feitos, com a declaração de haverem sido recebidos os generos mencionados.

5º. Pagar os documentos de despezas extraordinarias para o estabelecimento, rubricados pelo Procurador Fiscal da Fazenda Provincial, e por ordem do Presidente da Provincia.

6º. Entregar nas conferencias de que trata o artigo 6º, o Balancete da receita e despesa do trimestre anterior, e prestar suas contas perante a Contadoria da Fazenda Provincial no principio de cada anno.

Figura 3 – Capítulo IV e capítulo V (artigo 15º e parte do artigo 16º)

CAPITULO IV

Dos deveres e attribuições especiaes do Procurador e Escrivão

Artigo 12. – O Procurador e Escrivão do Asylo é o funcionario delle, a quem é confiada, principalmente, a importante tarefa de agente fiscal das despesas de fornecimentos do mesmo Asylo, de todos os generos que elle consome.

Artigo 13. – É do dever, e compete ao Procurador e Escrivão do Asylo.

1º. Fazer as compras de todos os generos, que sejam do consumo diario, quer sejam moveis, roupas, alfaia e utensis, cuja compra fôr determinada nas conferencias trimestraes, procurando com efficacia, que o estabelecimento seja bem servido em qualidades e preços.

2º. Procurar, por todos os meios licitos ao seu alcance, o augmento do patrimonio do Asylo, e diminuição de sua despeza, propondo ao Administrador o que lhe parecer conveniente para esse fim.

3º. Como Escrivão, ter debaixo de sua immediata direcção o archivo do estabelecimento, conservando em boa guarda e arrumação os seus livros, e todos os documentos e papeis relativos ao governo e administração do Asylo.

4º. Fazer todo o expediente da administração, assignando com o Administrador a correspondencia official, que se dirigir em nome della ás autoridades.

5º. Abrir os termos de matricula das orfãs e expostas, que se recolherem no estabelecimento, e lançar á margem delles as anotações convenientes.

6º. Organisar os mappas á que se refere o artigo 9º.

7º. Passar as certidões, que forem requeridas de quaesquer livros ou papeis, depois de despacho do Administrador.

8º. Lançar em um livro dos inventarios todos os moveis, alfaia e utensis do estabelecimento, e os autos de consumo dos que inutilisarem, e cujo consumo se resolver nas conferencias, depois de ouvido o Procurador Fiscal da Fazenda Provincial.

9º. Lavrar termos das deliberações, que se tomarem nas ditas conferencias, e que deverem ficar consignadas por escrito.

10º. Processar a folha dos Empregados assalariados do Asylo, que deve ser paga pelo Thesoureiro.

Artigo 14. – O Procurador e Escrivão do Asylo perceberá, pelo trabalho que lhe cabe, a gratificação mensal, que o Presidente da Provincia arbitrar.

CAPITULO V

Das pessoas empregadas na direção e serviço interno do Asylo

Artigo 15. – A direcção interna do Asylo para a educação, e ensino do trabalho e industria domestica apropriada á mulher, é confiada ás religiosas da invocação do Sagrado Coração de Maria, actualmente existentes nesta capital.

Artigo 16. – D'entre ellas uma será a Regente: compete-lhe, e é do seu dever:

1º. Advertir, e reprehender as suas subordinadas, sempre que deixarem de cumprir suas obrigações, e empregando os meios correctivos necessarios, para as obrigar a portarem-se com regular conducta, e a empregarem-se nos serviços, que lhes forem destinados; dando parte ao Administrador, nos casos de maior gravidade, para providenciar como convier.

2º. Fazer opportunamente ao Procurador o pedido de quanto fôr indispensavel ao provimento do Asylo, de fôrma que não haja falta, e com especialidade do que fôr necessario para o tratamento das educandas.

3º. Guardar em seu poder as chaves do guarda roupa, e as da dispensa, em que se devem recolher os comestiveis, que receber do Procurador, e fazer a distribuição do que fôr preciso para o sustento diario.

4º. Fazer que se conserve o edificio sempre limpo e asseado, mandando-o lavar, ao menos uma vez por semana, e cuidar igualmente na limpeza e boa conservação de

Figura 4 – Capítulo V (continuação do artigo 16º até o artigo 24º)

todos os moveis, roupas, e utensis, que lhe forem entregues para o serviço, e especialmente das camas e vestuario das educandas.

Artigo 17. – A professora, que ensinava materias de instrucção primaria ás expostas da Santa Casa de Misericordia desta Capital, será encarregada do mesmo ensino ás educandas do Asylo, e terá os vencimentos marcados para as demais professoras publicas do 1º grão, ficando sujeita aos mesmos onus, e tendo as mesmas vantagens que ellas.

Artigo 18. – É do dever da professora:

1º. Todos os dias, que não forem feridados, ir dar aula no Asylo; no verão das 8 horas ao meio dia, e no inverno das 9 á 1 hora da tarde.

2º. Cumprir no regimen interno da escola todas as disposições do Regulamento da instrucção publica, que não forem de encontro ao que é neste determinado.

3º. Concorrer tambem para que entre ella e a Regente do Asylo haja a maior harmonia no reciproco cumprimento de seus deveres.

Artigo 19. – Serão admittidas no Asylo, por ordem da administração do mesmo, as serventes internas, que forem necessarias, e um servente externo; mas não poderão ser senão pessoas livres, e de bons costumes.

Artigo 20. – As serventes serão immediatamente subordinadas á Regente do Asylo, e vencerão, assim como o servente, o salario mensal, que, pela administração, com approvação do Presidente da Provincia, lhes fôr marcado.

Disposições geraes

Artigo 21. – No Asylo não poderá ser conservada pessoa alguma, além das religiosas, a que se refere o artigo 15, das educandas, e dos empregados no serviço interno do estabelecimento.

Artigo 22. – É absolutamente prohibida no asylo a communicação com pessoas de fóra, á excepção das que ahi forem por motivo de cumprimento de seus deveres: as pessoas que, á titulo de visitarem algumas de suas empregadas, forem ao estabelecimento, só poderão ser recebidas na sala da Regente, com licença desta.

Artigo 23. – Haverá no estabelecimento uma enfermaria apropriada, para serem tratadas as educandas e empregadas internas, que adoecerem, e serem medicadas pelo Facultativo, que a administração julgar melhor.

Artigo 24. – No edificio do estabelecimento haverá, mediante licença do Sr. Bispo Diocesano, uma Capella sob a invocação do Sagrado Coração de Maria, onde todos os Domingos e dias Santos de guarda se celebrará o Santo Sacrificio da Missa, á que assistirão, além das educandas, todos os empregados do Asylo, e cuja tenção será sempre offerecida pelas almas dos bemfeitores, que tiverem dado esmolos, deixado legados, ou feito qualquer donativo para as expostas e crias desvalidas.

Palacio da Presidencia em Porto Alegre 5 de Setembro de 1857.

Patricio Corrêa da Camara

2. Regulamento do Asilo de Santa Leopoldina de 1858

Figura 5 – O ato de 27 de agosto de 1858 e o regulamento: capítulo I (artigos 1º e 2º)

O Ato de 27 de agosto de 1858 manda observar novo regulamento para o Asilo de Santa Leopoldina, reformando o de 5 de setembro de 1857:

REGULAMENTO.

CAPITULO I

Da direcção, administração, e inspecção do Asylo.

Artigo 1º. – O Asylo de Santa Leopoldina, creado pelo Regulamento de 5 de Setembro de 1857, em virtude da disposição do artigo 41 da Lei n. 367 de 4 de Março do mesmo anno, continuará sob a protecção e inspecção do Governo Provincial.

Artigo 2º. – Em quanto não se fundar, ou organizar alguma associação de beneficencia, que tome a seu cargo a sua manutenção e direcção, será provisoriamente confiada a sua administração a um Conselho, que se comporá de um Presidente, de um Secretario, de um Thesoureiro, e dous vogaes, nomeados pelo Governo Provincial.

⁴³ Relatório do vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Comendador Patricio Côrrea da Câmara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 11 out. 1857. Typ. do Mercantil, 1857, p. 54-5.

Fonte: História da Instrução Pública, p. 211

Figura 6 – Capítulo I (artigos 3º ao 5º) e capítulo II (artigos 6º ao 10º)

Artigo 3º. – Serão membros natos do Conselho Administrativo:

1º. O Provedor da Santa Casa de Caridade desta Cidade; e na sua falta, ou escusa, quem o Governo designar.

2º. O Inspector Geral da Instrução Publica, ou um dos membros do respectivo Conselho Director.

Artigo 4º – Além do Conselho Administrativo, crear-se-ha uma comissão composta de senhoras escolhidas pelo Governo Provincial, sob o título de – Comissão Protetora do Asylo de Santa Leopoldina.

§ 1º Sua missão será puramente de caridade, e de protecção às orfãs, e desvalidas que habitarem o Asylo.

§ 2º O numero de pessoas que devem compôr esta Comissão, será marcado pelo Governo, e por elle augmentado, ou diminuido, conforme julgar acertado.

Artigo 5º – A Comissão Protectora, de que trata o artigo antecedente, terá, além das senhoras que a computarem, membros adjuntos, nomeados pelo Governo, para coadjuval-o no desempenho de suas funcções.

Os membros do Conselho Administrativo podem accumular as funcções de membros adjuntos desta Comissão; e uns e outros se substituirão reciprocamente em seus impedimentos.

CAPITULO II

Da admissão das educandas.

Artigo 6º – No Asylo de Santa Leopoldina poderão ser gratuitamente admittidas comô educandas:

§ 1º As expostas, e orfãs abandonadas, que não tiverem meios de subsistencia, e que não tenham parentes, á quem por direito caiba sua tutela, subsistencia, e educação, em estado de poderem satisfazer esta obrigação, ou soccorro, amparo, ou protecção de qualquer outra pessoa, associação, ou corporação.

§ 2º As filhas dos presos pobres, durante a prisão ou cumprimento da pena de seus progenitores, que estiverem nas condições do § antecedente.

Artigo 7º – Serão admittidas como pensionistas ou meio pensionistas, quaesquer orfãs, ou expostas, ou quaesquer outras meninas, que não estiverem nas circunstancias do artigo antecedente, ou que estando, não poderem ser gratuitamente admittidas, por estar preenchido o numero das educandas, de que trata o artigo 9º.

§ 1º A importancia da pensão, ou meia pensão, será previamente arrecadada, regulando-se por uma tabella approvada pelo Governo Provincial.

§ 2º Será permitido, para as meio-pensionistas, o fornecimento de sua refeição diaria em hora e lugar certo, e pela forma que se marcar na referida tabella, ou fôr convencionado entre a Regente, e as pessoas a cujo cargo estiver a educação das meio-pensionistas.

Artigo 8º – Para poder ser admittida no Asylo, como educanda, qualquer exposta, orfã, desvalida, pensionista, ou meio-pensionista, é mister que á seu respeito se provem, ou se verifiquem as seguintes condições.

1ª Que tem idade de 2 á 6 annos.

2ª Que não padece molestia contagiosa.

3ª Que foi vaccinada.

Artigo 9º – O numero das pensionistas gratuitas será o de 30.

Este numero, porém, poderá ser pelo Governo augmentado, ou diminuido conforme os recursos do Asylo.

Artigo 10. – O numero de pensionistas, e meio-pensionistas, não gratuitas, será marcado pelo Conselho Administrativo, com approvação do Governo, conforme a capacidade do respectivo edificio.

Figura 7 – Capítulo III (artigos 11º ao 14º) e capítulo IV (artigo 15º e parte do artigo 16º)

CAPITULO III

Do rendimento do Asylo, e suas despesas.

Artigo 11. – Constitue renda do Asylo:

§ 1º O producto das esmolas, dons gratuitos, ou de subscripções que se promoverem.

Estes donativos poderão consistir em generos, e objectos necesarios para o uso e consumo das educandas.

§ 2º O producto da contibuição das pensionistas, e meio-pensionista não gratuitas.

§ 3º O subsidio que fôr designado pelos cofres publicos, para sua manutenção, ou por quaesquer corporações, ou associações.

Artigo 12. – São despesas peculiares do Asylo:

§ 1º O sustento, vestuario, e tratamento das educandas.

§ 2º O aluguel, e aceio do edificio em que funcionar o Asylo.

§ 3º A aquisição, concertos, e beneficio de seus moveis.

§ 4º O sustento, e vestuario da Regente, mestras internas, e serventes, para o que annualmente se marcará a quantia que fôr necessaria.

§ 5º Os vencimentos das mestras externas.

§ 6º A compra de materia prima para os trabalhos das educandas na fórmula do artigo 25.

Artigo 13. – O curativo das educandas gratuitas continuará á cargo da Santa Casa de Misericordia desta cidade.

Artigo 14. – Os alimentos, vestuario, e calçado para as educandas serão fornecidos pelo tempo que fôr marcado em tabella especial, approvada pelo Governo.

CAPITULO IV

Do ensino.

Artigo 15. – As educandas, pensionistas, e meio-pensionistas serão divididas em classes, conforme as suas idades, e adiantamento nos estudos. As de 2 á 6 annos formarão uma classe particular, em sala separada, sob a denominação de – sala de asylo –, e terão mestras internas especiaes.

Artigo 16. – O ensino da – sala de asylo – comprehende:

§ 1º A instrução moral e religiosa, compativel com a tenra idade das educandas.

A professora evitará longas lições, e procurará inspirar ás suas discipulas, por meio de exemplos de piedade, caridade, e docilidade, tirados da historia sagrada, e por meio de quadros que os recommendem á sua memoria, o mais profundo sentimento de amor para como Deos, e para com o proximo, e de gratidão para com os seus bem-feitores; e tornal-as entre si doceis, urbanas e benevolas.

§ 2º O conhecimento das letras do alphabeto, e de seus differentes carcateres de uso commum, do sons e suas modificações, das syllabas de duas ou tres letras, e das palavras de duas ou mais syllabas.

§ 3º A pronuncia correcta.

§ 4º A formação das letras do alphabeto sobre a pedra, ou sobre a arêa; assim como das linhas e das mais simples figuras geometricas.

§ 5º Noções elementares de arithmetica, accomodadas á idade das educandas, formação dos numeros simples, sua representação por letras arabicas, as operações de sommar e diminuir, a taboada, e a explicação dos pesos e medidas, por meio de sólidos, ou de quadros que os representem.

§ 6º Noções elementates sibre os objectos de maior uso da vida, compatíveis

Figura 8 – Capítulo IV (continuação do artigo 16º e artigos 17º ao 23º) e capítulo V (artigos 24º ao 26º)

com a capacidade e idade das educandas, como seão: – a divisão do tempo, das estações, as especies de côres, a fôrma, a materia, e uso dos objectos familiares; as especies de animaes, e das plantas de maior uso domestico, e seu emprego: a fôrma da terra, e suas principaes divisões; os nomes das principaes cidades da Europa, e da America, e de suas capitais das Provincias do Brasil, e das cidades e villas desta Provincia.

§ 7º Trabalhos de agulha, compatíveis com a sua idade.

§ 8º Principios elementares de musica vocal.

Artigo 17. – As meninas maiores de seis annos passarão da sala de asylo para a escola.

Artigo 18. – O ensino da escola do Asylo comprehende, além das materias marcadas pelos respectivos Regulamentos de instrucção publica, para as escolas de 2º grão de instrucção primaria para o sexo feminino, as seguintes materias:

§ 1º A explicação do Santos Evangelhos, e conhecimento dos principaes factos da historia sagrada.

§ 2º Elementos, ou noções de geographia, cosmographia, e especialmente da corographia e historia do Brasil.

Artigo 19. – Haverão no Asylo aulas das lingoas allemã e franceza.

§ 1º As educandas, em tempo conveniente, e conforme sua aptidão e adiantamento, à juizo da Regente, frequentarão estas aulas, e nellas aprenderão a traduzir e fallar correctamente as referidas lingoas.

§ 2º Além destas haverá uma aula de dezenho linear, e de ornamentos, e outra de musica, que serão providas quando o Governo julgar conveniente.

Artigo 20. – Fica expressamente prohibido sobrecarregar a memoria das meninas com dialogos, ou applicar-as ao estudo de papeis de scenas dramaticas, destinadas á solemnidades publicas.

Ficão igualmente prohibidos os contos de sortilegios, espectros, e outros desta natureza, que as crianças ouvem com muita attenção; mas que lhes enfraquecem o espirito, e as atterorisão.

Artigo 21. – A designação das horas para os differentes ramos de ensino, e trabalhos, assim como da entrada, e sahida das mestras, e alumnas externas, será feita pela Regente, com approvação do Governo.

Artigo 22. – Haverá para as pensionistas, ou alumnas de 1ª classe, certas horas marcadas para recreio e exercicios gymnasticos compatíveis com o seu sexo e forças, executados por todas conjunctamente, e ao mesmo tempo, ou na sua respectiva aula, ou no paeo do Asylo; conforme os estylos de semelhantes estabelecimentos.

Artigo 23. – A fiscalisação do ensino, e dos trabalhos, pertence ao Governo, que a exercerá por meio da Commissão Protectora, ou do inspector Geral da Instrucção Publica, ou de qualquer outra pessoa que nomear.

CAPITULO V

Da sala de lavor.

Artigo 24. – Haverá no Asylo uma sala de lavôr, onde se applicarão as educandas a todos os trabalhos de agulha, e outros necessarios e proprios da vida domestica.

Artigo 25. – A acquisição da materia prima necessaria para os trabalhos, de que trata o artigo antecedente, ficará á cargo da Commissão Protectora, e na falta de meios para a sua acquisição, será adiantada sua importancia por conta do subsidio para as despesas do Asylo, para depois indemnizada pelo producto dos mesmos trabalhos.

Artigo 26. – As obras fabricadas, ou feitas pelas educandas serão vendidas pela Commissão Protectora, e a sua importancia, dedusidos os gastos de producção, fará parte de seu peculio.

Figura 9 – Continuação do capítulo V (artigo 27º), capítulo VI (artigos 28º e 29), capítulo VII (artigos 30º ao 33º) e capítulo VIII (parte do artigo 33º)

Artigo 27. – Os dinheiros e valores, que por qualquer titulo, ou origem, constituírem o pecúlio de cada uma educanda, serão apurados e recolhidos a um dos Bancos desta Província, ou a alguma caixa economica, ou convertidos em titulos de divida publica, e seus rendimentos accumulados para lhes serem entregues na occasião de sua sahida ou despedida.

No caso de seu fallecimento, reverterá tudo em beneficio do Asylo.

CAPITULO VI

Dos premios e castigos.

Artigo 28. – Os nomes das educandas, que se distinguirem por seu comportamento, adiantamento, e pelo seu amor ao trabalho, serão inscriptos em uma lista de honra, que será semanalmente colocada em um quadro, designando-se á margem dos seus nomes a materia em que se distinguirão. Além desta recompensa, serão dadas as que a Regente, as professoras, e a Commissão Protectora julgarem convenientes para crear a emulação entre as educandas.

Artigo 29. – A Regente, e as mestras, unicamente poderão impôr ás pensionistas e alumnas as seguintes penas:

1ª A leitura em alta voz da maxima, preceito moral, ou dever violado.

2ª A privação da companhia das colegas até 10 minutos nas aulas, nas horas de recreio, ou no trabalho, ou nas preces.

3ª A posição em pé, ou de joelhos, em quanto as colegas estão assentadas.

4ª A privação das horas de recreio.

5ª Trabalho, ou tarefa dobrada.

6ª Eliminação do nome da delinquente da lista de honra.

Ficão inteiramente prohibidos os castigos corporaes; e qualquer pena, que por sua natureza tenda a enfraquecer, ou destruir o sentimento de honra.

CAPITULO VII

Das mestras, ou professoras do Asylo.

Artigo 30. – Todas as mestras ou professoras serão internas.

Em quanto, porém, o Asylo não tiver pessoal idoneo, poderão ser admittidas professoras externas, inclusive a actual de instrucção primaria.

Artigo 31. – É do dever da professora primaria externa, ou interna:

§ 1º Dar aula no Asylo ás horas, que forem marcadas pela Regente.

§ 2º Cumprir, no regimen interno da escola, todas as disposições do Regulamento da instrucção publica, que não forem de encontro ao que é neste determinado.

§ 3º Concorrer para que entre si, e a Regente, haja a maior harmonia no reciproco cumprimento de seus deveres.

Artigo 32. – As mestras, ou professoras externas ficão sujeitas ao regimen do Estabelecimento, e á fiscalisação da Regente, e da Commissão Protectora, que darão parte ao Governo de quaesquer actos, ou pratica que contrariem o fim e boa marcha do Estabelecimento.

CAPITULO VIII

Do Capellão.

Artigo 33. – Haverá no Asylo um Capellão.

§ 1º Sua nomeação será feita pelo Governo Provincial.

§ 2º Ao Capellão compete, além das funcções religiosas, inherentes á sua

Figura 10 – Capítulo VIII (continuação do artigo 33º) e capítulo IX (artigo 34º até parte do artigo 38º)

missão, a explicação dos Santos Evangelhos ás educandas, em todos os domingos e dias Santos de guarda, antes, ou depois da missa.

CAPITULO IX

Do regimen interno, policia do Asylo, e das attribuições da Regente.

Artigo 34. – A direcção e policia interna do Asylo será confiada ás religiosas da invocação do – Sagrado Coração de Maria –, actualmente existentes nesta Capital, ou á outras pessoas, ou corporações, que, na falta destas, ou em qualquer outra circumstancia, o Governo designar. D'entre as mesmas religiosas, uma será a Regente.

Artigo 35. – Compete á Regente:

§ 1º Toda a policia interna do Asylo.

§ 2º Advertir, e reprehender ás suas subordinadas, sempre que deixarem de cumprir seus deveres, empregando os meios correctivos necessarios, para que os desempenhem regularmente; e dando parte á Comissão Protectora, nos casos de maior gravidade, do que occorrer, para se providenciar como convier.

§ 3º Fazer os pedidos do que fôr indispensavel ao provimento do Asylo, de fôrma que não haja falta; e com especialidade do que fôr necessario para o tratamento das pensionistas.

§ 4º Guardar em seu poder as chaves dos guarda-roupas, e as da dispensa, em que se devem recolher os comestiveis, que forem fornecidos; e fazer distribuição do que fôr preciso para o sustento diario.

§ 5º Fazer que se conserve o edificio sempre limpo, e aceiado, mandando-o lavar ao menos uma vez por semana, e cuidar igualmente na limpeza e boa conservação de todos os moveis, roupas, e utensis, que lhe forem entregues para o ensino, e especialmente das camas, e vestuario das pensionistas.

§ 6º Velar no acao das pensionistas, na sua saude, conservação, e adiantamento.

§ 7º Fiscalisar o ensino das aulas; dando conta so Governo, ou á Comissão Protectora, do que achar inconveniente.

§ 8º Admittir, e despedir, de accordo com a Comissão Protectora, os serventes, e as serventes internas, ou externas, que forem contractadas para o serviço do Asylo. O mesmos serventes lhe serão immediatamente subordinados, e vencerão o salario mensal, que pelo Conselho Administrativo, com approvação do Presidente da Provincia, lhes fôr marcado.

Artigo 36. – Ninguem poderá entrar no interior do Asylo, ou na escola, sem facultade da Regente. Exceptuão-se:

1º O Presidente da Provincia.

2º A Comissão Protectora, ou algum de seus membros, que terão entrada franca a toda hora do dia.

3º O Conselho Administrativo, sendo acompanhado da senhora assistente, ou mordoma de semana, ou de mez.

4º As Comissões que a Assembléa Legislativa Provincial nomear, para examinar o estabelecimento.

Artigo 37. – Nos domingos a Regente facilitará em hora certa, a visita do Asylo, ás pessoas decentes, e conhecidas, e aos parente, ou protectores das educandas.

Artigo 38. – A Regente terá a seu cargo

§ 1º Um registro, no qual se inscreverão os nomes, idades, filiação, e naturalidade das educandas, e a data do dia da sua admissão.

§ 2º Um registro, no qual se inscreverão diariamente, e debaixo de uma mesma serie de numeros, os nomes por inteiro das pensionistas, e meio-pensionistas, suas idades, naturalidade, e qualidade; os nomes, morada, e profissão de seus pais, parentes, ou tutores, e as condições relativas á sua admissão.

Figura 11 – Capítulo IX (continuação do artigo 38º e artigos 39º ao 41º), capítulo X e capítulo XI (parte do artigo 43º)

§ 3º Um registro, no qual a mordoma de semana, ou a Comissão Protectora, e os Inspectores nomeados pelo Governo, escreverão suas observações, sobre o estado do estabelecimento, no momento de sua visita.

§ 4º Um registro em que se notará a presença das meio-pensionistas.

Artigo 39. – Fica prohibido ás professoras, e á Regente, e do mesmo modo ás serventes, aceitarem qualquer especie de presente dos parentes das pensionistas, ou meio-pensionistas, ou de qualquer outra pessoa estranha.

Artigo 40. – No Asylo não poderá morar, ou conservar-se pessoa alguma, além da Regente, professoras internas, educandas, e pessoas empregadas no serviço interno do Estabelecimento.

Artigo 41. – Na entrada do Asylo será collocado um pequeno cofre, sob o titulo de – Tronco de beneficencia –, com as condições necessarias para nelle se recolherem esmolas.

§ 1º As chaves desse cofre ficarão á cargo da Comissão Protectora, que verificará mensalmente o seu producto, entregando-o logo ao Conselho Administrativo.

§ 2º O producto do – Tronco de beneficencia – será com igualdade distribuido pelas educandas gratuitas, e a quota de cada uma será levada á sua conta, para augmento de seu peculio, e posta á juros.

CAPITULO X

Atribuições do Conselho Administrativo.

Artigo 42. – Ao Conselho Administrativo compete:

§ 1º Deliberar sobre tudo o que fôr relativo á receita, e despeza, e haveres do Asylo, e sobre a guarda, conservação, e emprego de todos os valores, e objectos.

§ 2º Arrecadar, e pôr em boa guarda os rendimentos do Asylo, e dar-lhes a competente applicação, ou emprego.

§ 3º Receber quaesquer dons, legados, ou esmolas, pertencentes ás educandas.

§ 4º Administrar o peculio de cada uma das mesmas educandas, e promover o seu augmento, dando-lhe útil applicação na fórma do artigo 43 § 4º.

§ 5º Fiscalisar o emprego das quantias applicadas ao consumo do Asylo.

§ 6º Fazer escripturar a receita, e despeza do Estabelecimento, e o livro da matrícula das educandas; bem como quaesquer outros, que forem necessários á administração do Estabelecimento.

§ 7º Apresentar no fim de cada semestre ao Governo da Província uma exposição circumstaciada do estado do Estabelecimento, seus empregados, ordenados que estes vencem, e numero das educandas, quer orfãs desvalidas, quer expostas da Santa Casa; e os mappas estatisticos das que entrarão, ou sahirão, ou infelizmente terão fallecido; e annualmente o orçamento da receita e despeza do Estabelecimento.

§ 8º Representar ao Governo da Província sobre tudo que julgar conveniente, para a boa fiscalização das rendas, e despezas do Asylo, e sua boa direcção.

CAPÍTULO XI

Atribuições da Comissão Protectora.

Artigo 43. – Compete á Comissão Protectora do Asylo de Santa Leopoldina.

§ 1º Velar sobre a manutenção, conservação, e prosperidade do Asylo.

§ 2º Promover o adiantamento das educandas, e seu futuro destino; e fiscalisar seu ensino, tratamento e emprego.

§ 3º Ter a seu cargo o sustento, vestuario das educandas, e as despezas respectivas; recebendo mensalmente do Conselho Administrativo uma consignação, que será calculada previamente pelo termo medio dos tres mezes anteriores.

Figura 12 – Capítulo XI (continuação do artigo 43º e artigo 44º) e capítulo XII

§ 4º Adquirir a materia prima necessaria para os trabalhos das educandas; promover a venda destes, e arrecadação do seu producto, que será logo entregue ao Conselho Administrativo, depois de deduzidas as despesas da materia prima, com declaração da quota que pertencer a cada uma educanda, para ter o destino marcado no artigo 27.

§ 5º Agenciar subscrições, solicitar e colher esmolas, e dons á beneficio do Asylo, ou particularmente do peculio de cada uma educanda; entregando logo o que receber ao Conselho Administrativo, para lhe dar o devido destino.

§ 6º Dar conta ao Governo, ou ao Conselho Administrativo de tudo que encontrar de nocivo, ou de irregular, na direcção, e economia do Asylo, e suas aulas.

§ 7º A guarda do Tronco de beneficencia, na fôrma do § 1º do artigo 41.

Artigo 44. – As senhoras que compuzerem a Commissao Protectora do Asylo de Santa Leopoldina, se revesarão, segundo o accordo que tomarem, semanal, ou mensalmente, no serviço á cargo da mesma Commissão; devendo pelo menos haver em cada semana, ou mez, uma senhora, que por elle responda, como assistente, ou mordoma. Os membros adjuntos da Commissão Protectora, se revesarão nos trabalhos á seu cargo, acompanhando cada adjunto á respectiva mordoma.

CAPÍTULO XII

Disposições geraes.

Artigo 45. – As educandas reclamadas por seus pais, ou parentes, lhes scrão logo entregues, idemnizada a despeza que houverem feito no Asylo, com a sua educação, e sustento até a data de sua sahida.

Artigo 46. – Ao tempo em que as educandas estiverem promptas nos seus estudos, e trabalhos, serão entregues á Santa Casa de Caridade, para lhes dar o destino mais idoneo.

Artigo 47. – Ficarão revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia em Porto Alegre 27 de Agosto de 1858.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

Fonte: História da Instrução Pública, p. 218

Esta obra traz um valioso contributo para melhor conhecer este património global, permitindo-nos perceber o importante trabalho que tem vindo a ser feito nas últimas décadas, de estudo, investigação, divulgação e preservação da sua história [...] por parte de Misericórdias, movimento que tem beneficiado dos vários estudos historiográficos que têm sido publicados.

Bernardo Reis

Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Braga/Portugal

Ao ultrapassar os limites da Santa Casa de Porto Alegre e ganhar o mundo, Histórias Reveladas se consolida ainda mais em conteúdo e valor histórico e cultural. [...] Que as Misericórdias do Brasil, de Portugal e de todo o mundo continuem resgatando suas memórias e nos proporcionem muitos outros volumes de prazerosa leitura.

Alfredo Guilherme Englert

Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/Brasil



Lei de Incentivo à
CULTURA

APRESENTA



PATROCÍNIO MASTER



PATROCÍNIO



APOIO CULTURAL



REALIZAÇÃO



CENTRO HISTÓRICO
CULTURAL SANTA CASA
PORTO ALEGRE

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-5699-116-0



9 786556 991160